

**Anselmo Alves Neetzow**

**A CONSTRUÇÃO COLONIAL DA PROVÍNCIA PLATINA NOS SÉCULOS  
XVI E XVII**

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2012**

**Anselmo Alves Neetzow**

**A CONSTRUÇÃO COLONIAL DA PROVÍNCIA PLATINA NOS SÉCULOS  
XVI E XVII**

**Dissertação de Doutoramento em  
Letras, área de História, especialidade  
de História dos Descobrimentos e da  
Expansão Portuguesa, apresentada à  
Faculdade de Letras da Universidade  
de Coimbra, sob a orientação do Prof.  
Doutor José Manuel Azevedo e Silva**

**Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

**2012**

*Ó mar salgado, quanto do teu sal são as  
lágrimas de Portugal!*

*Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
quantos filhos em vão rezaram! Quantas noivas  
ficaram por casar! Para que fosses nosso, ó  
mar!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena*

*se a alma não é pequena.*

*Quem quer passar além do Bojador*

*tem que passar além da dor.*

*Deus ao mar o perigo e o abismo deu,*

*mas nele é que espelhou o céu.*

Fernando Pessoa – Mensagem

*Soy gaucho, y intiendaló*

*como mi lengua lo explica*

*para mi la tierra es chica*

*y pudiera ser mayor.*

*Ni víbora me pica*

*ni quema mi frente el sol*

*nací como nace el pece*

*en el fondo de la mar.*

*Naidas me puede quitar*

*aquello que Dios me dio*

*lo que al mundo trujei yo*

*del mundo lo he de llevar.*

José Hernandez – El gaucho Martin Fierro

## AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de doutoramento não se constrói somente pela vontade e dedicação do autor. Inúmeras pessoas e instituições também são responsáveis pela conclusão do projeto. Por isto, agradecer a todos que participaram da construção desta dissertação é um dever, contudo, caso não seja mencionado algum nome, por favor, não se ofenda, pois em meu coração e pensamento jamais serão esquecidos.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra agradeço a oportunidade de ter sido aceite para realizar os estudos. A Alban Office pela concessão de uma bolsa de estudos no qual proporcionou boa parte dos recursos financeiros na realização do projeto. Ao Instituto de História da Expansão Ultramarina e tantas pessoas que por lá passaram agradeço toda a atenção. Ali, a dona Conceição França é impar por toda sua ajuda e forma exemplar no trato em relação aos assuntos acadêmicos, assim como, em tantos outros. A dona Eugênia do Instituto de Paleografia é outra pessoa que acompanhou e ajudou, em muito, nos assuntos que vinham surgindo no decorrer do processo. Aos Professores Doutores João Marinho dos Santos e Margarida Neto também deixo o meu agradecimento pela ajuda e ensinamentos que levo comigo para todo o sempre. Por fim, digo muito obrigado, não sei como um dia poder retribuí-los.

Assim como os navegadores de outrora também cruzei o Atlântico (porém no sentido inverso), para alcançar um objetivo. No lado europeu do oceano encontrei com outros dois bravos exploradores que já lá estavam tempos antes da minha chegada. Ao Edison Bisso Cruxen agradeço por sua amizade e tudo que fez por mim desde o ingresso na Universidade de Coimbra até o seu retorno ao Brasil deixando-me todas suas experiências para um melhor viver em Coimbra. Ao Marçal Menezes de Paredes, da mesma forma, pela amizade e por tudo que conversávamos nas terras de além-mar fazendo-nos criar novos objetivos para nossas vidas. Por fim, conjuntamente com estes dois impecáveis “*sotoires*”, formamos um trio que de um lado ou de outro do Atlântico estamos sempre juntos nas lutas da vida e com o passar do tempo nossa amizade cresce cada vez mais ao ponto de sermos muito mais do que irmãos.

Em Coimbra tive a oportunidade de aprender muita coisa não apenas em relação aos estudos, mas também, em vivências que fez a estada impar. São tantas as pessoas que conheci e convivi que enumera-las faria com que uma lista nominal ficasse quase infindável. Por isto, agradeço de forma singela, a todas estas pessoas sejam elas, portuguesas, espanholas, brasileiras, paraguaias, argentinas, uruguaias, suíças, alemãs, italianas, marroquinas, japonesas, angolanas, cabo-verdianas, guienesas, francesas e norte-americanas, por tudo que aprendi, convivi e até mesmo ensinei. Muito Obrigado!

Evocando, novamente, os navegadores de outrora percebi, assim como eles, que a distância é implacável. As saudades fazem com que as lágrimas de um lado e do outro do mar se juntem deixando-o cada vez mais salgado. A minha família, meu pai, minha mãe, meus três irmãos sofreram junto comigo os efeitos dos incontáveis quilômetros que nos separavam. A eles agradeço por todo o incentivo, a força e o imensurável amor, sobretudo, quando do meu retorno a casa num período igualmente difícil devido as vicissitudes da vida, agora, todos mais aliviados juntamo-nos a Fernando Pessoa a dizer que “*tanta foi a tormenta e a vontade! Restam-nos hoje, no silêncio hostil, o mar universal e a saudade*”.

Para conduzir o navio a bom porto é preciso ter um experiente navegador. Por isto, propositalmente reservei o agradecimento final ao Professor

Doutor José Manuel Azevedo e Silva. Desde o nosso primeiro contato, por carta, foi ele quem confiou no meu potencial para a realização do projeto, desde a primeira letra até o último ponto final. Sempre muito atencioso orientou o trabalho de forma dedicada e presencial. Seus questionamentos me fizeram compreender todos os passos do processo e ensinou-me, também, como um professor deve fazer no trato com os seus alunos, por isto, seguirei as suas orientações até o fim dos meus dias. Por ser um profissional exemplar o Prof. Doutor Azevedo e Silva nunca deixou de incentivar, apoiar e, sobretudo, acreditar na finalização deste projeto, mesmo quando tive que retornar ao Brasil. Eu posso dizer, que além de ter sido meu orientador, hoje, somos muito amigos e estaremos sempre juntos. Os nossos laços foram crescendo diariamente e atualmente são tão grandes quanto o Atlântico que nos separa e ao mesmo tempo nos une.

Dizer muito obrigado não reflete todo o sentimento de gratidão que tenho para com este amigo, mas como não há outras palavras que seja possível expressar digo: Professor Doutor José Manuel Azevedo e Silva. Muitíssimo Obrigado!

## **RESUMO**

Dentre os períodos da história ocidental, os séculos XVI e XVII são de destacada relevância, pois os contatos entre o Velho e o Novo Mundo foram se acentuando. O processo de expansão e colonização dos reinos ibéricos fez com que o continente americano passasse a fazer parte dos seus interesses e, com isto, a região da bacia do Rio da Prata, ou seja, os atuais territórios da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e dos estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) se inserissem no âmbito dos descobrimentos, das conquistas e das construções coloniais, iniciadas pelos portugueses e seguidas de perto pelos espanhóis.

Neste processo, a Igreja Católica teve incontestavelmente um papel fulcral, visto que, na época em questão, participava de forma ativa na tomada de grandes decisões. Durante a expansão ultramarina portuguesa e espanhola, sobretudo, em territórios austrais da América do Sul, tal instituição, ocupava, muitas vezes, espaços onde não se encontrava nenhum outro agente europeu da colonização.

Com o presente estudo, visamos compreender como se desenvolveu o processo de construção colonial da região platina. Para tanto, foi necessário conhecer a história dos países ibéricos e das suas expansões ultramarinas, pois, nos séculos XVI e XVII, foram eles os principais agentes construtores de novas sociedades em todo o Mundo, principalmente na América Latina. Neste novo espaço, aconteceu a formação de sistemas coloniais distintos (o português e o espanhol), por um lado, cada um com as suas naturais particularidades e, por outro, com atuações intrigantes e, não raras vezes, e de confrontação no terreno. Mesmo no período da União Ibérica, a região platina foi palco de muitos litígios fronteiriços, ocasionando, por vezes, disputas dirimidas pela via das armas.

Procuramos também alcançar a compreensão da importância econômica e estratégica que o Rio da Prata passou a ter, cada vez mais, no decorrer do processo colonial. Podemos, assim, entender melhor todo o investimento realizado por parte das potências colonizadoras, apontando os acertos e os desacertos das providências e das decisões tomadas. No Prata, observamos que as ações realizadas nem sempre estiveram em conformidade com as determinações vindas das metrópoles, emanadas pelos seus monarcas. Por isto, estes se viram, não raras vezes, obrigados a acatar decisões tomadas pelas autoridades coloniais das províncias platinas para manter o controle e a ordem sobre a região, limitando-se os soberanos apenas a tomar conhecimento de tais decisões e das razões por que foram tomadas. É que a distância-tempo não se compadecia com delongas na resolução de problemas locais, de caráter urgente.

No domínio da circulação da riqueza, procuramos captar o modo como funcionava o comércio, a nível local e intercontinental, umas vezes de forma legal, muitas outras usando o contrabando, propiciador da fuga ao fisco. Contrabandeava-se proibindo e proibia-se contrabandeando.

Um dos aspectos mais aliantes do nosso trabalho foi o estudo e compreensão do processo de formação da sociedade platina nos tempos coloniais. Da confluência e da inter-relação de povos de três continentes, forjou-se, neste vastíssimo espaço, uma sociedade nova, resultante de um intenso e complexo



processo de miscigenação entre brancos, negros, nativos e mestiços. Da emergência desta sociedade mestiça, que passou diretamente da Idade da Pedra para a Idade Moderna, nasceu em toda a região platina a figura típica do *gaúcho* (com seu traje inconfundível), homem intimamente ligado ao uso do cavalo e à criação de gado.

A metodologia que consideramos mais adequada na realização desta nossa dissertação foi a utilização dos vários tipos de fontes e de estudos, de forma dialética, em função do objeto de estudo e vice-versa. A dispersão das fontes foi um dos obstáculos a ser ultrapassado, por isto, investigações em arquivos e bibliotecas foram realizadas nos seis países envolvidos diretamente nos objetivos do presente estudo: o Brasil, o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, a Espanha e Portugal.

Muitas questões, evidentemente, foram surgindo no decurso da elaboração deste estudo, fazendo com que a busca por respostas fosse quase incessante. Com isto, as respostas surgiam, por vezes, em forma de mais questionamentos, denotando, com isto, a dinâmica da ciência histórica.

## **ABSTRACT**

Among the periods of Western history, the sixteenth and seventeenth centuries are of outstanding importance, seeing that they were the ones when the contacts between the Old and the New World were extended. The expansion and colonization process of the Iberian Kingdoms made the American Continent be a part of their interests and, hereupon, the River Plate Basin - or the current territories of Argentina, Uruguay, Paraguay and the southern states of Brazil (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) - were inserted within the discoveries, the conquests and the colonial buildings initiated by the Portuguese and closely followed by the Spanish.

The Catholic Church had an unquestionable role in this process, since, by that time, it actively participated in the great decision making. During the Spanish and Portuguese overseas expansion, particularly in the southern regions of South America, this institution, often occupied places where there was no other agent of European colonization.

With the present study, we aim to comprehend how the process of the colonial building in the Plate region was developed. Therefore, it was necessary to know the history of the Iberian countries and their overseas expansions, as in the

sixteenth and seventeenth centuries, they were the main agent builders of the new societies throughout the world, especially in Latin America. In this new space, distinct colonial systems are formed (the Portuguese and the Spanish), on one side, each with its natural peculiarities and, on the other side, with intriguing performances and, not rarely, on the ground of confrontation. Even during the Iberian Union, the Plate region was the scenario of many border litigations, resulting, sometimes, on disputes settled by arms.

We also seek an understanding of the economic and strategic importance the River Plate increasingly gained, throughout the colonial process. We could, thus, understand all the investment made by the colonial powers, pointing out the successes and the mistakes of the measures and decisions taken. In the Plate region, we observe that the actions taken were not always in accordance with the determinations that came from the cities, issued by their monarchs. Hereby, they often found themselves, forced to accept decisions made by the Plate provinces colonial authorities to maintain control and order over the region. The sovereign, only merely took notice of such decisions and the reasons why they were taken. The distance-time did not tolerate delay in solving local problems of an urgent nature.

In the field of circulation of wealth, we try to capture the way the trade market worked, in local and intercontinental scales, some ways legally, many others by using smuggling, enabler of tax evasion. People smuggled forbidding and forbid smuggling.

One of the most exciting aspects of our work was the study and comprehension of the Plate society formation process on colonial times. From the confluence and the interrelations between people from three different continents, was forged, in this extremely wide space, a new society resulting of an intense and complex process of miscegenation between whites, blacks, natives and mestizos. The emergence of the mestizo society, which went directly from the Stone Age to the Modern Age, gave birth, in the whole Plate region, the typical figure of the *gaucho* (with its distinctive costume). A man deeply connected to the use of horses and to cattle breeding.

The methodology considered most appropriated to our dissertation was the use of various types of sources and studies, in a dialectical way, depending on the object of study and vice versa. The sources dispersion was one of the obstacles to be overcome. For this reason, researches in archives and libraries were conducted in six countries directly involved in the objectives of this study: Brazil, Paraguay, Uruguay, Argentina, Spain and Portugal.

Many questions, certainly arose along the elaboration of this study, making the searching for answers almost incessant. Herewith, the answers appeared, sometimes, in the form of more questions, denoting the dynamics of historical science.

## ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: O ESPAÇO PLATINO E AS POPULAÇÕES AUTÓCTONES.....</b>	<b>12</b>
<b>1. O espaço físico.....</b>	<b>13</b>
<b>2. A orografia.....</b>	<b>22</b>
<b>3. A hidrografia.....</b>	<b>25</b>
<b>4. O clima.....</b>	<b>27</b>
<b>5. A fauna.....</b>	<b>29</b>
<b>6. A flora.....</b>	<b>35</b>
<b>7. As diferentes etnias da população autóctone.....</b>	<b>36</b>
<b>7.1. Os índios do pré-contato.....</b>	<b>36</b>
<b>7.2. Os índios dos contatos com os europeus.....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO II: A REGIÃO PLATINA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO IBÉRICA.....</b>	<b>58</b>
<b>1. A visão de mundo das coroas ibéricas.....</b>	<b>58</b>
<b>2. O Tratado de Tordesilhas e os diferentes interesses europeus.....</b>	<b>64</b>

3. A importância estratégica do Rio da Prata e a sua disputa pelos países ibéricos.....	68
4. A distorção intencional da cartografia ibérica e a construção imaginária dos domínios platinos.....	70
<b>CAPÍTULO III: OS PRIMEIROS CONTATOS IBÉRICOS COM A REGIÃO PLATINA.....</b>	<b>94</b>
1. As viagens de reconhecimento e exploração ibéricas no espaço platino.....	94
1.1. A primeira viagem e suas discussões.....	94
1.2. A segunda viagem e suas discussões.....	99
1.3. Solis, este conturbado personagem, a sua viagem ao Rio da Prata e o pré- descobrimento do Paraguai e da Bolívia.....	103
1.4. As expedições ibéricas à região do Rio da Prata, de 1520 até 1530.....	111
1.5. As expedições de Pero Lopes de Souza e de Pedro de Mendoza: Novas investidas...118	
2. Os primeiros contatos: disputas entre os indígenas, entre os europeus e entre europeus e indígenas.....	131
2.1. Entre os indígenas.....	131
2.2. Entre os europeus.....	136
2.3. Entre europeus e indígenas.....	148
3. As diferenças nas políticas ibéricas da construção colonial.....	153
<b>CAPÍTULO IV: O PROCESSO COLONIZADOR IBÉRICO NO PRATA.....</b>	<b>161</b>
1. A chegada do colonizador europeu e as suas proveniências.....	161
2. A fundação de povoados e cidades.....	167
2.1. As fundações no decorrer da exploração e ocupação do território.....	168
2.1.1. Nos princípios do século XVI.....	168

2.1.2. Nos fins do século XVI.....	175
2.1.3. No século XVII.....	180
3. As reduções jesuíticas.....	183
3.1. A Ordem, sua hierarquia e as fundações no Prata.....	183
4. A subsistência e a criação de riquezas no Prata colonial.....	190
4.1. A produção agrícola.....	191
4.2. A produção pecuária.....	193
<b>CAPÍTULO V: A ECONOMIA.....</b>	<b>196</b>
1. O interesse econômico da expansão ibérica.....	196
1.1. A circulação de produtos no Prata.....	198
2. As relações entre a economia platina e europeia.....	202
3. A criação de moeda.....	205
4. O tráfico negreiro.....	210
5. A tributação, o contrabando e a fiscalização: contrabandeia-se proibindo, proibe-se contrabandeando.....	216
5.1. A tributação existente.....	216
5.2. A burla do fisco e o contrabando.....	224
<b>CAPÍTULO VI: O PODER E OS PODERES.....</b>	<b>231</b>
1. O poder no Velho Mundo.....	231
2. O poder político administrativo.....	235
2.1. O aparato do reino espanhol.....	235
2.2. O aparato do reino português.....	239

<b>3. O poder religioso.....</b>	<b>245</b>
<b>3.1. O regime de Padroado Régio.....</b>	<b>245</b>
<b>3.2. Os Bispados.....</b>	<b>248</b>
<b>3.3. A presença da Igreja Regular.....</b>	<b>253</b>
<b>4. A divisão da Província do Rio da Prata.....</b>	<b>258</b>
<b>5. A sobreposição e disputa de poder.....</b>	<b>259</b>
<b>CAPÍTULO VII: A SOCIEDADE.....</b>	<b>266</b>
<b>1. A confluência de povos de três continentes.....</b>	<b>267</b>
<b>1.1. Os europeus, incluindo os estrangeiros recrutados pelos reinos ibéricos.....</b>	<b>267</b>
<b>1.2. Os africanos.....</b>	<b>269</b>
<b>1.3. Os indígenas.....</b>	<b>271</b>
<b>2. A emergência de uma sociedade nova pela miscigenação.....</b>	<b>272</b>
<b>3. A estratificação social.....</b>	<b>276</b>
<b>3.1. Os nativos.....</b>	<b>276</b>
<b>3.2. Os negros.....</b>	<b>279</b>
<b>3.3. Os brancos.....</b>	<b>281</b>
<b>3.4. Os mestiços.....</b>	<b>287</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>295</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>307</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1: Mapa da Província do Rio da Prata.....</b>	<b>14</b>
<b>Figura 2: Província Gigante de Hiallot.....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 3: Orografia da região platina.....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 4: Roteiro de imigração conforme Paul Rivet.....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 5: Material lítico de Sambaqui.....</b>	<b>45</b>
<b>Figura 6: Croqui de casa subterrânea do arquiteto L.F.M. Pomier.....</b>	<b>46</b>
<b>Figura 7: Boleadeiras mamilares.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 8: Bacia do Rio da Prata no Atlas de Fernão Vaz Dourado, 1571.....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 9: Rio da Prata na carta atribuída a Bartolomeu Velho, 1560.....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 10: Luís de Teixeira-1600. Mapa da América do Sul representando a Ilha-Brasil e a bacia platina no hemisfério português.....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 11: Cieza de Leon-Chronica del Perú, Amberes, 1554.....</b>	<b>80</b>
<b>Figura 12: Mapa del Médio día, Herrera, 1601-1615.....</b>	<b>82</b>
<b>Figura 13: Mapa do Novo Mundo, Diogo Homem, 1558, em que se destaca as bacias amazônica e platina.....</b>	<b>83</b>
<b>Figura 14: Mapa das Capitánias Hereditárias de Luis de Teixeira, 1574.....</b>	<b>84</b>
<b>Figura 15: Mapa Mundi de Pierre Desceliers de 1542, em que se destaca a América do Sul.....</b>	<b>86</b>

<b>Figura 16: América Meridional de Amoldus Fiorentinus, século XVI.....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 17: Amérique Meridionale de Sanson d' Abbeville II, 1685.....</b>	<b>90</b>
<b>Figura 18: Amérique Meridionale de Sanson d' Abbeville II, 1685, detalhe da legenda.....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 19: Expansão do Gado Vacum no Sul do Brasil e Uruguai antes de 1680.....</b>	<b>195</b>
<b>Figura 20: Gráfico dos poderes.....</b>	<b>260</b>
<b>Figura 21: Mapa das Capitancias Hereditárias de Luis de Teixeira de 1574.....</b>	<b>263</b>
<b>Figura 22: America Meridionale Guglielmo Sansone, de1677.....</b>	<b>264</b>
<b>Figura 23: Pirâmide Social da América espanhola inspirada em Batolomé Bennassar.....</b>	<b>284</b>
<b>Figura 24: Indumentária dos <i>mozos perdidos</i>.....</b>	<b>293</b>

## INTRODUÇÃO

Os séculos XVI e XVII foram muito relevantes para a história ocidental. O Novo Mundo recém-descoberto pelos Países Ibéricos e por outros povos europeus criara neles enorme agitação, face ao exotismo desta nova realidade espacial e às expectativas geradas. A novidade a nível da fauna, da flora, da orografia, do clima e demais características tornava este novo continente cada vez mais atraente para a população europeia.

Outro fator intrigante para a época foi a constatação da existência de uma população nativa que colocou a Europa numa posição delicada. Afinal, quem eram estes seres humanos tão diferentes de outros que já se conheciam? O continente americano, como um todo, passou a fazer parte de um imaginário coletivo europeu, tanto que, em algumas manifestações artísticas, foram retratadas criaturas fantásticas e locais edênicos em formação para representar a realidade deste Novo Mundo. Com o passar do tempo, foi surgindo uma nova forma de olhar a América e os diferentes processos de construções coloniais começaram a constituir uma forma eficaz de criação de um ambiente propício ao relacionamento com os nativos, à exploração dos metais preciosos ou à montagem

do aparelho produtivo com vista à criação de riqueza, tão cobiçada pelas autoridades reinantes nas respectivas metrópoles.

A Igreja Católica tinha muita influência e, devido à sua autoridade, estava sempre presente na tomada de decisões. Participou e exerceu o seu poder, de forma efetiva, na definição da linha imaginária que dividiu o Mundo em dois hemisférios, em Tordesilhas, ficando os novos espaços descobertos e a descobrir sob a influência e administração das duas potências ibéricas. No caso específico da parte austral do continente americano, a presença de tal instituição foi muito marcante, pois os missionários chegaram a ocupar territórios em que não havia mais nenhum outro agente europeu. É um fato que a presença da Igreja no Prata foi uma das instituições que proporcionou a ligação entre as coroas europeias e as populações nativas, fazendo surgir uma sociedade colonial com as suas particularidades.

Com isto, a região da bacia do Rio da Prata, ou seja, os atuais territórios da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e dos estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, mais tarde, a Colônia do Sacramento) se inseriram no âmbito dos descobrimentos (uma coisa é chegar à costa, outra é penetrar e conhecer o vastíssimo sertão interior), das conquistas e das construções coloniais iniciadas pelos portugueses e seguidas de perto pelos espanhóis.

Com o presente estudo, visamos a compreensão de como se deu o processo da construção colonial da região platina. Para tanto, foi necessário e importante conhecer a história dos dois países ibéricos e das suas expansões ultramarinas, uma vez que foram eles, nos séculos XVI e XVII, os principais agentes construtores de novas sociedades em todo o Mundo, particularmente na chamada América Latina (parte austral da América do Norte, a América Central e a América do Sul). Como consequência direta, temos neste novo espaço a formação de dois sistemas coloniais distintos, por um lado,

com as suas naturais particularidades e, por outro, com atuações intrigantes no terreno, pois, mesmo no período da União Ibérica, o Prata passou por muitos litígios fronteiriços, ocasionando, por vezes, disputas pela via das armas.

Outro aspecto que procuramos captar foi o entendimento da importância que o Rio da Prata passou a ter no decorrer do processo colonial. Isto faz também com que se compreenda e se clarifique todo o investimento realizado por parte das potências coloniais, apontando os acertos e os desacertos decorrentes das providências tomadas. Algumas vezes, observamos que as ações realizadas no espaço platino nem sempre estiveram em conformidade com as determinações vindas do poder central das metrópoles. Com efeito, os monarcas se viram, não raras vezes, obrigados a acatar decisões tomadas pelas autoridades coloniais das províncias platinas para manter o controle e a ordem sobre a região, limitando-se a tomar conhecimento de tais decisões e das razões por que foram tomadas. Consta que, certo governador da América Espanhola, perante a advertência de um seu subalterno, terá dito, alto e bom som, para que ficasse no ouvido de todos: «*Deus está no Céu, o rei está longe e quem manda aqui sou eu*». É o problema da distância-tempo a funcionar!

Durante longo tempo, procedemos às necessárias investigações sobre o tema em arquivos e bibliotecas de diferentes localidades, uma vez que, atualmente são seis os países envolvidos diretamente nos objetivos deste estudo, concretamente, o Brasil, o Paraguai, a Argentina, o Uruguai, a Espanha e Portugal. Como facilmente se percebe, durante a construção deste trabalho, um dos obstáculos a ser ultrapassado era a dispersão das fontes.

No que diz respeito aos estudos até hoje realizados, Walter Rela, nas suas obras *Hernandarias Criollo Asunceno* e *Exploraciones Portuguesas en el Río de la Plata 1512-1531*, fornece ao investigador importante subsídio documental sobre o tema, pois

reúne informações retiradas de arquivos aos quais nem sempre se tem fácil acesso.

Partindo do conhecimento documental referido há pouco, é imprescindível consultar os estudos de Arno Kern sobre as investigações arqueológicas e antropológicas do território platino, nomeadamente a obra *Antecedentes indígenas* e outra por ele organizada, *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, na qual deixa bastante clara a forma como foi construída a história das populações autóctones sul-brasileiras. Nos países vizinhos ao Brasil, Isabel Hernández e Klaus Hilbert, nas obras *Los Indios de Argentina* e *Aspectos de la Arqueología en el Uruguay*, respectivamente, trazem à tona teorias e fatos da cultura material platina, além de outros tantos investigadores que têm contribuído para estes aspectos da ciência histórica.

Ao nos debruçarmos sobre as matérias respeitantes ao objeto deste nosso estudo, uma questão que se nos coloca é a primazia do descobrimento do Rio da Prata. A este respeito, ilustres historiadores dos países envolvidos têm discutido o tema de forma bastante elucidativa. O autor uruguaio Pablo Blanco Acevedo em *El Gobierno Colonial en Uruguay y los Orígenes de la Nacionalidad*, para citarmos apenas um exemplo, diz que os espanhóis reivindicam a prioridade da descoberta do Rio da Prata, mas também afirma que os historiadores de língua portuguesa buscam o mesmo para o seu lado. Em contrapartida, Rolando A. Laguarda Trias, também uruguaio, publicou, em Lisboa e Coimbra, respectivamente, *El Predescubrimiento del Río de la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512* e *Pilotos Portugueses en el Río de la Plata durante el siglo XVI*, afirmando que os portugueses tomaram a dianteira nesta verdadeira corrida dos descobrimentos, concretamente do Rio da Prata. No mesmo sentido, vai Aurélio Porto, no livro publicado em Porto Alegre, *História de Missões Orientais do Uruguai*, no qual assume idêntica posição.

No decorrer dos tempos, investigações sobre a história colonial platina foram se desenvolvendo, sobretudo, nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Luis G. Benites, em *Historia del Paraguay: Epoca Colonial* e Emilio A. Coni em *Agricultura, Comercio e Industrias Coloniales*, Efraim Cardozo em *El Paraguay Colonial*, Roberto Levillier, em *Historia Argentina*, Carlos Pastore, em *La Lucha por la Tierra en el Paraguay*, nos trazem importantes contributos sobre a historiografia referente a esta temática. Através das obras destes autores, entramos em contato com explicações sobre os limites fronteiriços, a criação de uma economia local atrelada à das metrópoles e o relacionamento entre as diferentes etnias que acabaram, através da miscigenação, por construir uma sociedade nova, com inúmeros elementos antigos.

Ao contarmos com a historiografia da colonização platina, não podemos, como já atrás se disse, esquecer o papel da Igreja Católica. Charle R. Boxer em *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, traz à tona a relação entre o poder político-administrativo e a religião. Na verdade, os regulares da Companhia de Jesus foram responsáveis por boa parte da colonização do Prata, por isto, inúmeras são as investigações sobre a sua atuação. Podemos, a este respeito, mencionar a valiosa contribuição de autores como Maxime Haubert, na obra *A Vida Quotidiana no Paraguai no Tempo dos Jesuítas*, Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Magnus Mörner *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuitas en el Río de la Plata*, Arno Kern em *Arqueologia Histórica Missioneira*. Estes autores nos mostram distintos e importantes enfoques sobre o tema. Através das suas obras, podemos ter, por exemplo, acesso a explicações de como se deu a chegada dos inicianos ao Prata, por intermédio das Coroas de Espanha ou de Portugal, até se irem fixando no quotidiano das reduções.

Em Portugal, sobretudo na Universidade de Coimbra, o renomado professor e investigador Luis Ferrand de Almeida

construiu a sua tese de Doutoramento sobre a Colônia do Sacramento. Esta, como não podia deixar de ser, foi o ponto de partida de uma carreira dedicada ao tema e, por conseguinte, muitas publicações foram por si realizadas, além de palestras, conferências a nível local, nacional e internacional. Como podemos ver, os estudos sobre a região platina na renomada e renovada Universidade de Coimbra teve, como recorte temporal, principalmente os séculos XVIII e XIX. Por isto, um estudo que tem por prioridade o início da construção colonial, ou seja, os séculos XVI e XVII justifica-se, do nosso ponto de vista, como oportuno, pois, assim, passa a ter-se uma visão mais alargada no tempo e mais completa do ponto de vista de todo o processo de descobrimento, de conquista e de colonização. Isto, por sua vez, permitirá que, no futuro, outros investigadores retomem o tema, criem novas interpretações, novas perspectivas, novos enfoques que possam aprofundar o conhecimento desta realidade histórica.

Visando a compreensão histórica da complexa construção colonial no espaço platino, concebemos uma estrutura e elaboramos uma teia explicativa que passamos a explicitar. Começamos, no primeiro capítulo, por conhecer o espaço objeto do nosso estudo. Para tanto, procuramos captar e explicar a orografia, a hidrografia, o clima, a fauna e a flora. Como consequência direta desta localização espacial, não podemos deixar de ter na devida conta que a região era habitada. Por isto, procuramos conhecer as populações autóctones que se desenvolveram antes do contato com o europeu. Chamamos-lhe *índios do pré-contato*. Consideramos esse exercício bastante enriquecedor, uma vez que traz à tona toda uma realidade existente em épocas primordiais. Esta população foi desenvolvendo as suas culturais e os seus modos de vida, tanto que, nos inícios do século XVI, a população autóctone já havia passado por significativas evoluções. Serão estes nativos, já mais desenvolvidos em relação aos seus ancestrais, que irão entrar em



contato com o homem do Velho Mundo. Por isso os denominamos *índios do contato*.

O presente estudo leva em consideração que o espaço platino começou a fazer parte do interesse europeu no momento de sua expansão, sobretudo, nos séculos XVI e XVII. Para tanto, no segundo capítulo, procuramos compreender a visão do mundo dos Países Ibéricos. O Tratado de Tordesilhas e os diferentes interesses europeus foram determinantes, pois a importância econômica e estratégica do Rio da Prata não passou despercebida e começou a aumentar cada vez mais. Em decorrência disto, há uma utilização da cartografia para atender aos interesses dos governantes, tanto que, distorções intencionais foram utilizadas tanto de um lado, quando do outro. Não há dúvida que a cartografia foi posta ao serviço das distintas visões e dos diferentes interesses políticos das Coroas Ibéricas.

O terceiro capítulo do nosso trabalho começa por ser dedicado às viagens de descobrimento deste vasto espaço que, como vimos, foi crescendo em interesse. As visões das próprias fontes sobre as duas primeiras navegações de descobrimento em direção ao sul da América austral são bastante polêmicas, pois deixam indícios e, sobretudo, dúvidas quanto a primazia do feito. Nesta fase do processo, uma personagem se destaca no teatro dos acontecimentos. Trata-se de Juan Diaz de Solis. Este, por sua vez, após chegar ao Rio da Prata, ainda andou por terras até então desconhecidas cujas notícias se misturam entre a realidade e a fantasia. Por isto, entre os anos de 1520 e 1530, Espanha e Portugal buscam mais e mais informações sobre a região, sobretudo, para a delimitação de suas possessões e de um acesso ao Oceano Pacífico. Com o acúmulo de informações, as cabeças reinantes passaram a uma nova etapa na construção colonial platina e, com isto, iniciaram a ocupação do território, através das expedições de Pero Lopes de Souza e de Pedro de Mendoza. A partir deste momento, as disputas passaram a ser cada vez mais intensas, pois envolviam interesses das potências

colonizadoras e das diferentes etnias. Essa nova realidade levou à concepção e implantação no terreno de modelos colonizadores distintos, concretamente nas relações entre os europeus, entre os nativos e entre os europeus e os autóctones.

A implantação do processo colonizador é o objetivo fulcral do quarto capítulo. As autoridades da Península Ibérica passaram a enviar os seus agentes administrativos e os seus povoadores, provenientes de diferentes regiões da Península Ibérica e até de outros países europeus. Criaram povoados, cidades, fortificações durante o processo de reconhecimento do território, de conquista e de colonização. Nos séculos XVI e XVII, muitas cidades foram construídas e cabe aqui salientar que umas deram certo na primeira tentativa, enquanto outras tiveram de ser abandonadas por um período de tempo e retomadas tempos mais tarde, mas outras tiveram melhor sorte. Convém não esquecer as construções nas reduções jesuíticas, pois, em determinado período, em vastíssimos espaços, foram as únicas ocupações europeias nos imensos vazios populacionais platinos. Ao serem criadas cidades e povoados, o desafio que tinha de ser superado pelos colonizadores era, para além da sua subsistência, a produção de riquezas de interesse para as respectivas metrópoles, que veremos a seguir.

Como consequência direta das potencialidades da criação de riquezas na vasta região platina, foi sendo montado o aparelho produtivo. O quinto capítulo deste trabalho visa precisamente a compreensão e a explicação desta nova fase da construção colonial. O interesse económico da metrópole foi crescendo, na medida em que a circulação de mercadorias foi sendo cada vez mais acentuada, robustecendo, deste modo e de forma recíproca, as economias da Província Platina e da Europa. Para a economia funcionar convenientemente, a emissão e o envio de moeda, por parte da metrópole, devia ser ampliada, pois tinha de acompanhar o ritmo acentuado do processo colonizador. Ora, tal não aconteceu. Por isto, dentre as dificuldades encontradas na colonização platina, a

circulação de moeda, assim como a produção da mesma, era difícil. A solução para este problema foi a criação de uma espécie de moeda local alternativa, cujo valor devia ser convertido na moeda da metrópole, no momento da chegada das mercadorias, sobretudo, a Sevilha. Além da produção e circulação de mercadorias, uma importante fonte de renda era o tráfico de escravos. Esta questão é bastante controversa, pois existia de forma legalizada, mas a maior parte funcionava à margem da lei. Desta forma, a tributação, uma das principais fontes mantenedoras da metrópole e da economia local, era constantemente defraudada, face ao contrabando bastante acentuado. Contrabandeava-se proibindo e proibia-se contrabandeando.

A criação e a organização dos poderes na Província Platina são abordadas no sexto capítulo. Para tanto, cabe trazer à tona, aqueles poderes que existiam no Velho Mundo, pois, assim, pode-se fazer a relação destes com os que foram introduzidos e desenvolvidos no Novo Mundo. Como se trata de uma região em constante disputa entre Portugal e Espanha, o aparato administrativo de cada um dos países foi transposto para a região platina, naturalmente com as suas particularidades. Porém, em relação ao poder eclesiástico, os reinos ibéricos seguiram o regime do Padroado Régio, tanto nas ações do clero secular, quanto nas do regular. O poder político e administrativo, por sua vez, fez com que ocorresse a divisão em duas províncias na região platina, fazendo com que fossem aumentando as disputas e a sobreposição de poderes.

Seguindo a lógica, pois os poderes são exercidos pelas diferentes autoridades e recaem sobre uma sociedade concreta, o último capítulo deste trabalho discorre sobre a organização social no espaço sul-americano objeto deste estudo. Em primeiro lugar, fazemos a aliciente abordagem da confluência de povos de três continentes neste vasto espaço platino. Do inevitável contato entre nativos, brancos, negros e mestiços, ocorreu naturalmente um intenso processo de miscigenação que está na origem do surgimento

de uma sociedade nova. Nas províncias do Prata, além da dualidade entre os senhores e os escravos, a sociedade estruturava-se tendo como principal parâmetro a cor da pele. Dentre todos os elementos da sociedade, merece destaque aquele que é o fruto da miscigenação, o mestiço. Este, por sua vez, deu origem a um ser humano típico de toda a região platina que, nos fins do século XIX, foi denominado de gaúcho.

Com a realização deste trabalho, encontramos resposta a várias curiosidades e inquietações que nortearam a escolha e o desenvolvimento deste tema. Procuramos utilizar a metodologia que consideramos mais adequada, ou seja, utilizamos de forma dialética os tipos de fontes e de estudos, em função do objeto de estudo e vice-versa.

É óbvio que muitas questões foram surgindo no decurso da elaboração deste estudo, fazendo com que a busca por respostas fosse quase incessante. Assim, as respostas surgiam, por vezes, em forma de mais questionamentos, denotando, com isto, que a dinâmica da ciência histórica se materializa no deslindar de certezas (sempre transitórias), e no enredar de mais dúvidas que ficam “penando”, à espera da sua “redenção”. Porém, assim como os navegadores de antanho que, com muito esforço e inabalável esperança, cruzaram o Atlântico para descobrir novas terras, concretamente as platinas, assim também o pesquisador não se pode dar por vencido no ingente transcurso da sua viagem científica.

Na atualidade, a lusofonia está a passar por um período bastante relevante em sua história. No ano de 1945, foi firmado um acordo ortográfico com o qual se pretendia que os países lusófonos (então Portugal com as suas colônias e o Brasil) utilizassem uma mesma forma de escrita, respeitando, evidentemente, as particularidades das pronúncias locais. Entretanto, nestes 67 anos passados, a evolução da língua escrita e falada fez com que a distância linguística e ortográfica entre Portugal e o Brasil fosse cada

vez mais alargada, a ponto de, por vezes, haver alguma dificuldade na compreensão entre os falantes de ambos os lados do Atlântico. Com a intenção de aproximar a ortografia lusófona, foi criado um novo acordo que deverá estar efetivamente em vigor, a partir de 2013. Dentre tantas determinações nele existentes, a regra fulcral é aquela que dispõe que o idioma escrito deverá respeitar a pronúncia local. Tendo presente o que acabei de dizer, adotei para o presente trabalho o novo acordo ortográfico e, como sou brasileiro, certas palavras seguem a versão prevista no referido acordo para o meu país.

## **Capítulo I**

### **O ESPAÇO PLATINO E AS POPULAÇÕES AUTÓCTONES**

Embora constituído pela mesma bacia hidrográfica, o espaço platino caracterizava-se, no momento da descoberta e nos primeiros séculos da construção colonial, por uma visível heterogeneidade. Contudo, possui elementos geográficos em comum que, não raras vezes, tem levado alguns estudiosos a caracterizar este vasto espaço de uma forma homogeneizada.

Nos inícios do século XVI, a designada província espanhola do Rio da Prata tinha uma vastíssima extensão que comportava grande parte da atual bacia hidrográfica do mesmo nome. Por seu turno, a coroa portuguesa, na mesma época, também marcava presença numa parte desta mesma região, através das Capitâneas do Sul do Brasil e, no século seguinte, reforçar-se-á com a construção da Colônia do Santíssimo Sacramento. No decorrer dos tempos, em virtude das inúmeras ações dos seus conquistadores e colonizadores, concretamente os portugueses e os espanhóis, além da presença da população autóctone pré-existente, foi-se modificando esta paisagem natural, tornando-se naturalmente cada vez mais humanizada.

## 1. O espaço físico

Com o descobrimento do Rio da Prata<sup>1</sup>, deu-se início às raízes históricas da região platina, através da criação das governações e das capitulações dadas pelo monarca espanhol aos colonizadores. Para tanto, torna-se necessário perceber o contexto histórico desta construção espacial. O historiador Alejandro Audibert<sup>2</sup> coloca um pouco de luz nestas trevas do passado platino. Servindo-se das capitulações dadas, a partir de 1534, aos primeiros governadores da região, Don Pedro de Mendoza, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Juan Ortiz de Zárate, mostra-nos o referido autor que o governo do Rio da Prata compreendia os seguintes territórios: A bacia Amazônica, desde a Venezuela e as Guianas, toda a bacia platina e, na parte sul da cordilheira andina, duzentas léguas na costa do Oceano Pacífico. Em direção ao Oceano Atlântico, o limite da governação atrás mencionada era definido pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Por isso, os atuais estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, grande parte de São Paulo, Pará e Amazonas estavam sob a jurisdição espanhola, bem como a região de Moxos, Santa Cruz de la Sierra e Chiquitos, atualmente pertencentes à Bolívia, e toda a região do Chaco a norte do rio Bermejo, hoje território argentino.

Esta imensidão territorial pode ver-se perfeitamente representada no mapa inserto no estudo de H. Sanchez Quell<sup>3</sup> sobre o Paraguai colonial (figura 1). Observamos escrito no referido mapa a palavra Serpa, na região das Guianas, Silva, na região da Venezuela, Pizarro, no Peru e, por fim, Almagro no Chile. Isto revela a tentativa de Carlos V em mapear tal região, apenas com o auxílio dos relatos de viagens realizadas, anteriores à data das capitulações dadas aos primeiros governantes. Mais adiante será

---

<sup>1</sup> No Capítulo III, serão melhor explicitadas e analisadas as questões acerca do descobrimento do Rio da Prata.

<sup>2</sup> Ver Alejandro Audibert, *Los Limites de la Antigua Provincia del Paraguay*, Buenos Aires, Imprenta La Economica de Iustoni Hnos y Cia, 1892.

<sup>3</sup> H. Sanchez Quell, *Estructura y Funcion del Paraguay Colonial*, Buenos Aires, Editorial Tupã, 1947, p. 12.

demonstrada a razão das designações antroponímicas destes territórios.

Alejandro Audibert explica essa situação da seguinte forma: Nesta época, o Chile tinha como seu governante Don Diego Almagro, cuja extensão territorial, da sua governação, podemos observar com muita clareza na figura 1.

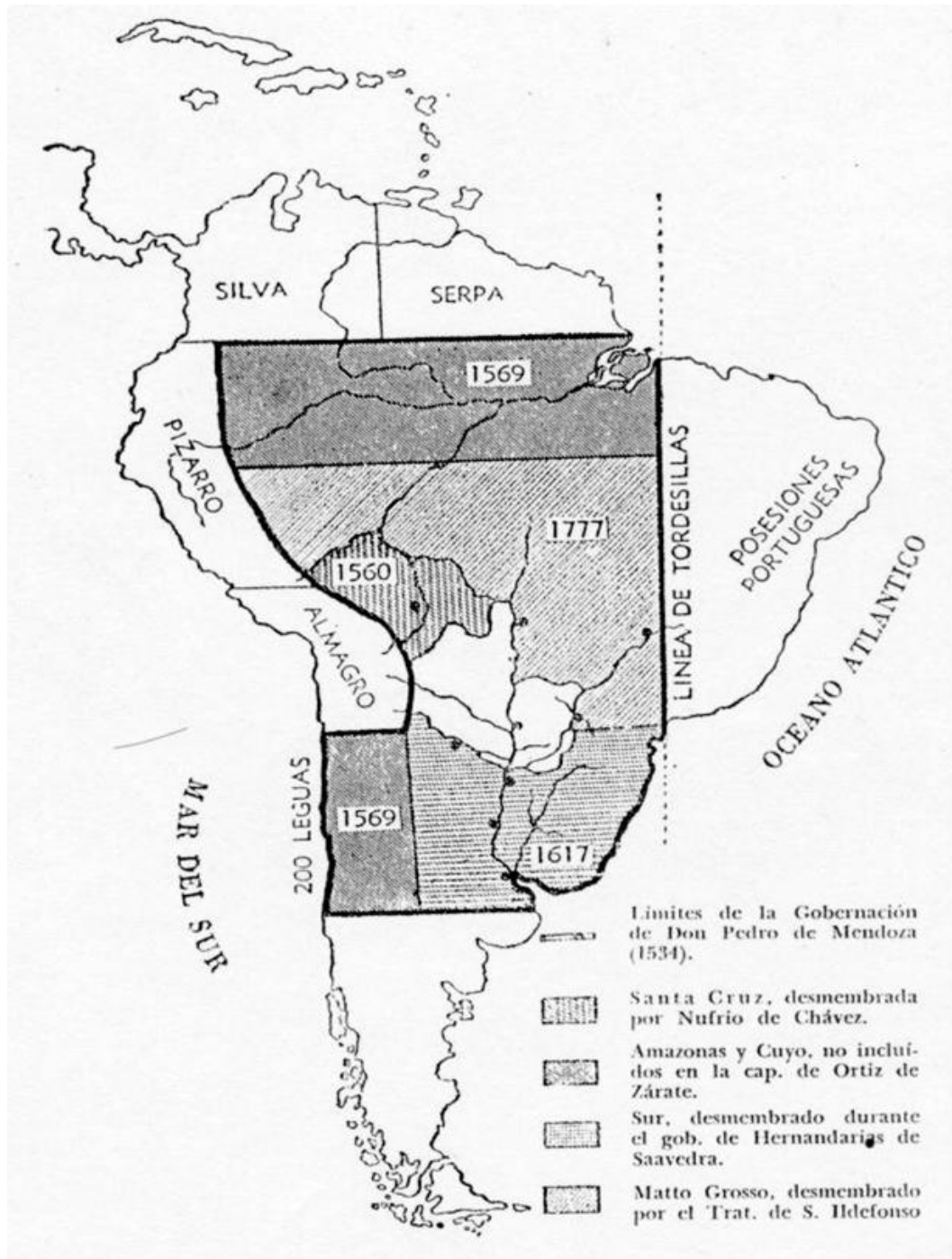


Figura 1: Mapa da Província do Rio da Prata

Fonte: H. Sanchez Quell *Estructura y Funcion del Paraguay Colonial*, Buenos Aires, Editorial Tupã, 1947, p. 12.



No entanto, no ano de 1555, Carlos V ampliou o território chileno em mais 150 léguas, em sentido sul, ocorrendo com isso uma sobreposição de jurisdições. O imperador, por não ter clareza das localidades na América do Sul, não previa esta situação, tanto que, deixou recomendado na capitulação que esta ampliação não prejudicasse outra governação, nomeadamente, as de Pizarro, de Silva e de Serpa.

No ano de 1522, descobriu-se o Peru e a coroa espanhola organizou 3 armadas para a sua conquista. A primeira em 1524, a segunda em 1526 (que perdurará até o ano seguinte) e a terceira em 1530, tendo sido concluída a almejada conquista do Peru em 1535<sup>4</sup>. Por essa razão, tal território passou a possuir a delimitação governamental expressa no mapa. Cabe ressaltar que, para o interior, no sentido do Oceano Pacífico para o Oceano Atlântico (portanto, no sentido oeste leste), a delimitação vigente era também a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Até 1569, foi fixado o limite setentrional da jurisdição da Província do Rio da Prata, sob a governação dos capitães Don Diego Fernández Zerma e Don Pedro Maraver de Silva. Os domínios de Zerma receberam o nome de Nova Andaluzia, co-nominada de Guiana pelos índios da região, da qual Zerma obteve a jurisdição, a partir da descrição da capitulação dada a Juan Ortiz de Zárate (1569), cuja extensão ia do Oceano Atlântico ao Rio Maranhão, conforme podemos observar no mapa da figura 1. A Don Pedro Maraver de Silva, no ano de 1568, foi-lhe concedida a capitulação que define a reunião das províncias de Omagua, Yomeguas e Quinato e demais terras que formavam a província da Nova Estremadura, da qual foi nomeado governador-geral. Pizarro, desde o ano de 1530, iniciou as investidas para a conquista do Peru que teve o início, no terreno a ele destinado, em 15 de novembro de 1532. Três anos mais tarde, portanto e 1535, foi fundada a *Villa de*

---

<sup>4</sup> Ver Kalmikov e Larine, *História da América Latina, Moscovo*, Edições Progresso, 1991.

*los Reyes*, atual Lima. Neste percurso, ocorreu o famoso caso do sequestro de Atahualpa que gerou uma revolta bélica muito grande liderada por Manco Capac, sufocada pelos espanhóis em 1536<sup>5</sup>.

Como se tem vindo a dizer, a região platina, no século XVI, foi sendo construída, em termos políticos-administrativos, através de capitulações e governações. Assim foram surgindo as províncias da coroa espanhola. Este termo, província, carece de ser explicado, já que a vulgarização do mesmo nem sempre tem sido entendida corretamente. Não raras vezes, aparece referido por historiadores de diversas nacionalidades expressões como província do Rio da Prata ou Paraguai, ou ainda, Buenos Aires, capital da província do Rio da Prata. Concretamente, na Capitulação Real dada a Dom Pedro de Mendoza para conquistar o Rio da Prata, pode ler-se o seguinte: *“nuestro Gobernador y Capitán General de las dichas tierras y provinçias y pueblos del dicho Río de la Plata y en las dichas tierras doçientas leguas de costa del mar del Sur que comiençan desde donde acavan los límites, que como dicho es, tenemos dado gobernacion al dicho Mariscal Don Diego de Almagro”*<sup>6</sup>. Devido à morte deste, caíram nas mãos de Domingo Martínez de Irala todas as prerrogativas para dar andamento ao processo de conquista e colonização, até a chegada de um governador nomeado pelo rei, provindo de Espanha, concretamente, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Irala, por sua vez, fundou *“el puerto de Nuestra Señora de la Asuncion, que es en la provincia del Rio de la Plata, en diez y seis dias del mes de septiembre, año del nacimiento de Nuestro Señor Jesu Christo de mil y quinientos y quarenta y un años, los señores Domingo de Yrala, teniente de gobernador de esta provincia por Su Magestad”*, fazendo com que Asunción fosse elevada ao estatuto de cidade, com o seu cabildo.

---

<sup>5</sup> Bartolomé Banassar, Tradución de Carmen Artal, *La América Española y la América Portuguesa: Siglos XVI-XVII*, Madrid, Ediciones Akal S.A, 2001, pp. 65 e 66.

<sup>6</sup> Marta Milagro del Vasmingo, *Las Capitulaciones de Índias en el Siglo XVI*, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, Instituto de Cooperación IberoAmericana, 1983, p. 291.

Esta informação é importante, porque nela estão descritas a cidade e a região no seu raio de jurisdição.

No século XVI, nas atas capitulares do cabildo de Asunción<sup>7</sup>, vê-se que, desde o ano de sua fundação, em 1541, incluindo os anos de 1574, 1575, 1578 e 1584, aparecem documentos iniciados com expressões como: “*ciudad de Asunción que es en el río Paraguay Provincia del Río de la Plata*”. Os documentos do mesmo cabildo, nos anos de 1592, 1595, 1596, 1598, 1599 e 1600, iniciam com: “*ciudad de Asunción, cabeza de la Provincia del Río de la Plata*”. No ano de 1581, Don Fernando Zarate assumiu a governação, após o falecimento do seu tio Don Juan Ortiz de Zarate. Nas atas do cabildo de Asunción, não raras vezes, vê-se: “*Don Fernando Zarate Capitan General y Justicia Mayor en las provincias del Paraguay y Río de la Plata*”; em alguns casos mais específicos, vê-se escrito: “*Muy poderoso Señor Don Fernando de Zarate nuestro gobernador de las provincias de Tucuman, Paraguay y Río de la Plata*”.

Contudo, toda a vasta região inscrita no mapa que tem vindo a ser interpretado (figura 1), representando a realidade na referida metade do século XVI e inícios dos séculos XVII, recebeu o nome de Província do Rio da Prata. Esta, por sua vez, passou a englobar outras províncias que têm os mesmos nomes dos rios da região, como aparecem, embora de forma pouco frequente, nos documentos do cabildo de Asunción, como, por exemplo, “*provincias do Paraná, Paraguay y Río de la Plata*”. Somente em 1617, com o governador D. Manuel de Frias, é que ocorreu uma cisão nas províncias, havendo então uma denominada de Paraguai<sup>8</sup>, como se vê no mapa de Hiallot<sup>9</sup> (cujo fato é referido no mapa de Sanchez-Quell), e outra chamada de Rio da Prata, com sede em

---

<sup>7</sup> Ver *Actas Capitulares del Cabildo de la Ciudad de Asunción, siglo XVI*, Municipalidad de Asunción, 2001.

<sup>8</sup> Há registros nos quais aparecem Província do Paraguai ou Guairá, contudo, esta última era uma província dos regulares da Companhia de Jesus.

<sup>9</sup> Retirado do mapa do Paraguai do século XVII, também chamado de Província Gigante, da Biblioteca Virtual do Paraguai, [www.bvt.org.py](http://www.bvt.org.py) no dia 20/7/2006.

Buenos Aires que, no ano de 1776, tornar-se-á vice reinado de Espanha.



Figura 2: Província Gigante de Hiallot

Fonte: Província Gigante, da Biblioteca Virtual do Paraguai, [www.bvt.org.py](http://www.bvt.org.py) no dia 20/7/2006.

Esta situação se explica, devido ao abandono da cidade de Buenos Aires, em 1541, no mesmo ano em que surgiu o cabildo de Asunción, sendo aquela repovoada no ano de 1580. Estas províncias, tanto a do Rio da Prata quanto a do Paraguai, eram, desde 1544, pertencentes ao vice-reinado do Peru.

Toda esta vasta região, em linhas gerais, formava uma linha demarcatória muito ténue entre os domínios das coroas ibéricas. Como se viu anteriormente, a construção castelhana tinha um limite claro que era o definido pelo Tratado de 1494. A coroa de Portugal, a partir de 1534, ao instituir as capitanias hereditárias, iniciou o seu processo de colonização e povoamento na América do Sul, tendo como limites territoriais a costa do Oceano Atlântico e, no interior, a linha imaginária de Tordesilhas. Sublinhe-se que, os relatos dos colonizadores portugueses das capitanias do sul, não

raras vezes indicam que, do interior de suas terras, avista-se a cidade que os castelhanos denominam de Asunción. Ao ser analisada a cartografia portuguesa dessa época, vê-se que os domínios portugueses terminavam na costa atlântica nas margens do Rio da Prata, o que justificará a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, no ano de 1680. Esta passou a ser, nos finais do século XVII, a posição portuguesa mais ao sul no Brasil<sup>10</sup>.

Observa-se que há uma sobreposição de domínios e de poderes na região platina. Contudo, o elemento religioso também está presente nessa disputa. A Igreja criará o seu controlo territorial, fundando, a partir do século XVII, as suas províncias, o que vai suscitar outras mudanças no mapa da região. Este domínio religioso também tem diferenças bastante acentuadas, visto que a Igreja Católica passou a estar representada, na região analisada, pela Igreja Regular e pela Igreja Secular. No ano de 1676, foi criado o Bispado do Rio de Janeiro, sufragâneo ao da Bahia (instituído em 1552<sup>11</sup>), cujos limites territoriais estendiam-se até ao Rio da Prata. No ano de 1547, foi erguido o bispado de Asunción, com sede na cidade de mesmo nome. Estas ocupações justapostas irão, não raras vezes, criar pontos de interseção destes vários tipos de dominações. Este assunto será abordado com maior profundidade no capítulo referente aos poderes, o que cabe aqui é alertar para o fato de que a religião proveniente da Europa também irá demarcar territórios importantes na América sulina.

Como pode ser observado, esse espaço em construção, nos inícios do processo de colonização europeia, constitui uma extensão territorial vastíssima. Portanto, como o presente estudo incide sobre os limites temporais de dois séculos (XVI e XVII), significativas mudanças ocorrerão, naturalmente, nesse período, a nível da evolução da organização do espaço. Podem ser tomados os

---

<sup>10</sup> Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Imprensa de Coimbra Lda, 1973. p. 51.

<sup>11</sup> Moacyr Flores, *Dicionário de História do Brasil*, Porto Alegre, EDIPUCRS, p. 64.

seguintes parâmetros para captar esta evolução: como referenciais hidrográficos principais, serão os rios Paraguai, Paraná, Uruguai e o Rio da Prata; como referenciais de cidades atuais, devem tomar-se Asunción e Buenos Aires, visto serem estas as principais cidades desta província espanhola a serem fundadas no século XVI; em seguida, está a Colônia do Santíssimo Sacramento, erguida no século posterior, pela coroa de Portugal; por fim, como referencial do relevo, consta o denominado de Chaco, o Pampa e a parte da costa do Atlântico<sup>12</sup>. Estes são os parâmetros introdutórios mais importantes para que se possa idealizar e localizar a região geograficamente, fornecendo bases para o entendimento do ecossistema da mesma. Evidentemente que, no decorrer do presente estudo, irão surgir outros aspetos relacionados com estes, fazendo com que se tenha uma noção mais detalhada do processo de colonização da província platina.

Os rios, nomeados anteriormente, possuem características próprias que serão mais bem definidas no ponto 3 do presente capítulo. Contudo, impõe-se, neste instante, uma identificação ainda mais genérica para que possam ser localizados no espaço geográfico platino. O rio Paraguai nasce na Chapada do Parecis no interior do estado brasileiro do Mato Grosso. Felix de Azara<sup>13</sup>, comissário e comandante dos limites espanhóis no Paraguai, de 1781 até 1801, relata que a confluência de diversos arroios das montanhas da Serra do Paraguai era o local de nascimento do dito rio. Ora, a localização geográfica, em termos de latitude, feita pelo autor, é de 13° 30' sul. O rio Paraguai, com uma extensão de 2.621 km, serve, entre outras funções, para definir as fronteiras atuais de três países sul-americanos, o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, fazendo o seu curso até reunir-se com o rio Paraná. Este, por sua vez, tem seu nascimento entre os paralelos austrais 17° 30' e 18° 30' <sup>14</sup>. É formado

---

<sup>12</sup> Para que a leitura do presente capítulo não se torne repetitiva, as características acerca do relevo serão tratadas nos subtítulos seguintes.

<sup>13</sup> Ver Félix de Azara, *Viajes por la América Meridional*, Madrid, Espasacalpe S. A., 1941.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 106.

em decorrência da reunião de dois rios de elevada importância para o Brasil, que são o rio Grande e o Paranaíba. O rio Paraná tem uma extensão de 2.739 km no seu curso, desde a nascente até a desembocadura no Rio da Prata, faz a linha limítrofe entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. O rio Uruguai tem o seu nascimento no ponto da reunião dos rios Canoas e Pelotas, na Serra do Mar, limite entre os estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a 28° de latitude sul<sup>15</sup>, e a sua extensão é de 1.770 km. O seu curso também atravessa três países desta região da América Sulina, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, findando seu percurso nas águas do Rio da Prata. O Rio da Prata é o resultado do somatório dos cursos dos rios Paraná e Uruguai diretamente e do Paraguai indiretamente, conservando a água doce que transporta até à desembocadura no Atlântico. O seu curso é reduzido, em comparação aos outros rios descritos e seus tributários, possui apenas 450 km de extensão, mas a sua largura chega aos 250 km e também tem função de linha fronteira entre dois países, o Uruguai e a Argentina.

A região platina, conforme abordado anteriormente, possui cidades de grande relevância histórica e que não podem deixar de ser objeto de estudo. Dentre elas, a que está localizada mais ao norte, é a batizada no ano de 1537, por Don Pedro de Mendoza, com o nome de “*Nuestra Señora de Asunción*”, desde a independência, em 1811, capital do Paraguai, orientada nas coordenadas 26° 5’ de latitude sul e a 48° 4’ de longitude oeste. Seguindo por este périplo imaginário em direção ao Rio da Prata, chega-se à cidade denominada de “*Nuestra Señora de Buenos Aires*”, fundada pelo mesmo Don Pedro de Mendoza, em 1536. A capital da atual República Argentina está localizada na latitude sul de 34° 36’ e a longitude oeste de 58° 26’, na margem ocidental do rio da Prata. Por fim, chega-se à fundada pelo governador do Rio de Janeiro Manuel Lobo, no ano de 1680, a “*Colônia do Santíssimo*

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 115.

*Sacramento*”, localizada nas margens da banda oriental do Rio da Prata, a 34° 28’ de latitude sul e a 57° 51’ de longitude oeste<sup>16</sup>.

Desta região heterogênea, é possível perceber alguns elementos paisagísticos que são comuns. Devido a ação humana, tal vasta região vai sendo transformada, criando um espaço distinto com elementos físicos e culturais muito próprios, como será desenvolvido neste capítulo.

## **2. A orografia**

Segundo os estudiosos das ciências da Terra e a interpretação que eu próprio faço deste espaço que conheço razoavelmente bem, o relevo platino é dominado pelos seguintes elementos geográficos: o Chaco, o Pampa e a Planície Costeira do Atlântico. O Chaco, que provém do idioma autótone significando “região de caça<sup>17</sup>”, é uma planície com extensão de 220.000 quilômetros quadrados, localizado no sudoeste argentino, levemente inclinada de noroeste a sudoeste. A superfície chaquenha é muito plana, pois os rios que por ali correm em cursos muito sinuosos e muito ramificados são muito lentos, formando zonas pantanosas. Os geógrafos que estudaram essa região apontam quatro diferenças em sua morfologia, subdividindo esta planície da seguinte forma: o Chaco Alto, que é formado por um solo de areia grossa e de limo; o Chaco Deprimido, que possui o solo de esteiro e a presença de banhado; o Chaco Baixo, com o solo argiloso e arenoso, com abundância de banhado e inundações corriqueiras; Diagonal fluvial de *Santiago del Estero* que é formado por extensas zonas alagadiças. Essa planície vai caracterizar os cursos dos rios que nela passam, aspectos que serão melhor explicitados no ponto que vem a seguir.

---

<sup>16</sup> Ver “Noticia e Iustificacam do Titulo, e Boa Fee com que se obrou a nova colonia do Sacramento nas Terras da Capitania de S. Vicente no Sitio Chamado de S. Gabriel nas Margens do Rio da Prata”, in Walter Rela, *Exploraciones Portuguesas en el Río de la Plata 1512-1531*, Porto Alegre, PUCRS, 2002.

<sup>17</sup> Franz Kühn, *Geografía de la Argentina*, Barcelona, Editorial Labor, 1930, pp. 37 e 38.



O Pampa também é uma planície que se estende desde o sul do Brasil (Rio Grande do Sul), passando por grande parte da República do Uruguai até chegar ao nordeste argentino, onde se encontra com o Chaco. Apresenta um declive suave, porém, bastante irregular, com concavidades e colinas umas vezes mais elevadas e outras menos elevadas. Existem elementos exóticos a esta característica dominante. São os afloramentos rochosos que, distantes cerca de 30 km da costa, podem chegar a 1280m de altitude. Outro fator é o revestimento vegetal, pois a estepe de gramíneas desaparece quando se encontra com o Chaco, marcando geograficamente a região, aspecto que será desenvolvido quando da abordagem da flora. O Pampa não é homogêneo. Pode subdividir-se em três tipos: o Pampa Ondulado, cuja nomenclatura se deve ao fato de o território possuir suave ondulação, diferenciando-se das barrancas e dos terraços fluviais e das baixadas; o Pampa Deprimido, que possui inundações perpétuas; o Pampa Elevado, onde existem lagunas com a água salobra e com a presença de salitre em grau considerável.

Por fim, tem-se a Planície Costeira do Atlântico que, como o próprio nome indica, ocupa parte da costa do Oceano Atlântico, sendo essa a de menor altitude, por encontrar-se quase ao nível do mar. Contudo, não pode ser deixado à margem da análise a presença da Planície Dáltica que não deixa de ser uma parcela importante da Planície Costeira do Atlântico. Esse espaço déltico possui uma extensão de aproximadamente 14.000 km<sup>2</sup>. Trata-se de um constante depósito de sedimentos do rio Paraná na sua afluência com o Rio da Prata e, com isso, constitui a origem das ilhas fluviais aí existentes. Por ser considerado um processo de deltificação, tais ilhas estão em constante mudança na sua morfologia e na sua extensão.

O solo arenoso desta última região é composto pela desagregação das rochas como explicita Felix de Azara<sup>18</sup>, afloradas

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, pp. 91e 92.

de baixa altitude, logo, de difícil aproveitamento agrícola. Nas fronteiras com o Brasil, afloram rochas muito duras e de difícil trabalho, de coloração esbranquiçada, além de outros montículos com rochas igualmente duras de cor amarela e azul e grandes lajes de basalto. Na zona pampeana, o solo é de cor amarelada e com grão muito fino e muito fértil. Por fim, na região de Buenos Aires, encontra-se uma quantidade reduzida de cal de fraca qualidade. Convém assinalar que as margens a leste dos rios Paraná e Paraguai têm um solo argiloso rico em sal, tanto que os animais herbívoros acabam por “comer o próprio chão”. Concretamente, o autor atrás mencionado registra a presença de uma quantidade considerável de argila no estômago da anta<sup>19</sup>. Em contrapartida, nas margens oeste dos mesmos rios até ao Rio da Prata, a salinidade está presente em quaisquer cursos de águas menores, acontecendo naturalmente que, quando as chuvas escasseiam, o teor de sal aumenta. Com isso, vê-se que os animais supriam a necessidade de sal, ora com a água, ora com o solo.

Resumindo, o espaço platino possui uma característica homogênea que salta aos olhos do observador atento (ver mapa da figura 3). Tanto o Chaco, quanto o Pampa ou a Costa Atlântica são caracterizados pela predominância de planícies, sem ignorar as muitas exceções a que já se fez referência. Para a caracterização de uma identidade comum daqueles que habitam a região platina, tais elementos tornam-se fator homogeneizante. Por esta razão, a paisagem ampla, com um solo, de certa maneira, difícil de ser trabalhado propicia o desenvolvimento da pecuária como atividade principal, ficando a agricultura em segundo plano. Não se trata aqui de fazer referência ao determinismo geográfico sobre o modo de vida e o perfil comportamental das populações que habitam este espaço, mas sim, de deixar a indicação de um vetor dominante, entre muitos outros, que irão convergir para a criação de um estereótipo do local e das gentes que nele vivem.

---

<sup>19</sup> Tapirus terrestris.

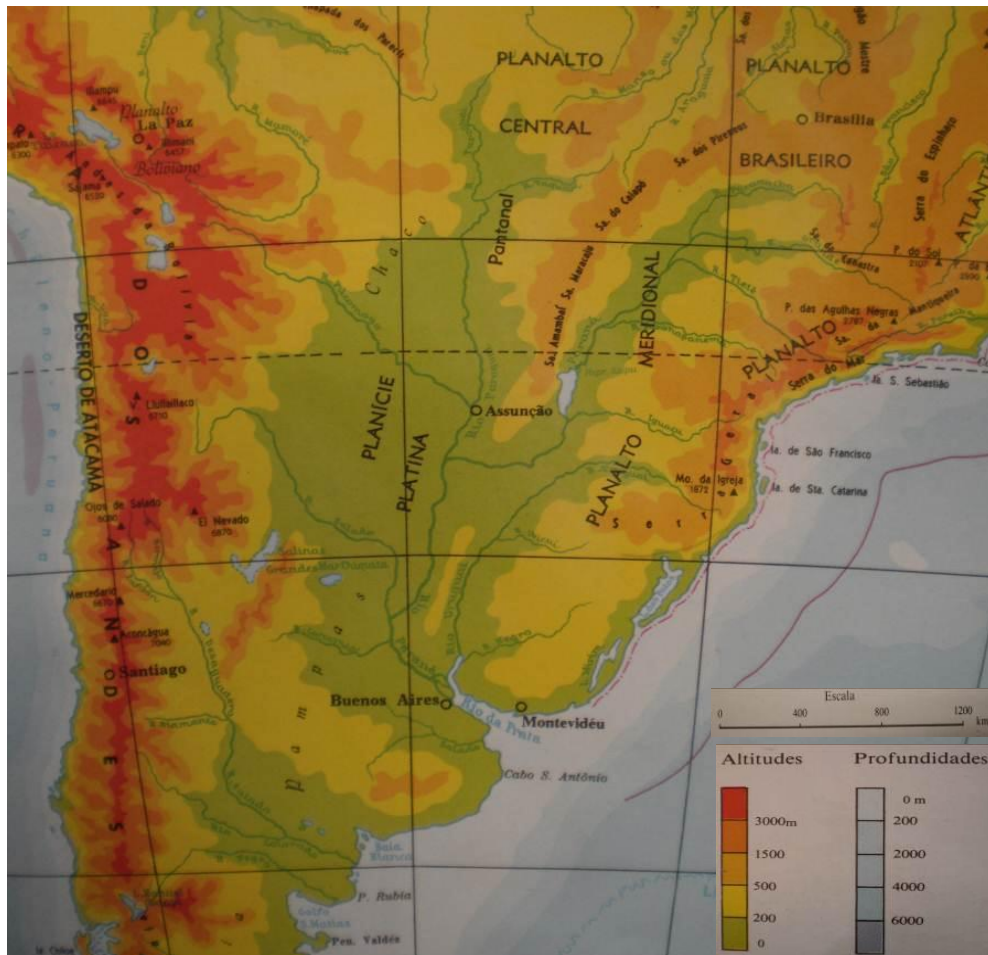


Figura 3: Orografia da região platina

Fonte: *Atlas Geográfico*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 2000, p. 27.

### 3. A hidrografia

Como anteriormente se disse, a rede hidrográfica platina é composta pelos seus principais rios, nomeadamente o Paraguai, o Paraná, o Uruguai e o Rio da Prata, sem esquecer, obviamente, os seus afluentes e subafluentes. O propósito do presente subtítulo é a caracterização destes mesmos rios, a fim de deixar clara a imagem da paisagem platina que está diretamente relacionada com eles. No presente estudo, essa exceção torna-se um padrão, visto que o rio Paraguai desemboca no Paraná que, por sua vez, desagua no Prata. O rio Uruguai termina o seu curso no Rio da Prata que, por sua vez, reúne as águas de todos e transporta-as até ao Atlântico.

Embora se trate de um rio caudaloso, as correntes do rio Paraguai são consideradas calmas pelos navegadores que lá acorreram nos séculos XVI e XVII. Por seu lado, Felix Azara também o caracteriza desta maneira. Atravessando o país com o mesmo nome, passa por uma região de campo constituída pelo vale do mesmo e uma complexa rede de afluentes e subafluentes. A sua fraca corrente é devida ao vale do dito rio localizar-se entre o Chaco e o Escudo Brasileiro, atravessando terrenos planos de fraco declive. O pantanal matogrossense se forma em decorrência do período das chuvas, pois o rio acaba por transbordar e, como declive é fraco, áreas imensas ficam alagadas.

O rio Paraná, por sua vez, possui uma corrente mais veloz do que o rio anterior no trecho do território brasileiro. Esta velocidade, todavia, não é homogênea, devido à extensão de sua largura que varia entre 1,5 e 15 km. Felix de Azara diz que “*o rio Paraguay o del Paraná, porque el terreno que toca inmediatamente a las estribaciones de la cordillera es de tal modo horizontal que las aguas que descenden se detienen en la llanura*”<sup>20</sup>, explicando, com isso, que o rio Paraná, ao entrar em território argentino, aglutina a característica remansosa do rio Paraguai.

O rio Uruguai tem a sua origem na Serra Geral, na linha fronteira dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O seu curso é notoriamente mais veloz no trecho brasileiro, porque, além de receber águas de inúmeros arroios, o seu declive é, em média, de 43 cm/km. Ao entrar na Argentina, cai para 9 cm/km e, quando desemboca no Rio da Prata, é de apenas 3 cm/km. O vale do rio Uruguai está cercado pelo Pampa e pelo Chaco. Por fim, temos o Rio da Prata com um caudal de velocidade considerável, devido à junção das águas dos demais rios. Outra característica do Prata é a sua desembocadura no Oceano Atlântico, tornando-o de difícil domínio por parte dos navegantes, já que se foram formando bancos de areia e sedimentação nalguns trechos de águas revoltas.

---

<sup>20</sup> *Op. cit.*, p. 88.

Estes são os rios principais que compõem a vasta área hidrográfica da região platina. Além destes, merecem destaque os rios Jejuí e Tebicuari. Estes dois rios são navegáveis em qualquer altura do ano. O primeiro, em particular, desagua no rio Paraná próximo à cidade de Trinidad. O segundo, de maior porte, com correntes mais fortes, chega a Buenos Aires. Com isto, pode-se concluir que estes dois rios tiveram grande importância para o escoamento da produção de erva-mate.

A cordilheira andina é responsável pela nascente de três importantes rios, nomeadamente, o Pilcomayo, o Salado e o Bermejo. O Pilcomayo é o divisor de fronteira natural entre os atuais países Argentina e Paraguai. Da nascente, a 3.900m de altitude, percorre 1.590 km até desembocar no rio Paraná. O rio Salado, por sua vez, é um pouco mais longo, pois percorre 2.335 km desde a nascente, nos Andes, até a sua desembocadura igualmente no rio Paraná. O rio Bermejo percorre 1.450 km nasce na Serra de Santa Vitoria, na atual Bolívia, e desemboca no rio Paraná.

Há também, outros cursos d'água, entre eles, arroios, sangas e pequenas lagunas. Alguns destes são muito rasos, devido ao território plano, formando extensas áreas de banhados nos meses de chuva, com exceção das lagunas Yparacá e Jacarandá que possuem águas permanentes. A laguna Yparacá, na época colonial, ficou muito famosa por suas águas límpidas e salubres que eram capazes de curar diversas enfermidades do corpo, como, por exemplo, a sífilis, além das mazelas da alma<sup>21</sup>.

#### **4. O clima**

A região em questão diferencia-se de uma caracterização climática tropical, mas possui vetores que convergem para uma zona

---

<sup>21</sup> Mariano Antonio Molas *Descripción Histórica de la Antigua Provincia del Paraguay*, Asunción, Ediciones Nizza, 1957. Consultado através da Biblioteca Virtual do Paraguay, [www.bvp.org.py](http://www.bvp.org.py), na data de 23 de julho de 2007, sem paginação.

de transição de climas tropicais e subtropicais. O clima dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (portanto, sul do Brasil) tem uma relativa uniformidade local, caracterizada pelos termos de temperado ou subtropical. Nas regiões ao norte do Paraná, as temperaturas médias oscilam entre os 20 a 22°C, o que caracteriza um clima intertropical<sup>22</sup>. Para o caso dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, as temperaturas terão uma relação mais direta com o relevo, com o mar e, principalmente, com as chamadas latitudes subtropicais. As temperaturas de verão são atenuadas pela altitude da Serra Geral, porém, as máximas atingem os 35°C. No inverno, durante os meses de maio a agosto, nas partes mais elevadas do relevo, ocorre maior pluviosidade e as temperaturas são baixas. Outra influência forte para a queda da temperatura são as frentes frias provenientes da Argentina. Nessa época do ano, os termômetros registram a média de 15°C com mínimas absolutas de 0°C que, por vezes, podem chegar a -10°C. Com isso, é característico do inverno geadas muito frequentes e, ocasionalmente, neve na região serrana.

A cidade de Asunción possui temperaturas muito semelhantes ao descrito anteriormente sobre a região do sul do Brasil. Mas algumas diferenças estão presentes. As temperaturas máximas no período de verão (novembro a fevereiro) atingem os 37°C. No inverno, as temperaturas médias nesta cidade são de 7 a 4°C, contudo, há notícias de temperaturas extremas de -9°C. Nas cidades de Buenos Aires e Colônia do Sacramento, as temperaturas são de 24°C de média no verão e de 14°C no inverno. Evidentemente que, no verão, existem extremos de 40°C nestas cidades, mas, devido à proximidade das zonas geladas da Patagônia, possuem temperaturas médias muito reduzidas durante a estação invernal, podendo chegar ao extremo de -9°C. Na região uruguaia, o clima é denominado temperado, contudo, registra um calor elevado no verão para a classificação estabelecida e, no inverno, é comum a presença da geada, mas raras vezes neva. Na Argentina platina, o clima é

---

<sup>22</sup> Ver Arno Alvarez Kern, *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.

definido como temperado oceânico, sendo por isso considerado um clima ameno.

Uma característica comum a esta região é a concentração das chuvas durante as estações do ano. No verão, o volume de precipitações é menor ao dos outros períodos anuais. Na cidade de Buenos Aires, cuja precipitação média anual anda em torno de 900 mm por metro quadrado, 500 mm ocorrem durante a estação mais cálida do ano. No Paraguai, a precipitação média anual é de 1.300 mm, sendo que 800 mm, cai nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro que correspondem ao verão no hemisfério sul. Por fim, a média de precipitações anuais no Uruguai é de 1.200 mm, igualmente concentradas nos meses do verão austral<sup>23</sup>.

Em suma e parafrasiando Mariano Antonio Molas, ao referir-se ao clima platino na época colonial, pode dizer-se que é benéfico como comprova a sanidade dos seus moradores e causa primeira de muitas famílias principais habitarem em suas casas de campo<sup>24</sup>.

## 5. A fauna

A fauna da região analisada possui alguns elementos que são passíveis de generalizações. Como se trata de uma reconstituição com o objetivo de imaginar como seria a paisagem da época, opta-se por este caminho na presente narrativa, visto que os conquistadores do século XVI e XVII assim o faziam. Além de Pero Lopes de Sousa, o conquistador Ulrich Schmidell, o governador Cabeza de Vaca, o missionário jesuíta Ruiz de Montoya e o funcionário dos limites dos domínios espanhóis e portugueses na América, Felix

---

<sup>23</sup> Ver Franz Kühn, *Geografía de la Argentina*, Barcelona, Editorial Labor, 1930 e Jorge L. Tamayo *Geografía da América*, México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

<sup>24</sup> Mariano Antonio Molas, *Descripción Histórica de la Antigua Provincia del Paraguay*, Asunción, Ediciones Nizza, 1957. Consultado através da Biblioteca Virtual do Paraguay, [www.bvp.org.py](http://www.bvp.org.py), na data de 23 de julho de 2007, sem paginação.

Azara, relata que a fauna platina é composta por várias espécies de animais autótones<sup>25</sup>.

Em primeiro lugar, dentre os animais encontrados pelos autores anteriormente citados, as cobras foram as que, pelos vistos, muito lhes chamaram a atenção. Existia um conjunto de ofídios de tamanhos muito variados, entre 0,5m até 8m de comprimento. Como é natural, as víboras de maior porte aterrorizavam o europeu. Contudo, nem todas possuem veneno, as jibóias, por exemplo, que são cobras de grande porte, enrolam-se em suas presas e as esmagam, provocando, com isso, a morte das mesmas. Depois de morta, a vítima é engolida como é natural das cobras, já que elas, como se sabe, não mastigam. Além disto, como diz o jesuíta Montoya *“costumam tais cobras ficar tão ‘ocupadas’ de dentro ou empanturradas, que de modo algum podem mover-se. E, como o calor delas próprias não basta para a digestão de um grande veado ou javali, remexem-se ao sol, sendo que assim apodrecem (com a carne apodrecida da caça). O ventre cria vermes, aos quais se acercam os passarinhos, que têm assim comida ou pasto para muitos dias. E, passando esse apodrecimento, torna ela a recobrar sua pele e a ficar sã como antes”*<sup>26</sup>. Montoya também relata que existiam espécies tão grandes que eram capazes de engolir um homem e Schmidell assim o confirma, como vê-se na gravura, cuja única forma de matá-las é a tiro, particularmente no caso de cobra aquática. Uma outra serpente relatada pelo jesuíta alimenta-se de peixes, a sua forma de pescar consiste em colocar a cabeça na água e espumar pela boca. Os cardumes, compostos por peixes pequenos, sentem-se atraídos pelas borbulhas, ficando muito fácil à cobra alimentar-se. Por fim, todos os autores assinalam a presença da cobra cascavel, com uma riqueza de detalhes impressionante. Referem-se

---

<sup>25</sup> Evidentemente que haverá, no decorrer do processo de construção colonial, a introdução de animais exóticos na região como é o caso do cavalo e do gado vacum.

<sup>26</sup> Padre António Ruiz de Montoya (Tradução de Pe. Arnaldo Bruxel e Pe. Arthur Rabuske), *Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997, p. 24.



ao crescimento do guizo em cada ano e principalmente ao poder do seu veneno que, no dizer do padre Montoya, “*logo façam ao ‘picado’ lançar sangue pelos olhos, narinas, ouvidos, gengivas e unhas, bem como entre os dedos, em tanta quantidade, que num só momento fique desfigurado*”<sup>27</sup>. Outros répteis venenosos da região são as jararacas, as corais, as cruzeiras, os iguanas e o caimán<sup>28</sup>.

No ponto atrás dedicado à orografia da região, fez-se uma breve referência a um animal, designado em termos eruditos “*Tapirus terrestris*”, conhecido vulgarmente por anta. É herbívoro e, para suprir a necessidade de sal no organismo, come o barro salgado da região, segundo o processo explicado anteriormente. Pode ser considerado um animal de médio porte, já que tanto Montoya quanto Azara dizem que, neste aspeto, é equivalente a um burrico. Possui orelhas bastante pequenas e uma pequena tromba de aproximadamente 21 cm de comprimento. Trata-se de um tridáctilo, uma vez que as suas patas são compostas por três dedos, sendo que nas unhas possui um contraveneno que utiliza como uma interessante defesa natural. Os colonizadores do Prata viram, neste animal em particular, como que uma benção para a manutenção da vida humana na região. Por ter um couro bastante duro, faziam-se capacetes (morriões) que eram capazes de suportar flechadas e tiros de armas de fogo, além do fato de que a carne da anta se parece com a da vaca.

Existiam felinos na região, os autores atrás referidos, relatam a presença do tigre e do leão. Contudo, segundo o que afirma Franz Kühn, “*lo tigre que ha dicho los otros autores es el Jaguar. El león es lo Puma*”<sup>29</sup>. Estes felinos, já no século XVII, eram importunos para a criação de gado, uma vez que são carnívoros predadores. Abundante em toda a região platina é um variado número de espécies de roedores, como, por exemplo, os ratões, os preás, os tuco-tucos, os ouriços, as toupeiras, as chinchilas e as

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>28</sup> Franz Kühn, *Op.cit.*, p. 49

<sup>29</sup> *Idem*.

capivaras, nas margens dos cursos de água. Nas regiões mais frias, encontram-se os guanacos que são aparentados com os camelos, conforme evidencia Khün. Existiam também outros animais terrestres, como o veado, o quati, o javali, a lebre, o tatu e o tamanduá.

Entre as aves, destacam-se espécies aquáticas como patos e garças. Nas regiões próximas ao rio Paraná, e também junto à costa atlântica, nas zonas quentes, tem-se a presença de aves como o íbis, cujo alimento principal são crustáceos e moluscos. Uma ave muito encontrada nas florestas platinas é o tucano. Há variações nas espécies destes pássaros conforme a região em que vive, principalmente, no que diz respeito ao tamanho e à coloração do seu bico. São aves carnívoras, cuja alimentação baseia-se no ataque aos filhotes e ovos nos ninhos de outros pássaros. Nas regiões de florestas mais abertas, abundam as caturritas, pica-paus, anus-preto, seriemas e as corujas. As caturritas são também chamadas de cocótas, devido ao seu canto. São muito parecidas com o papagaio, porém de menor porte e de coloração predominantemente verde, alimentam-se de grãos e pequenos insetos. Para os agricultores, constituem uma verdadeira praga, sobretudo para a cultura do milho, pois estas aves abrem a palha das espigas e comem alguns grãos inutilizando os restantes. Os pica-paus alimentam-se de insetos que vivem no interior das árvores, além de possuírem um penacho característico em sua crina.

Os anus-preto, são aves que, por vezes, não se vêem próximas a cultivos ou pastagens. É uma espécie carnívora, cuja prioridade da sua dieta são os pequenos vertebrados, alguns répteis e os insetos, todavia, também apreciam as bagas. As seriemas também são carnívoras, comem insetos, lagartos e pequenas cobras. Por fim, as corujas, são das poucas aves de rapina da vasta região do Rio da Prata (evidentemente, não é a única, já que existem certas espécies de gaviões).

Uma ave muito característica das regiões próximas dos cursos de águas e zonas mais úmidas é o quero-quero, tem esse nome, devido ao seu canto repetitivo. Estes pássaros constroem os seus ninhos no chão e são muito agressivos a qualquer potencial agressor, atacando-o com voos rasantes, tentando atingi-lo com os seus esporões localizados nas asas. Quanto às aves terrestres, temos as emas que são muito parecidas com as avestruzes, tanto que são assim denominadas pelos europeus, como, por exemplo, Ulrich Schmidell. Já Pero Lopes de Sousa<sup>30</sup> revela que estas aves, além das perdizes<sup>31</sup>, possuem ovos e carnes muito saborosas.

Dentre os insetos, há espécies de formigas que são capazes de construir ninhos (formigueiros) de até 1,80m de altura. Evidentemente que outras espécies estão presentes na região, umas grandes de cor avermelhada, outras mais pequenas de cor negra. Felix Azara dá-nos a notícia de uma espécie muito agressiva denominada de “*Tahyré*” que é capaz de matar e comer, sem deixar restos, um animal de pequeno porte em um curto espaço de tempo. Estas formigas, diferentes das demais espécies, não possuem um habitat específico, tanto que surgem e desaparecem por períodos de tempo, caracterizando dessa maneira o que se pode chamar de uma praga sazonal.

Na entomologia desta vasta região, as abelhas são muito importantes, principalmente no que diz respeito à economia de subsistência das populações autótonas, assim como, com o advento da colonização, para os novos povoadores provenientes do velho continente. Alguns autores, como, por exemplo, Vellard<sup>32</sup>, denominaram a região como sendo uma civilização do mel, já que,

---

<sup>30</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*, Prefácio do Comandante A. Teixeira da Mota e Leitura do Doutor Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, p. 78.

<sup>31</sup> Martin Dobrizhoffer (Traducción de Edmundo Werniche), *Historia de los Abipones*, 3 vols., Resistencia, Universidad de Nordeste, 1967. Consultado através da Biblioteca Virtual de Paraguay, [www.bvp.org.py](http://www.bvp.org.py), na data de 24 de Julho de 2007, sem paginação.

<sup>32</sup> Ver J. Vellard, *Une Civilisation du miel: Les Indiens Guayakis du Paraguay*, Paris, Gallimard, 1939.

*“se conocen en el Paraguay hasta siete especies de abejas; la mayor es doble que la de España y la talla de la más pequeña no iguala al cuarto de la mosca común. Ninguna de ellas pica y todas hacen cera y miel”*<sup>33</sup>.

Os insetos parasitas do corpo humano, vistos neste ambiente, são as pulgas nas zonas mais frias, os carrapatos, inúmeras variedades de mosquitos, sobretudo nas áreas de temperaturas mais elevadas. As moscas também têm a sua presença assinalada, nomeadamente uma espécie em particular que coloca as suas larvas (berne) sob a pele, ocasionando uma ferida muito dolorosa. Os percevejos foram introduzidos pelos europeus<sup>34</sup>. Por fim, os aracnídeos são vistos com frequência na região platina. De maneira geral, as espécies peçonhentas não são mortais aos humanos, contudo, há notícias, principalmente nos inícios da colonização, de casos de mortes provocadas pelas picadas destes animais.

Como principal característica da região em análise, são os cursos de água, de tamanhos variáveis, que compõem a bacia do Rio da Prata. Evidentemente que nestes diversos cursos de água existe a vida animal. Os exploradores europeus da região, nomeadamente Ulrich Schmidell, Cabeza de Vaca, Ruiz de Montoya, Pero Lopes de Souza, Aleixo Garcia, dentre tantos outros, assinalaram que a população autótone se alimentava comumente de pescado. Todavia, não se trata apenas de peixe, já que nas zonas alagadas pelas inundações há uma espécie de caranguejo cujo habitat são as terras barrentas próximas dos rios ou arroios<sup>35</sup>.

Quanto às espécies piscícolas, o que mais causou espanto nos europeus foi o avantajado tamanho dos peixes encontrados na água doce da imensa bacia platina. Concretamente, os maguruius, os surubis, os pacus e as carpas podem chegar ao peso de 10 a 15 kg.

---

<sup>33</sup> Felix Azara, *Op. cit.*, p. 168.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>35</sup> Contudo, as populações autótones alimentavam-se também de moluscos. Este assunto será melhor abordado quanto forem analisadas as populações autótones antes do contato com os europeus.

Há ainda a registrar os linguados, os bagres, as tainhas, os jundiás e os peixes-rei que são “*mayores que en ninguna otra parte, pirapitás, viejas, dentales, mojaditas, anguilas, tortugas diferentes de las del mar, y muchos otros peces*”<sup>36</sup>. Ao banharem-se nas águas platinas as pessoas têm de ter algum cuidado com a periculosidade de espécies como as enguias, as arraias e as, nomeadas por Azara, de “*palometa*”, pois se morderem partes do corpo, como os dedos ou as genitais, podem causar amputações imediatas.

## 6. A flora

A Província Platina possui uma flora característica e diversificada, conforme a sua orografia. Por isso, haverá distinções entre a vegetação da região pampeana, chaqueña e da planície costeira. O pampa é composto por uma estepe de gramíneas e por espécies arbustivas de reduzido porte que é a característica que melhor define esta paisagem. Mas, nas margens dos rios e nos arroios, há notoriamente formações de hidrófitas como as Sauce Criollo (*Salix humboldtiana*) e as Sarandí colorado (*Cephalantus glabratus*). Afastando-nos dos cursos de água, há as espécies mesoxerófilas. As árvores de copa mais aberta, como, por exemplo, as Ñandubay (*Prosopis affinis*) e o Espinillo (*Acacia caven*) estão presentes nos limites entre o Uruguai e a Argentina, acompanhadas de uma vegetação de herbáceas. No rio Uruguai, encontram-se plantas submersas como as Cola de Zorro (*Myriophyllum aquaticum*) e, em águas pouco profundas, há vegetação palustre.

O Chaco possui assinaláveis homogeneidades<sup>37</sup>, pois é composto por zonas de selva de árvores de porte elevado, mas também tem campos abertos em alguns espaços concretos. A paisagem da região chaqueña oeste e sudoeste é predominantemente xerófila; a nordeste, há uma verdadeira selva

---

<sup>36</sup> Felix Azara, *Op. cit.*, p. 123.

<sup>37</sup> Ver Jorge L. Tamayo, *Geografía da América*, México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

com árvores de grande porte e muitas palmeiras, a mais típica das quais é a Caranday (*Copernicia cerifera*). Nos bosques do Chaco, as árvores de maior predominância são os Quebrados e Quebrados Colorados (*Schinopsi lorentzii*) que atingem alturas entre os 8 e os 10m. Por fim, nos campos abertos, as espécies mais características são as gramíneas, formando paisagens muito semelhantes ao pampa. Na mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai, região das missões, as espécies mais comuns são a erva-mate (*Ilex paraguarienses*), o pino (*Araucaria brasiliensis*) além de outras árvores, cuja exploração, no decorrer dos anos, rendeu bons lucros como o cedro (*Cederla brasiliensis*) e o Jacarandá (*Jacaranda mimosaeifolia*). Enfim, além das árvores de grande porte, a vegetação<sup>38</sup> caracteriza-se pela predominância de plantas halófitas, rasteiras e arbustivas, com folhas largas, grossas e com pelos para se protegerem das agressões marinhas.

## **7. As diferentes etnias da população autóctone**

### **7.1. Os índios do pré-contato**

Servindo-se dos resultados das pesquisas arqueológicas, procurar-se-á fazer o estudo das populações autótones da região platina, antes do seu contato com europeu recém-chegado. Na atualidade, existem teorias que buscam a explicação do surgimento do homem no continente americano. Não se trata, neste momento, em fazer uma análise de forma aprofundada das mesmas, mas é de relevante interesse não deixar que este assunto caia nas raias da ignorância. O surgimento do ser humano no continente americano está diretamente relacionado com grandes migrações, como afirma Paul Rivet, “*dizendo que a América, no seu conjunto, é um continente de povoamento relativamente recente, falando em sentido geológico. O homem americano não é autóctone. Vindo do Antigo Continente, não surge no Novo Mundo senão no fim do Quaternário,*

---

<sup>38</sup> Conforme Martín Dobrizhoffer - (Tradução de Edmundo Werniche), *Historia de los Abipones*, 3 vols., Resistencia, Universidad de Nordeste, 1967. Além de Yves Lacaste – (Tradução de Telma da Costa), *Diccionario de Geografia da Geopolítica às Paisagens*, Teorema, Lisboa, 2005.

*depois do retrocesso das grandes glaciações, e só pôde chegar a ele utilizando vias de acesso iguais às existentes hoje, posto que a América possui, desde essa época remota, os seus contornos atuais*”<sup>39</sup>.

Utilizando a travessia do estreito de Behring, que já se encontrava totalmente liberado dos gelos glaciais do final do período Quaternário, tornava-se fácil a transladação entre os continentes, na época em que os dados pré-históricos demonstram a possível chegada do homem no continente americano por esta via. Outro fator que contribui para a argumentação de que este caminho tenha sido utilizado por homens asiáticos, nomeadamente, da Sibéria, da China Ocidental, da Mongólia, do Tibet, da Coréia, do Japão, das Filipinas e da Ilha Formosa é que “*o grau de civilização desses povos naquela época corresponde ao grau de civilização dos povos americanos primitivos*”<sup>40</sup>.

Acredita-se que este caminho foi realizado de maneira lenta e gradual, tendo sido iniciado, nos fins do pleistoceno, como já atrás se disse, perdurando durante todo o período neolítico. Os pesquisadores norte-americanos indicam a data limite de 11.500 anos, tendo como guia a cultura de Clóvis no qual alguns vestígios puderam ser datados pelo método do carbono 14. Contudo, o investigador André Prous refere-se ao “*frequênte menosprezo dos pesquisadores ianques pela formação dos latinoamericanos (embora muitos campeões da presença antiga do homem no continente sejam norte-americanos). Outrossim, a maioria dos norte-americanos não toma conhecimento das publicações nem da problemática sul-americana, mantendo até meados dos anos 90 uma sólida relutância em admitir até a possibilidade de uma ocupação ‘pré-Clóvis’*”<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Paul Rivet, *As Origens do Homem Americano*, São Paulo, Editora Anhambi S. A., 1960, p. 64.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>41</sup> André Prous, “O Povoamento da America visto do Brasil: uma perspectiva crítica”, in *Dossiê do Surgimento do Homem na América*, Revista da USP, nº 34, Jun/Jul/Ago, 1997, p. 13.

Ainda para contrapor a antiguidade do homem no Novo Continente, e voltando-nos para a América do Sul, foram utilizados outros métodos para obter uma datação que não o tradicional carbono 14. Tem-se na região central de Bahia, no Brasil, em um sítio arqueológico denominado de Gruta Toca da Esperança<sup>42</sup>, as datas variando entre 200.000 a 300.000 anos. Com estes valores, leva-nos a crer que o homem americano é mais antigo do que o *Homo sapiens sapiens*, causando diversas divergências entre os pesquisadores e, por isso, acaba por ser desconsiderada. Com datas mais recuadas do que a cultura de Clóvis, portanto, entre 20.200 e 14.700 Antes do Presente (A.P.) tem-se o abrigo sobre rocha de Pikimachay, na província de Ayacucho, no Peru. Outro núcleo arqueológico que não deve ser deixado à margem é o sítio de Monte Verde no Chile que nos dá a data de 11.500 A.P. O já referido André Prous diz que, “no Brasil, o mais forte candidato ao status de mais antigo sítio pré-histórico conhecido é o de Boqueirão da Pedra Furada (S.Raimundo Nonato, Piauí), (...) com datações que remontam a até cerca de 50.000 anos”<sup>43</sup>. Para a região mais ao sul, próximo ao rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, tem-se as datas variantes de 12.270 a 10.400 A.P. Nos países platinos, o Uruguai e a Argentina, as datas referentes aos seres humanos encontrados arqueologicamente são muito próximas às do sul do Brasil.

Conforme foi dito no início deste ponto, existem teorias que buscam explicar o surgimento do homem na América através de diferentes fontes e enfoques distintos. Dentre elas, é uma rota definida pelos antropólogos, os quais, baseando-se na etnografia, confirmam a existência de traços culturais comuns à Austrália. Estes elementos são encontrados na América, principalmente na América do Sul. Um bom exemplo da influência australiana está no simples fato de fixar o machado num bastão flexível dobrado em forma de forquilha, cujos braços reunidos formam o cabo, além do uso de armas de arremesso muito parecidas com o tradicional bumerang

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 15.



australiano. Esta útil ferramenta faz parte do arsenal utilizado pelos Paiaguás (Paraguai e no estado do Mato Grosso, Brasil), pelos Caiapós (região amazônica), pelos Hopi do Arizona e pelos Gabrieleños do Sul da Califórnia. Estas asserções tornam mais evidente a visualização da rota de homens provenientes da Austrália, como mostra Paul Rivet<sup>44</sup>.

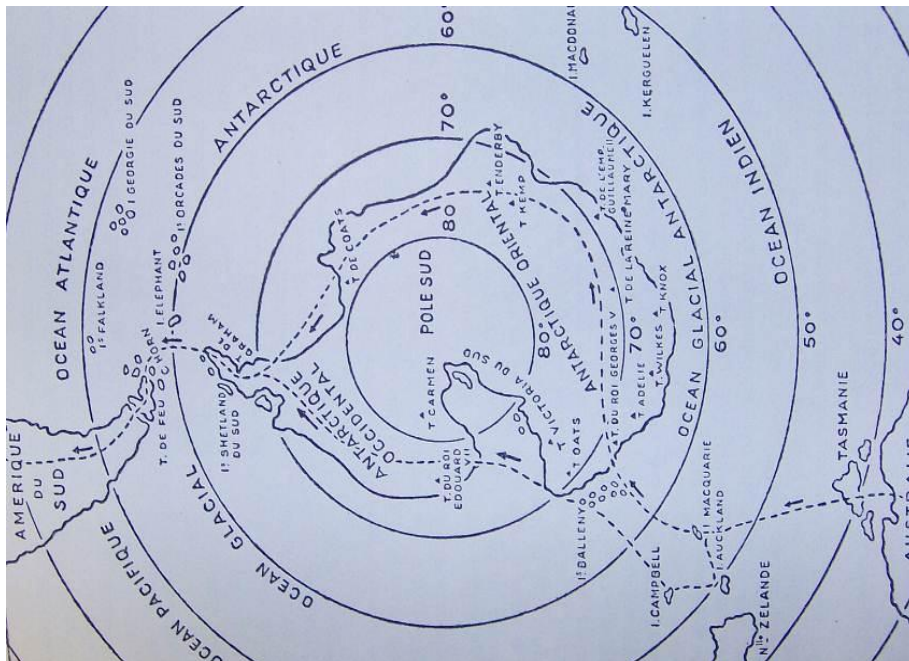


Figura 4: Roteiro de imigração conforme Paul Rivet

Fonte: Paul Rivet *As Origens do Homem Americano*, São Paulo, Editora Anhambi S.A., 1960, p. 93

Estas informações, análises e discussões mostram-nos a ancestralidade do homem americano. Outros importantes dados, são as diferenças físicas e culturais existentes nos autóctones do Novo Mundo, o que se torna bastante evidente na região a que se dedica este estudo. Por isto é que se buscou trazer à tona as diferentes

<sup>44</sup> Ver Paul Rivet, *As Origens do Homem Americano*, São Paulo, Editora Anhambi S. A., 1960.

teorias que explicam o surgimento e a antiguidade do ser humano no continente americano. No entanto, no estudo das populações autóctones da região platina, antes dos contatos com os conquistadores europeus, é bastante comum o emprego da locução “índios pré-históricos<sup>45</sup>”. Para a análise deste objeto é de fundamental importância as pesquisas arqueológicas realizadas e publicadas, pois, só assim se tem notícias do modo de vida dessa população platina.

Para que possamos perceber as distinções das etnias platinas, nunca é demais ressaltar que os caçadores-recoletores e os horticultores não obedeciam a uma escala evolutiva linear como é decorrente nas explicações sobre a Pré-História no continente europeu. Havia, porém, grupos que praticavam a caça e a coleta contemporaneamente aos que já se utilizavam da horticultura como meio de subsistência, além do que, ainda na América do Sul, existia a sociedade complexa dos Incas que perdurou até o contato com os que vieram de além-mar, no século XVI. Por isto é que, devido a estes fatos, a análise dos autóctones do Novo Mundo será muito diferente em relação ao homem do Velho Mundo.

As populações autóctones da vasta região platina continuam a ser pesquisadas, o que pode fazer com que conclusões importantes ainda possam ser trazidas ao conhecimento da comunidade científica. Contudo, o que tem-se como perfeitamente aceite pelos investigadores é que estas populações, por serem em sua maioria nômades, deixaram as suas pistas em toda a bacia platina, fazendo com que as características arqueológicas sejam basicamente comuns.

No Rio Grande do Sul, no período de 13.000 a 8.500 A.P., época em que estão convivendo conjuntamente o ser humano e os animais do tempo, são denominados pelos investigadores, de megafauna. Estes animais de grande porte eram, em inúmeros casos,

---

<sup>45</sup> Cabe salientar que a locução em questão é muito utilizada no Brasil, assim como nos outros países que fazem parte da bacia platina.

caçados pelo ameríndio, mas não eram a única forma de alimentação, pois encontram-se outros animais, já com o aspeto dos atuais, como, por exemplo, o veado, além dos peixes e moluscos. Com as mudanças de clima e a predominância de temperaturas mais quentes, após a última glaciação, o raio de ação destes habitantes autóctones irá se ampliando, assim como a sua cultura material<sup>46</sup>.

No planalto meridional brasileiro, as altitudes máximas podem atingir os mil metros acima do nível do mar. Após o cume vai suavemente baixando até deparar-se com as coxilhas no leste paraguaio e nordeste argentino, denotando assim a sua vasta extensão. Os caçadores recoletores, no período de 6.000 a 2.000 A.P., viviam numa paisagem de floresta subtropical com a predominância das araucárias. Neste ambiente, tinham uma vasta gama de opções para a subsistência, não apenas em meios alimentares, mas também, no que respeita ao fabrico de utensílios e abrigos, já que a madeira era muito abundante. Porém, há vestígios que chegaram até ao nosso tempo, pois conseguiram resistir à muita acidez do solo e à umidade (já que as matérias orgânicas se decompõem com facilidade). Trata-se dos instrumentos líticos.

Os utensílios líticos típicos desta ocupação pré-histórica são os talhadores e lâminas de machados lascados em ambas as faces que, pelo seu tamanho e peso, acredita-se que a sua utilidade variava deste o derrube de árvores até a construção de canoas. Outros objetos como os furadores, os raspadores, as facas e as lascas todos estes eram úteis para o corte de diversos materiais. Um utensílio que chama a atenção pelo seu aspeto são os talhadores lascados bifacialmente curvos, ou seja, em forma de bumerangue. No dizer de Arno Kern, *“são provavelmente artefatos para uso ritual, pois quase não apresentam sinais de utilização. Seus gumes são finamente retocados e apresentam uma empunhadura bem trabalhada. A pureza de suas linhas curvas fazem-nos um dos mais belos*

---

<sup>46</sup> Para que não se torne repetitivo, a cultura material será abordada, quando, mais adiante, neste subtítulo, se falar dos grupos Pampeanos.

*exemplares da arte dos artífices pré-históricos em pedra da região*”<sup>47</sup>.

Nas zonas de paisagem de pampa, a ocupação humana, desde tempos remotos de finais do Pleistoceno perdurando até o Holoceno, possui uma característica arqueológica que denota a sua longa permanência cultural, resistindo ao fenômeno da guaranização<sup>48</sup>, chegando até ao contato com o europeu, a partir do século XVI da nossa Era. Relativamente a estes grupos de moradores dos pampas, sabe-se que a sua cultura material não é estática. Comungando dos anseios científicos de Arno Kern, *“no futuro, saberemos precisar melhor certas variações locais que nos farão provavelmente reconhecer alterações culturais no tempo e diversidades etnoculturais na distribuição espacial. Percebemos, aos poucos, não apenas a manutenção de uma grande tradição cultural, mas reconhecemos que existem mútuas influências entre os diversos padrões culturais distintos em presença*”<sup>49</sup>.

Os utensílios líticos mais característicos destes grupos pampeanos, as pontas de flecha, algumas com as aletas bem definidas e os gumes serrilhados para os tornar mais cortantes e magnificamente bem fabricados, demonstram muita perícia nas técnicas de lascamento. Além destes, existem as lâminas bifaciais, facas e pequenos machados, igualmente fabricados a partir da técnica mencionada. Também estão presentes os furadores líticos lascados e o elemento mais característico desta cultura pampeana são as bolas de boleadeiras, algumas lisas e outras mamiladas, também denominadas de *“rompe cabezas”*. Estes materiais líticos estão presentes, desde o sul do Rio Grande do Sul até ao Uruguai e ao pampa da Argentina, donde se estende até à Patagônia, levando os

---

<sup>47</sup> Arno Alvarez Kern, *Antecedentes Indígenas*, Porto Alegre, Editora da Universidade, 1994, pp.49 e 50.

<sup>48</sup> Este processo será explicado no subtítulo a seguir, quando se descrever as populações Guarani.

<sup>49</sup> Arno Alvarez Kern, *Op. cit.*, p. 63.

pesquisadores a supor que existia algum tipo de contato entre os pampeanos e os patagônicos<sup>50</sup>.

Foram descobertos na região da província de Misiones, na Argentina, em quase todo o Uruguai e em boa parte do Rio Grande do Sul, sítios arqueológicos pampeanos denominados de Cerritos. Trata-se de elevações de terra em determinado espaço, construídos artificialmente em forma mais ou menos circular, próximos a lagoas, banhados ou ao longo dos cursos dos rios, pois assim permaneceriam elevados e secos na época das cheias. Os Cerritos podem atingir os cem metros de diâmetro e os sete metros de altura. Na maior parte das vezes, estão associados, podendo haver grupos de dezenas ou mesmo de centenas de Cerritos. Todavia, já foram encontrados casos isolados, mas são muito raros. Entretanto, devido a datações realizadas, chega-se à conclusão que estes grupos de Cerritos não formavam, obrigatoriamente, um aldeamento único, antes se pode inferir que foram sendo ocupados de forma sucessiva.

As manifestações artísticas dos pampeanos, que chegaram até os dias de hoje, são as gravuras deixadas nas paredes das cavernas e encostas, ou ainda os blocos de pedra isolados. Estes últimos têm sido encontrados desde a zona patagônica até o litoral norte do Rio Grande do Sul. Entretanto, existe o denominado pelos pesquisadores de “pedra gravada” que consta de pequenos seixos de rios, esculpidos, geralmente nas duas faces, com os mesmos signos existentes nas paredes. Nestes signos, podem ser encontrados peixes estilizados, pegadas de aves, de jaguar ou de onça e uma grande variedade de formas geométricas.

Na costa do Oceano Atlântico, entre 6.000 a 2.500 A.P., viviam os índios, num conglomerado de areia e conchas chamados de Sambaqui (derivado da junção das palavras em língua Tupi; Taba = concha e ki = monte)<sup>51</sup>. Estes índios eram essencialmente

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>51</sup> Esta designação foi dada pelos pesquisadores, devido a distância temporal. Não se tem notícias de qual idioma era falado por estes índios que habitavam os Sambaquis.

pescadores, caçadores e recoletores. Este tempo é designado pelos geólogos por *Ótimo Climático*, com temperaturas médias na casa dos 26° C, fazendo com que tenha ocorrido um derretimento das massas polares e um avanço do nível do mar. Deste avanço resultaram misturas das águas marinhas com os cursos de água doce, deixando assim a água salobra muito própria para o desenvolvimento de moluscos, o principal meio de alimentação dos índios que viviam nos Sambaqui. A dieta das populações sambaquianas era complementada com os frutos da pesca, que também eram muito abundantes (podendo ser peixes de vários tamanhos e até mesmo baleias) e da caça, sem evidentemente excluirmos os frutos trazidos a partir da coleta. Suas habitações eram simples, constavam de toldos com esteios em madeira, cobertos, muito provavelmente, com palha.

Apesar da aparente simplicidade do modo de vida destes indígenas, existem alguns elementos de sua cultura que nos mostra algo do seu mundo simbólico. O primeiro destes elementos é o fato de terem sido encontrados, nas escavações, sepultamentos. Como exemplo, tem-se o enterramento encontrado no sítio arqueológico de Itapeva (litoral norte do Rio Grande do Sul), onde estava um esqueleto de uma jovem em posição fetal com a inexistência de qualquer adorno. Outros restos humanos foram encontrados, neste mesmo sítio, junto com ossos de baleia, o que levou o pesquisador a refletir se seria evidência de um ato de canibalismo ritual<sup>52</sup>. O outro elemento cultural que está ligado ao mundo dos símbolos desta população são as esculturas feitas em pedra polida. Geralmente possuem a forma de animais com um sulco bem marcado na parte superior ou na lateral. Os animais representados nestas obras de arte são as aves de difícil definição da espécie, porém, há o exemplo de uma coruja encontrada no sítio Paradeiro de Torres<sup>53</sup>. Os animais

---

<sup>52</sup> Conforme Arno Alvarez Kern, “Pescadores – coletores pré-históricos do litoral norte”, in Arno Alvarez Kern (org), *Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997, pp. 167-189.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 176.

marinhos são os tubarões, alguns peixes, as estrelas do mar, as arraias, além das baleias e botos. Os mamíferos terrestres são raramente representados e tem-se notícia de uma escultura em forma humana encontrada no litoral atlântico do Uruguai. Relaciona-se estas formas de arte com o simbólico pelo fato de que estas representações são pouco encontradas nos restos alimentares e o sulco muito bem assinalado leva-nos a pensar que, em tais peças, algum líquido podia ser por ali canalizado para ser bebido.

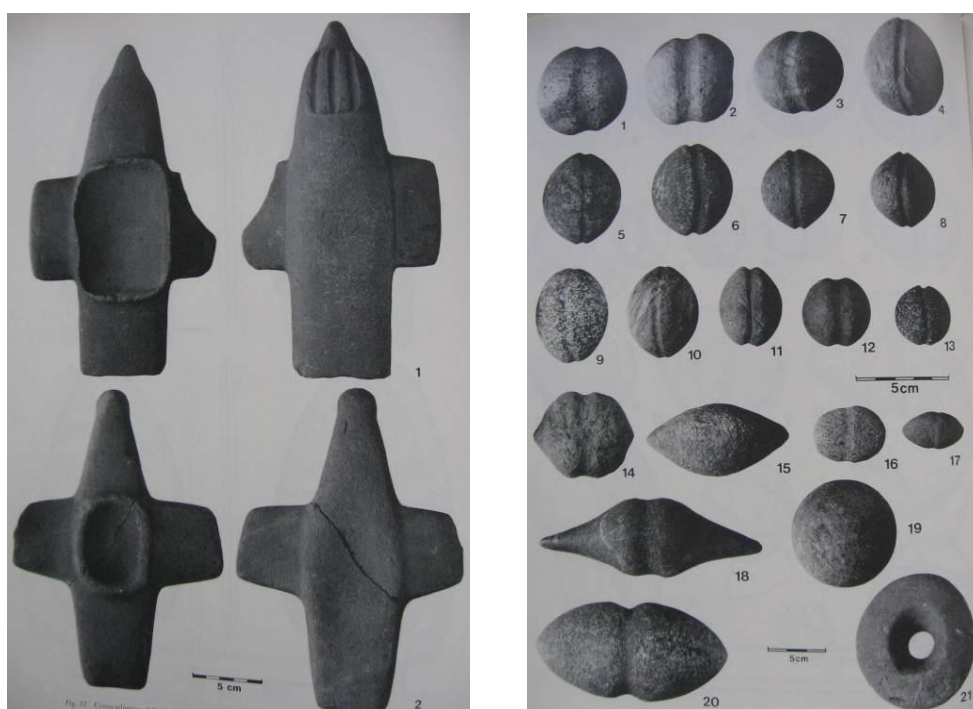


Figura 5: Material lítico de Sambaqui

Fonte: Klaus Hilbert *Aspectos de la Arqueología en el Uruguay*, Mainz, Satz Studio Schumann, 1991, pp. 42 e 43.

Na região serrana, durante o 1.800 A.P. até aproximadamente o século XIX, viviam os índios em casas escavadas no chão e cobertas por um telhado cuja armação era de madeira e o revestimento feito de palha (como pode ser visualizado na figura 6). Além de raros artefatos em pedra, a principal característica, por ser muito frequente, é a presença de alfaías feitas

em cerâmica, cuja tipologia decorativa pode ser observada na parte inferior da figura 6.

Importante e merecedor de ser destacado é que, nas pesquisas pré-históricas da região, a presença de utensílios construídos em cerâmica é unanimemente relacionada com a horticultura. Outro elemento destas culturas indígenas que está relacionado com a produção cerâmica é indicativo de uma sedentarização, pelos seguintes fatores: a construção de casas conforme a ilustração número 6; possuírem cerâmica e, com isto, o cultivo de plantas (neolitização). É de reter que, nos vestígios cerâmicos, há a presença de restos vegetais domesticados, além de que o preparo de um utensílio destes requer a criação de uma série de procedimentos temporalmente onerosos. Se os grupos fossem essencialmente nômades, este tipo de ocupação do espaço não teria razão

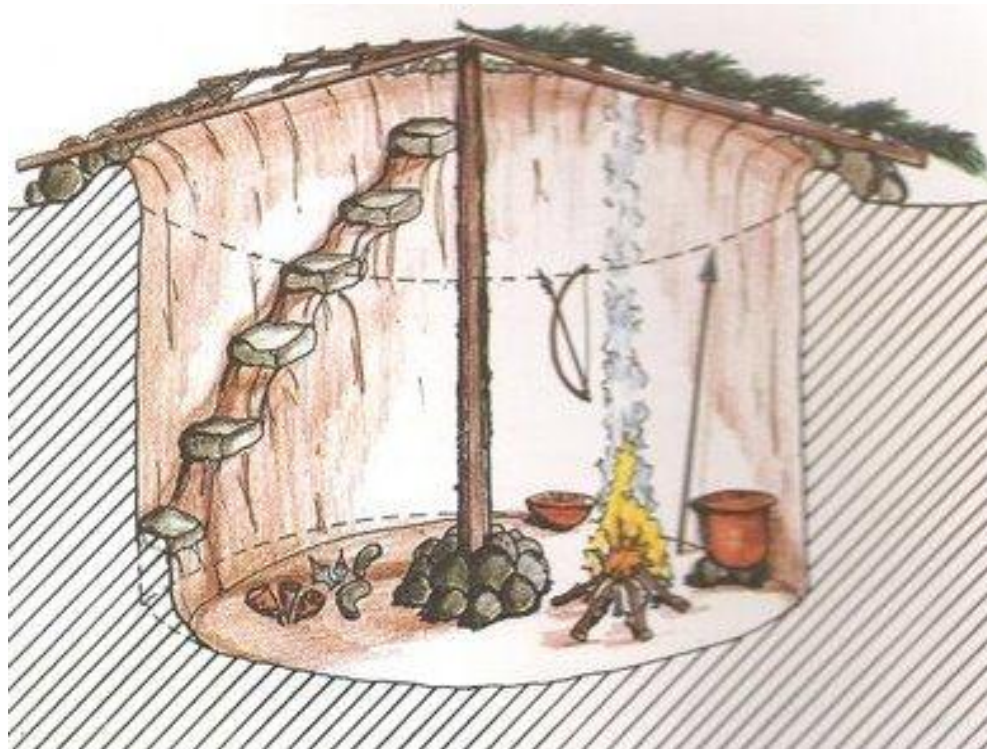


Figura 6: Croqui de Casa Subterrânea do arquiteto L.F.M. Pomier

Fonte: [www.projetoparaisopolis.blogspot.com.br](http://www.projetoparaisopolis.blogspot.com.br), pesquisado em 05/06/2010.



de existir. Nos Cerritos também há indícios do processo de neolitização que, por sua vez, no caso das ocupações mais recentes, pode ser associado a um outro processo histórico ocorrido nas populações autótonas que é a Guaranização<sup>54</sup>. Contudo, esta sedentarização pode não ser completa, ou seja, estes índios podem ocupar um espaço de uma forma mais prolongada e depois mudarem de sítio, o que alguns autores designam de semi-nomadismo.

Nos tempos mais próximos ao do contato com os europeus, a produção da cerâmica estava cada vez mais presente. Na região da mesopotâmia dos rios Paraná e Uruguai *“fueron grupos de pescadores y cazadores, que habitaban en cerritos emplazados a lo largo de los ríos o bañados. La cerámica de la cultura entrerriana presenta generalmente antiplástico de arena, empleando como técnica de decoración punteado e incisiones, siendo los motivos más frecuentes en zig-zag, las gregas, punteados en zonas, etc. El comienzo de esta cultura, también llamada básica litoral, se puede fechar de alrededor del 500 a.C., continuando en algunos yacimientos incluso hasta los tiempos históricos”*<sup>55</sup>.

A partir desta “cultura cerâmica”, surge outra denominada de Ribereños Plásticos que se caracteriza pela beleza de sua decoração, pois, além de haver o uso da policromia, os motivos desenhados são tão variados que vão desde formas geométricas até a zooformas e antropoformas. Estas alfaias, não raras vezes, possuem formas de animais ou de seres humanos. Por fim, colocando-se como grandes responsáveis pela produção cerâmica no Rio da Prata, estão os Guaranis, onde sua presença é bem marcada em toda a região aqui estudada e que será abordada no item a seguir.

Evidentemente que, por se tratar de investigações e investigadores de quatro países distintos, não é de estranhar que as suas constatações e teorias sejam, por vezes, divergentes. Como não

---

<sup>54</sup> O processo de Guaranização será apresentado no item 7.2, onde será desenvolvido.

<sup>55</sup> Klaus Hilbert, *Aspectos de la Arqueología en el Uruguay*, Mainz, Satz Studio Schumann, 1991, p. 30.

é o objetivo central deste trabalho aprofundar os temas dos autótones pré-históricos, diremos em linhas gerais que era desta forma que viviam os índios platinos há milhares de anos. Contudo, fica aqui registrada a advertência expressa por Pedro Ignacio Schmitz, ao dizer que, “*como no ambiente, também na cultura os grupos dos campos do sul devem ser afiliados às tradições platinas e não as brasileiras*”<sup>56</sup>.

## **7.2. Os índios dos contactos com os europeus**

Após a chegada dos europeus, as referências sobre os índios da região platina são provenientes de diversas fontes de natureza histórica, arqueológica ou antropológica. Em se tratando dos séculos XVI e XVII, os relatos dos conquistadores europeus, assim como dos clérigos de diversas ordens e não só, são de valiosíssima importância. Uma informação que não deve ser desconsiderada é que a mobilidade das populações indígenas era muito intensa, mesmo das sociedades mais sedentarizadas. Tal questão tem relevância, pois as áreas de domínio das diferentes etnias indígenas são de grandes dimensões sem nenhuma demarcação aparente. Contudo, os grupos autótones têm as suas maneiras de fazer tais delimitações entre os seus territórios, as quais, não raras vezes, passam despercebidas aos conquistadores europeus.

Na altura da primeira fundação de Buenos Aires, em 1536, Ulrich Schmidell assinalou nesse espaço a presença dos índios Querandies. Por se tratar de um relato de um conquistador não americano a visualizar esta etnia indígena, as diferenças saltaram-lhe aos olhos. É muito comum nas descrições de europeus sobre os índios americanos a referência à vestimenta, neste caso a falta da mesma, pois os índios da região platina costumavam usar, quando

---

<sup>56</sup> SCHMITZ, NAUE e BECKER, “Os aterros dos campos do sul: A tradição Vieira”, in Arno Alvarez Kern (org), *Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997, p. 241.

muito, apenas um pano que os cobria desde a cintura até os joelhos. Os Querandies eram muito bons caçadores e pescadores e, por vezes, auxiliaram no aprovisionamento da alimentação europeia da região. Tanto para a caça quanto para a guerra, faziam o uso do arco com flechas de um comprimento considerável, cerca de 75 cm. Outro artifício bélico, mas também de caça, é-nos referido por Schmidell, nas seguintes palavras: “*Usan también bolas de piedras atadas a una larga cuerda. Lanzando estas bolas a las patas de los caballos o ciervos, los hacen caer*”<sup>57</sup> . São as chamadas boleadeiras, tão comuns dos índios pampeanos pré-históricos, como pode ser observado na figura 7.



Figura 7: Boleadeiras mamilares

Fonte: Klaus Hilbert *Aspectos de la Arqueología en el Uruguay*, Mainz, Satz Studio Schumann, 1991, p. 57

Por se tratar de um grupo nômade, as habitações eram muito simples, apenas armações de madeira cobertas por folhas, peles e couros. Por vezes, certos materiais das coberturas das casas podiam servir de vestimentas nos dias mais frios. As alfaias eram confeccionadas a partir da pedra e madeira e produziam também variados cestos de fibras vegetais. São muito escassos os dados a respeito de sua religião, mas sabe-se que tinham uma crença no poder extraordinário da lua<sup>58</sup>. Estudos revelam que o grupo indígena em questão podia fazer parte do quinto grupo dos *puelche-pampa*, devido ao idioma que tudo aponta para o *taluhet* dos pampas orientais ou ainda denominados de Querandi. Ainda em território hoje argentino, assim como em todo o espaço da Província Platina, durante os primeiros contatos entre os europeus e os indígenas, foi notado um número significativo de etnias distintas. Esta pluralidade deixa, contudo, muitas dúvidas em relação às áreas de domínio territorial das etnias indígenas. Outro fator desta dificuldade é a grande mobilidade destes grupos, conforme já destacado anteriormente.

As margens do rio Paraná proporcionaram condições propícias à fixação de populações indígenas. Além dos índios avistados pelos europeus na época das conquistas, existiam aqueles que preservaram-se de serem vistos, por isso, o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju<sup>59</sup> indica que, etnias como os Timbu, Chana-Timbu, Guaicuru ou Guaraní viveram nas margens do rio mencionado<sup>60</sup>. Estes índios tinham características semelhantes, porém, as diferenças eram marcadas principalmente no que toca ao idioma. A denominação Chana-Timbu classifica uma generalização de diversas parciais indígenas, como, por exemplo, os Mepene, os Mocoretá, os Calchine, os Quiloza, os Corondá, os Timbu ou os

---

<sup>58</sup> Isabel Hernández, *Los Indios de Argentina*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p. 84.

<sup>59</sup> Ver Curt Nimuendaju, *Mapa Etno-Histórico*, São Paulo, IBGE, 1981.

<sup>60</sup> Conforme Anselmo Alves Neetzow, *Diferentes Interpretações sobre o Rio da Prata Quinhentista: Reflexões sobre uma Abordagem Histórico-Arqueológica*, Porto Alegre, PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2001.

Atamburu, os Caracará e os Chana-Timbu<sup>61</sup>. Todos estes tinham idiomas distintos, embora fazendo parte da mesma família linguística, o que revela que podiam ocorrer, ocasionalmente, dificuldades na comunicação entre os índios platinos. Os índios Guaicuru faziam parte da família linguística Mbaia-Guaicuru. Nesta família ainda estão presentes as parcialidades Tosba, Pilagá, Mocoví Abipon e evidentemente os Guaicuru, além dos Paiaguá, dos Mbaia e dos Caduveu. Os índios Guarani estão inseridos na família linguística Tupi-Guarani, o que irá suscitar inúmeros grupos falantes de diversas línguas desta família, além dos dialetos. Entre outros, pode-se citar os Mbyá-Guarani, os Carijós, os Paítaviterã que serão contatados pelos europeus.

De forma genérica, pode dizer-se que os grupos da família Chana-Timbu eram pessoas de estatura alta, vestiam-se com simples panos de algodão e peles curtidas confeccionados de forma rude, apenas para o caso de algumas mulheres cobrirem as partes chamativas do corpo, outras, no entanto, faziam coletes, vestidos, calçados e escudos em couro. O adorno mais utilizado pelos Chana-Timbu era uma perfuração no nariz que era preenchida com uma pedra de cor brilhante. Este enfeite nasal era usado tanto pelos homens quanto pelas mulheres e podia ter formas variadas. Mas havia algumas parcialidades indígenas que, além de adornarem-se da maneira descrita, somavam a ela enfeites de mesmo estilo, porém colocados nas orelhas, nos lábios ou em ambas as partes. Eram muito bons navegadores em canoas e, por conseguinte, ótimos pescadores.

A alimentação baseava-se no peixe, na carne de caça e nos frutos coletados. Contudo, existem indícios de que cultivavam principalmente o milho, mas de forma incipiente<sup>62</sup>. As alfaias eram feitas de pedra, madeira e cerâmica. Tanto para a caça quanto para a guerra, utilizavam tacapes de madeira pura, lanças com ponta de

---

<sup>61</sup> Eduardo F. Costa y Lara, *Los Chana-Timbues en la Banda Oriental*, Montevideo, Aparatado de Anales del Museo de Historia Natural, 1956, pp. 73 e 74.

<sup>62</sup> Eduardo F. Costa y Lara, *Op. cit.*, p. 54.

osso ou de pedra e o arco e flecha que podia ter variações na ponta, conforme o uso, e as boleadeiras também faziam parte do seu arsenal. De certo modo, eram amigáveis, visto que, no contato com Pero Lopes de Sousa, surgiu de dentro da floresta um índio que se chamava Inhandu e que era falante Beguaa-Chana, tendo ocorrido um encontro amistoso<sup>63</sup>. Como estavam com dificuldades na comunicação, o índio em questão saiu em busca de um outro homem Chana que falava várias línguas, para que assim pudesse haver entendimento entre uns e outros.

O grupo indígena Guaicuru, pertencente à família Mbaíá-Guaicuru, caracteriza-se por ser constituído por indivíduos de estatura alta. A autora Isabel Hernández destaca que estes grupos *“fueron conocidos en tiempos hispánicos como frentones, por la costumbre que tenían de raparse la parte anterior de la cabeza, con lo cual seguramente adquirirían un peculiar aspecto físico”*<sup>64</sup>. A sua subsistência era composta, basicamente, pela caça, pela pesca e pela coleta de frutos, mas tem-se notícia de que os Mocoví (grupo da família linguística em questão) possuíam uma horticultura muito incipiente. As tarefas diárias eram divididas de acordo com o sexo. Aos homens cabia a caça praticada com a particularidade de usarem o fogo para o efeito. Geravam incêndio em locais abertos, fazendo com que os animais fugissem para um local que não estava a arder, sendo então surpreendidos pelos caçadores que estavam escondidos à espera. Outra técnica conhecida era o disfarce com plumas na caça de emas. Aos varões do grupo competia ainda a pesca que podia ser realizada individualmente, com o auxílio do arco e flecha, ou coletivamente, utilizando a rede de pesca em pequenas jangadas.

As mulheres eram responsáveis pela coleta dos frutos e do mel<sup>65</sup>. Em alguns grupos, como nos Mocoví, elas coletavam também gafanhotos para a alimentação. As habitações eram toldos

---

<sup>63</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa, Op. cit.*, pp. 88 e 89.

<sup>64</sup> Isabel Hernández, *Op. cit.*, p. 95.

<sup>65</sup> Antonio Serrano, *Los Aborígenes Argentinos*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1947, p. 142.

simples de madeira e de palha e aí deitavam-se em esteiras. Os utensílios eram, em geral, compostos por madeira, couro e pedra, não havendo notícia de que estes índios conhecessem a cerâmica. Nos dias de inverno, cobriam-se com pequenos mantos e com peles.

Importante de ser destacado é que, em certos grupos desta família, como os Abipon, por exemplo, possuíam estratificação social mais complexa do que os demais, havendo, inclusivamente, uma casta nobre, além do chefe e do pajé. No que toca a vida espiritual dos grupos em questão, observa-se a crença em um Deus único, possuindo diversos nomes conforme o idioma usado pelo grupo da família linguística Mbaia-Guaicuru.

Ainda na margem do rio do Paraná, visto que este é um curso d'água de grande porte, os conquistadores europeus enumeram vários grupos, com características muito semelhantes. A exemplo disto, tem-se os grupos denominados de Agaces, Zennais Salvaisco, Mepenes, Curemaguães e os Lambaré<sup>66</sup>. Estes grupos eram essencialmente caçadores-recoletores e pescadores. Tinham em comum utilizarem a boleadeira, o arco e flecha e vestirem-se com um trapo de algodão que se estendia deste a cintura até a altura dos joelhos. Contudo, particularidades em suas culturas foram notadas pelos seus relatores, principalmente no que diz respeito à constituição física e às pinturas e adereços corporais.

Dentre as sociedades indígenas presentes na região platina, pode-se considerar que a mais complexa era a dos falantes da família Tupi-Guarani. Na época do contato com os europeus, viviam em uma vasta área, não só nas margens do rio Paraná, mas também dos rios Paraguai, Uruguai e na costa do Atlântico<sup>67</sup>. Estes índios eram caçadores, coletores, pescadores e desenvolveram a horticultura, sobretudo do milho mais (com mais de 16 espécies) e

---

<sup>66</sup> Conforme Ulrico Schmidel (Tradución de Klaus Wagner), *Relatos de la Conquista Del Río de la Plata y Paraguay 1534-1554*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

<sup>67</sup> Evidentemente que está-se a referir à região platina, pois os grupos Tupi-Guarani possuíam vasta área de ocupação desde o Rio Amazonas até o Prata tanto no litoral quanto no interior.

da mandioca, para garantir a sua subsistência. Viviam em aldeias e sua organização social era essencialmente composta por famílias extensas em que conviviam, na mesma casa, várias famílias nucleares<sup>68</sup>. Nas funções coordenativas destes grupos, existiam dois poderes, um político, exercido pelo cacique, e um religioso, de maior relevância, que estava nas mãos do pajé. Contudo, entre os pajés havia aquele que tinha mais poder e, por consequência, maior prestígio que era o pajé Nhãnderú. Observando a palavra, vê-se que é a mesma que define divindade, o que leva a crer que o contato deste pajé com Deus o tornava mais poderoso e confiável<sup>69</sup>.

A divisão do trabalho, à semelhança dos Mbaíá-Guaicuru, também era feita em função do gênero. Aos homens cabia a tarefa de fazer a coivara (queimada para o plantio), a pesca e a caça, além da proteção da aldeia e das mulheres. Estas, por sua vez, coletavam os frutos silvestres, plantavam, colhiam, cozinhavam e cuidavam da educação dos filhos. Importante o destaque de que os rapazes, depois de uma certa idade, ficavam ao cuidado dos pais para que estes lhes ensinassem as artimanhas da vida masculina do grupo. Evidentemente que as raparigas permaneciam ao cuidado das atenciosas mães que lhes transmitiam todos os segredos da cultura do grupo, desde os adornos feitos com plumas até às pinturas nas alfaias cerâmicas. Os utensílios em cerâmicas tinham formas de acordo com a sua função, além de serem objeto de um tratamento decorativo específico<sup>70</sup>. Contudo, os recipientes pintados (Cambuchí) eram destinados à confecção do Cauim (espécie de cerveja de milho) ou para servir de tigela para beber (Cambuchí-Caguabá) o referido líquido alcoólico. Chama-se a atenção para o fato de que os Cambuchís podiam servir de caixão para as sepulturas de elementos de elevado prestígio no grupo.

---

<sup>68</sup> André Luis Ramos Soares, *Guarani: Organização Social e Arqueologia*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, p. 94.

<sup>69</sup> *Ibidem.*, p. 111.

<sup>70</sup> Ver La Salvia e Brochado, *Cerâmica Guarani*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.



Outros utensílios de uso diário eram feitos em pedra, madeira, osso e couro. Faziam também cestos e incontáveis tipos de trançados com diferentes funções, desde cordas a redes para dormir, passando por tipóias e bolsas.

Dentre os Tupi-Guarani, era comum a poligamia. Com o processo de colonização, passou a ser naturalmente muito combatida, especialmente pelos padres da Companhia de Jesus, além de haver relatos de homossexualismo, tanto entre homens quanto entre mulheres. Possuíam um panteão com diversos deuses e entidades que governavam o mundo. Para estes índios, existiam forças sobrenaturais, as protetoras e benfeitoras e as destruidoras e malfeitoras. Os Tupi-Guarani exerciam o seu domínio sobre outros grupos, num processo conhecido e denominado de Guaranização, conforme referido no item anterior. Há aproximadamente 3.000 a 2.000 A.P., os Tupis e os Guaranis iniciaram o seu processo de expansão, saindo da região amazônica em direção ao sul. Os Guaranis fizeram o seu caminho, percorrendo a bacia hidrográfica platina, em consequência, ocuparam desde o sul do Mato Grosso até a desembocadura do Rio da Prata, além, como muito bem sublinha Arno Alvarez Kern, do litoral do sul do Brasil. Chama a atenção este autor que, *“segundo as informações obtidas nas fontes históricas, aparentemente a chegada dos Guaranis à foz do rio da Prata antecedeu de muito pouco à dos europeus”*<sup>71</sup>. Isto fazia com que estes índios fossem uma das etnias mais avistadas na região, no tempo dos primeiros contatos.

Por serem bons guerreiros e possuírem uma condição bélica avantajada, impuseram-se sobre os outros grupos étnicos que, por sua vez, ficavam com muito medo dos atos de antropofagia que estes realizavam. Outra forma que levava a aculturação dos grupos não Guarani era os casamentos, pois a mulher Guarani era a detentora da cultura, casando-a com um índio de outra etnia este

---

<sup>71</sup> Arno Alvarez Ker, *Op. cit*, p. 106.

acabava por ser ensinado a viver como um Guarani, em sequência a isto, a cultura Guarani passava para as gerações futuras.

Por fim, nas margens do rio Uruguai, próximo do Rio da Prata e em praticamente todo o território atual do Uruguai, localizava-se, na época dos primeiros contatos entre os europeus e indígenas, os Charrua, constituídos por grupos falantes de diferentes línguas. Como muito bem esclarece Isabel Hernández, “*la denominación charrúa hace referencia a una familia lingüística conformada por cinco formas dialectales (...): los guenoa, los yaros, los minuanes o mihuane, y los charrúa propiamente dichos*”<sup>72</sup>. Não conheciam a horticultura, alimentando-se somente de caça, pesca e coleta.

Viviam em pára-ventos de madeira cobertos por palha e couros, construídos pelas mulheres. Por se tratar de um espaço de pequenas proporções, viviam em famílias poligâmicas no máximo de dez pessoas. Os utensílios diários eram produzidos em madeira, pedra e couro, além de uma cerâmica muito rara e tosca. Eram hábeis utilizadores das boleadeiras, coisa que caracterizava este grupo. Possuíam muitos adornos corporais, desde pinturas nos mantos em pele até tatuagens obtidas por cicatrizes, ou seja, sem o uso de tinta. Toda a distinção social era feita pelo gênero, masculino ou feminino, inclusivamente em relação aos enfeites corporais. Por exemplo, um menino recém-nascido recebia no lábio inferior um tembetá (um pequeno cilindro em forma de T que ficava preso ao lábio através de um furo feito no mesmo) como forma de simbolizar a virilidade deste guerreiro promissor. Acreditavam na dualidade das forças naturais (o bem e o mal) e buscavam manter o equilíbrio para que o mal não se sobrepusesse, pois era daí que provinham.

Será este o cenário humano com que os europeus, no seu processo de expansão nesta vastíssima região, irão se defrontar. Será neste ambiente que surgirão as diferentes construções, ocupações e adequações que os interesses provindos do Velho Mundo irão pôr

---

<sup>72</sup> Isabel Hernández, *Op. cit.*, p. 85.

em prática. As diferentes visões ibéricas sobre a região do Prata refletir-se-ão naquilo que hoje lá está.

## **Capítulo II**

### **A REGIÃO PLATINA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO IBÉRICA**

#### **1- A visão do mundo por parte das coroas ibéricas**

Para que possa ser entendida a visão de mundo por parte das coroas ibéricas, é necessário fazer um recuo significativo no tempo, antes, como é evidente, das disputas expansionistas entre Portugal e Espanha. Como é do conhecimento geral, a Península Ibérica tem boa parte de sua História em comum, desde a sua formação, mas, principalmente, a partir do ano de 711, em decorrência da invasão árabe, pois a busca da reconquista cristã dos territórios peninsulares foi uma constante, durante os sete séculos seguintes ao ano mencionado. Contudo, nesta luta constante entre os cristãos e os muçulmanos, nos meados do século XII, se dá a independência de Portugal, já que este território era um condado leonês (Condado Portucalense) desde 1096.

Deve dizer-se que a atitude política e diplomática do Conde D. Henrique e principalmente as ações bélicas de seu filho D. Afonso Henriques prenunciavam intenções separatistas e independentistas. O que marcou a independência de Portugal por parte de D. Afonso Henriques foi justamente o título de rei que

começou a ser por ele adotado, entre julho de 1139 e fevereiro ou maio de 1140, face aos conhecidos acontecimentos e às misteriosas circunstâncias que envolveram a Batalha de Ourique<sup>73</sup>. Entretanto, na Conferência de Zamora, realizada em 4 e 5 de outubro de 1143, Portugal foi reconhecido como reino independente por parte dos leoneses e dos castelhanos. Todavia, o rei D. Afonso VII de Castela e Leão, no intuito de ser imperador de toda a Espanha, defendeu na dita Conferência, que o primeiro rei de Portugal era seu vassalo. No ano de 1179, o papa Alexandre III confirmou Portugal como um país independente, sem qualquer tipo de vassalagem.

A independência portuguesa estava em ameaça permanente, seja por parte dos muçulmanos, seja pelos governantes de Castela. Os mouros foram definitivamente expulsos do território português em 1249 e os castelhanos, na altura da crise de sucessão de D. Fernando I, sofreram uma importante derrota na batalha de Aljubarrota e, mais uma vez, se deu a consolidação do reino de Portugal perante Castela. Convirá salientar, como muito bem o faz José Mattoso, é que, durante todo este processo, o que devemos *“rejeitar, por falta de fundamento histórico, é a imagem de um reino de Leão homogéneo, do qual Portugal teria se separado por inesperada cisão. Também parece difícil de sustentar a imagem contrária, de um Portugal de há muito dotado de identidade própria e que forçosamente tendia para a autonomia, como se ela estivesse inscrita na natureza das coisas”*<sup>74</sup>. Entretanto, em toda a Península Ibérica, havia um ponto que era de grande significado, pois, havendo um inimigo comum, todos os ibéricos participaram na reconquista cristã que irá se refletir no processo de expansão ultramarina. Não é demais de ser ressaltado que, entre as unidades cristãs e as mouras que estavam convivendo e disputando o mesmo espaço, havia guerras, mas não só, pois existiam os tratados, as relações de cortesia

---

<sup>73</sup> José Mattoso (Direção) *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, s/d, p. 62.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 14.

e as intrigas<sup>75</sup>, fazendo desta mescla uma sociedade muito multifacetada. Para o caso da Espanha, o processo da reconquista cristã perdurou de 711 até o ano de 1492, em decorrência de um país muito dividido com uma população crescente e empobrecida, pelo que a guerra cruzadística fundiu-se com a necessidade da expansão ultramarina<sup>76</sup>.

No caso português, a necessidade de expansão tem semelhança com a espanhola, porém, como não podia deixar de ser, tem a sua particularidade. A semelhança está no fato de que, tanto os espanhóis quanto os portugueses, viram na expansão um meio importante para espalhar a fé católica em todos os recantos da terra. A particularidade portuguesa estará em, mais uma vez, garantir e afirmar a sua independência e, com isto, unir-se nos esforços da *Respublica Christiana*, como será demonstrado no próximo ponto deste capítulo. Entretanto, como atrás já foi referido, a Espanha não dispunha de muitos meios económicos para atender às necessidades da sua população cada vez mais crescente. Por isso, em princípio, Aragão virou-se para o Mediterrâneo, em busca das riquezas que chegavam à Europa por intermédio dos italianos, já que Castela ainda estava a se debater com lutas dinásticas, além da presença moura em Granada e no norte de África<sup>77</sup>.

Porém, no reinado de Fernando e Isabel, já em fins do século XV, a Espanha buscará unir as ambições mediterrânicas aragonesas com o cruzadismo de reconquista castelhana, lançando-se, assim, na construção de seu império. Portugal, por sua vez, além dos objetivos já expostos, viu no Atlântico um espaço promissor para impulsionar a expansão, sendo, neste sentido, o pioneiro na construção de um império além-mar. Uma vez que o mar podia proporcionar a riqueza almejada, os lusitanos criaram o excedente nacional com base nas atividades agrícolas e marítimas (o sal e o

---

<sup>75</sup> Pierre Vilar, *História de Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte Lda, 1992, p. 19.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>77</sup> *Idem*.

pescado), até porque isto se refletia nos modelos criados no desenvolvimento do processo expansionista. Todavia, não devemos deixar no esquecimento o pioneirismo português no desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias náuticas para enfrentar os obstáculos impostos pelo domínio dos oceanos<sup>78</sup>.

Com esta breve síntese histórica da Península Ibérica, podemos, com toda a certeza, ter bases mais sólidas e elevadas com o intuito de ver o mundo com os olhos ibéricos em tempos de expansão. O que pode ser concluído é que os contatos entre grupos étnicos distintos eram muito comuns. O que passou a convergir para um ponto em comum foi a questão religiosa, contudo, com o processo da expansão não ocorreu um conhecimento completo das populações indígenas dos continentes descobertos. Evidentemente que os choques entre os europeus e os autótones do Novo Mundo ou de África irão ser facilmente detetados no decorrer destes acontecimentos históricos e, no caso das províncias do Rio de Prata, serão analisados nos capítulos posteriores.

O que devemos reter é que, neste processo de expansão, seja de Portugal seja de Espanha, a busca pelo controlo dos espaços e das gentes que neles viviam, será de suma importância. O raciocínio para a compreensão deste processo parece, num primeiro momento, ser muito simples. Se um país está em plena expansão encontrará no outro um obstáculo a ser ultrapassado para que possam ser alcançados os objetivos. Tomando, como exemplo, a necessidade de organizar o espaço e de produzir riquezas, para que fossem remetidas às respetivas sedes dos impérios, a posse da terra será de fundamental importância, além, como é evidente, da mão-de-obra necessária para alcançar tais objetivos.

Partindo do pressuposto recentemente colocado e voltando-nos para a chegada dos europeus na América do Sul, para o

---

<sup>78</sup> João Marinho dos Santos *Estudos sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 12.

domínio das terras e garantia da devida posse para o rei, muitas vezes a superioridade bélica foi fundamental para alcançar o objetivo pretendido pelos expansionistas do Velho Mundo perante os autótones. Outrossim, para defender a posse das novas terras perante europeus de outros países, também foi necessário o uso da força, caracterizando-se a conquista do Mundo Novo por lutas em diversas frentes e em instâncias distintas.

No que diz respeito à utilização do nativo enquanto mão-de-obra, existem questões que serão melhor trabalhadas no próximo capítulo. Entretanto, convirá deixar aqui bem expressas as seguintes ideias: a escravidão do indígena no Brasil era, desde o princípio, proibida por lei geral, mas que admitia as seguintes exceções: em caso de guerra justa; se o índio já se encontrava na condição de escravo; na eminência de ser devorado e, por fim, se obstacularizasse o processo de evangelização. Por outro lado, se virmos a situação com os olhos de um colonizador do século XVI ou XVII, provocar uma reação agressiva por parte do indígena era muito fácil, além de outras formas como, por exemplo, o caso dos bandeirantes. No caso da colonização espanhola nos territórios sul-americanos, o autótone, juridicamente, também não tinha o estatuto de escravo, o que existia eram regimes de trabalho que aproveitavam o sistema já existente, como é o caso da *Mita*, além de outros modelos por eles criados, conhecidos como a *Encomienda* e o *Repartimiento*<sup>79</sup>.

Os colonizadores lusos, ao criarem e desenvolverem riqueza, a ser remetida para a metrópole, basearam-se na produção agrícola, sobretudo, nos primeiros momentos, na cultura da cana-de-açúcar. Para este tipo de trabalho, buscou no indígena a mão-de-obra necessária, porém, como é sabido, não resultou de forma positiva, sendo preferido para o trabalho agrícola o escravo de África. Retenha-se, no entanto, que o ameríndio foi muito importante no trabalho de corte e transporte do pau-brasil. Se olharmos, mais uma

---

<sup>79</sup> Esta ideia estará presente, novamente, no capítulo III com as devidas explicações.



vez, com os olhos do colonizador, cuja relação com o trabalho era, no tempo em questão, assente essencialmente na produção agrícola compensadora economicamente e susceptível de ser transferida para o Reino, o indígena, por sua vez, mesmo que conheça a horticultura e que viva em aldeamentos e que tenha uma estrutura sócio-política bem definida, com suas lideranças políticas e espirituais e com um complexo grau de parentesco será considerado inapto para a produção pretendida. Isto é devido ao fato de que o natural das terras brasileiras não via na produção um meio de criação de excedente para fins lucrativos.

Devido à noção de riqueza, e aos meios necessários para alcançá-la, os indígenas e os europeus eram muito diferentes, por conseguinte, este choque de culturas que estava a dividir o mesmo espaço territorial, há quinhentos anos atrás, acabou por perpetuar uma ideia pejorativa sobre o indígena. De forma diferente, o escravo provindo do continente africano foi considerado bastante adaptável e apto ao trabalho pelos europeus, na altura do processo de colonização, já que era sedentarizado e conhecedor das lidas agrícolas. Contudo, devido ao tratamento que Antonil designou dos três “P” (pão, pau e pano)<sup>80</sup>, dado pelos colonizadores aos seus escravos, ficou marcada, na sociedade pós-colonial, a ideia de que este era um ser destinado ao trabalho forçado.

Estes são alguns exemplos de uma visão do mundo de mais de quinhentos anos passados que permaneceram do longo e complexo processo de conquista e colonização europeia. Importante de ser destacado é que estas ideias não eram de exclusividade dos colonizadores lusitanos. Os castelhanos, por sua vez, também partilhavam delas no seu processo de colonização dos espaços sul-americanos. Como é evidente, tais ideias pertencentes ao passado deixaram os seus reflexos e por isso se percebem as atitudes de certos grupos atuais que enfrentam o penoso e complexo processo de

---

<sup>80</sup> André João Antonil *Cultura e Opulência do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 42.

superação de tais noções. Com a descoberta e o início da conquista e colonização da região platina, estas ideias, com certeza, estavam presentes, além, como é evidente, da já historicamente referida controvérsia entre os reinos de Portugal e de Castela.

## **2. O Tratado de Tordesilhas e os diferentes interesses europeus**

A importância deste tratado para a construção histórica do mundo em geral é inegável. Em todo o processo de colonização do Novo Mundo, acreditamos que nenhum documento foi tão mencionado, citado e analisado como o Tratado de Tordesilhas. Por isto, não podia ser deixado à margem das análises neste trabalho, pois está diretamente relacionado com as ações ibéricas, também no Rio da Prata. Como é do conhecimento comum, este singular tratado foi assinado em 7 de junho de 1494 pelos representantes dos reis de Castela e de Portugal, na vila castelhana de Tordesilhas, sendo este o motivo que levou à perpetuação da sua designação ao longo da História.

Como primeiro aspeto a ser destacado deste documento é o compromisso não apenas entre D. João II e D. Fernando e a Rainha Isabel, mas também por aqueles que viriam após a eles, pois no texto do tratado está estipulado que ambas as partes deviam “*guardar e cumprir, e assim nossos herdeiros e sucessores, tudo o que por vós acerca do que dito é em qualquer forma e maneira for feito, capitulado, e jurado, e prometido, e prometemos de o haver por firme, recto, grato, estável e valioso, desde agora para todo sempre*”<sup>81</sup>. Dando continuidade aos aspetos mais relevantes deste documento para o presente estudo, o item primeiro é onde consta que o traçado da linha imaginária na partilha das dominações no mundo entre os países ibéricos se localizava a 370 léguas a oeste das ilhas

---

<sup>81</sup> Luís de Albuquerque (Et.Ali) *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 67.

de Cabo Verde. Contudo, é o segundo item deste documento que é merecedor de maior destaque, uma vez que, em relação às terras a serem descobertas, o contrato prevê que *“se acontecer que indo assim alguém da dita raia os ditos navios dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, e de Aragão, etc., achassem quaisquer ilhas ou terras em o que assim fica para o dito senhor rei de Portugal, que aquilo tal seja e fique para o dito senhor rei de Portugal e para seus herdeiros para sempre jamais, e suas altezas lho hajam de mandar logo dar e entregar. E se os navios do dito senhor rei de Portugal acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores rei e rainha de Castela, de Leão, e de Aragão, etc., que todo o tal seja e fique para os ditos senhores rei e rainha de Castela, de leão, e de Aragão, etc., e para seus herdeiros para sempre jamais. E que o dito senhor rei de Portugal lho haja logo de mandar dar e entregar”*<sup>82</sup>.

No item 3 consta, resumidamente, que ambos os monarcas ibéricos deviam enviar duas ou quatro caravelas, com experimentado pessoal no que toca a medições e a técnicas náuticas em geral. O objetivo principal era de realizar uma expedição, nos 10 meses seguintes, para reconhecer os mares, os ventos, os graus do sol e as rotas para melhor definir as posses mundiais referidas no contrato, criando marcos a serem respeitados, com a ressalva de que depois de realizada esta tarefa *“os súbditos das ditas partes não sejam ousados os uns de passar à parte dos outros, nem os outros à dos outros passando o dito sinal ou limite em a tal ilha ou terra”*<sup>83</sup>.

No ponto 4 ficou assegurado o direito de livre navegar, ou seja, os navios espanhóis podiam navegar pelos mares que estivessem na raia portuguesa sem nenhum tipo de contradição, assim como a recíproca seria verdadeira para o caso dos navios portugueses. Mais uma vez, neste ponto do documento, se faz a referência ao fato de que qualquer descoberta que fosse feita, depois

---

<sup>82</sup> *Ibidem*, pp. 68 e 69.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 70.

da assinatura do Tratado, não importava se o descobridor estava ao serviço de Portugal ou de Espanha, mas sim, devia ser respeitada a linha divisória.

No ponto 5 há uma ressalva de excepcionalidade muito interessante, pois fica claro que, até ao dia 20 de junho desse mesmo ano de 1494, se ocorresse a descoberta de terras nesse período até às primeiras 250 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, ficariam para o rei de Portugal, e se houvesse descoberta de terras dentro das 120 léguas compreendidas entre as 250 e as 370 léguas a ocidente das ilhas do referido arquipélago, essas terras pertenceriam ao rei e rainha de Castela e Aragão. Por fim, no ítem 6, ficam escritas as juras de cumprir e de fazer cumprir o que foi consignado no contrato.

O referido documento teve a sua função histórica de dividir, em escala global, os dois impérios em expansão, como é comumente conhecido. Contudo, outros interesses também estavam em jogo na altura da negociação. Em primeiro lugar, como afirma João Marinho dos Santos, a assinatura do Tratado de Tordesilhas não contrariava a política externa de Portugal e sim aceitava e documentava as disputas que vinham sendo travadas com Castela perante o poder papal e ilustrava o desejo de pertencer à *Respublica Christiana*, além do que fez com que fosse reforçada a independência portuguesa perante os castelhanos, pois colocava em pé de igualdade os monarcas<sup>84</sup>. O rei D. João II também tinha o interesse de garantir, com segurança, a rota para as Índias, contudo, habitava a dúvida no pensamento dos contratantes sobre a existência de terras a oeste, principalmente depois da primeira viagem de Cristóvão Colombo, uma vez que o mundo conhecido na época era muito diferente do que foi sendo conhecido com o desenrolar dos tempos.

A questão que é levantada por José Manuel Azevedo e Silva diz respeito a uma indefinição no texto do Tratado, pois nele

---

<sup>84</sup> João Marinho dos Santos, *Op.cit.*, p. 73 e 74.

consta que das ilhas de Cabo Verde é que seriam contadas as 370 léguas para que fosse traçada a linha divisória. Porém, não ficou especificado de qual das dez ilhas desse arquipélago é que devia ser feita a dita contagem e medida. Esta imprecisão de cerca de 50 léguas ocasionou também discussões muito intensas em relação ao Extremo Oriente, principalmente, às Molucas<sup>85</sup>. Com o decorrer dos anos (principalmente após 1494), novas terras foram sendo descobertas e o Tratado, muitas vezes, foi evocado para se perceber a qual país ibérico a nova terra pertencia. Nesta verdadeira corrida pela posse das terras e a maleabilidade de 50 léguas, apontadas pelo autor referido, serão um argumento forte, de um lado e de outro, quando das negociações e justificações das ações realizadas no processo de expansão de cada um dos monarcas da Península Ibérica. Como consequência direta, soma-se a isto o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e para o Novo Mundo e o Tratado de Sintra, no ano de 1509, que veio a regular a pescaria e as conquistas a norte do continente africano.

Os anos de 1511 e 1512 foram marcantes para a história platina, pois as notícias da existência de um grande rio, nomeadamente o Rio da Prata, começaram a surgir de forma mais efetiva na Europa e que serão melhor discutidas e explicadas no capítulo seguinte. Todavia, será de muito proveito reter que, o trecho do item segundo do Tratado de Tordesilhas, atrás destacado, será marcante para a discussão que existiu entre as coroas envolvidas na assinatura do documento. Tal discussão assentava no seguinte: a qual reino da Península a região do Rio da Prata pertencia? Muito provavelmente, nos inícios da verdadeira corrida pela posse desta região sul-americana, era nesta seção do acordo que se iriam buscar os argumentos para defender a posse para Espanha ou para Portugal.

---

<sup>85</sup> José Manuel Azevedo e Silva, “O tratado de Tordesilhas: Entre o real e o imaginário”, Coimbra, Separata da *Revista Biblos*, vol. LXX, 1994, pp. 30 e 31.

Concomitantemente a estes fatos, os portugueses chegaram às Molucas, também em 1512, ocasionando outra batalha jurídico-política e técnica para saber a quem pertenciam. Portanto, este acontecimento não devia ser deixado à margem das análises, pois assim é possível ter o entendimento que o Tratado de Tordesilhas não dividia apenas o Atlântico, mas sim, o mundo todo. Por isso, as disputas luso-castelhanas das terras terá um âmbito muito mais alargado, o que se refletiu nas decisões régias, já que se tratava de impérios à escala global.

### **3. A importância estratégica do Rio da Prata e a sua disputa pelos países ibéricos**

A importância da região platina para os países ibéricos em plena expansão foi diferente, como não podia deixar de ser, modificando-se com o decorrer do processo. Isto aconteceu devido ao conhecimento do mundo que foi ampliando-se conforme as navegações iam avançando em direção daquilo que ainda era desconhecido. Ao analisarmos as primeiras viagens dirigidas ao Prata, vemos que existem três distintos momentos que fizeram com que as estratégias da expansão fossem modificando-se. Em um primeiro momento, as navegações estavam relacionadas com a exploração e reconhecimento da costa, e do interior, da América do Sul. Neste início, onde as terras ainda eram bastante desconhecidas, houve, por parte das coroas ibéricas, uma verdadeira corrida a este espaço, em virtude de muitas notícias (algumas fantasiosas) que foram surgindo na Europa. Um outro ponto relevante neste primeiro período tem a ver com o fato de que as políticas utilizadas pelos governantes não eram muito claras, levando-nos a crer que houve ações de caráter sigiloso, ou então, de cunho não previsto nas ordenações reais.

O segundo momento está diretamente relacionado com o interesse de buscar mais uma alternativa para se chegar ao Oceano

Pacífico. Como é do conhecimento geral, Vasco Nuñez Balboa, no ano de 1513, chegou ao Pacífico, atravessando o istmo que liga as duas Américas<sup>86</sup>. Esta notícia causou na Europa verdadeiro furor, pois a ideia de se chegar a este oceano, utilizando uma rota distinta da conhecida, desde a navegação de Vasco da Gama, começou a ficar cada vez mais presente<sup>87</sup>. Por isto é que Solis e Pinzón tiveram a missão de navegar para a parte austral da América do Sul para alcançar o propósito referido. Porém, como é de senso comum, o objetivo de se chegar ao Oceano Pacífico seguindo pelo extremo sul do continente americano foi alcançado por Fernão de Magalhães, no ano de 1520, que acabou por ligar o seu nome ao estreito que liga os dois oceanos. Contudo, Solis, por sua vez, acabou por não cumprir a missão, mas encontrou um importante curso de água com boas condições de navegação que possibilitava a entrada pelo interior austral do Novo Mundo.

Com isto, a partir da descoberta de Solis é que se iniciou uma nova fase (a terceira como enumerado anteriormente), no processo do conhecimento da importância estratégica da região platina. Conforme será melhor explicado no próximo capítulo, já que este, por sua vez, trata das navegações em direção ao Prata, vemos que este rio recebeu diferentes designações, desde o nome de seu descobridor, passando por nomes bíblicos ou o nome de Santa Maria, até que, por fim, fixou-se a designação de Rio da Prata. Para se chegar a esta denominação, cabe ressaltar que, desde o início das explorações da América do Sul, teve-se a notícia, na Europa, da existência abundante de prata e que um rei nativo era quem detinha a posse de uma mina. Era o chamado Rei Branco, sobretudo depois do episódio do rapto do imperador Inca Atahualpa, no ano de 1537<sup>88</sup>,

---

<sup>86</sup> Miguel Alberto Guérin, “La organización inicial del espacio rioplatense”, in Alejandro Margariños Cervantes, *Estudios históricos, políticos y sociales sobre el Río de la Plata*, Montevideo, s/n, 1963, p. 26.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Ver Raymundo Carlos Bandeira, *História da América*, São Paulo, Atual, 1986; Gernán Vazquez y Nelson Martínez Díaz, *Historia de la América Latina*, Madrid, Ediproyectos Europeos, 1990 e Leslie Bethel, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1997.

quando da conquista do Peru. Como é sabido, o resgate exigido foi o preenchimento de um aposento de um dos palácios incaicos de ouro e outros dois de prata.

Naturalmente, o olhar atento do conquistador, ao ver a imensa quantidade destes metais preciosos, foi tentar saber onde estavam localizadas as fontes de tantas riquezas, porque esse conhecimento era fulcral para o desenvolvimento da ocupação e tomada de posse do território. Entretanto, no ano de 1545, foi descoberta a jazida de Potosi, cuja exploração mais sistemática se dará décadas mais tarde. No entanto, Francisco Pizarro (governador do Peru) e Domingo Martinez de Irala (governador do Rio da Prata) acabaram por convergir para um mesmo ponto na busca da prata. Desta convergência podemos chegar à conclusão de que a bacia do Rio da Prata era um importante meio de acesso e também de escoamento para a Europa deste metal precioso. Compreende-se, assim, que o controlo da navegação e das terras adjacentes do Rio da Prata tenham sido muito disputadas pelas coroas ibéricas.

#### **4. A distorção intencional da cartografia ibérica e a construção imaginária dos domínios platinos**

O império romano, quando da sua expansão, foi o responsável pelo conhecimento dos territórios mais amplos e distantes de que se teve notícia no mundo ocidental daquele tempo. O grande mar, por eles explorado, era o Mediterrâneo, fazendo com que a sua visão do Mundo correspondesse a menos de 1/3 da sua extensão real e a representação cartográfica obedecia, como não podia deixar de ser, a este parâmetro. Cabe salientar que o desconhecido não era cartografado, ou então, eram acrescentados elementos decorativos ou fantásticos aos mapas<sup>89</sup>. A representação cartográfica vai modificando-se com o passar do tempo. Isto é

---

<sup>89</sup> Esta prática irá se estender na produção de mapas no medievo assim como não raros exemplares da renascença.



devido à visão do mundo que vai sendo ampliada, pois “*as viagens marítimas dos portugueses e a partir de concepções medievais do Mediterrâneo, chega-se à construção moderna do Atlântico. A viagem de Bartolomeu Dias faz a ponte entre uma visão medieval de lugar e uma visão moderna de espaço. E o Atlântico imaginário e truncado (antigo) vai cedendo lugar ao Atlântico real e global (moderno)*”<sup>90</sup>.

O ponto de partida para este empreendimento português foram os conhecimentos adquiridos anteriormente, conforme já aqui ficou explícito. A título de exemplo, obras relevantes para o conhecimento do mundo já estavam em território lusitano desde tempos bem afastados. O *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco, estava incorporado na biblioteca de D. João I e foi traduzida para o português no ano de 1509<sup>91</sup>, além de obras como: *O Almagesto* de Ptolomeu, *Rudimenta astronomica* de Alfragano, *Teoria planetarium* de Geraldo de Cremona e o *De magnis coniuntionibus* de Abu Mazer Omar al Balhi não faltavam nas bibliotecas dos reis, ou então, dos infantes de Avis. Isto significa que os portugueses não estavam isolados, nos séculos XIV e XV, dos conhecimentos geográficos e astronômicos que eram advindos de autores mediterrâneos, árabes ou judeus. Não se deve esquecer que soldados e missionários portugueses estavam presentes nas cortes marroquinas, desde os anos de 1300, além do que, muitos cientistas mouros vinham refugiar-se em Portugal<sup>92</sup>.

Com as inovações das técnicas náuticas, a elaboração da cartografia foi sendo aprimorada, uma vez que ambas estão intimamente relacionadas. Uma entre tantas outras consequências da navegação através dos astros foi a localização dos navios, usando a latitude. Esta, por sua vez, foi transposta para as cartas, permitindo

---

<sup>90</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *Op. cit.*, p. 14.

<sup>91</sup> J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos Portugueses e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Editorial Presença Ltda, 1982, p. 53.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 55.

que o navegador estabelecesse a diferença de latitude entre o local onde se achava e o ponto donde tinha partido ou onde tinha a intenção de chegar. Uma simples operação aritmética e a observação dos astros resolvia o problema da localização em mar alto. Luisa Martín Merás adverte que, mesmo que nos mapas Ptolomaicos estejam representadas as latitudes, deve ser posterior a maneira científica de achar tal coordenada geográfica, em pleno oceano, observando os astros com os instrumentos apropriados<sup>93</sup>. Isto resolvia apenas em parte a questão da localização, já que as distorções ocorridas no traçado do meridiano do acordo de 1494 envolveram circunstâncias técnicas, por um lado, e políticas por outro, pois, a “*cartografia quinhentista, de forma explícita ou não, reflecte as implicações do Tratado de Tordesilhas, sobretudo ao colocar o Brasil na área de influência portuguesa, pois foi esse o principal efeito do acordo, registrando ainda os direitos dos Portugueses em África e no Oriente, bem como os de Espanha às restantes partes da América*”<sup>94</sup>.

Entre outras, uma das dificuldades na aplicação prática do Tratado era a falta de meios que pudessem medir, de forma rigorosa, a longitude, fazendo com que as cartas sofressem alterações naquilo que viria a ser a realidade. Este obstáculo foi superado somente no ano de 1764, por John Harrison, ao inventar o cronómetro mecânico que é o instrumento fundamental para achar cientificamente a longitude<sup>95</sup>, pois possibilita o rigor necessário para o traçado das linhas longitudinais e a sua correlação com a elaboração dos mapas e com a realidade geográfica. O que não pode ser deixado à margem das análises é que, durante muito tempo, vários estudos foram sendo desenvolvidos por diversos

---

<sup>93</sup> Luisa Martín Merás, *Cartografía Marítima Hispana: La Imagen de América*, Barcelona, Lunwerg Editores S. A, s/d, p. 64.

<sup>94</sup> *O Testamento de Adão*, V Centenário do Tratado de Tordesilhas, Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, setembro/novembro, 1994, p. 250.

<sup>95</sup> José Manuel Azevedo e Silva, “A Cartografia Hispano-Portuguesa no Tempo de Filipe II”, in *Actas do Colóquio “Filipe II, la Ciencia y la Técnica”*, Madrid, FUNDESCO, 1999, p. 335.

pesquisadores de diferentes países. A exemplo disto, Bartolomeu Velho (cartógrafo português do século XVI) escreveu para o rei francês, pois estava ao serviço deste, um manual com fórmulas matemáticas e estudos astronómicos que possibilitavam calcular a longitude de três formas diferentes<sup>96</sup>. Entretanto, nos três séculos que se seguiram entre o Tratado de Tordesilhas e a invenção mencionada, os pontos considerados estratégicos pelos impérios ibéricos estavam constantemente sendo representados conforme os interesses das cabeças reinantes que os disputavam. Como exemplo de pontos estratégicos, constantemente contestados pelas partes envolvidas na partilha do mundo, temos o Rio da Prata no ocidente que acabava levando consigo grande parte da costa do Brasil. Na parte oriental, por sua vez, as Filipinas eram outro dos pontos de maior controvérsia<sup>97</sup>.

Nas cartas lusas dos séculos XVI e XVII *“do Atlântico e das Américas, umas assinalam o meridiano divisório, outras não, mas umas e outras mostram que o estuário do Prata é todo ou quase todo pertença de Portugal. O que realmente se pretendia era o direito de navegar neste rio e o alargamento das terras brasileiras”*<sup>98</sup>. Evidentemente que os espanhóis, por sua vez, ao representarem as águas da bacia platina, colocaram-na toda no hemisfério que lhes era de direito, em conformidade com o acordado em 7 de junho de 1494, na vila de Tordesilhas. Destes acontecimentos de caráter técnico e político, o autor José Manuel Azevedo e Silva levanta a importante interrogação: *“Como explicar as técnicas usadas pelos cartógrafos portugueses e espanhóis para conseguirem representar nos respectivos mapas o que lhes interessava, satisfazendo a exigência dos objectivos políticos?”*<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII (Contribuição para um estudo completo)*, vol. 1, Lisboa, Edição da Seara Nova, 1935, p. 243.

<sup>97</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *Op. cit.*, p. 333.

<sup>98</sup> *Idem.*

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 334.

Como resposta a esta questão, o mesmo autor diz que “os cartógrafos lusos, a coberto da impossibilidade de medir a longitude, para conseguirem alargar as terras brasileiras e incluir as Filipinas nos mapas, desenhavam a costa brasileira menos desviada para sudoeste e a chinesa mais desviada também para sudoeste, donde resultava o encurtamento do Atlântico e do Índico (se virmos bem, o «M» do Índico aparece-nos muito apertado); os cartógrafos espanhóis faziam precisamente o oposto, desenhavam a costa brasileira muito mais desviada para sudoeste e a chinesa menos desviada, por forma a alargarem o Atlântico e o «M» do Índico, diminuindo enormemente as terras brasileiras e incluindo as Filipinas nos seus mapas”<sup>100</sup>. A distorção referida pelo autor fica evidente na figura que segue. Trata-se de um trecho da folha número 12 do *Atlas* feito pelo português Fernão Vaz Dourado<sup>101</sup> (figura 8), datado de 1571. Está representada, nesta carta, a costa do Brasil desde a desembocadura do Rio Amazonas até o estuário do Rio da Prata. Ao observarmos a imagem, fica claro que, ao norte, desde o Rio Amazonas passando pelo Rio Maranhão até à costa dos atuais estados do Ceará e Rio Grande do Norte é praticamente uma linha reta horizontal, fazendo com que toda a representação já fique deslocada. Em seguida, do sul do atual estado da Bahia até o Rio de Janeiro, a costa desenhada é, praticamente, outra linha reta, agora na vertical. Depois, do Rio de Janeiro em direção ao sul, outras linhas retas quase verticais que são capazes de colocar, não só o Rio da Prata, mas os Rios Uruguai e Paraná com alguns importantes afluentes, todos em território português.

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Ver *Atlas*, de Fernão Vaz Dourado. Reprodução fidelíssima do exemplar da Torre do Tombo, datado de Goa, 1571. Publicado por iniciativa e sob a direcção do Visconde da Lagoa, a expensas da Livraria *Portugaliae Monumenta Cartographica (P.M.C)*, organização de Armando Cortesão e Avelim Teixeira da Mota, 5 vols., Lisboa, 1960.



Figura 8: Bacia do Rio da Prata no Atlas de Fernão Vaz Dourado, 1571.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 21.



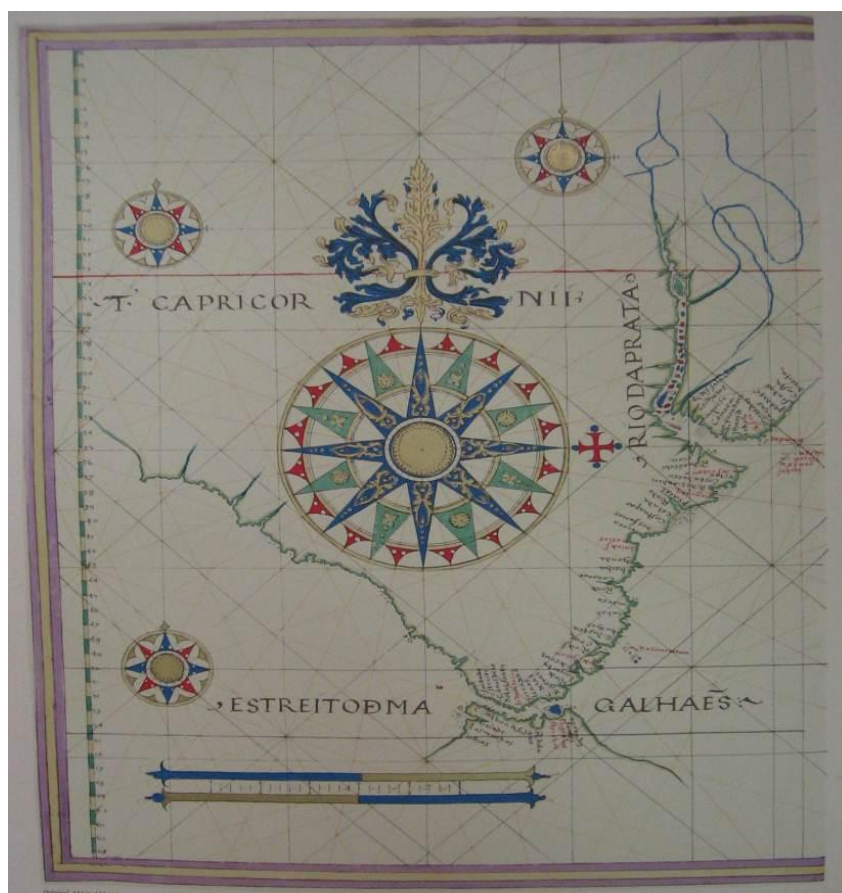


Figura 9: Rio da Prata na carta atribuída a Bartolomeu Velho, 1560.

Fonte: *Portugaliae Monumenta Cartographica (P.M.C)*, organização de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, vol. III, Lisboa, 1960, Estampa 363.

Para que se possa perceber a construção do espaço platino na imaginação político-cartográfica, vemos no mapa a seguir, de autoria atribuída a Bartolomeu Velho<sup>102</sup> (figura 9), datado de cerca de 1560, que, apesar de não aparecerem as delimitações dos impérios, mostra outros aspetos que chamam a atenção do observador. Em primeiro lugar, coloca de forma precisa a localização do Rio da Prata e a extensão com o rio Paraná. Como neste mapa aparece a indicação de alguns rios que compõem a bacia

<sup>102</sup> *Portugaliae Monumenta Cartographica (P.M.C)*, organização de Armando Cortesão e Avelim Teixeira da Mota, 5 vols., Lisboa, 1960, vol. II, Estampa 227.

platina, acaba por levar a entender que esta não termina ali, mesmo com a nascente representada a norte do Trópico de Capricórnio, isto porque, o que salta aos olhos do observador, é o Estreito de Magalhães, sendo este o objetivo principal desta carta. Retenha-se que a expressão “Rio da Prata”, em português, está escrita a oeste da bacia platina. Por outro lado, era tacitamente aceite pelos países que a linha imaginária do meridiano de Tordesilhas passava pela foz do Amazonas (alguns cartógrafos espanhóis fazem passar a referida linha pela foz do Maranhão).

Contudo, levantou-se esta questão para que possamos estar atentos à figura nº 3. Trata-se de um detalhe de uma representação do Atlântico e do Novo Mundo concebidos por Luís Teixeira<sup>103</sup>, no ano de 1600. Observamos que não está ali marcado o meridiano de Tordesilhas, tal como na carta de Bartolomeu Velho, porém, indica claramente as posses portuguesas e espanholas do território com a colocação das armas portuguesas e espanholas e com a união da bacia amazônica e a platina, transformando, assim, o Brasil numa ilha. É o peso do mito da Ilha-Brasil a funcionar. E, como atrás se disse, tomando como referência do meridiano divisório, a bacia do Prata fica no hemisfério português.

---

<sup>103</sup> PMC, vol. III, estampa 360.



Figura 10: Luís de Teixeira – 1600. Mapa da América do Sul representando a Ilha-Brasil e a bacia platina no hemisfério português.

Fonte: *Portugaliae Monumenta Cartographica (P.M.C)*, organização de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, vol. III, Lisboa, 1960, Estampa 364.

Isto é o reflexo de toda uma tradição muito antiga que remonta aos tempos dos egípcios e dos gregos clássicos, pois estes últimos acreditavam na existência de uma grande ilha (Atlântida) que, depois de se afundar no oceano, os pontos mais altos do seu relevo transformaram-se em ilhas isoladas. No universo da imaginação medieva, estas ilhas estavam muito presentes, além da crença de que se localizavam ao largo dos continentes europeu e



africano, sobretudo, depois da divulgação da viagem de São Brandão pelo Atlântico, o qual terá encontrado ilhas edênicas, como as designadas Sete Cidades, Ilha Brasil, Antilia, entre outras. Com a descoberta dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde, a ideia das ilhas mitológicas não desapareceu, mas a sua localização foi sendo deslocada para ocidente, no Oceano Atlântico. Com o avanço das navegações, foram, por vezes, sendo dados nomes destes mitos a terras de existência real como é, por exemplo, o caso das Antilhas que advém da *Antilia*. Para o caso do Brasil, a existência de um mito de uma ilha frondosa e afortunada e, juntamente, com a abundância do pau-brasil são fatores decisivos que levaram a que, entre outros (Vera Cruz, Santa Cruz, Nova Lusitânia) viesse a prevalecer o nome Brasil<sup>104</sup>.

Como não é só de mito que vive o ser humano, desta mesma figura 10 podemos constatar que, no século XVII, o cartógrafo em questão podia estar a obedecer a uma ordem governamental, já que, como será desenvolvido no próximo capítulo, a intenção das posses portuguesas na América do Sul estendia-se deste o Amazonas até o Rio da Prata e, por conseguinte, a todas as terras adjacentes, além dos rios que faziam parte das respetivas bacias hidrográficas. Por isto, tudo leva a crer que, unindo a impossibilidade de rigor do registro das longitudes, as distorções intencionais e o mito das ilhas afortunadas, muito viva ainda naquela época, sobretudo no imaginário português, fez com que o mapa de Luis de Teixeira fosse facilmente aceite como rigoroso. Por se tratar de um ponto estratégico para os impérios português e espanhol, o Rio da Prata, nas cartas geográficas espanholas, também sofreram distorções, como já foi referido antes.

A exemplo da carta de Luís Teixeira em que está presente a distorção não só da costa atlântica da América do Sul, mas também, nas duas grandes principais bacias que a compõe, vemos a

---

<sup>104</sup> Ver José Manuel Azevedo Silva, *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 22-26.

carta de Pedro Cieza de León<sup>105</sup> (figura 11) datada de 1554, na qual aparece bem vincada a defesa dos interesses espanhóis. O Rio da Prata está ali desenhado de uma forma reduzida, em compensação, o rio Amazonas tem dimensão exagerada e aparece rumado em direção ao sudoeste, apontando à região de Potosí.

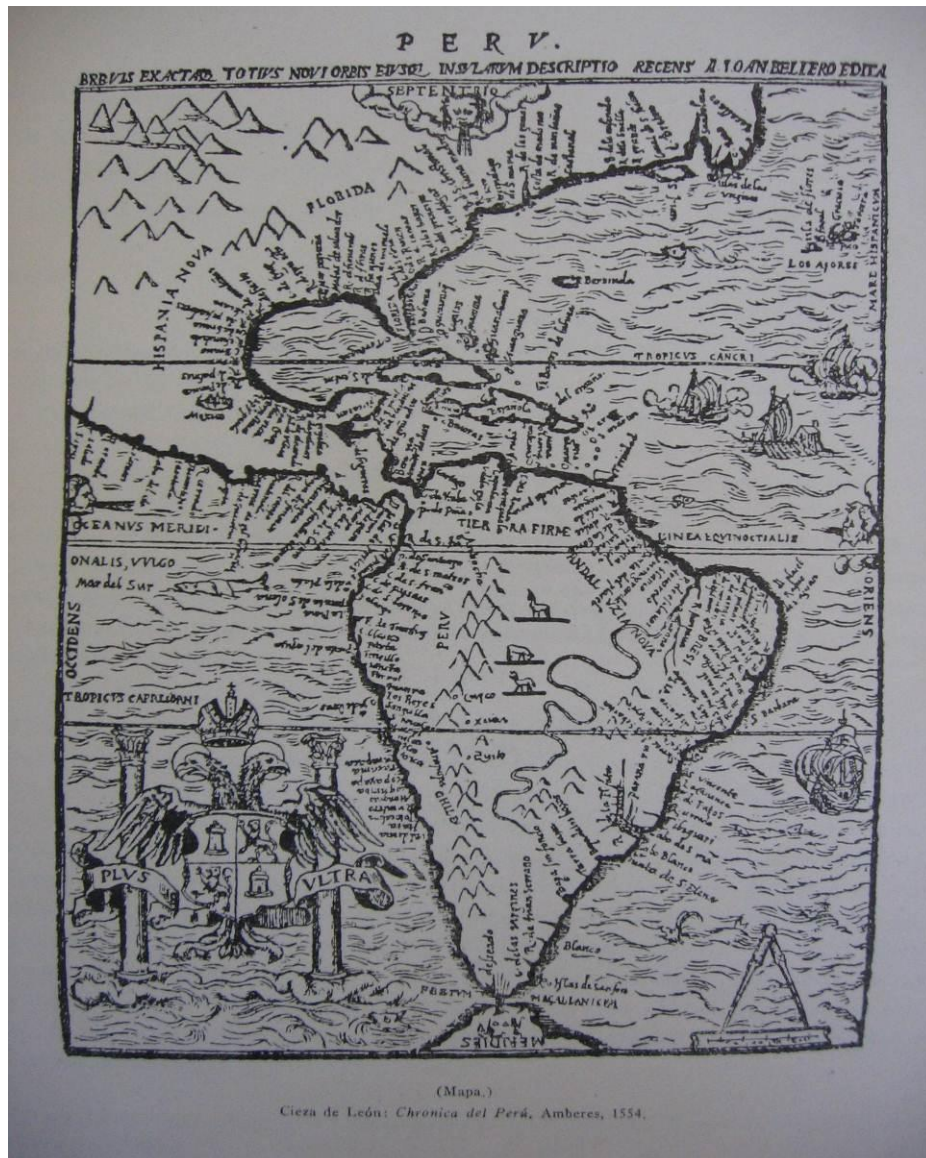


Figura 11: Cieza de Leon – *Chronica del Perú*, Amberes, 1554.

Fonte: Francisco Vindel *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*, Madrid, Gongora, 1965, p. 51.

<sup>105</sup> Francisco Vindel, *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*, Madrid, Gongora, 1965, p. 43.

Sabe-se que o Amazonas também foi palco de muitas discussões entre as coroas ibéricas, mas o que se quer aqui ressaltar é que, mesmo com esta distorção intencional, ou não, fica claro que, tanto pelo Amazonas, quanto pelo Rio da Prata é possível se chegar à prata que está relativamente perto destes dois rios e, segundo o que está lá representado, ambos pertenciam aos espanhóis.

Uma das artimanhas utilizadas, nas cartas geográficas espanholas, para que aquele monarca pudesse apoderar-se de um lote maior nas terras americanas austrais era o traçado do meridiano de Tordesilhas. No mapa de António Herrera<sup>106</sup> (figura 12), fica evidente o atrás referido, além, como não podia deixar de ser, a distorção da costa. Todavia, os portugueses também se utilizavam da alteração do desenho da área de terra mais voltada para o Atlântico, como referido anteriormente, o que escusava, muitas vezes, de colocar num mapa o meridiano em questão, pois ficavam evidentes as suas posses nas terras novomundistas, conforme podemos observar na figura número 13.

---

<sup>106</sup> Francisco Vindel, *Op. cit.*, pp. 75 e 76.

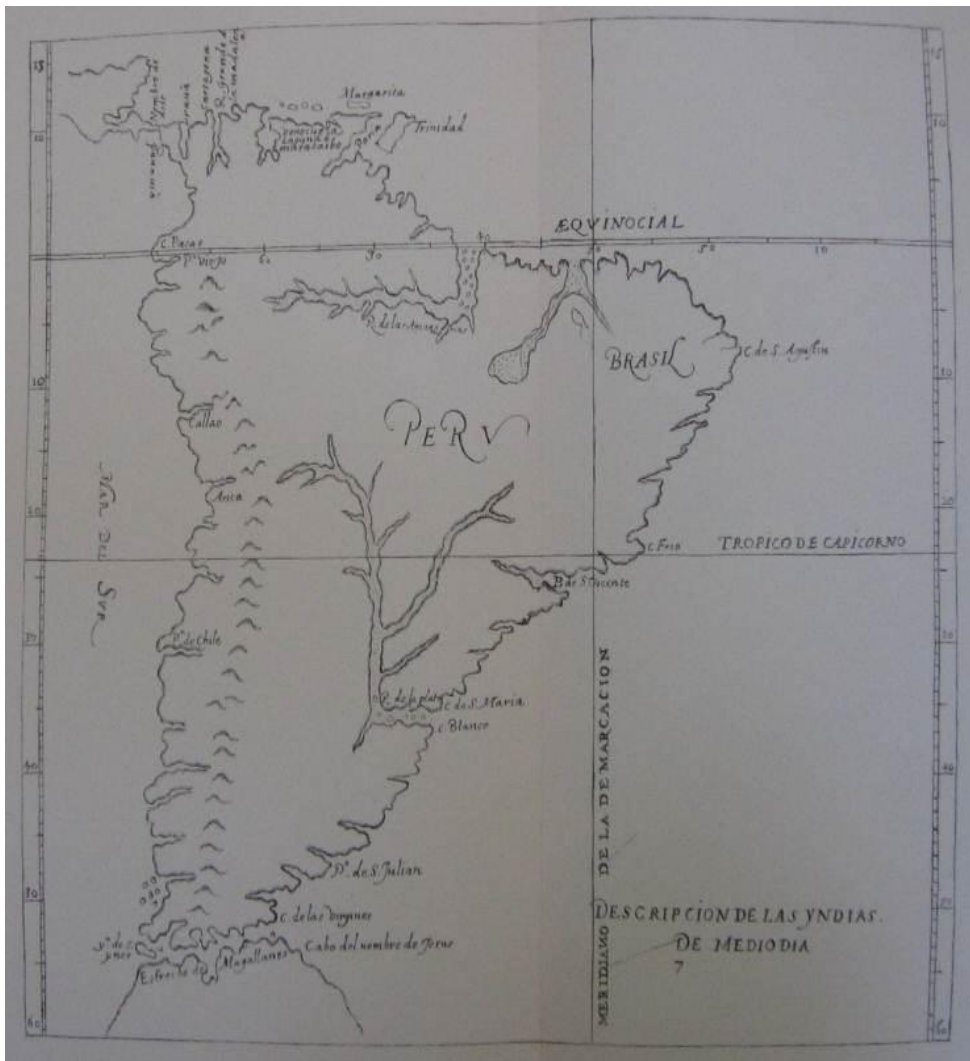


Figura 12: Mapa del Médiodia, Herrera, 1601-1615.

Fonte: Francisco Vindel *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*, Madrid, Gongora, 1965, pp. 75 e 76.



Figura 13: Mapa do Novo Mundo, Diogo Homem, 1558, em que se destaca as bacias amazônica e platina.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 13.

Entretanto, não raras foram as vezes em que os cartógrafos portugueses deixaram representadas, em suas obras, o traçado do Meridiano de Tordesilhas, para marcar suas posses na costa da América do Sul. No momento em que o rei D. João III iniciou o processo de ocupação territorial do Brasil, através das capitanias hereditárias, tornou-se necessário o conhecimento cartográfico. As referidas capitanias, como é do conhecimento geral, preenchiam um vasto território, uma vez que, a largura podia variar entre 20 e 100 léguas no litoral, enquanto o comprimento, ou seja, a projeção do litoral para o interior, tinha como limite a linha do Tratado de Tordesilhas<sup>107</sup>. Para que esta questão ficasse registrada, o

---

<sup>107</sup> Ver António Vasconcelos de Saldanha, *As Capitanias do Brasil: Antecedentes, Desenvolvimento e Extinção de um Fenômeno Atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001 e Boris Fausto, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 2004.



cartógrafo Luis Teixeira<sup>108</sup>, em 1574, fez um mapa com tais delimitações e que podem ser observadas na figura 14.



Figura 14: Mapa das Capitãncias Hereditárias de Luis de Teixeira, 1574.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 23.

<sup>108</sup> P. M. C. vol. III, Estampa 364.

Ao observarmos a referida figura, vemos que as capitánias hereditárias possuem os nomes dos seus respetivos capitães. Com isto, ao fitarmos com atenção e minúcia para a região platina, está escrito no mapa que esta pertencia à capitania de Lopo de Sousa. Outra constatação a que se chega é que toda a desembocadura e a margem oriental do Rio da Prata, até a bifurcação entre os rios Paraguai e Paraná, estão localizadas nas poses lusas da América no Sul, incluindo também, boa parte da atual Argentina, nomeadamente as cidades de Buenos Aires e La Plata e todo o território uruguaio.

Esta disputa territorial através dos desenhos dos mapas não ficou, todavia, restrita aos cartógrafos da Península Ibérica. Como se tratava de um acontecimento à escala mundial, diferentes países europeus entraram nesta que foi, na época em questão, uma grande ruptura e, por sua vez, abertura no conhecimento mundial. Com isto, os interesses económicos entraram em choque e muitas nações em desentendimento. Isto irá se refletir na construção dos mapas. Muitas características da cartografia portuguesa estão representadas em mapas de outras nacionalidades, como vemos na figura número 15.



Figura 15: Mapa Mundi de Pierre Desceliers de 1542, em que se destaca a América do Sul.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 11.

Neste mapa, apesar, como já referido, não ser de um autor português, é baseado nas informações divulgadas pelos cartógrafos lusos. Vê-se, com toda a nitidez, que a zona platina está bem distorcida em direção ao Atlântico. Foi feito por cartógrafo francês e, mesmo que “a França não tivesse participado das grandes navegações, seus reis agudavam apenas o momento certo para interferir na política do Atlântico. E para isso precisavam manter-se a par dos descobrimentos de Portugal e Espanha”<sup>109</sup>. Mesmo com a circulação das informações, o cartógrafo expressa uma dúvida de como chamar o Oceano Pacífico quando escreve “*Mer Pacifique ov de Magellan*” (estando um pouco suprimido no canto inferior esquerdo da figura 15).

Mapas não ibéricos também representavam, de forma mais específica, a construção imaginária dos territórios do Rio da Prata. Renomados centros cartográficos localizados na Itália e nos

---

<sup>109</sup> *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p.11.



Países-Baixos (região de Antuérpia) foram responsáveis pela construção de mapas, sobretudo no século XVI, nos quais estavam representadas as divisões coloniais no continente sul-americano. O imenso território do vice-reinado do Peru, criado no ano de 1543, está representado no mapa de Arnoldus Florentinus<sup>110</sup>.

Na figura 16, observamos a carta do referido autor em que estão evidentes o Peru e o Brasil. Entretanto, torna-se relevante observar que a separação das possessões ibéricas na região se dá pela união entre as bacias amazônica e platina, mostrando assim a Ilha-Brasil, já referida anteriormente, deixando a banda oriental do Rio da Prata e do Rio Paraná no domínio da coroa de Portugal e ficando mais do que evidente a influência lusitana na construção desta carta.

Um outro aspecto da figura 16, que não deve ser desconsiderado, é a demarcação territorial do vice-reinado do Peru. Entretanto, como é o caso da região platina, existiam as províncias. Estas eram, por sua vez, a primeira instância da construção do poder real espanhol nas terras ultramarinas. Isto significa que todo o conquistador, ao estabelecer-se numa região fora da Europa, criava uma província com um governador (porém, há casos de um governador para mais do que uma província). As províncias eram independentes umas das outras, o que se tornava muito dificultoso para o poder central. Para resolver esta questão, a solução encontrada pela Coroa espanhola foi a criação das Audiências que detinham o poder político e podiam responder por mais de uma província<sup>111</sup>. Como pode-se constatar, os domínios europeus na América do Sul estavam divididos conforme as políticas de ocupação das metrópole, sejam elas através das províncias, dos vice-reinados, das capitânias. As fronteiras entre estes domínios também foram muito mutáveis durante todo o processo de colonização que, em alguns casos, perduraram até a tempos posteriores das independências.

---

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>111</sup> Bartomé Bennassar, *La América Española y la América Portuguesa, siglos XVI-XVIII*, Madrid, Ediciones Akal, S.A., 2001, pp. 88-90. Este assunto será melhor explicado no capítulo que trata dos poderes.



Figura 16: América Meridional de Arnoldus Florentinus, século XVI.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 25.

Na figura número 17, vemos o mapa de Sanson d'Abbeville II<sup>112</sup>, datado de 1685, onde estão retratadas as posses europeias na América Meridional. Entretanto, não trata apenas das divisões historicamente conhecidas entre a coroa de Portugal e de Espanha. Neste mapa, em particular, estão divididas em 6 partes as áreas de presença europeia, são elas: Terra Firme, Peru, Brasil, Paraguai, Chile e Terras e Ilhas de Magalhães. Segundo consta no enunciado e na legenda (figura 18) do referido mapa, estas regiões eram dominadas pelos franceses, pelos espanhóis, pelos portugueses e pelos holandeses, todavia, não fica bem explícito a quem pertencia o quê. O que leva a crer, ao observarmos a figura, que na região denominada de Terra Firme, que se localiza no norte da América do Sul, existe uma sub-divisão, tanto que o rio Amazonas e seus afluentes estão representados em cor distinta. Sendo tal mapa datado de 1685, ou seja, depois da expulsão de franceses primeiramente e, anos mais tarde, dos holandeses da costa brasileira, pode ser que tenha sido este local que os ditos europeus escolheram para mostrar para o mundo a sua, ainda presença, na América Meridional.

---

<sup>112</sup> *Mapas Históricos Brasileiros Op.cit.*, p. 55.



Figura 17: América Meridional de Sanson d'Abbeville II, 1685.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 55.





Figura 18: América Meridional de Sanson d'Abbeville II, 1685, detalhe da legenda.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973, p. 55.

O autor argentino Felix Gómez Hernán explicou, em 1945, que esta questão está diretamente relacionada com a corrida expansionista ibérica. Desde o Tratado firmado em Tordesilhas em 1494 e com a descoberta mais austral do Novo Continente aumentaram as dúvidas sobre os domínios reais destas terras. Ainda segundo o autor referido, a *“España, le bastaba la verdade a base del instrumental de la época para establecer la medida de su derecho. Por esto la cartografía de sus navegantes, pilotos, geógrafos y funcionarios es la más exacta. La de Portugal buscó extender sus dominios. Sus geógrafos acortaban la distancia entre*

*el Africa y el Brasil, desplazaban la consta americana hacia el Oriente, y, en sea forma, la línea de Tordesillas avanzaba más hacia el centro del continente*”<sup>113</sup>. Este tipo de ação tomada na construção cartográfica perdurou durante muitos anos e fez com que os erros propositados fossem se tornando mais firmes, reforçando a ideia, já aqui trazida à tona, da sua utilização por interesses políticos.

No que se refere à região do Rio da Prata, está representada “Província Gigante” do Paraguai, assim chamada por autores como Furlong, Levillier, Cardozo e Audibert<sup>114</sup>. Entretanto, foi ignorado pelo autor do mapa que as divisões territoriais já não podiam ser assim descritas, uma vez que, segundo ali consta, as cidades de Asunción e Buenos Aires já não estavam na mesma província desde a separação feita por Manuel de Frias, em 1640, somente em 1776, com a ereção do vice-reinado do Rio da Prata, é que estas cidades voltaram a ser juntas sob a mesma jurisdição. A “Província Gigante” que podemos remontar à capitulação e Don Pedro de Mendoza e exposta no mapa de Sanche-Quell, no capítulo primeiro deste trabalho, sempre deixa evidente a importância da região para as coroas ibéricas que a disputavam. Entretanto, nos séculos XVII e XVIII, foram comuns a presença da “Província Gigante” na cartografia europeia. Segundo Alfredo Boccia Romañach<sup>115</sup> tal representação está diretamente relacionada com a cartografia feita pelos missionários da Companhia de Jesus que, ao erguerem a Província Jesuítica do Paraguai, deixaram-na expressa nas cartas geográficas por eles feitas.

---

<sup>113</sup> Felix Gómez Hernán, *Historia Colonial Americana y Argentina*, Buenos Aires, Kapelusz, 1945, p. 105.

<sup>114</sup> Ver Guillermo Furlong, *Cartografía Colonial Rio Platense*, Buenos Aires, SAECA, 1937; Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S.A. Editores Argentina, 1968; Efraim Cardoso, *O Paraguai Colonial*, Asunción, El Lector, 1996; Alejandro Audibert, *Los Límites de la Antigua Provincia del Paraguay*, Buenos Aires, Imprenta La económica" de Iustoni Hnos. y Cia, 1892.

<sup>115</sup> Alfredo Boccia Romañach, “Breve Historia de la Cartografía Paraguaya”, in *Separata de Historia Paraguaya Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, vol. XLII, Asunción, 2002, p. 214.

Através destas imagens da época em que a concepção do mundo estava em plena mudança, vimos que os interesses políticos e as ideias de caráter fantástico misturam-se na configuração dos mapas. Estes, por sua vez, são o reflexo da imagem que se quer dar aos impérios em expansão. Ao refletirmos sobre esta questão, chegamos ao ponto que tanto os espanhóis, quanto os portugueses, vinham representando os seus domínios no mundo e para o mundo. Então, conforme os ideais construídos pelas coroas e os meios utilizados para os alcançar, fazia com que, por vezes, sonhos fossem concretizados além dos simples interesses políticos ou de enriquecimento. Como é sabido, a Igreja Católica, através da ideia da *Respublica Christiana*, também visava a expansão da fé por todas as terras e povos. Para o caso específico da região do Rio da Prata, a conhecida disputa entre os ibéricos pelas suas riquezas, além da presença da Igreja que queria a conquista das almas, fez com que as imagens fossem sendo construídas com características distintas.

Fica evidente que as terras platinas foram sofrendo modificações, na medida em que as descobertas iam sendo feitas. Não se tratava apenas de encontrar novos rios, novas terras, novas jazidas ou novos grupos étnicos, mas sim na maneira de como fazer com que todas estas variáveis se juntassem no bem comum do império. O que deve ser destacado é que os impérios são construídos por pessoas que têm suas paixões e ambições, coisas que, na região platina, justificam algumas ações realizadas desde o descobrimento do rio até à construção de caminhos e cidades, vilas e povoados, passando pela ereção de bispados ou trabalho de missionação. É nestas realizações que são possíveis de serem captadas as imagens deste universo platino, tão mutável nos séculos XVI e XVII.

### **Capítulo III**

## **OS PRIMEIROS CONTACTOS IBÉRICOS COM A REGIÃO PLATINA**

Desde o início deste trabalho, tem-se vindo a sublinhar que a região platina foi muito disputada no decurso do processo de conquista e colonização. Isto acaba por gerar constantes interrogações aos estudiosos do tema. Buscando algumas respostas as estas inquietações, o presente capítulo abordará os acontecimentos que marcaram a chegada dos europeus a esta região e os primeiros contatos com o espaço e com as gentes autóctones.

### **1. As viagens de descobrimento e exploração ibéricas no espaço platino**

#### **1.1. A primeira viagem e suas discussões**

O início das viagens destinadas ao Prata passa por uma delicada e sempre conturbada discussão, principalmente em relação ao primeiro contato europeu com as terras platinas. É de senso comum que a descoberta feita por Cristóvão Colombo despertou na Península Ibérica um interesse maior por aquelas terras e,



principalmente, pelo caminho realizado, a fim de saber se estavam na Índia ou se tratava-se de uma terra desconhecida. Anos mais tarde da descoberta colombina, Pedro Álvares Cabral encontra a costa brasileira, provocando, mais uma vez, um maior interesse pelas terras do Novo Mundo. Em relação ao processo de descobrimento do estuário platino, tem-se, como primeira expedição, a realizada por “*Fernão de Noronha ou Loronha. Saída do porto de Beseneghe, no Cabo Verde, em Junho de 1501. Chegada ao Rio da Prata em começo de março de 1502 (...), o seu piloto era o florentino Amerigo Vespucci que seria assim o verdadeiro descobridor do famoso rio, e que o batizou com o nome de Cabo de Bom Desejo, hoje chamada Punta Del Este. No mesmo ano Vespucci teria baptizado o chamado Cerro e Montevideo com o nome de Monte Ovidio, ou deixado uma inscrição no cume dele: MONTEVIDI – 1501, que significaria, segundo investigações do ilustre investigador uruguaio Rolando Laguarda Trias: Monte Vespucci Inventi Di – 1501*”<sup>116</sup>.

A hipótese desta viagem ter sido realizada pelo florentino mencionado é defendida tenazmente pelo historiador argentino Roberto Levillier<sup>117</sup>. A sua argumentação é baseada em fragmentos das cartas de 1502, além dos escritos conhecidos pelos nomes de “*Lettera*” e “*Mundus Novus*” e numa análise realizada sobre a cartografia dos finais do século XV e principalmente na do século posterior. Ao ver designado na cartografia o nome de Rio Jordão para o que viria a ser o Rio da Prata, conforme é indicado na investigação de Levillier, o historiador Luís Ferrand de Almeida

---

<sup>116</sup> Fernando O. Assunção, “Presença e Herança Portuguesa na Região do Rio da Prata”, Conferência proferida pelo Dr. Fernando Assunção na sessão solene de abertura do *1º Congresso do Patrimônio Construído Luso no Mundo*, na sede da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 23 de Março de 1987, Coleção 10 de Junho, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Instituto de Apoio à Imigração e às Comunidades Portuguesas, 1987, p. 8. Ver também, Roberto Levillier, *Americo Vespuccio*, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1966; Rolando A. Laguarda Trias, *El Predescobrimiento del Rio de la Plata por la Expedicion Portuguesa de 1511-1512*, Lisboa, Tipografia Silvas, 1973.

<sup>117</sup> Roberto Levillier, *America la Bien Llamada*, 2 vols., Buenos Aires, Editora Kraft, 1948.

contesta, alertando para o fato de que os mapas construídos no século XVI têm, com muita frequência, erros de latitudes e ainda que o “Rio Jordão aparecesse sempre, na cartografia primitiva, em 35°, isso não significa necessariamente que ele se identificava com o Prata. Acontece, porém, que o Jordão não está sempre à mesma latitude, o que enfraquece ainda mais o argumento de Levillier. Assim, em King-Hamy (1502), vemos um golfo sem nome em 25-27°, prolongando-se a costa até 33°. No mapa de Pesaro, o mesmo golfo inominado está em 35-37°, aparecendo também em Silvano e Lenox na latitude de 35° e no Waldseemüller de 1505 em 33°. Quanto ao rio com a designação de Jordão, ora nos surge em 35° (?) (Kunstmann II), ora em 33-34° (Canerio), ora em 40° (Waldseemüller, 1507), ora em 27° (Ruysch), ora em 32° (Waldseemüller, 1516)”<sup>118</sup>. O golfo que é representado nos mapas antigos, com o nome de Jordão e por vezes sem denominação, nada mais é do que um pequeno rio próximo a Angra dos Reis, no Brasil. O Rio da Prata, por sua vez, nestas mesmas fontes possui o nome de Baía dos Reis<sup>119</sup>. Contudo, entre os anos de 1523 e 1536, é localizado em alguns mapas da época o Rio da Prata com o nome de Rio Jordão. Esta informação é de crucial relevância, pois assim não podem ser considerados como erro os argumentos do estudioso argentino. A isto, em Coimbra, Luís Ferrand de Almeida explica que a carta denominada de Turim, do ano de 1523, possui em sua construção deficiências, ao “dar o nome de Jordão ao Rio da Prata, sendo o primeiro a cometer tal erro. A prova de engano é-nos fornecida pela própria carta ao apresentar simultaneamente o Jordão no seu verdadeiro sítio (cerca de 23° 30’), entre a bem conhecida série de lugares do Brasil: Cabo Frio, Rio de Janeiro, Rio dos Reis, Pináculo da Tentação, S. Sebastião, S. Vicente e Cananeia, todos entre 23 e 25°. O nome de Jordão aplicado ao Prata volta a aparecer depois em vários mapas até 1536, desaparecendo então

---

<sup>118</sup> Luís Ferrand de Almeida, “Vespúcio e o Descobrimento do Rio da Prata”, in *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo VI, Coimbra, 1955, p. 26.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 29.

*definitivamente*”<sup>120</sup>. Retenha-se que os membros das cortes, os altos funcionários, os navegadores e os cronistas do tempo nunca usam nos seus escritos o nome Jordão para designar o estuário platino, mas sim, rio de Solis, Santa Maria, S. Cristóvão ou até mesmo Rio da Prata, ou seja, fora dos mapas nunca recebeu tal designação<sup>121</sup>.

Desta argumentação acerca da cartografia, Luís Ferrand de Almeida continua a análise a respeito do exposto, publicado e muito defendido pelo historiador argentino, agora, porém, faz a suas afirmações a respeito das fontes escritas, nomeadamente as cartas referidas anteriormente, utilizadas por Levillier, dizendo que das *“seis cartas atribuídas a Vespúcio cinco fazem referências à viagem de 1501-1502, mas só quatro nos interessam, porque a de 4 de Junho de 1501 foi escrita à ida de Cabo Verde. Antes de mais deve notar-se que em nenhuma destas epístolas há a mínima alusão ao Rio da Prata ou qualquer rio, golfo ou canal com que ele se possa identificar”*<sup>122</sup>. Na carta Vespuciana *“Lettera”*, como afirma o historiador de Coimbra anteriormente citado, não diz que as 750 léguas foram percorridas diretamente desde o ponto inicial, o Cabo de Santo Agostinho, em direção ao sul. O que ocorreu foi que *“a expedição atingiu a terra brasileira em 5° de lat. S e daí ao referido cabo contou 150 léguas, percorrendo depois mais seiscentas a partir deste ponto. A interpretação de Levillier conduz ao absurdo, porque uma viagem de 150 léguas para poente do Cabo de Santo Agostinho faria entrar os navios pela terra dentro! O equívoco resultou de Vespúcio se ter explicado mais misturando o percurso feito antes do Cabo com o que foi feito depois, e falando de inflexão da costa para poente entre 5 e os 8° de latitude, o que só em pequena parte é verdade. Dando ao texto único sentido razoável facilmente concluímos que as 600 léguas a partir do Cabo de Santo Agostinho, atribuindo 17 ½ léguas ao grau (segundo a medida portuguesa do*

---

<sup>120</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>121</sup> *Idem*.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 39.

*tempo), só permite chegar, quando muito à foz do Prata (35°)*<sup>123</sup>. As latitudes mais ao sul terão sido alcançadas quando do retorno da expedição à Europa, portanto, já distante da costa, visto que, para a navegação à vela, nem sempre os caminhos mais curtos são os mais rápidos e mais seguros, pois têm que respeitar o regime dos ventos e das correntes marítimas. Por isto é que, como salienta o historiador português, “*se as cartas de Vespúcio são autênticas e se o Florentino diz a verdade, - coisa de que Levillier não duvida, - torna-se evidente que a expedição portuguesa de 1501-1502, não descobriu o Rio da Prata nem a Patagônia, porque não ultrapassou, junto à costa, a latitude de 32°, ou seja, o actual estado do Rio Grande do Sul*”<sup>124</sup>. O que é atestado pelo autor argentino, ao afirmar que, por vezes, o próprio Américo Vespúcio silencia-se a respeito de informações sobre a costa avistada e seus detalhes da orografia<sup>125</sup> levou Luís Ferrand de Almeida a concluir “*que a cartografia não permite, pois, como já tivemos a ocasião de ver, o Cananor de 1502 não estava na Patagônia e o Rio Jordão, suposto Prata, era apenas um pequeno rio do Brasil, perto de Angra dos Reis... Por outro lado, os dados bem claros da carta fragmentária de 1502 e da Lettera sobre o rumo da armada, assim como o total silêncio dos documentos vespucianos a respeito de descobrimentos na costa americana ao sul de 32° acabam por reduzir a nada a laboriosa construção do historiador argentino*”<sup>126</sup>.

Com a intenção de dar por encerrada esta discussão, surge o argumento de que o rei D. João III, para justificar a posse e a presença lusitana na região platina, invoca a expedição realizada por João de Lisboa e Estevão de Froes nos anos de 1513-1514, deixando de lado qualquer outra data mais antiga, o “*descobrimento do Prata*

---

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>125</sup> Ver também, Carlos Malheiro Dias, “A Expedição de 1501”, in, Carlos Malheiro Dias (Direcção e Coordenação Literária), Ernesto de Vasconcellos (Direcção Cartográfica), Roque Gameiro (Direcção Artística), ***História da Colonização Portuguesa no Brasil***, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, Porto, Litografia Nacional, vol. II, 1923.

<sup>126</sup> Luís Ferrand de Almeida, *Op. cit.*, pp. 43 e 44.

*em 1502 pela simples razão de que ele não existiu*”<sup>127</sup>. Os argumentos do professor de Coimbra lançados sobre a investigação do colega argentino levam-nos a crer que a expedição de 1501-1502, a respeito da qual Américo Vesputio afirma que esteve por regiões ao sul da América do Sul, não chegou na região platina, além das outras hipóteses que já foram aqui aludidas. O que não deve ser deixado de lado é que, nesta expedição na costa do nordeste do Brasil, foi criada, por Fernão de Noronha, a primeira feitoria de pau-brasil, iniciando, com isto, o processo de ocupação e de colonização brasileira.

## **1.2. A segunda viagem e suas discussões**

A segunda viagem de reconhecimento e exploração da região do Prata foi também patrocinada pela coroa portuguesa, entre os anos de 1511-1512. É preciso ter em conta que estas datas estão sendo muito discutidas. A expedição era composta por duas caravelas, capitaneadas, respectivamente, por João de Lisboa e Estêvão de Froes ou Frois. Os navios foram armados por Dom Nuno Manuel e Cristóvão de Hare. A viagem teve início em Lisboa, onde partiu no ano 1511, com uma licença real para fazer descobrimentos na América do Sul, além do reconhecimento da terra, investigar a existência de metais preciosos e outros produtos de grande valor econômico para incrementar os negócios portugueses em expansão na época. O comando e responsabilidade desta empresa esteve a cargo do capitão Diego Ribeiro que era fidalgo da corte portuguesa.

A primeira escala, que estava prevista, ocorreu na Bahia de Todos os Santos, local onde realmente se tem notícias de que foi feita esta paragem. Todavia, aconteceu uma contenda com os índios da qual resultou a morte do capitão Diego Ribeiro, pelo que o seu cargo foi assumido por Estêvão de Froes. Com o seu novo comandante, seguiu-se viagem rumo ao sul, onde, por fim, chegaram

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 46.

ao antigo Cabo de Santa Maria (atual Punta del Este) e que na altura lhe foi dado o nome de Cabo do Bom Desejo. Rolando Laguarda Trias nos faz observar que este Cabo de Santa Maria “*es el topónimo más meridional registrado en la lista de treinta y seis denominaciones geográficas de la costa oriental de América del Sur confeccionada por Juan de Lisboa y fue incorporado en 1516 al Regimiento do Astrolábio (ejemplar de Évora) que consagró oficial y definitivamente en los medios náuticos esta admirable determinación de latitud*”<sup>128</sup>. O topónimo que marca a presença desta expedição ao estuário platino é o da Isla de las Flores que teria, originalmente, sido chamada de Ilha de Froes que, por deturpação dos idiomas ibéricos, nos chegou na forma atual<sup>129</sup>.

Seguiram depois até a altura de Punta Colonia (próximo de onde seria construída, em 1680, a Colónia do Santíssimo Sacramento), porém, um mau vento forçou-os a tomar o rumo da costa do Brasil. Cerca de 200 léguas após o Cabo do Bom Desejo, foi feita nova paragem num porto chamado dos Patos. Ali tomaram conhecimento da existência de metais preciosos, sobretudo ouro e prata, que era um dos objetivos principais de tal viagem. Nesse ponto, dá-se a separação entre as duas caravelas. A caravela comandada por João de Lisboa seguiu viagem, enquanto a de Estêvão de Froes permaneceu para ver as hipóteses de localização do ouro e da prata de que tiveram notícia. Antes de dar continuidade à viagem até à Europa, João de Lisboa fez outra paragem, agora na feitoria do Rio de Janeiro, onde fez um carregamento de pau-brasil, para aí sim, aproveitar as condições favoráveis de navegação e chegar com segurança ao Velho Mundo. João de Lisboa conseguiu chegar a Lisboa em novembro de 1512, porém, Estêvão de Froes não teve tanta sorte. Quando Froes partiu rumo a Portugal, próximo ao Cabo de Santo Agostinho deparou-se com ventos contrários, fazendo

---

<sup>128</sup> Rolando A. Laguarda Trias, “Pilotos portugueses en el Río de la Plata durante el siglo XVI”, in *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIV, 1988, p. 60.

<sup>129</sup> Fernando O. Assunção, *Op. cit.*, p. 8.

com que sua caravela fosse atracar nas Antilhas. Como resultado disto, esteve preso e só foi libertado a pedido do rei Dom Manuel, em 1517<sup>130</sup>.

Terminou, pois, com sucesso, a expedição de João de Lisboa e Estêvão de Froes ao Rio da Prata. Alguma confusão, ainda hoje, é causada sobre as datas desta viagem e principalmente no que trata do seu pioneirismo. Não são raros os autores que colocam esta expedição com datas de 1511 e 1512, outros, porém, colocam-na como sendo datada dos anos de 1513-1514. Isto é devido aos relatos pouco divulgados na época e, principalmente, às informações contidas na “Nova Gazeta das Terras do Brasil” (Newen Zeytung auss Presillg Landt). Este documento já foi muito discutido e desconsiderado por alguns autores, devido à sua forma imprecisa de tratar os dados que seriam de primordial importância. Fazendo apenas menção a D. Nuno Manuel, não são revelados os nomes dos pilotos dos navios, as coordenadas geográficas por onde passaram e, principalmente, a data da tal expedição portuguesa, composta por dois navios, em que um deles atracou na ilha da Madeira por falta de mantimentos, enquanto do outro não se teve mais notícias. Como explica Klaus Hilbert<sup>131</sup>, este documento tem o seu valor enquanto divulgação das informações que constam em outros documentos, nomeadamente, as cartas de Vespúcio e acrescenta ainda que as informações inéditas sobre os cobertores em pele utilizados pelos índios platinos seriam um importante produto de comércio a ser explorado pelos mercadores da Europa Central, visto que a língua original do documento é o alemão.

A outra questão que se faz presente, neste momento, é em relação ao ato de descobrir. O que significava descobrir, em um período em que o homem europeu se via cada vez mais espantado com o mundo à sua volta e tendo contato com informações que lhe

---

<sup>130</sup> Rolando A. Laguarda Trias, *El Predescubrimiento del Río de la Plata*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, p. 106.

<sup>131</sup> Klaus Hilbert, “A Descoberta a partir da “Nova Gazeta da Terra do Brasil”, in *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, v. 6, n. 2, 2000, pp. 39-56.

eram totalmente desconhecidas. Por isto, tem de se ter em conta que a palavra descobrir ou descobrimento tem, também, a sua história nos documentos de finais do século XV e no século XVI. Como nos esclarece Jaime Cortesão<sup>132</sup>, a palavra descobrir, escrita na primeira metade do século XV, não estava relacionada ao cunho geográfico, mas sim, às mercadorias de valor comercial, o ouro e a prata. A palavra achamento, ou simplesmente achar, estava, esta sim, relacionada com os novos contatos geográficos, porém, a partir da viagem de Vasco da Gama é que estes conceitos se ampliam e se fundem, facilitando a compreensão. Com a dita viagem, tem-se além do achamento de terras, de rotas e o descobrimento de mercadorias, a palavra para definir isto com maior rigor, é descobrimento que estará presente com maior frequência na documentação portuguesa dos anos seguintes. No dizer de Jaime Cortesão, de tudo isto *“devemos concluir que o descobrimento, na plenitude do sentido, não se limita ao achamento duma terra nova ou dum novo caminho marítimo, conservado em segredo, mas à sua revelação, como facto científico, definido no carácter geográfico, económico e etnográfico e incorporado pela cartografia ao conhecimento da estrutura geral do planeta”*<sup>133</sup>. Por seu lado, o historiador uruguaio Rolando Laguarda Trias, apoiando-se no argumento da revelação pública, afirma que à *“la expedición de Esteban Froes y Juan de Lisboa corresponde, pues, el predescubrimiento del río de la Plata”*<sup>134</sup>.

### **1.3. Solis, esta conturbada personagem, a sua viagem ao Rio da Prata e o pré-descobrimento do Paraguai e da Bolívia**

Após ser tratada a questão do pioneirismo da chegada ao Rio da Prata pelas nações da Península Ibérica, deve-se ter em conta que, mesmo em expedições espanholas que se seguem, encontramos

---

<sup>132</sup> Jaime Cortesão, *Os descobrimentos Portugueses*, vol. 2, Lisboa, Editora Arcádia, s/d., p. 15.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>134</sup> Rolando A. Laguarda Trias, *Op. cit.*, p. 165.



pilotos ou outros tripulantes que são portugueses. O mesmo, de certa forma, acontece com expedições portuguesas em que aparecem estrangeiros, porém, a exemplo de alguns pilotos, outros cargos que exigem um maior conhecimento técnico em navegação são exercidos por portugueses. Nunca é demais ressaltar que a supremacia nas técnicas que permitiram a expansão marítima era de Portugal. Evidentemente que esta posição de destaque, para a época em questão, é decorrente de várias influências e estudos realizados desde tempos remotos que passam pelos gregos clássicos, além dos árabes que chegaram à Península, fazendo com que se tornasse possível o desenvolvimento das técnicas náuticas portuguesas<sup>135</sup>.

A exemplo disto que está a ser tratado agora, tem-se a expedição de Juan Diaz de Solis, datada de 1515-1516. As origens desta importante personagem na História do Prata ainda hoje é muito controversa. Tem-se a notícia de que seu nome verdadeiro seria João Dias de Solis, ou seja, um português que teria ido para a Espanha a fim de fugir da acusação de assassinato de sua esposa. A sua fama de experimentado piloto já era conhecida em toda a Península Ibérica devido aos seus serviços exercidos na Casa da Índia, em Lisboa. Quando da sua decisão, em 1506, de refugiar-se em Espanha, levou consigo um exemplar do “Regimento do Astrolábio” de Évora, fazendo com que os espanhóis tomassem conhecimento do método utilizado pelos lusitanos para o cálculo da latitude geográfica, medindo a altura meridiana do sol, utilizando em seguida as tábuas de declinação solar e a adequada fórmula matemática. Com estes feitos, não teve dificuldades em concorrer à junta de navegantes da *Casa de la Contratación de Sevilla*. No ano de 1508, a mando do rei D. Fernando, partiu uma armada chefiada por Vicente Yáñez Pinzón e Juan Diaz de Solis com destino, ao que conhecemos hoje, por América Central, com o intuito de encontrar um canal interoceânico

---

<sup>135</sup> Ver, por exemplo, entre outros tantos autores, Georg Friederici (Tradução de Guttorm Hanssen), *Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Seção de Publicação, 1967, pp. 17-25.

onde fosse possível aos navios de Espanha chegar às Molucas, escusando de passar pelo Cabo da Boa Esperança, dito de outra maneira, buscava-se uma nova rota para as especiarias orientais. Outra recomendação para esta empresa é que não deveriam tocar, em hipótese alguma, nas terras de domínio português<sup>136</sup>.

Resumidamente, as caravelas comandadas por Solis e Pinzón passaram pelas Canárias e dali chegaram e percorreram as costas da ilha de Cuba. Mantendo-se sempre na direção Sul, tiveram contactos com pequenas ilhas desta região, finalizando na latitude de 7º norte, onde tomaram rumo de volta à Espanha e onde chegaram no mês de outubro de 1509. Como pode-se comprovar, tal empreendimento não teve o resultado esperado, ocasionando uma espécie de retaliação por parte das autoridades espanholas. Solis, como grande responsável desta missão, acabou por ser preso por motivos pouco conhecidos, é suposto ser devido a razões acontecidas durante a viagem que possam ter causado o falhanço das intenções primordiais do dito empreendimento. Outra hipótese, também muito provável, é da acusação vinda por parte das autoridades portuguesas que diziam que esta expedição espanhola havia comerciado no hemisfério português. Seja como for, o piloto em questão esteve encarcerado desde a sua chegada a Espanha até o mês de dezembro de 1511, onde foi solto e indenizado. No dia 25 Março de 1512, foi nomeado, pelo rei, piloto-maior em decorrência do falecimento, em 22 de Fevereiro, de Américo Vespúcio, antigo ocupante do mencionado cargo. Em decorrência de tamanha honraria, foi-lhe confiada, pelo próprio rei D. Fernando, outra missão no mar. Esta, destinada ao Oriente, tinha por objectivo a demarcação dos limites pertencentes a Espanha e a Portugal no que toca a navegação nesta

---

<sup>136</sup> Ver F. M. Esteves Pereira, “O Descobrimento do Rio da Prata” in, Carlos Malheiro Dias (Direcção e Coordenação Literária), Ernesto de Vasconcellos (Direcção Cartográfica), Roque Gameiro (Direcção Artística), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1823.

disputadíssima área. Terá partido para esta missão, em março de 1513.

O périplo pré-estabelecido constava em chegar às Canárias e dali dirigir-se ao Cabo da Boa Esperança, em seguida iriam até Ceilão, uma vez estando lá, seria feita a verificação da sua localização para ter a certeza de qual o reino Ibérico a que pertencia. Como Ceilão permanecia, para os espanhóis, ainda nesta época, com uma forte margem de dúvida relativamente à sua localização, se estivesse no lado Castelhana do mundo, Solis teria que empreender a tomada de posse. A viagem seguiria em direção às Molucas, passando por Samatra, Pegu e todas as terras conhecidas ou não nesta zona e, se porventura estivessem no hemisfério de D. Fernando, deveria ser formalizada a posse das mesmas.

A notícia deste cuidadoso empreendimento por parte dos espanhóis fez com que os portugueses ficassem alarmados, visto que estes, por sua vez, eram parte interessada em todos os assuntos relacionados com as rotas de navegação para o Oriente, assim como as terras e as possíveis relações de comércio entre os povos orientais e a Europa. O rei D. Manuel, seguido de perto pelos seus embaixadores em Espanha, travaram uma verdadeira batalha a fim de que tal empreendimento fosse esquecido, principalmente, sendo chefiado por Solis. O monarca português utilizou-se, inclusivamente, de ataques pessoais ao piloto-maior de Castela quando das conversas com D. Fernando. Fez-lhe sentir que este estava foragido de Portugal, por um crime que poderia levá-lo a condenação à morte, além da sua alcunha de “Bofe de Bagaço”<sup>137</sup>, tendo por objetivo denegrir a imagem de Solis. D. Manuel também argumentava que havia outros pilotos em Espanha que eram capazes de realizar tal tarefa de maneira mais acertada e que o piloto em questão, de tão aficionado em fazer descobertas, poderia colocar tudo a perder em

---

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 374. Também pode ser entendido como “Bafo de Bagaço”, devido ao seu hálito constantemente cheirar a bagaço, bebida alcoólica feita a partir dos restos da uva espremida na confeção do vinho, também conhecida, no sul do Brasil, por graspa.

relação aos limites definidos no Tratado de Tordesilhas. Sejam quais forem as verdadeiras intenções do rei português, este, por fim, conseguiu alcançar o seu objetivo, o rei D. Fernando acabou por desistir de enviar Solis para esta empresa, contudo, o monarca indenizou com 37.500 maravedis o seu notável piloto<sup>138</sup>.

No contexto dos anos que se seguiram, principalmente em 1514, tem-se notícias de novos descobrimentos no continente sul americano, sobretudo o que foi realizado por Vasco Nuñez de Balboa que chegara ao Oceano Pacífico, em 1513, a partir do continente citado, além das informações da *Newen Zeytung auss Presillg Landt*. O monarca espanhol empenhou-se em encontrar uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, por isto, contava com o seu piloto-maior e, em 24 de novembro de 1514, passou-lhe uma capitulação que constava no seguinte: Pela costa da região oeste da atual Colômbia (denominada de Castilla de Oro na época em que a capitulação foi escrita), Solis deveria fazer descobrimentos por mil e setessentas léguas ou mais se fosse possível, tendo em conta que, sob pena de morte e apreensão de bens, não poderia ser tocada nenhuma terra que estivesse no hemisfério português. O autor Rolando A. Laguarda Trias<sup>139</sup> analisa esta viagem como tendo o mesmo intuito daquela realizada, em 1508, por Solis e Pinzón, que nada mais era do que encontrar uma passagem interoceânica no continente americano.

Para cumprir com o mando real, deveria levar três navios, um de sessenta tonéis enquanto os outros dois deveriam ser de trinta. Nesta capitulação encontram-se alguns itens que merecem destaque, como, por exemplo, no que toca ao pagamento dos tripulantes e outros de caráter financeiro. O primeiro item da dita capitulação diz que *“Yo [Rei Dom Fernando] vos mando dar para el dicho viage 4\$ ducados de oro, los 1\$ para el primer dia de Enero del año venidero de quinientos e quince, é los otros 1\$00 para en fin*

---

<sup>138</sup> *Ibidem*, pp. 376-379.

<sup>139</sup> Rolando A. Laguarda Trias “Pilotos portugueses en el Río de la Plata durante el siglo XVI”, in *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 1988, p. 61.

*de Marzo seguinte, é los otros 2\$00 á mediado del mes de abril del dicho año, los cuales se pornán en poder de Juan Lopez de Recalde, mi contador de la Casa de Contratación de Sevilla para que el vos los dé é entregue á los tiempos susodichos*”<sup>140</sup>. No terceiro item vê-se escrito assim: “*Que Yo [Rei Dom Fernando] no sea obligado á pagar de entrada y de salida sueldo de gente, ni otra cosa alguna, salvo los dicho 4\$ ducados*”<sup>141</sup>. Ao constatar com estas duas passagem do texto de D. Fernando, o historiador Esteves Pereira interpreta como sendo a forma que o monarca encontrou para dizer a outras pessoas, principalmente ao rei de Portugal, que esta expedição não era uma atividade de “Estado”, ou seja, o rei estava apenas a colaborar, com alguma importância em dinheiro, para o bom sucesso de uma viagem, de cunho privado, comandada pelo seu piloto-maior Juan Diaz de Solis.

A expedição em questão tinha também, na sua capitulação, a data para a partida, em setembro de 1515, contudo, só teve início em fins de agosto, por razões que a seguir se verão. A navegação começou descendo o rio Guadalquivir e fez paragem no porto de Lepe, local em que o piloto-maior tinha sua família. Aí, ocorreu o primeiro imprevisto da viagem, a caravela de 60 tonéis acabou por avariar e a sua carga foi perdida, atrasando a partida da missão, pois Solis teve de comprar e carregar outro navio de iguais dimensões, contando para tal com o auxílio do rei. Por fim, em 8 de outubro de 1515, teve início a viagem de Solis, a mando do rei D. Fernando, em direção ao sul. O caminho percorrido, de certa forma, repete-se nos pontos que são conhecidos, pois, ao sair da Península Ibérica, passou pelas Ilhas Canárias para, só daí, seguir para a América do Sul. Em fevereiro de 1516, penetraram num estuário de grandes dimensões, o que causou espanto aos viajantes que logo procuraram verificar se as águas eram doces ou não. Quando tiveram a certeza de que tratava-se de um rio, deram-lhe o nome de Mar

---

<sup>140</sup> M. F. Esteves Pereira, *Op. cit.*, p. 389.

<sup>141</sup> *Idem.*

Doce (Mar Dulce). A expedição acabou por adentrar ao que hoje sabemos ser o Rio da Prata, para quem sabe ir em busca do tão sonhado caminho interoceânico.

Como se sabe, as águas do imenso e caudaloso rio são difíceis de navegar, porém, suportando as dificuldades, a viagem seguiu pelo Prata adentro. Na altura da confluência dos rios Paraná e Uruguai, Solis resolveu pegar em um bergantim e ir ter com os índios que olhavam atentos para os tão diferentes seres europeus. As intenções do piloto-maior eram de tomar informações sobre a terra e tentar convencer algum ameríndio platino a ir à Espanha. Por mais singelas que fossem as aspirações de Solis para com os naturais, não conseguiu alcançar nenhuma delas. O que acabou por ocorrer foi um feroz ataque dos índios, dizimando todos os que estavam no bergantim. As caravelas que acompanhavam este desastroso desembarque não tiveram tempo de reagir e, segundo consta, tudo se passou fora do alcance da artilharia embarcada. A respeito de qual etnia indígena teria sido capaz de realizar o ataque, os estudos não são muito claros, pois há indicações de que eram Charrúas, ou Querandies e também há menções de que só poderiam ser índios Guaranis ou Guaranizados, já que estes é que utilizavam a prática da antropofagia<sup>142</sup>.

Em decorrência deste acontecimento, os aterrorizados europeus trataram de voltar para a Europa. Conforme constava na capitulação real, em caso de morte do piloto-maior, quem tomava o seu lugar era o seu cunhado Francisco Torres. Esse, por sua vez, iniciou o retorno, mas, próximo ao Porto dos Patos, um dos navios naufragou, deixando 18 europeus para trás, contudo, destes, sete foram levados presos a Lisboa alguns anos depois. Os dois navios restantes, antes de seguirem para a Europa, passaram pela costa

---

<sup>142</sup> Ver Serafin Cordero, *Los Charrúas: Síntesis Etnográficas y Arqueológicas de Uruguay*, Montevideo, Editorial Mentor, 1960, Eduardo F. Acosta y Lara, *Los Chana-Timbues en la Banda Oriental*, Montevideo, Apartado de Anales del Museo de Historia Natural, 1956 e Antonio Serrano, *Los Aborígenes Argentinos*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1947.

brasileira onde carregaram muito pau-brasil o que ocasionou protestos, por parte das autoridades lusitanas, quando da chegada desta armada, em setembro de 1516. As tais reclamações portuguesas foram em vão, visto que em Espanha nada se fez em relação a isto<sup>143</sup>.

Esta foi a passagem de Juan Diaz de Solis ou João Dias de Solis pelo Rio da Prata que, devido ao acontecimento acima relatado, teve na cartografia o seu apelido para designar este imenso rio. Em decorrência direta desta expedição, surge um nome que não pode ser deixado sem o devido destaque. Trata-se de Alejo Garcia, ou melhor dito, do alentejano Aleixo Garcia que foi um importante desbravador no que hoje é o Paraguai e a Bolívia. Este português é um dos 18 europeus que ficaram para trás no naufrágio de uma das caravelas da armada de Solis. Junto com ele, ainda tem-se os nomes de Melchior Ramirez e Enrique Montes, este último também português, dirigiram-se a Santa Catarina e lá ficaram até serem descobertos por outras expedições europeias ao Prata que serão tratadas mais adiante. Aleixo Garcia, por sua vez, ficou fascinado com as histórias da existência de um Rei-Brando que tinha imensas riquezas em pedras e metais preciosos, além do grande monte “brotador” de prata. Decidiu, por si, ir em busca destas lendas, evidentemente que não iria fazer tal exploração sem o auxílio dos seus companheiros de naufrágio e de alguns índios, porém, nem todos participaram.

O périplo percorrido foi bastante extenso e, para que possa ser visualizado mentalmente, vamos utilizar os nomes locais atuais. Partiram de Santa Catarina e seguiram pelo estado do Paraná, passando pelo Mato Grosso, para daí chegarem ao Paraguai e avançarem em direção à Bolívia. Esta expedição capitaneada por Aleixo Garcia teve muito sucesso, no que diz respeito à recolha de informações sobre a terra e principalmente nos contatos com os

---

<sup>143</sup> M. F. Esteves Pereira, *Op. cit.*, pp. 387-389.

naturais. As riquezas materiais de que foram à procura, de certa forma, foram encontradas. Não são raros os relatos de que Garcia teria acumulado boas quantias de ouro e prata nesta viagem, tanto que, “*resolvendo ficar no Paraguay, Aleixo Garcia mandou alguns indios chanezes a Jurú-mirim (Santa Catarina) á procura dos seus antigos companheiros de naufragio. Figuravam entre elles Henrique Montes e Melchior Ramirez. E enviou-lhes, como prova da riqueza alcançada, duas ou trez arrobas de prata e cartas em que lhes contava o exito da expedição chamando-os para junto de si*”<sup>144</sup>. Por fim, o realizado explorador fixou-se cinquenta léguas acima do local onde virá a ser fundada, em 1537, pelos espanhóis, a cidade de Assunción, mas não viveu para receber a resposta dos seus companheiros de viagem de outrora. Em uma emboscada realizada pelos índios, Aleixo Garcia foi morto e devorado, conforme a prática antropofágica indígena dos falantes Guaranis.

Anteriormente, quando estava sendo tratado o descobrimento do Prata, o historiador uruguaio, Rolando Laguarda Trias, chega à conclusão que houve um pré-descobrimento deste rio, já que o descobrimento propriamente dito implicava a divulgação científica de caráter geográfico, econômico, etnográfico e a utilização da cartografia para que seja conhecida na estrutura geral da Terra. Partindo-se deste pressuposto, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que a expedição que Aleixo Garcia fez na região do Prata, onde hoje localizam-se o Paraguai e a Bolívia, pode ser caracterizada como um pré-descobrimento. Contudo, uma questão surge, sendo Garcia um português ao serviço de Espanha, a qual destes dois países Ibéricos caberá o pioneirismo? Como resposta a esta questão, devem ser levados em consideração os seguintes aspetos. O primeiro deles é que Garcia era um dos tripulantes de uma expedição apoiada pelo monarca espanhol com objetivos específicos de fazer descobrimentos e encontrar uma passagem interoceânica.

---

<sup>144</sup> Mario Monteiro, *Aleixo Garcia descobridor portuguez do Paraguay e da Bolivia em 1524-1525 gloria ignorada de Portugal*, Lisboa, Livraria Central de H.E.G de Carvalho, 1923, pp. 30 e 31.



Em seguida, a expedição que o explorador português realizou não tinha os mesmos objetivos da viagem que o trouxe até o Prata. Outro aspecto, que julgo ser o de maior importância, é que, até então, não tem-se notícia de que Aleixo Garcia tivesse tomado posse das terras por onde andou, em nome de um monarca qualquer. Por isto, a questão levantada anteriormente cai por terra, porque, em se tratando de um pré-descobrimento, não há relevância em quem lá esteve, o que vai fazer a grande diferença, isto sim, é o tipo de seguimento que será dado no longo e por vezes dificultoso processo de colonização da área aqui em questão.

#### **1.4. As expedições ibéricas à região do Rio da Prata, de 1520 até 1530**

A coroa espanhola ainda buscava, incessantemente, o caminho interoceânico que pudesse levar os seus navios para as Molucas sem ter de passar, obrigatoriamente, pelo Cabo da Boa Esperança. Para tanto, mandou que fosse organizada uma expedição composta de cinco navios, comandados pelo distinto navegador português Fernão de Magalhães. Este último não era o único português a estar envolvido nesta tarefa, pois consta que, dos ditos navios, quatro eram pilotados por portugueses.

Por que deve ser feita a referência a esta viagem em um estudo sobre a região do Prata? Como resposta a isto, é de senso comum que, na busca do dito caminho, era necessário percorrer toda a costa atlântica da América do Sul. No dia 20 de Janeiro de 1520, desta frota de cinco navios, entrou no estuário platino por onde fez navegação até o dia 2 de fevereiro do mesmo ano, para só, a partir daí, seguir viagem até o estreito interoceânico que tomou o nome de seu descobridor. Esta navegação passou pelo local hoje conhecido por Punta de Este antes de chegar a Montevideo, seguiu por algumas léguas o rio Uruguai adentro e tiveram contato com os indígenas que supostamente tinham devorado Solis, sendo um dos motivos do

regresso desta frota ao seu objetivo principal<sup>145</sup>. Nesta curta estadia no Prata, estes navios deixaram a sua marca, pois ergueram uma enorme cruz, localizada na ponta de São Pedro de Alcântara, na atual Colônia do Sacramento, que serviu de referência, por largos anos, para todas as navegações que se realizaram no Prata<sup>146</sup>.

No ano de 1521, tem-se a notícia que Cristóvão Jaques teria chegado também ao Rio da Prata. Este navegador português, de origem algarvia, era filho bastardo de Pero Jaques, contudo, foi legitimado e nomeado fidalgo da corte de Dom Manuel. Experiente navegador, participou em várias missões no mar, sempre ao serviço do monarca português. Teve sua passagem no Rio da Prata, na data acima indicada, fazendo a ronda e policiamento da costa brasileira que, na altura, era constantemente assediada pelos franceses. Ainda hoje há poucas informações sobre a passagem deste na região platina, visto que a sua importante figura chamou a atenção do rei que o nomeou governador das partes do Brasil, na data de 5 de junho de 1526, em substituição de Pedro Capico. Todas estas distinções por parte do rei português devem ser atribuídas à sua história de feitos no mar, pois desde 1503 e 1504 já estava a bordo de um navio na frota de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio e, em 1516, lá estava ele, a patrulhar a costa do Brasil<sup>147</sup>.

Os anos de 1527 até 1529 são dos mais conturbados no que diz respeito às viagens de exploração do estuário platino, assim como as terras ao seu redor. Para que se possa perceber tal asserção, basta retroceder apenas um ano, pois, em 1526, surge o importante nome de Sebastião Caboto. Neste tempo, este veneziano, criado na

---

<sup>145</sup> Julio César Chaves, *Descubrimiento y Conquista del Río de la Plata y el Paraguay*, Asunción, Ediciones Nizza, vol. 1, 1968, sem paginação, consultado através da Biblioteca Virtual do Paraguay, [www.bvt.org.py](http://www.bvt.org.py), no dia 14 de Julho de 2006.

<sup>146</sup> Fernando O. Assunção, *Op. cit.*, p. 8.

<sup>147</sup> C. Malheiro Dias, “A Expedição de 1503”, in Carlos Malheiro Dias (Direcção e Coordenação Literária), Ernesto de Vasconcellos (Direcção Cartográfica), Roque Gameiro (Direcção Artística), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1823, pp. 285-314.

Inglaterra, acumulava os cargos de piloto-maior e cosmógrafo real de Espanha. Caboto tinha sob sua responsabilidade uma expedição, de caráter comercial, ao Extremo Oriente. Todavia, em 1526, segundo consta, por determinação própria, resolveu Caboto fazer paragem em Pernambuco. Estando lá, entrou em contato com o feitor Manuel de Braga e o piloto Jorge Gomes, os quais, por sua vez, foram tripulantes nos navios comandados por Cristóvão Jaques, quando da sua ida ao Prata, em 1521. Das conversas com estes exploradores portugueses, Caboto colheu as informações necessárias sobre a existência de uma serra na qual a prata era muito abundante e decidiu-se, mais uma vez, por ambições próprias, em realizar uma busca na região platina, levando consigo o piloto Jorge Gomes.

Tendo de aguardar por ventos favoráveis para dar entrada no Rio da Prata, as ambições de Caboto tiveram de esperar em Pernambuco, até finais de setembro de 1526, para conseguir alcançar o tão esperado rio, em Fevereiro de 1527. Graças à viagem de Caboto, surgiu uma toponímia para o que hoje tem o nome de Ilhas das Torres, a denominação de Ilhas de Rodrigo Álvares. Este é o nome de um dos pilotos da expedição de Estêvão de Froes de 1511-1512 que, por razões que são ignoradas, estava a prestar serviços como simples marinheiro na armada de Caboto. Teve a honrosa denominação na toponímia local platina, certamente devido a ser tido por experiente na navegação do Rio da Prata, prestando valioso auxílio aos pilotos titulares da expedição, pois estes, como era a primeira vez que lá navegavam, estavam a precisar das boas informações que lhes foram dadas pelo piloto português de outrora. A ilha com o nome de Rodrigo Álvares permaneceu assim designada nas representações cartográficas, até o ano de 1570, quando o cartógrafo espanhol Juan Lopes de Velasco resolveu suprimir o nome, e foi seguido pelos posteriores autores de mapas nos anos seguintes.

Caboto quando de sua exploração na região, fundou um forte em uma ilhota próxima da margem esquerda do rio Paraná. Foi

batizado de *Forte Sancti Spiritus*, mas também é conhecido como Forte Caboto, sendo este o primeiro assento espanhol neste rio de que se tem notícia. Este referido forte será de importância fundamental para que se possa compreender os fatos decorridos que serão analisados a seguir.

Contemporaneamente à expedição de Sebastião Caboto, a coroa espanhola firmou, em 10 de Fevereiro de 1526, um contrato para mais uma viagem ao Rio da Prata, com os armadores Conde de Andrada e Cristóvão de Haro, tendo como piloto Diogo Garcia. Este último era piloto português e participou como mestre de campo na expedição de Solís. Esta missão, em comparação com as outras, era logisticamente muito simples, pois era composta apenas de uma caravela de 50 a 100 tonéis, um patacho de 25 a 30 tonéis e um bergantim. Contudo, por razões desconhecidas para a realização de mais esta missão em direção ao Rio da Prata, os armadores deram a Garcia uma caravela de maior tonelagem daquilo que estava previsto na capitulação e, ao invés de um patacho, a expedição contava com um galeão, de nome Nossa Senhora do Rosário, que tinha como piloto o português Rodrigo Darias<sup>148</sup>.

Segundo nos revela o historiador paraguaio Efraim Cardoso<sup>149</sup>, a expedição terá partido de La Coruña, no dia 15 de fevereiro de 1526. Sem de forma alguma menosprezar o trabalho de um dos mais destacados historiadores do Paraguai, a data indicada por ele para o início da viagem de Diogo Garcia é passível de controvérsias. Como nos adverte Rolando A. Laguarda Trías, em um memorial escrito em 1530 pelo tão mencionado piloto e responsável por esta expedição, onde são indicadas as datas de 1526 e 1527, estas devem ser entendidas como acontecimentos decorridos nos anos de 1527 e 1528. Com efeito, a expedição de Garcia decorreu em

---

<sup>148</sup> Rolando A. Laguarda Trias, “Pilotos portugueses en el Río de la Plata durante el siglo XVI”, in *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 1988, p. 67.

<sup>149</sup> Efraim Cardozo, *El paraguay de la Conquista*, Asunción, Editorial El Lector, 1996, pp. 37-39.

simultaneidade com a de Sebastião Caboto, pois as duas encontraram-se em 1527 na região platina.

Outra razão para que o início da viagem garciniana não tenha decorrido na data indicada por Efraím Cardozo é que, mesmo tratando-se de uma armada de pequeno porte, acredita-se que cinco dias não seriam suficientes para armá-la. Recorde-se que Solís, devido ao seu acidente com um dos seus navios no rio Guadalquivir, o início da expedição teve de ser atrasada em um mês.

Garcia, quando da sua chegada ao continente sul-americano, atracou a sua reduzida armada no porto brasileiro de São Vicente. Neste local, entrou em contacto com outros marinheiros de armadas anteriores que estiveram na região platina. Nesta ocasião, o referido piloto teve a oportunidade de receber das mãos de Gonzalo de Acosta um bergantim que lhe foi muito útil para a investida no Rio da Prata. O galeão desta armada ficou junto dos navios de Caboto onde Garcia tomou conhecimento que este estava também na região do Prata. Com o bergantim, recentemente adquirido, Garcia penetrou no Rio da Prata e seguiu viagem até o rio Paraná. Estando lá, encontrou-se, no dia 7 de março de 1528, com o piloto-maior de Espanha. Este encontro, a princípio, não teve resultados amistosos, devido às acusações que Garcia levantou a Caboto, dizendo-lhe que estava intrometendo-se em uma conquista oficial do rei de Espanha. Todavia, a hierarquia teve que ser respeitada, visto que Sebastião Caboto era piloto-maior e cosmógrafo real, enquanto Diogo Garcia era o responsável por uma conquista e não detinha nenhum cargo de destacada relevância perante a corte, pelo que viu-se obrigado a acatar as ordens daquele<sup>150</sup>.

Outro fato importante é que também ele e seus aliados estavam em desvantagem numérica para o caso de uma revolta armada. Devido a esta desavença entre os dois pilotos ao serviço de Espanha no Prata, Garcia foi mandado ir para o *Forte Sancti Spiritus*

---

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 39.

e aguardar o retorno da expedição de Caboto e, a partir deste instante, é que todo este esforço conjunto começa a se encaminhar para o fracasso.

Apesar desta situação um tanto confusa, a ida de Garcia e de seus companheiros para o forte acabou por preservar a equipa, já que os índios da região do rio Paraná estavam cada vez mais arredios e, com certeza, iriam reduzir a nada este pequeno contingente. Garcia e Caboto, em comum acordo, resolveram pedir auxílio à coroa para conseguirem ter maior sucesso no empreendimento em que estavam trabalhando, para tanto, cada um dos tão divergentes pilotos mandou individualmente o pedido. O enviado de Garcia teve muito má sorte em sua jornada à Europa, pois, no caminho, quando já estava em São Vicente, ficou impedido de ir mais além, devido ao mau tempo. Sebastião Caboto, com um pouco mais de sorte, fez chegar as notícias de grandes riquezas na zona do Prata, mas ainda não havia sido terminada a busca incessante da Serra de Prata. Contudo, o monarca espanhol não atendeu ao auxílio que lhe chegou por via do enviado de Caboto. As razões que fizeram com que o imperador Carlos V dissesse não à solicitação vinda do Prata, foi a alegada falta de dinheiro e as queixas dos armadores da expedição do piloto-maior que sentiam-se prejudicados, uma vez que Caboto não estava a cumprir com aquilo que lhe foi determinado na sua capitulação<sup>151</sup>.

Enquanto isto, foram sendo divididas as tarefas de exploração em busca da tão cobiçada Serra, com sete bergantins, que foram construídos em São Salvador (atual Punta del Este). Dali, foram ao *Forte Sancti Spiritus*, onde permaneceu uma guarnição com cerca de 35 homens. Quando estavam a oito dias de distância do dito forte, foram obrigados a retroceder, devido aos rumores de ser este o local onde havia índios resistentes à presença europeia. Uma das frentes de exploração, que estava a cargo de Francisco César,

---

<sup>151</sup> Rolando A. Laguarda Trias, *Op. cit.*, pp. 67-69.

percorreu 300 léguas e afirmava ter estado com o Inca e que este estava rodeado de riqueza. O piloto-maior de Espanha ficou muito animado com as notícias de Francisco César, porém, ao perceber o intento guerreiro dos índios, resolveu enviar três bergantins a São Salvador, para que fosse dada notícia. Esta missão foi comendada a Antonio de Montoya que, ao passar por um povoado indígena, avistou três espanhóis mortos por nativos que se aproximavam em canoas.

A retaliação espanhola foi imediata, ao encontrarem os supostos atacantes ceifando a vida dos índios que encontravam-se em canoas nas proximidades. A reação dos espanhóis com estes constantes incidentes foi a rápida pegada em armas e saírem em busca de vingança e castigarem os malfeitores platinos de raíz e expedições destinadas a este fim. O próprio Caboto viu-se empenhado nesta tarefa, mas desistiu de continuar com este objetivo e seguiu o seu caminho em direção a São Salvador. Estando lá, recebeu Gregório Caro, comandante da guarnição do *Forte Sancti Spiritus*, em setembro de 1529, com apenas 50 dos seus 80 homens. O forte em questão havia sido atacado e estes 50 homens conseguiram escapar com vida, devido estarem à disposição deles dois bergantins e uma barca improvisada<sup>152</sup>.

Retornaram a *Sancti Spiritus*, mas, desta vez, apenas puderam recolher as armas que lá ficaram, rezar pelos mortos e contemplar a destruição total daquela fundação. Garcia, depois disto, retornou a Espanha, tendo arribado em Sevilha, no mês de agosto de 1530, onde apresentou queixas formais ao rei e apontou Sebastião Caboto como o grande responsável pelo fracasso da sua missão exploradora ao Rio da Prata. Na sequência destas formalidades, Garcia pediu que fosse indenizado pelos seus gastos adicionais com esta viagem. Após a deliberação por parte das autoridades espanholas, foi-lhe paga a quantia de seis mil maravedis, o que

---

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 69.

provocou ainda mais desilusão em Diogo Garcia, visto que considerou tal montante insuficiente para cobrir as despesas efetuadas. Caboto, por sua vez, ainda tentou colher os cereais plantados em São Salvador, mas a presença europeia estava visivelmente ameaçada pelos índios. Chegou a Sevilha, em julho de 1530, portanto, um mês antes de Garcia<sup>153</sup>.

Estas viagens, de princípios do século XVI até 1529-1530, tiveram os objetivos de explorar e conquistar a região platina. Portugal e Espanha tiveram nisso muito empenho, ao enviarem diversas armadas, tendo, como pano de fundo, a incessante busca de metais de altíssimo valor econômico. Isto não significa que tal busca tivesse sido dada como encerrada, em 1530, muito pelo contrário, com as notícias que chegavam, a todo o momento, à Europa, motivaram mais investidas por parte das coroas ibéricas.

Entretanto, as viagens ao estuário platino começaram pouco a pouco a mudar de sentido, não se tratava apenas de expedições de cunho exploratório, mas sim de tomada de posse e ocupação do território. Esta nova estratégia irá gerar novas disputas entre os países ibéricos, tratados serão evocados, outros serão anulados e, por fim, tantos outros serão firmados, na constante busca do equilíbrio de distintos interesses entre as partes envolvidas.

### **1.5. As expedições de Pero Lopes de Sousa e de Pedro de Mendoza: Novas investidas**

Ao assumir a coroa portuguesa, D. João III (1521-1557) reformulou as diretrizes políticas da expansão. Anteriormente ao seu reinado, havia interesses muito fortes em manter o triângulo Jerusalém-Egipto-Arábia, além da expansão militar no norte da África e a intensificação da presença portuguesa na China, utilizando o poderio naval para este fim. Todavia, o monarca em questão

---

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 66.



decidiu não poupar esforços em buscar a hegemonia na parte austral do Atlântico. Tal projeto contemplava a colonização da Costa da Malagueta e a intensificação da ocupação do Brasil. Em contrapartida, o então imperador Carlos V intensificou e ampliou a rota terrestre das especiarias, além de entrar em contundente disputa com a coroa portuguesa, na tomada de posse das Ilhas Molucas, principalmente após a viagem de Fernão de Magalhães que acabou por encontrar a passagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico, através do estreito sul-americano que tomou o seu nome<sup>154</sup>.

Em decorrência desta conjuntura, o rei D. João III firmou um regimento com Martim Afonso de Sousa de uma empresa que se destinava à América do Sul. Esta expedição contava com uma frota que era composta pela nau capitânia de 150 toneladas, de uma outra nau de 125 toneladas, de nome Sam Miguel, que era capitaneada por Heitor de Sousa, do galeão São Vicente da mesma tonelagem que a nau Sam Miguel, comandado por Pero Lobo Pinheiro e, por fim, duas caravelas cujos nomes eram Rosa e Princeza que tinham por capitães Diogo Leite e Baltazar Gonçalves, respetivamente, somando um total de 5 embarcações e 400 pessoas, entre marinheiros, gente de armas e colonos<sup>155</sup>. No dia 3 de dezembro de 1530, foi dada vela a esta armada que, ao sair de Lisboa, passou pela Ilha da Madeira, pelas Canárias e por Cabo Verde, antes de chegar à costa brasileira, seguindo, afinal, a já bem conhecida rota do Brasil.

A expedição que estava, como atrás referido, sob a responsabilidade de Martim Afonso de Sousa e tinha uma vasta área a ser explorada, por isto, resolveu, o comandante, proceder da seguinte maneira: Ao chegarem, em 31 de janeiro de 1531, próximo ao Cabo de Santo Agostinho, depararam-se com três naus francesas que estavam a comerciar pau-brasil. Como não poderia deixar de ser,

---

<sup>154</sup> Ver Jorge Couto, *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

<sup>155</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, estudo crítico pelo Comandante Eugénio de Castro, Rio de Janeiro, Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, 1940, p. 32.

os franceses não se renderam sem resistência, tanto que, a noite de 1 de fevereiro de 1531, foi marcada pela luta naval contra a armada de Martim Afonso de Sousa<sup>156</sup>. Tendo a batalha sido vencida pelos portugueses, estes, por sua vez, destinaram uma das naus tomadas na contenda ao Reino, pois já estava carregada de pau-brasil. A outra nau tomou rumo ao sul, conjuntamente com a capitânea e Sam Miguel e o galeão São Vicente, por fim, a terceira nau de França foi queimada. As caravelas Rosa e Princeza foram enviadas a explorar a costa norte do Brasil, rumo ao rio Amazonas.

O grupo sulista da expedição esteve atracado no Rio de Janeiro, cerca de dois meses. Neste tempo, foram construídos dois bergantins que viriam a ser utilizados na navegação no Prata. Contemporaneamente a esta construção naval, um grupo foi destacado para empreender a exploração no interior, naturalmente, em busca da tão famosa Serra de Prata ou também designada Costa do Ouro e da Prata. Com a frota aumentada, velejaram até o Rio da Prata, onde o mau tempo provocou uma impiedosa desfortuna, levando ao fundo a nau capitânea e dispersando as demais embarcações que procuraram abrigo nas ilhas aí existentes. Ao tentarem o reagrupamento da armada, Pero Lopes de Sousa tomou conhecimento dos estragos do naufrágio, visto que, na altura dos acontecimentos, a visibilidade não favorecia em nada o contato entre os barcos.

Em decorrência disto, foi organizada uma missão de socorro, composta de 30 homens com mantimentos capazes de durar oito dias. Este grupo de socorristas partiu do atual Porto de Maldonado, onde se encontravam e, depois de transcorrido o tempo em que o abastecimento estava assegurado, retornaram com as notícias de que o capitão-mor Martim Afonso de Sousa estava a gozar de boa saúde, com exceção de sete companheiros que tiveram

---

<sup>156</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, prefácio do Comandante A. Teixeira da Mota, leitura do Doutor Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, p. 39.

a vida terminada no dito naufrágio. Tendo noção do local onde estava o capitão-mor e a sua gente, aconteceu o desejado reencontro entre as partes da armada que o mau tempo havia separado<sup>157</sup>.

A atual Punta del Este foi o sítio onde se deu a reunião da armada e também o local em que as novas ordens foram dadas. Martim Afonso de Sousa incumbiu a seu irmão, Pero Lopes de Sousa, a missão de explorar a bacia do Prata e aí colocar alguns padrões da coroa portuguesa e tomar posse dessas terras em nome do rei de Portugal. No dia 23 de novembro de 1531, iniciou-se a navegação que deu velas no Rio da Prata e, neste mesmo dia, foi avistado um monte que, atualmente é a colina de Montevideo, mas que, na altura, foi batizado, por Pero Lopes de Sousa, de monte de Sam Pedro<sup>158</sup>. Logo que se chegou ao Rio da Prata (a semelhança com o rio Amazonas), as suas dimensões causaram muito espanto nos que por ele viajavam nos idos tempos de 1531, tanto que Pero Lopes de Sousa registra esta admiração, ao mencionar que a “*água já aqui era toda doce, mas o mar era tam grande que me nam podia parecer que era rio*”<sup>159</sup>.

Ao circundar a costa do atual Uruguai, a expedição em questão acabou entrando no rio do mesmo nome. Neste rio, a expedição avistou e atracou num conjunto de sete ilhas para abastecerem-se, pois, alguns dias atrás, enfrentaram uma violenta tempestade que acabou por molhar e, portanto, estragar os mantimentos. Nas ilhotas, conseguiram reabastecer os navios com muita caça (principalmente aves), mel e variadas espécies de pescado. Uma destas ilhas recebeu o nome de Santa Ana pouco antes

---

<sup>157</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, estudo crítico pelo Comandante Eugenio de Castro, Rio de Janeiro, Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, 1940, pp. 263-278. Doravante, para melhor analisar a expedição, será utilizado o *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, prefácio do Comandante A. Teixeira da Mota, leitura do Doutor Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 78.

de seguirem viagem e, logo duas léguas mais adiante, outra ilha foi batizada de Santo André<sup>160</sup>.

No dia 7 de dezembro, a expedição chegou, sem se dar conta, no delta do rio Paraná que é a bifurcação natural existente entre este e o rio Uruguai. Ao tentar manter o curso da viagem, acabou por seguir pelo rio Uruguai e, no dia seguinte, portanto, no dia 8 de dezembro, resolvem retornar para poderem ir ao encontro do delta do rio Paraná, uma vez que, pelo rio Uruguai, isto não seria possível. Já no rio Paraná, Lopes de Sousa tinha em sua embarcação Enrique Montes que estava na expedição de Caboto. O ex-companheiro de viagem do piloto maior de Espanha informou que o sítio onde estavam era trinta léguas distante do extinto *Forte Sancti Spiritus*. Contudo, Pero Lopes de Sousa ergueu os padrões de Portugal e tomou posse daquelas terras em nome do rei D. João III, em 12 de dezembro de 1531. Como refere, “*Quinta-feira, 12 de Dezembro, à boca deste esteiro dos Carandis pus dous padrões das armas d’el-rei nosso senhor e tomei posse da terra*”<sup>161</sup>. No dia seguinte a este acto de tomada de posse, iniciou-se a viagem de retorno, evidentemente, passando pelos mesmos pontos que foram descobertos quando na subida da navegação pelo Prata, servindo assim, de pontos de referência. Cumprida a sua missão na bacia do Prata, Pero Lopes de Sousa juntou-se ao capitão-mor, seu irmão. No regresso da viagem, Martim Afonso de Sousa aportou na costa sul do Brasil, onde deu terras de sesmarias aos colonos que consigo levou e fundou as vilas de São Vicente e Piratininga.

Nesta tão referida viagem, infelizmente, não temos acesso ao regimento que foi assinado entre o monarca e o capitão-mor da expedição. Todavia, podemos chegar aproximadamente ao que foi regimentado, através de uma análise dos resultados da viagem que estão descritas no *Diário da Navegação*. Eugenio de

---

<sup>160</sup> *Ibidem*, pp. 81 e 82.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 86.

Castro<sup>162</sup>, por exemplo, afirma que estava regimentado aos irmãos Sousa a exploração do litoral do Brasil, desde o Maranhão até o Rio da Prata. Teixeira da Mota, ao escrever a introdução do mesmo *Diário da Navegação*, no ano de 1968, acrescenta que, nesta exploração litorânea, deveria ser efetuada a tomada de posse portuguesa desse dilatado espaço<sup>163</sup>. Na parte interior, deviam eles buscar um referencial hídrico que serviria de marco divisório entre as posses ibéricas como era previsto no texto do Tratado de Tordesilhas, com a ressalva de que, quanto mais para o sertão, mais útil seria para os interesses da coroa de Portugal. Deveriam ainda ser expulsos os franceses das feitorias de pau-brasil.

Em relação às terras propriamente ditas, deveriam os Sousa tomar posse de uma área compreendida entre São Vicente e o Rio da Prata, com a finalidade de garantir que a tão famosa Serra da Prata, também chamada de Costa do Ouro e da Prata, ficasse no hemisfério português do Tratado de Tordesilhas. Além de colocarem os padrões da Coroa portuguesa no estreito dos Carandis, para que fosse alcançado este objetivo, a estratégia estava em fixar pessoas neste vasto espaço, tanto que, a expedição terminou, conforme já aludido anteriormente, com a fundação de duas vilas, a de São Vicente e a de Piratininga, e a doação de terras pelo regime de sesmarias aos aproximadamente 400 colonos que estavam a bordo destes navios com destino ao desbravamento e povoamento das terras novas do Brasil.

Evidentemente que a vizinha Espanha irá entrar em forte disputa pelo território, dando, em suas capitulações, ordens para que fossem asseguradas terras na América do Sul, nomeadamente na região platina. A este respeito, vejamos, a seguir, a exploração de Dom Pedro de Mendoza.

---

<sup>162</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, estudo crítico pelo Comandante Eugenio de Castro, Rio de Janeiro, Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, 1940.

<sup>163</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, prefácio do Comandante A. Teixeira da Mota, leitura do Doutor Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968.

Para que possam ser compreendidas as intenções da coroa espanhola na região do Prata, convém tomar conhecimento de que, alguns anos após a expedição realizada pelos irmãos Sousa, foi emitida a capitulação<sup>164</sup> dada a D. Pedro de Mendoza. No início do documento, escrito em Toledo e datado do dia 24 de maio de 1534, diz que o nobre em questão, da “*Corona Real de Castilla, os ofreçais de yr a conquistar y poblar las tierras [grifo meu] y proviñcias que a en el rrio de Solís, que llaman de la Plata, donde estuvo Sebastián Caboto, y por alli calar y pasar la tierra hasta llegar a la mar del Sur, y de llevar destes Nuestros Reynos a vuestra costa y minsión mill hombres, los quinientos en el primer viaje em que bos abeis de yr con el mantenimiento neçesario para un año y çient cavallos y eguas, y dentro de dos años siguientes los otros quinientos hombres con el mismo bastimento y con las armas y artillería neçesaria [grifo meu]*”<sup>165</sup>. Como pode ver-se a partir do trecho aqui citado, trata-se de uma investida bastante distinta das anteriores, pois já está prevista a instalação de um número considerável de pessoas, fazendo com que todo um aparato para a ocupação territorial fosse deslocado da Península Ibérica para a região platina. Carlos Pastore afirma que “*la expedición de don Pedro de Mendoza, cuyos componentes constituyeron el primero y más eficiente núcleo colonizador llegado al Paraguay, fue conducida por la noticia llevada a España por Sebastián Gaboto de la existencia en la zona de abundante oro y plata y de una población nativa iniciada en la producción agrícola que aseguraría la alimentación de los europeos*”<sup>166</sup>.

Uma nota merecedora de destaque é que, independente deste contingente humano, estava presente naquelas paragens um grupo de clérigos que tinha a missão de instruir os naturais da terra

---

<sup>164</sup> Marta Milagro del Vasmingo, *Las Capitulaciones de Indias en el siglo XVI*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica, Instituto de Cooperación IberoAmericana, 1983, Documento nº 37, pp. 290-294.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 290.

<sup>166</sup> Carlos Pastore, *La lucha por la tierra en el Paraguay*, Montevideo, Editorial Antequera, 1972, p. 4.

na fé católica, além, evidentemente, da manutenção religiosa dos cristãos envolvidos neste empreendimento. Munidos dos dados constantes da capitulação outorgada a Mendoza, as terras que estavam (a partir da assinatura do documento) em seu poder, seriam todas as províncias conquistadas e por conquistar na bacia do Rio da Prata, tomando como fronteiras as terras já encomendadas a Pizarro, a Silva, a Serpa e ao marechal Diego de Almagro. No limite austral, das possessões deste último, foram concedidas 200 léguas na costa do Oceano Pacífico que por várias vezes são referidas no texto da dita ordenança real de 1534<sup>167</sup>.

Para que o território capitulado em questão estivesse salvaguardado em nome de Espanha e protegido, principalmente dos ataques indígenas, Mendoza devia construir três fortalezas em pedra nos sítios por ele escolhidos. Sendo previsto pelo rei que tal expedição exigia muito trabalho para construir um espaço em seu nome na região atrás mencionada e que nunca seria demais um reforço na mão-de-obra, Mendoza obteve “*licencia, como por la presente vos la damos, para que destes nuestros Reinos o del Reino de Portugal o yslas de Cavo Berde y Guinea, vos o quien vuestro poder huviere, podais llevar y lleveis a las tierras y provinçias de vuestra gobernación doçientos esclavos negros, la mitad hombres y la otra mitad hendras, libres de todos los derechos a Nos pertenesçientes, con tanto que si los llevades a otras partes, e yslas o provinçias o los vendierdes en ellas, los ayais perdido y los aplicamos a nuestra Cámara y Fisco*”<sup>168</sup>.

A expedição foi armada por Sebastian Neithart e Jacob Welser, ambos de Nuremberg, já conhecidos investidores na expansão espanhola no Novo Mundo, desde os inícios do reinado do imperador Carlos V. A frota era composta por treze navios carregados de gente, já que, como se há referido, tinham como

---

<sup>167</sup> Para uma melhor visualização, ver o mapa de Sanchez Quell, no Capítulo I do presente estudo.

<sup>168</sup> Marta Milagro del Vasmingo, *Op. cit.*, p. 293.

objetivos principais a povoação. Para poder atingir o contingente humano pretendido na capitulação, além das pessoas embarcadas serem naturais da Península Ibérica, também estavam presentes gentes vindas de outras partes da Europa, nomeadamente, do sul da atual Alemanha, da Saxónia, além de flamengos e franceses. Este dado torna-se muito relevante, uma vez que tem-se notícia, de situação semelhante, na armada portuguesa confiada a Matim Afonso de Sousa.

A expedição do Adelantado do Rio da Prata Dom Pedro de Mendoza teve início em Cadiz e seguiu para as Canárias, onde foram agregados mais três navios à frota, somando um total de 16 embarcações. Saídos das Ilhas Canárias, tomaram rumo em direção as Ilhas de Cabo Verde, local em que poderiam ser adquiridos os escravos. Entretanto, não se podendo afirmar que estes últimos foram levados nesta expedição ao Prata, porém, também não deve-se desconsiderar a possibilidade de terem sido embarcados nesta altura. Aportaram no Rio de Janeiro, com a finalidade de repor os mantimentos e fazer a aguada. Refere-se que, neste ponto da viagem, o Adelantado espanhol já se encontrava muito doente. Outro episódio ocorrido nas terras do Brasil foi a morte, à punhalada, seguida da exposição pública do corpo, de Juan Osorio, acusado de traidor. Retenha-se a dureza e crueldade do castigo, exemplar a todos os que seguiam na armada.

Retomada a navegação, chegaram ao Rio da Prata nos inícios de 1536. Todavia, tal data é passível de discussão se for utilizado como base o relato do arcabuzeiro bávaro Schmidell. Nos explica Klaus Wagner<sup>169</sup> que o calendário utilizado, na época em questão, no sul da atual Alemanha era diferente do gregoriano atual, pelo que, o dia 31 de dezembro nas datas bávaras correspondia a 28 de fevereiro do outro calendário. Por isto é que Schmidell indica o

---

<sup>169</sup> Ulrico Schmidel, *Relatos de la Conquista del Río de la Plata y Paraguay 1534-1554*, Traducción, Prólogo y Notas de Klaus Wagner, Madrid, Alinaza Editorial, S.A., 1986.



desembarque em terras platinas como tendo ocorrido ainda no ano de 1535.

Tendo início a tempestuosa ocupação da margem ocidental do Rio da Prata, Mendoza fundou, em 2 de fevereiro de 1536, a cidade de “Santa María del Buen Ayre”, onde estava prevista a construção de um porto e de um forte. Visando erguer com a rapidez possível as construções pretendidas, foram selecionadas as pessoas de acordo com a sua habilidade técnica, dando assim ordem aos complexos trabalhos. Mesmo com os honerosos esforços das pessoas, o fim do abastecimento trazido da Europa e as constantes peijas com os índios Querandies, a cidade em questão ficou conhecida como terra de fome. A este respeito, afirma Schmidell ser *“tanta la pobreza y el hambre que no había bastantes ratas, ratones, serpientes ni otros bichejos inmundos para aplacar el hambre tan grande e infame. No quedaron ni zapatos ni cuero alguno, todo se comía. Y sucedió que tres españoles robaron un caballo y se lo comieron. La cosa fue sabida y los prendieron y, sometidos a tormentos, lo confesaron, y fueron condenados y ahorcados. Aquella misma noche, otros tres españoles se juntaron y fueron al cadalso donde estaban los ahorcados, cortaron los muslos y otros grandes pedazos de carne y los llevaron para matar el hambre incontenible. Así, hubo también un español que por el hambre grandísima comió a su hermano muerto en la ciudad de Buenos Aires”*<sup>170</sup>.

Este relato torna-se muito esclarecedor no que toca à relação que esta armada devia ter com os bens da coroa espanhola, visto que os cavalos não eram de propriedade privada, caracterizando o roubo e morte destes equídeos como um crime de lesa magestade. Também é revelador das dificuldades em que se encontravam todas estas gentes que vieram da Europa na busca da Serra de Prata. Embora Schmidell tivesse escrito o seu relato de memória, quando do seu regresso ao Velho Mundo, acredita-se que

---

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 34

tal fato jamais terá saído da mente de uma pessoa que o tivesse presenciado. Para atacar o problema da fome que assolava a todos, foi organizada uma navegação com bergantins pelo Rio da Prata com o intuito de alcançarem o rio Paraná. Nesta ocasião, chegaram ao abandonado e destruído *Forte Sancti Spiritus*, fundado por Caboto.

Aí tiveram os conquistadores acesso a uma série de víveres e foi renomeado de *Forte Corpus Christi*. O Adelantado, conforme mencionado anteriormente, encontrava-se doente e deslocou-se para este abastecido e esperançoso novo local que acabou por baptizá-lo de “Fuerte Buena Esperanza”. Outras tantas investidas no interior da região foram sendo efetuadas, com o objetivo de conseguir alguns mantimentos, tendo este o caráter de urgência e, depois, a busca da prata que tão mítica estava se tornando para estes conquistadores povoadores.

A recém-fundada cidade de Buenos Aires continuava a ser assediada pelos índios, contudo, com o problema do abastecimento em vias de se resolver, foi dada continuidade às explorações, mas o Adelantado já não tinha mais condições físicas para permanecer no Rio da Prata. Juan de Ayolas, enquanto tenente governador geral, comandava as incursões para o interior, além da missão de construir um forte o mais próximo quanto possível da Serra de Prata. Mendoza, por sua vez, em 22 de abril de 1537, iniciou a sua viagem de volta a Espanha, levando consigo uma solicitação ao rei, para que fossem enviados ao Prata, mais dois navios com mantimentos. Tal viagem de regresso contava com dois navios e cerca de cinquenta tripulantes que, ao desembarcarem em Espanha, fizeram chegar ao rei as solicitações de Mendoza, uma vez que este último acabou por falecer em pleno caminho de regresso, tendo como sepulcro a imensidão do mar azul.

Sem embargo, as explorações na região platina continuaram e Juan de Ayolas esteve no local onde viveu Aleixo Garcia e batizou o sítio de “Candelaria”. Aí teve as ansiadas notícias

sobre a bendita Serra de Prata e, 60 léguas mais ao norte, resolveu fundar uma cidade, onde seria constituído um forte, seguindo as ordens de Mendoza e, assim, juntamente com Juan de Salazar e Domingo Martínez de Irala foi criada, em 15 de agosto de 1537, utilizando-se do Calendário Católico, a cidade de “Nuestra Señora de la Asunción”. Neste primeiro instante da fundação de Asunción, a sua importância estratégica ainda era, naturalmente, desconhecida pelos seus fundadores como se verá no próximo capítulo. Durante a continuidade do processo de construção colonial, esta cidade será de fulcral relevância, tanto que, no dia 16 de setembro de 1541, por determinação régia de Carlos V, foi levado e instalado todo um novo aparato burocrático com oficiais de toda a espécie para a melhor organização e controlo da região.

Em decorrência da viagem, outrora capitulada a D. Pedro de Mendoza, tem-se esclarecedoras descrições realizadas por duas importantes personagens deste teatro histórico. Respeitando a cronologia, a primeira delas é o nosso conhecido arcabuzeiro de origem germânica Ulrich Schmidell e, a segunda, do Adelantado Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. O primeiro é um indivíduo originariamente do sul da atual Alemanha que embarcou na expedição de Mendoza como sargento arcabuzeiro, pois para a armada havia a necessidade de gente que soubesse manusear e ensinar o manejo do arcabuz<sup>171</sup>. O segundo, por sua vez, acabou por ter notoriedade real quando, no dia 17 de junho de 1527, embarcou como Tesoureiro e Aguazil-Mor conjuntamente com o governador das Províncias da Florida, Panfilo de Narváez, com a finalidade de efetuar a conquista e povoar a referida região. Todavia, o pretendido domínio do território a sul dos atuais Estados Unidos da América foi muito desastroso para esta investida. Uma série de naufrágios, mau tempo e incontáveis contendas com os índios fizeram com que terminasse ali a vida de cerca de 400 pessoas provindas do Velho

---

<sup>171</sup> Ver Anselmo Alves Neetzow, *Diferentes interpretações sobre o Rio da Prata quinhentista: Reflexões sobre uma abordagem histórico-arqueológica*, Porto Alegre, PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2001.

Mundo. Depois de percorrer cerca de 8 mil quilômetros pelos estados do Texas, Novo México e Arizona conseguiu finalmente chegar junto do vice-rei da Nova Espanha, donde teve a oportunidade, em 1537, de retornar a Espanha. Ao dar as notícias do ocorrido no Novo Mundo ao imperador Carlos V, tentou (Cabeza de Vaca) convencer o dito monarca a nomeá-lo governador das Províncias da Florida, porém, este título já havia sido dado a Fernando de Soto, em princípios de 1537. Mas como Cabeza de Vaca já era um homem experimentado no que toca às conquistas de Espanha, recebeu do seu imperador, em setembro de 1539 o título de Adelantado das Províncias do Rio da Prata, onde, por razões várias, foi preso e deportado para o Velho Mundo. Contudo, não se torna necessário fazer uma análise pormenorizada de suas digressões neste momento, visto que estarão presentes no decorrer deste estudo as informações provindas de seus relatos. O que se torna de indiscutível relevância é que o Adelantado do Rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, ao desembarcar nas terras sul-americanas, resolveu percorrer uma vasta área por terra, explorando o interior, ao invés de utilizar-se dos caminhos fluviais.

O governador em questão partiu da Ilha de Santa Catarina e atravessou os atuais estados brasileiros de Santa Catarina, além de boa parte do Paraná e Mato Grosso, tendo como objetivo a cidade de Asunción. Como contava com a presença de naturais da terra, ao percorrer este extenso périplo, utilizou-se do caminho intercontinental chamado de Peabirú. Este caminho era utilizado pelos indígenas que, ultrapassando a Serra Meridional, era capaz de, por terra, ligar os Oceanos Atlântico e Pacífico, mostrando o poder territorial do império dos Incas, visto que tudo indica ter este caminho sido criado pelos referidos indígenas. Neste percurso, em 1541, foi descoberto e noticiado e, por conseguinte, tomada a posse das tão monumentais cataratas da Foz do Iguaçu para a Coroa de

Espanha<sup>172</sup>. No seu curto mandato no Rio da Prata, ocorreram várias discórdias que serão devidamente abordadas no próximo ponto.

O Adelantado Cabeza de Vaca, conforme dito anteriormente, teve uma curta experiência de trabalhos na região. Após ser preso e deportado para a Espanha (assunto que será analisado no item das disputas entre os europeus), o então tenente governador Domingos Martínez de Irala retomou o cargo de governador geral e empreendeu diversas entradas, terra adentro, sempre na busca de encontrar a tão desejada Serra da Prata. Estas entradas tornaram cada vez mais conhecido o interior das terras platinas. Como escreve Carlos Pastore, na sua *“última expedición al Perú, en 1549, Irala confirmó el descubrimiento y la conquista de la nación del Rey Blanco, y retornó a la bahía de Asunción, desandando lo andado, para colonizar el Paraguay repartiendo sus indios y sus tierras. La iniciación de la colonización del Paraguay fue así el resultado del fracaso de una empresa y el fruto de un desengaño”*<sup>173</sup>.

## **2. Os primeiros contatos: disputas entre os indígenas, entre os europeus e entre europeus e indígenas**

### **2.1. Entre os indígenas**

O cenário dos acontecimentos passados na região do Rio da Prata já está montado. Contudo, convém frisar que a população autótone tinha, através de suas culturas, uma maneira própria de utilizar e dominar o espaço. O nome do grupo indígena dominante e, por isto, mais referido na história da região é o dos Guarani, contactados desde os inícios da ocupação europeia. Este

---

<sup>172</sup> Cabeza de Vaca, *Naufrações e Comentários*, Prefácio de Henry Miller e Introdução de Eduardo Buenos, Porto Alegre, L&PM, 1999.

<sup>173</sup> Carlos Pastore, *Op. cit.*, p. 6.

grupo étnico estava em plena expansão territorial na altura dos primeiros contactos com as pessoas provindas do Velho Mundo. A família linguística Guaraní faz parte do tronco linguístico Tupi, que estava a descer da Amazônia pelo litoral, ocupando, assim, a faixa atlântica, fazendo com que o Tupi fosse conhecido como “Língua Geral” pelos europeus.

Conforme já foi explicitado no capítulo primeiro do presente estudo, os Guaranis desceram pela bacia platina, nomeadamente pelos rios Paraguai, Paraná, Uruguai até à foz do Rio da Prata, além do que, a este processo, atrela-se outro, conhecido por Guaranização que acabava por criar um novo grupo com um novo nome capaz de mesclar os elementos da cultura do conquistador e do conquistado. Uma das características mais marcantes dos Guaraní era a constante migração e também eram conhecidos por virtuosos e valentes guerreiros, tanto que, segundo Efraim Cardoso, o nome Guaraní é proveniente da palavra Guaríní que tem por significado guerra<sup>174</sup>. Conhecidos como virtuosos guerreiros, faziam com que os seus combatidos ficassem aterrorizados, devido ao ritual antropofágico que era realizado sobre os prisioneiros de guerra. Outro motivo que leva a esta expansão é a constante busca pela Mbaé Verá Guazú (a terra sem mal). Esta espécie de Jardim do Éden na terra poderia estar localizada em qualquer parte, apenas dependia da orientação do Pajé<sup>175</sup>.

Em fins do século XIV, os Guaraní, ao tomarem conhecimento das notícias de que havia terras prósperas com verdadeiras cidades erguidas sobre a densa floresta sul-americana<sup>176</sup>, sentiram-se muito atraídos em deslocarem-se nessa direção. Evidentemente que tratava-se do Império Incaico e, em decorrência disto, irão ser travadas sangrentas batalhas entre estas distintas etnias

---

<sup>174</sup> Efraim Cardozo, *El Paraguay de la Conquista*, Asunción, Editorial El Lector, 1996, p. 23.

<sup>175</sup> A rota preferencialmente utilizada nestas migrações guaranis já foram tratadas no Capítulo I deste estudo, pelo que não vamos retomá-la aqui.

<sup>176</sup> *Ibidem*. O autor revela ainda que os Guaraní também estavam muito interessados nos metais nobres dos Incas.

da América Austral. O Inca Tupac Yupanqui, como tinha conhecimento das intenções dos Guarani de entrarem no seu território, resolveu fortificar os limites do império. Ao contrário do que se pode pensar, não foram erguidos muros ou fortes, a estratégia por ele utilizada foi o envio de legiões de guerreiros que pudessem conter as investidas Guarani. Neste levante contra os Incas, acabaram, os Guarani por serem repelidos, tendo como refúgio as zonas próximas à cordilheira e ficaram conhecidos, na época dos contactos intercontinentais, por Chiriguanos. Estes, por sua vez, continuaram a fazer guerra com toda a gente nas zonas do Alto Perú que foram desenrolando-se desde os fins do século XIV até o século XIX, mesmo depois do advento da independência<sup>177</sup>.

Um segundo levante de índios falantes Guarani contra o tão vasto poder Inca ocorreu já entre os anos de 1513 e 1518. Neste período, o Inca Huayna Capac adotou, como método de defesa, dominar o território dos Condori, que viviam a leste do rio Paraguai, pois assim era contido o intento por esta região. Os Guarani atacaram e saquearam o território dos Condori e proporcionaram um relevante acúmulo de metais preciosos. Em retaliação, por parte do Inca, foram enviadas seis legiões para repelir os Guarani, obtendo pleno êxito no objetivo proposto. Estes últimos retornaram ao rio Paraguai e, aliados com os Chiriguanos, criaram o nome de Guarayus, para se auto-designarem. Estes grupos eram sempre um imponente inimigo, tanto para os europeus quanto para os outros indígenas e somente o escutar do pronome do seu nome causava temor entre os ocupantes da região, devido à sua natureza violenta.

Por fim, a terceira investida aconteceu pouco antes da chegada de Aleixo Garcia, entre 1524 e 1525. Eram provenientes do sul do atual Paraguai e, ao fazer este levante, acabaram por saquear várias povoações, proporcionando o terror na região, porém, ao se

---

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 24.

defrontarem com os Incas, não conseguiram impor-se e não se tem notícias de seu paradeiro<sup>178</sup>.

Os Guarani, mesmo com a sua belicosidade muito afluada, nem sempre conseguiam dominar os seus adversários e/ou guaranizá-los como foram os casos das investidas anteriormente analisadas. Este grupo, muito guerreiro, acabou por dominar muitos outros grupos e outros tantos territórios. Evidentemente que, em decorrência disto, criaram-se também as rivalidades. O Adelantado Alvar Nuñez Cabeza de Vaca traz ao nosso conhecimento a inimizade entre os Guarani e os Agaces que viviam na ribeira do rio Paraguai. Estes últimos eram muito bons navegadores, sendo esta a sua principal distinção, e costumavam raptar os Guarani. O procedimento realizado nesta ação era prender um indivíduo e levá-lo amarrado até às suas terras, a fim de, ante os seus entes, pedir o resgate que consistia no preenchimento das suas canoas com mantimentos, já que os Agaces não eram horticultores. Depois de pago o resgate, muito raramente o prisioneiro era libertado, o mais comum de ocorrer era ele ser levado para a mata e degolado e a sua cabeça travada em uma estaca nas margens do rio<sup>179</sup>.

Para que prevalecesse a paz entre estes dois povos autótonos, o próprio Adelantado, já aqui referido, estabeleceu um acordo de não agressão. As condições impostas aos Agaces eram, em primeiro lugar, devolver alguns índios Guaranis que estavam sob o seu poder. Em seguida, não deviam navegar de noite e não interferir nas atividades de plantio e de caça, tanto dos povoados europeus, quanto dos Guarani. Por fim, talvez o mais importante, ficaram o espanhóis de garantir os mantimentos necessários para a manutenção dos Agaces. Se não fossem cumpridos quaisquer destes pontos, seria declarada a guerra.

---

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> Cabeza de Vaca, *Op. cit.*, p. 180.



Outros grupos indígenas que rivalizavam com os Guarani eram alguns grupos falantes da família linguística dos Guaicurus. Estes eram famosos na região por serem muito ferozes e audazes em todas as batalhas que travavam. Não raras vezes são descritos com demonstrado medo, por parte dos Guarani, toda a vez que tinham de se confrontar ou mesmo ao descrever suas conversas. Os chefes Guarani, por várias vezes, queixavam-se junto dos espanhóis dos constantes ataques dos Guaicurus. Dentre as principais acusações que recaem sobre estes últimos, sobrepõe, sem dúvida, a da apropriação de terras e, por consequência, das plantações, além de assassinatos cometidos contra os Guarani. Mais uma vez, por intervenção dos espanhóis, procurou-se estabelecer a paz, mas os aguerridos Guaicurus preferiram pegar em armas a aceitar as condições de paz.

Até o presente momento, vê-se que o grupo Guarani, que estava a expandir-se pela América do Sul, tinha as suas rivalidades com os outros autóctones. Uma constatação que está latente é que, na região platina, os Guarani, em um primeiro momento, viram no europeu um poderoso aliado. Os exemplos, atrás descritos, fazem que seja evidente tal afirmação. Contudo, no decorrer do processo colonizador, haverá grupos falantes Guarani que irão revoltar-se contra os espanhóis. Mas isto será melhor desenvolvido mais adiante. Evidentemente que as rivalidades entre os naturais da terra, não se circunscrevem na órbita dos Guarani. Por exemplo, os Guaicurus, toda a vez em que as pessoas do seu acampamento despertavam depois da noite de descanso, faziam um ritual que consistia no seguinte: nos primeiros raios de sol, rufavam os seus tambores e entoavam um canto que, no seu conteúdo, diziam ser poucos mas valentes e senhores das terras onde viviam e por isto toda a caça do local lhes pertencia<sup>180</sup>. Com certeza, tal comportamento causava má impressão sobre os outros grupos habitantes da região. Isto tornou-se muito relevante, pois está

---

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 187.

demonstrado que os indígenas não eram todos “bons amigos” como é popularmente idealizado. Por vezes, as contendas aconteciam entre aldeias de uma mesma etnia, não havendo o padrão de que ocorriam apenas e tão somente entre grupos totalmente distintos. As guerras existiam e, não raras vezes, eram verdadeiras carnificinas, sendo esta a principal causa de temor do recém-chegado colonizador, provindo do Velho Mundo.

## **2.2. Entre os europeus**

Antes de tratar, neste ponto, das disputas entre as duas coroas ibéricas na construção do espaço colonial, devem ser referidas as diferentes contendas existentes entre os países ibéricos e mesmo entre personagens do mesmo país. Como é sabido, a Coroa espanhola vinha ocupando a América do Sul em várias frentes. Isto, sem sombra de dúvidas, vai acabar por gerar o confronto de interesses entre os colonizadores, sobretudo, na região platina. Para iniciar esta análise e respeitando a cronologia dos acontecimentos, a primeira peleja se dá entre Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Domingos Martínez de Irala. Para um melhor entendimento deste caso em particular, deve-se ter em conta o conteúdo da cédula real, de 12 de setembro de 1537. O documento em questão dava aos conquistadores o direito de eleger alguém para ocupar o cargo de governador e capitão-geral da província do Rio da Prata, tão somente em caso do falecimento deste último e do seu sucessor natural, o assim chamado, tenente-governador. Contudo, esta possibilidade foi utilizada indiscriminadamente, tanto para eleger quanto para depor alguém do poder. Nem mesmo as autoridades eclesiásticas ficavam imunes a este poder, visto que quatro bispos, concretamente Tomás de la Torre, Alonso Guerra, Cristóbal de Aresti e Bernardino de

Cárdenas foram removidos dos seus cargos, sob a ação das pessoas que evocavam o dito documento<sup>181</sup>.

Irala chegou ao cargo máximo no Rio da Prata, de uma forma natural, seguindo a hierarquia dos postos de comando, já que este ocupava o terceiro lugar. Apenas para lembrar o que foi dito, o primeiro da lista hierárquica era D. Pedro de Mendoza, o segundo era Juan de Ayolas e o terceiro era Irala. Conforme já mencionado anteriormente, Mendoza contraiu uma doença e acabou por falecer; Ayolas, ao fazer uma entrada, foi atacado e morto pelos índios; por fim, Irala assume a liderança máxima da Província do Rio da Prata. Entretanto, o imperador Carlos V enviou Cabeza de Vaca como seu Adelantado naquelas Províncias, fazendo com que se gerasse uma disputa pelo poder. Muitos dos colonizadores que já estavam nas terras platinas não acreditavam nas capacidades de Cabeza de Vaca como governador. Outra característica deste enviado de Espanha é que tinha muita soberba<sup>182</sup> e tentava governar com braço de ferro, desagradando aos que lá estavam.

Em uma entrada que foi chefiada por Hernando Rivera, tinham a intenção de contactar os índios Xarayes (ou Jarayes). Contudo, de acordo com a informação que foi dada por outra etnia indígena, havia um grupo de nativos que fabricava os seus utensílios em ouro e prata. Evidentemente que, depois de ter conhecimento de tão chamativas notícias, tentaram chegar ao local onde viviam estes índios. Mas, quando tentaram lá chegar, era época das cheias do rio Paraguai. Resultado, caminharam durante um mês com água na altura dos joelhos e por vezes na cintura, passando por dificuldades terríveis, entre elas a fome, a sede e o constante ataque de insetos. Por vezes, não tendo outra água para beber, tinham de se servir daquela mesma água do pântano onde se encontravam, por isto, foi

---

<sup>181</sup> Efraim Cardozo, *O Paraguay Colonial*, Asunción, El Lector, 1996, p. 158.

<sup>182</sup> Ulrico Schmidel, *Op. cit.*, p. 75.

unânime a decisão de abandonar tal empreendimento e retornar a Asunción.

Ao chegarem na dita cidade, ocorreu um ato de extravagância por parte de Cabeza de Vaca. Este ordenou que desembarquem todos imediatamente após a arribada, sob pena de morte para aqueles que não obedecessem, e deu voz de prisão para Hernando Rivera, além de confiscar todos os bens por eles recolhidos e que lhe foram oferecidos pelos índios que eram, em sua maioria, argolas em ouro ou em prata e tecidos. Os motivos impostos pelo governador e capitão-geral foram a demora do retorno dos expedicionários e, principalmente, não deviam eles ter feito aquela incursão no pântano sem a devida autorização. Como não podia deixar de ser, houve reações por parte dos subordinados que se amotinaram e exigiram a libertação de Rivera e a devolução dos bens apreendidos. Como única solução, o Adelantado teve de ceder.

No dia 12 de julho de 1542, foi organizada uma expedição com cerca de 200 homens e 12 cavalos. O objetivo principal era ir ao encontro dos índios Guaicurus, uma vez que estes estavam causando danos aos Guarani e aos Espanhóis, como já se referiu no subtítulo anterior. No entanto, ao partirem de Asunción, foram sendo adicionados mais guerreiros das aldeias Guarani que estavam no caminho, pois tais homens de armas, ao perceberem qual era o intuito daquela marcha, faziam questão de juntarem-se a ela. Desta forma, quanto mais perto chegavam dos acampamentos dos Guaicuru, maior era o contingente militar. Todavia, há um acontecimento que pode deixar pistas a respeito das intenções de Irala. Ocorreu um grande alvoroço entre os índios e os europeus que estavam em tal missão, pois, de súbito, surgiu um tigre no meio de tanta gente. Devido aos gritos e correrias e uma movimentação frenética e descontrolada das pessoas, tiros de arcabuzes foram disparados, fazendo com que um destes atingisse Cabeza de Vaca, mas, como foi de raspão, não causou dano muito grave.

Face a esta enorme confusão, os índios aliados ficaram assustados em relação aos brancos, pois estes, ao pensar que estavam sendo atacados, dispararam contra os Guarani. O mal entendido teve de ser reparado pelo Adelantado que explicou tudo aos índios, dando sua palavra como garantia de verdade. Para que não acontecesse outro incidente parecido, o governador e capitão-geral mandou pintar uma grande cruz branca nas costas e no peito dos aliados indígenas, pois assim podiam ser melhor distinguidos em meio da batalha.

Por fim, em 1544, o contador Alonso Cabrera, o tesoureiro Francisco de Mendoza e o secretário García Vanega tomaram a liderança, a fim de prender e mandar de volta a Espanha o adelantado Cabeza de Vaca. Para ter a adesão da maior parte dos residentes em Asunción, os cabeças da conspiração lançaram o boato de que Alvar Nuñez iria confiscar as terras, as fazendas e os índios encomendados de todos aqueles que não participaram da entrada junto aos índios Sucucuis para fazer a divisão por aqueles que fizeram parte da dita expedição. Torna-se claro que as denúncias de abuso anteriormente descritas e mais esta notícia dos conspiradores proporcionaram uma efervescente reação por parte dos moradores da principal cidade do Rio da Prata. O desfecho foi muito favorável a Martínez de Irala que ascendeu ao cargo de maior poder na região. Este, por sua vez, tratou de exercer o poder, mas muitos atropelos e atos considerados injustos foram cometidos. Para exemplificar, era notório que Irala perseguia aqueles que eram apoiantes do Cabeza de Vaca, fazendo com que estes realizassem entradas junto de índios hostis para que fossem mortos.

Outro tipo de denúncia que foi feita contra o governante eleito pela população Asunceña era o favoritismo que era dado aos seus aliados no que diz respeito ao pagamento pelos serviços, ou seja, os que sempre foram aliados de Irala eram melhormente recompensados. Estas denúncias foram feitas diretamente ao imperador Carlos V nas cartas do clérigo António D'Escalera e dos

colonizadores Bartolomé Garcia e Juan Muñoz de Carvajal, escritas em Asunción e datadas entre os meses de abril e junho de 1556<sup>183</sup>.

O historiador paraguaio Efraim Cardoso analisa esta revolta como sendo de expressão “comunera”, visto que Irala pode ter assistido ou vivenciado a revolta dos “comuneros” na Espanha. Tal revolta foi controlada por Carlos V, ao vencer a batalha de Villalar, no dia de 23 de abril de 1521. Os revoltosos em questão faziam parte, no início, de uma facção da nobreza que tinha por objetivo garantir que permanecessem intactos os direitos das cortes nas cidades. Os seus esforços concentravam-se em solicitar procuradores, que deviam ser pagos pelas cidades e não pelo poder central. Estas ideias eram provenientes de uma reação ao tipo de governo exercido pelos Reis Católicos, pois haviam dissolvido muitas das prerrogativas dos poderes tradicionais dos municípios de Castela. O movimento foi ganhando proporções mais alargadas, à medida que foram deturpando-se os ideais da revolta. De uma mobilização essencialmente cortesã, transformou-se em uma revolta contra Carlos V por ele ser estrangeiro e utilizar o dinheiro do império em outras frentes que não as de interesse castelhano. Para tanto, buscavam na época e nas figuras dos Reis Católicos um período idealizadamente áureo, já que eram castelhanos a governarem os castelhanos. Evidentemente que, com todas estas outras proporções, a nobreza se vê ameaçada e deixam de apoiar os “comuneros” com o mesmo vigor, ficando restrita a poucos nobres de baixa patente e uma pequena massa de camponeses, o que explica ter sido facilmente vencida pelo exército real na batalha já nomeada<sup>184</sup>.

Alguns anos antes do referido ato de rebeldia contra o Adelantado Cabeza de Vaca, a semente comunera já começara a ser

---

<sup>183</sup> Ver *Biblioteca de autores españoles, desde la formación del lenguaje hasta nuestros días. Cartas de Indias, vol. II*, Tomo CCLXV, Madrid, Ediciones Atlas, 1974.

<sup>184</sup> Ver J. H. Elliott, Tradução de J. Marfany, *Las España imperial 1469-1716*, Barcelona, Editorial Vicens Vives, 1965.

plantada em solo platino, quando, em 16 de setembro de 1541, foi criado em Asunción o cabildo e, por conseguinte, uma estrutura administrativa civil, pois, na capitulação de D. Pedro de Mendoza, as ordens eram de cunho militar. A denominação de comunera está relacionada com o fato de serem criadas as condições municipalistas já que, até esta data, não era dada “*a ninguno de los conquistadores de la época, la facultad de organizar ciudades, semillero de los disturbios comuneros recién sofocados en la península*”<sup>185</sup>. O fato de estar sendo construída uma estrutura cidadina em Assunción, além do descrito autoritarismo de Alvar Nuñez, leva o notável historiador paraguaio a concluir que a revolta organizada por Irala era de inspiração comunera.

Outro caso de disputas entre os governantes das terras do Prata é o ato praticado por Manuel de Frías neste teatro de acontecimentos. Como é do conhecimento geral, entre os anos de 1580 até 1640, a coroa de Portugal e de Espanha pousava sobre a mesma cabeça. Frias, no ano de 1618, ocupava um lugar de destaque na administração, pois era o procurador-geral de Portugal nas Províncias do Rio da Prata e Paraguai<sup>186</sup>. Nesta data, o funcionário em questão, supostamente português, obteve permissão real a uma solicitação por ele realizada que constava em que os navios partidos do Rio da Prata com destino a Sevilha não fossem obrigados a pagar os impostos sobre as mercadorias, se, porventura, fossem forçados a atracar em portos do Brasil, devido ao mau tempo, de modo a evitar o contrabando. Porém, se analisarmos sob uma outra perspectiva, esta medida de Frias podia facilitar o comércio ilegal, pois a justificação de dificuldades no mar era um grande pretexto para atracar nos portos brasileiros e fazer com que as mercadorias fossem negociadas, escapando, assim, ao fisco.

---

<sup>185</sup> Efraim Cardozo, *El Paraguay Colonial*, Asunción, Editorial El Lector, 1996, p. 159.

<sup>186</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - *Paraguai*, ex. 263 – AHU\_ACL\_CU\_071, Cx.1, D.1.

No dia 21 de outubro de 1621, o então procurador-geral assumiu o governo do Paraguai. Segundo consta, a partir do governo de Frias efetiva-se a grande cisão na Província do Rio da Prata. O governo de Frias foi marcado por uma constante contenda com o bispo Tomás de Torres que acabou por excomungar o governador. Os jesuítas, por sua vez, formaram aliança com Frias, deixando Asunción em constantes distúrbios em uma disputa a nível laico e clerical. Por fim, Manuel de Frias acabou por ser preso e julgado na Audiência de Charcas. Tendo sido absolvido, podia continuar a governar a província, porém não pôde gozar de tal prerrogativa, pois morreu na viagem de regresso, em 1625<sup>187</sup>.

Contudo, esta divisão do Prata continuou a ser discutida após 1598, quando o governador Hernandarias de Saavedra determinou os limites entre Asunción, Santiago de Xerez, Corrientes e Concepción del Bermejo da seguinte maneira: *“por término y jurisdicción de la ciudad de Vera de las Sietes Corrientes a lo tocante hacia esta ciudad...El Paraná arriba...desde aquella parte donde está la dicha ciudad’*. *La jurisdicción de Santiago de Xerez se fijó en la ‘loma de la cordillera abajo hacia Mbaracayú, aguas vertientes hacia dicha ciudad de Xerez, y por la parte de la cordillera arriba, tirando al norte, por la misma orden vaya la misma lomada corriendo aguas vertinientes a esta parte al río del Paraguay’*. *Como límite de Concepción del Bermejo señaló una línea que iba por ‘el medio y la mitad de la tierra entre el río de Araguay (Pilcomayo) y el de Bermejo’ hasta ‘ocho leguas antes de llegar al río del Paraguay’, donde bajaba, siguiendo paralelamente al río, hasta doblar luego frente a la confluencia con el Paraná. El acto gubernativo establecido así que los límites de Asunción con Santiago de Xerez, Corrientes y Concepción de Bermejo eran la cordillera de Mabaracayú, el río Paraná y la línea que dividía en*

---

<sup>187</sup> Efraim Cardozo, “Historia de la gobernación del Paraguay desde su autonomía en 1618 hasta la revolución de 1810”, in Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, pp. 1121-1190.



*dos mitades la mesopotamia existente entre los ríos Pilcomayo y Bermejo.*”<sup>188</sup>.

A província paraguaia do Guairá cujas cidades que a compunham eram Santiago de Xerez, Villa Rica e Ciudad Real estavam, em 1607, fora das rotas de comércio e em grandes dificuldades de comunicação com o centro da administração. Isto levou a Saavedra a escrever uma carta ao rei, pedindo que a tal província fosse desagregada do Paraguai. No ano de 1615, já que ainda não havia uma solução para o problema, Manuel de Frias reiterou o pedido junto da corte Peninsular. Na busca de uma solução que desse resposta à inquietação dos governantes da região do Prata, o rei D. Felipe III de Espanha pediu informações ao vice-rei do Peru, o marquês de Montesclaros. Este, por sua vez, deu como parecer que as cidades que compunham o Guairá (Santiago de Xerez, Villa Rica e Ciudad Real) não deviam ser desmembradas e formada assim uma nova jurisdição com estas urbes. O que devia ser feito era agrupá-las à província do Paraguai.

Como solução definida em cédula real, de 16 de dezembro de 1617, a Província do Paraguai ou Rio da Prata foi dividida em duas: uma, com o nome de Província do Paraguai, com sede em Asunción, na qual foram agregadas as cidades do Guairá; outra, denominada de Província do Rio da Prata, que tinha sede em Buenos Aires e jurisdicionava as cidades de Santa Fé, Corrientes e Concepción del Bermejo<sup>189</sup>. Com esta divisão das províncias, as cidades localizadas mais ao sul, segundo a análise de Efraim Cardoso, nomeadamente, Buenos Aires, eram constantemente assediadas por portugueses, franceses, ingleses<sup>190</sup>.

No ano de 1541, como já foi dito, Buenos Aires foi abandonada, devido à grande dificuldade que os europeus tinham em mantê-la, nomeadamente, devido à fome e aos constantes ataques

---

<sup>188</sup> H. Sanchez Quell, *Op. cit.*, pp. 92 e 93.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>190</sup> Efraim Cardoso, *Op. cit.*, p. 1123.

dos índios. Foi neste mesmo ano que Domingo Martinez de Irala fundou o Cabildo de Asunción, contudo, foram retomados os esforços para refundar Buenos Aires, no ano de 1580. Entretanto, estas duas cidades voltarão a unir-se sob a regência de um único governador, quando da fundação do vice-reinado do Rio da Prata, em 1776, cuja principal cidade e sede do poder passou a ser Buenos Aires.

Com o passar dos anos, neste árduo trabalho de conquista e colonização de uma região tão controversa, outras disputas entre os europeus ocorreram. Nomeadamente, os poderes administrativos irão competir com outro distinto poder, o religioso. Sem embargo, estas questões sobre a construção de poder e as suas consequências serão, com maior clareza e profundidade, abordados no capítulo sexto do presente estudo. Apenas deixo aqui tal ideia para que não se fique com a errônea ilusão de que os choques e contendas, em todos os níveis, tinham sido encerrados.

Em contrapartida, uma das principais contendas europeias nesta região da América do Sul é a muito conhecida disputa entre os dois países da Península Ibérica. É evidente que a competição entre os ibéricos na zona do Prata é decorrente dos anteriores conflitos destas duas nações em franca expansão. No início da construção colonial das províncias do Rio da Prata, esta verdadeira corrida por sua ocupação vai sendo ano a ano e século a século mais conturbada, o que acaba por proporcionar diversas interpretações entre aqueles que dedicam-se ao estudo do tema. É muito comum ver difundida a ideia de que toda a região platina era, desde o Tratado de Tordesilhas, pertencente ao hemisfério espanhol das possessões sul-americanas<sup>191</sup>. Para isto, devem ser levados em conta alguns aspectos. Conforme já foi abordado no capítulo segundo deste trabalho, durante a época em que foi convencionada

---

<sup>191</sup> Ver, por exemplo, Moacyr Flores, *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Nova Dimensão, 1993; Guilhermino Cesar, *História do Rio Grande do Sul: período colonial*, Porto Alegre, Editora Globo, 1970, entre tantos outros autores que tornaram públicas esta teoria.

tal linha divisória, a medição das longitudes era muito imprecisa, além do que a maior parte do Novo Mundo ainda era desconhecido. Aliás, o próprio tatado diz que as demarcações deviam ser feitas por navios portugueses e espanhóis para que, a partir daí, fossem definidas com rigor as devidas jurisdições. Compreende-se assim que, durante grande parte da colonização da parte meridional da América do Sul, constantemente fosse evocada a linha de Tordesilhas para justificar as ocupações, tanto por parte dos portugueses, quanto dos espanhóis.

É evidente que, por se tratar de uma região em disputa, nas condições em que já se analisou, não há como definir uma invasão, visto que, para ser assim caracterizada, é necessário haver uma noção de linha de fronteira bastante comprovada. Em decorrência disto, acredito que as terras platinas não podiam ser consideradas de posse espanhola desde 1494, mas sim, uma zona de grande e constante disputa entre estes e os portugueses, tendo como pano de fundo a tal divisão mundial em dois hemisférios iguais entre estas duas potências expansionistas da época.

Enquanto tentativa de invasão (obedecendo à semântica da palavra) por parte dos portugueses em territórios hispânicos do novo mundo, que provocaram verdadeiro assombro nestes últimos, ocorreram, no século XVII, visto que, na época, cidades espanholas viram-se ameaçadas. Como é do conhecimento comum, nos anos de seiscentos ocorreram as bandeiras realizadas pelos luso-brasileiros a partir de São Paulo. Tal desencadeou um forte temor espanhol, descrito por autoridades civis e religiosas, nomeadamente os regulares da Companhia de Jesus, em cuja ação estavam em constante ameaça. Muito bem enumerados e analisados por Luís Ferrand de Almeida<sup>192</sup>, os referidos desconfortos dos espanhóis consistiam em haver uma abertura do caminho do Peru, sendo

---

<sup>192</sup> Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil, vol. I (1493-1700)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957, p. 279.

dificultado o trabalho da fé, visto que permitia a entrada de cristãos-novos ou estrangeiros hereges, além de prejudicar o comércio entre Lima e Sevilha, pois a prata ali produzida era trocada por mercadorias do Brasil. Em segundo lugar, era de admitir o perigo de os portugueses virem a ocupar o Paraguai e o Peru, em terceiro era a perda de regiões ainda desocupadas e, por último, um ataque a Buenos Aires pelo mar ou através do Uruguai, o que também podia ocorrer nestas duas frentes em simultâneo.

Nunca é demasiado lembrar que os bandeirantes tinham o objetivo de alargar os domínios portugueses na América do Sul, procurar pedras e metais preciosos, assim como recolher escravos indígenas como mão-de-obra. As reduções jesuíticas localizadas entre o Paraná e o Uruguai eram terreno muito fértil, o que estimulava o interesse dos bandeirantes, tanto no que diz respeito ao aprisionamento de mão-de-obra, quanto na oportuna possibilidade de ocupar as terras e as construções citadinas dos regulares da Companhia de Jesus, tanto que há conhecimento de combate contra uma expedição bandeirante na região do Guairá, em 1611<sup>193</sup>. No ano de 1641, ocorreu uma forte investida dos luso-brasileiros provindos de São Paulo, comandados por Jerônimo Pedroso de Barros, às reduções mesopotâmicas do nordeste da atual Argentina. As milícias guaranis, estando muito bem preparadas pelos padres jesuítas, conseguiram repelir o ataque dos bandeirantes, fazendo com que estes últimos retornassem derrotados para São Paulo<sup>194</sup>, preservando as reduções para o domínio espanhol. Este evento é conhecido com o nome de Batalha dos Mbororé.

Tem-se notícias de um ato de terrorismo por parte dos bandeirantes, pois diziam que não reconheciam o rei de Espanha enquanto seu soberano maior. Em decorrência, as terras ocupadas pelos espanhóis deviam ser removidas. Isto acabava por criar, cada

---

<sup>193</sup> Ver Raul A. Molina, “Historia de la gobernación del Río de la Plata 1573-1776”, in Roberto Lavillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Janés S.A. Editores Argentina, 1968, pp. 753-854.

<sup>194</sup> Luís Ferrand de Almeida, *Op. cit.*, p. 280.

vez mais, um desconfortável temor nos colonizadores provindos de Espanha. E exemplo disto, exatamente dez anos após a Batalha dos Mbororé, portanto, em 1651, a redução de Yapepu, na zona de Corrientes, foi atacada pelos bandeirantes sob o mando de Domingos Barbosa, mas também acabou por ser repelida. Pelo que foi confirmado por notícias dadas pelos índios, era a intenção de avançar até Buenos Aires por mar e tomar de assalto as reduções dos rios Paraná e Uruguai, com o objetivo de dominar toda esta terra. Esta derrota não desanimou as ambições dos bandeirantes que nunca desistiram das investidas no interior da zona do Rio da Prata, deixando os espanhóis sempre em estado de alerta. Em 1676, Francisco Pedrosa Xavier conquistou Vila Rica (atualmente no estado brasileiro do Paraná) e deixou a cidade de Asunción na mira das investidas bandeirantes. Em 1681, a expedição bandeirante de Antônio Ferraz de Araújo de Campos Bicudo não teve êxito na investida à Missão de Chiquitos e em Santa Cruz de la Sierra, abandonando o empreendimento.

No ano de 1691, Antônio Ferraz de Araújo e Manuel de Frias Taveira voltaram a investir contra Santa Cruz de la Sierra, tanto que, em 1692, os moradores desta cidade ainda pediam assistência ao governador de Asunción. Luís Ferrand de Almeida concluiu este assunto, afirmando, através dos resultados de suas investigações, que deste assombro espanhol causado pelos bandeirantes durante o período da União Ibérica tinha-se a intenção de separar a cidade de São Paulo da governação do Brasil e agregá-la ao Paraguai. Para que se chegasse ao fim pretendido, podia a governação asunceña comprá-la aos paulistas, ou então destruí-la pela força. Contudo, isto não passou de sugestões, pois era muito difícil, para não dizer impossível, retirar algum punhado de terra das mãos dos portugueses<sup>195</sup>.

---

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 282.

Esta disputa entre europeus, que acabou por dividir as províncias do Rio da Prata, explica-se não apenas por interesses distintos entre os espanhóis e os portugueses. Torna-se evidente que os espanhóis estavam concorrendo entre eles pelos domínios daquele espaço, tanto que foi vice-rei do Peru o inspirador maior de tal cisão<sup>196</sup>. Por parte dos portugueses, as expedições bandeirantes foram responsáveis pelo aumento territorial das possessões do rei de Portugal nas terras meridionais da América do Sul, dito de outra maneira, o Brasil se auto-colonizou<sup>197</sup>. Esta competição entre os súditos das coroas ibéricas terá o seu culminar com o erguer da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, pelo governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo. Toda a zona que hoje compreende o Uruguai era, na época, um vasto território de campo utilizado pelos moradores de Buenos Aires para a criação de gado<sup>198</sup>, facilitando, assim, a ação portuguesa, visto que a ocupação espanhola era muito incipiente. Esta conturbada disputa será um marco importante para a definição territorial das posses ibéricas no espaço aqui objeto de estudo. Ações e reações serão discutidas entre os monarcas, assim como batalhas pelo controlo do espaço serão travadas, até que, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso porá um ponto final neste assunto.

### 2.3. Entre europeus e indígenas

É muito evidente que um processo de colonização e de domínio de um espaço, por pessoas estranhas ao mesmo, vai gerar desconforto por parte daqueles que lá estavam. Outrossim, por ser um espaço a ser conquistado, indubitavelmente serão utilizadas as armas para alcançar este objetivo. Por isto, muitos exemplos são

---

<sup>196</sup> H. Sanchez Quell, *Op. cit.*, p. 94.

<sup>197</sup> Cf. José Manuel Azevedo e Silva, *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 86, porém, o autor refere que tal ideia está presente em Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Edição de Livros do Brasil, s.d., p. 38.

<sup>198</sup> H. Sanchez Quell, *Op. cit.*, p. 71.

enumerados de sangrentas contendas entre os europeus e os naturais da região platina. Desde o início das construções europeias no Prata, há notícias de acontecimentos de cunho bélico contra os índios. Por outro lado, os primeiros relatos de ataques contra os europeus são tão antigos quanto a presença destes últimos no Rio da Prata. As primeiras notícias deste tipo de episódios reportam-se ao próprio descobridor Solís, visto que foi morto e devorado pelos índios e que, por este motivo, em tom de homenagem, o dito rio teve por algum tempo o seu nome para designá-lo. É evidente que alguns companheiros de viagem de Solís, que permaneceram na região, tiveram a mesma sorte de seu capitão, basta que seja avivada a memória do caso de Aleixo Garcia, já aludido no item 1.3 deste mesmo capítulo. Como estes primeiros acontecimentos estão relacionados com o descobrimento, reconhecimento e exploração do território, estes casos podem ser denominados de isolados. Em contrapartida, existem outros casos que podem ser definidos como guerra, no mais amplo sentido da palavra, como muito bem ilustra o relato de Schmidell.

Para a consolidação da construção de Buenos Aires, o sítio foi conquistado pelo uso da força, pelos expedicionários de D. Pedro de Mendoza sobre os índios Querandíes. Segundo o relato feito pelo arcabuzeiro de origem germânica (Schmidell), esta população autótone estava a cooperar com os europeus, trazendo e compartilhando o que era por eles pescado e caçado, mantendo assim os recém-chegados com algum abastecimento. Esta prática de ajuda por parte dos índios para com os provenientes do Velho Mundo foi decorrente durante duas semanas, fazendo com que a falha deste procedimento, em alguns dias, causasse curiosidade entre os conquistadores. Por isto, foram enviados três homens para a aldeia dos Querandíes localizada a quatro léguas de distância, para averiguar o que se passava. Quando do retorno, estes últimos relataram que foram recebidos debaixo de pancadas, além de serem escorraçados do local. Como não poderia deixar de ser, houve, por

parte dos espanhóis, a retaliação e, por conseguinte, a declaração de guerra. Os objetivos desta primeira batalha, além de responder ao maltrato que os índios tiveram para com os espanhóis, era de conquistar e ocupar o terreno dos Querandíes, estendendo assim o domínio espacial no Rio da Prata. Com esta ampliação territorial, torna-se claro que, defendê-lo e protegê-lo, fará parte da ordem do dia para os conquistadores que lá estão, tanto que, nessa altura, iniciaram-se as obras de fortificação de Buenos Aires que consistiam em uma defesa de terra levantada e uma casa em pedra para o governador.

Como estava instaurada uma situação de guerra, outras batalhas, evidentemente, serão travadas. No mesmo ano da primeira fundação de Buenos Aires, em 1536, ocorreu um curioso levante indígena contra os espanhóis. Penso ser, na conturbada história da colonização platina, na época em questão, o primeiro caso em que quatro etnias autótonas juntaram-se em armas para combater o inimigo comum. As quatro etnias (os Querandíes, os Timbus, os Bartenis e os Charruas) que durante a contenda utilizaram flechas incendiárias, destruíram a maior parte das construções que eram cobertas de palha, restando apenas a casa do governador que era a única coberta de telhas e feita em pedra. Mesmo com a destruição, quase que completa, da recém-fundada Buenos Aires, os espanhóis conseguiram repelir o ataque e, com isto, estas etnias serão definidas e referidas como suas inimigas<sup>199</sup>. Como é de senso comum, os constantes assédios dos índios a Buenos Aires e a incessante busca pelas minas de prata, de que se tinha notícias de estarem localizadas no interior, foram motivos suficientemente fortes para abandonar aquela cidade, em 1541, e concentrar os esforços colonizadores em Asunción.

Como já enunciado no item anterior, um forte oponente na região eram os Guaicurus, sendo estes os responsáveis por muitas

---

<sup>199</sup> Ulrico Schmidell, *Op. cit.*, pp. 53-56.



batalhas, além de terem a capacidade de reunir forças com outras etnias contra o europeu. Entretanto, o governador do Rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, relata que este grupo indígena, perante o seu oponente maior, o espanhol, declara-se vassalo do rei de Espanha conforme procura deixar bem claro, no acto da rendição, um dos principais da tribu. Com isto, os Guaicurus passaram de inimigos declarados a solícitos aliados, tanto que, a exemplo dos Querandíes de outrora, de oito em oito dias levavam para Asunción víveres para serem distribuídos e, nesse dia, ouvia-se a harmonia e a alegria entre os índios que, em outros tempos, eram inimigos<sup>200</sup>.

Os Guarani, ao perceberem-se que os espanhóis eram capazes de trazer a paz entre etnias inimigas, irão aproveitar-se muito bem desta situação, pois terão no europeu um poderoso aliado para as suas divergências com os outros grupos indígenas da região, como foi o caso já referido anteriormente da guerra contra os grupos Guaicurus. O Guarani que estava em franca expansão, na altura dos primeiros contatos, de aliados dos europeus irão, com o passar do tempo, tornar-se seus inimigos. Não serão raras as vezes em que os índios falantes de línguas Guaranis irão juntar-se a outras etnias contra os cristãos.

Outro caso, enumerado por Schmidell, foi quando Domingo Martinez de Irala organizou mais uma nova investida pelo rio Paraguai acima. Ao requisitar, perante os caciques que viviam em Asunción, índios para ajudar na expedição, foi logo avisado que os Carios (falantes Guarani) estavam aliando-se aos Tabaré contra os europeus, sendo esta mais uma batalha entre as diferentes etnias autótonas e as europeias (visto não serem os espanhóis os únicos europeus na região) na conquista do território platino. Como não poderia deixar de ser, foi vencida pelos últimos, por serem logisticamente mais preparados.

---

<sup>200</sup> Cabeza de Vaca, *Op. cit.*, pp. 196 e 197.

Estes são alguns exemplos que demonstram este aproveitamento mútuo dos índios para com os espanhóis e vice-versa que, por uma série de conveniências, acabou por gerar a paz e a guerra entre os europeus e os indígenas. Outro importante aliado dos grupos de fala Guaraní na região platina foram, indubitavelmente, nos inícios do povoamento europeu, os missionários de diferentes ordens da Igreja Regular, nomeadamente, os agostinianos, os franciscanos e os dominicanos e, por fim, já nos inícios do século XVII, os que tiveram maior êxito na construção e ocupação do espaço colonial platino, os jesuítas.

Como é sabido, os índios da região platina, no século XVII, estavam sob a constante ameaça dos bandeirantes que viam nestes uma rentável “mercadoria” para o tráfico de escravos. Os índios das reduções eram uma importante fonte de mão-de-obra para o sustento da dita ordem religiosa na América meridional e a ocupação jesuítica era uma garantia para a coroa de Espanha do controlo do dito espaço. O governador Luis de Céspedes Xeria, que assumiu o cargo em 1625, sendo o sucessor de Manuel de Frias, foi acusado de conivência com o invasor e a audiência de Charcas o destituiu do cargo, em 1631. Isto aconteceu, porque o governador em questão casou-se com uma dama portuguesa e proibiu o uso de armas de fogo por parte dos indígenas, o que foi fatal para a auto-subsistência das reduções e para todos os indígenas que eram alvo dos bandeirantes<sup>201</sup>. Por isto, os índios, ao entrarem em conflitos bélicos com os bandeirantes, estavam, para já, desfavorecidos, caracterizando, desta maneira, uma guerra não apenas entre os autóctones e os europeus, mas denotando a complexidade da construção colonial da região, devido aos constantes choques de interesses existentes neste processo.

---

<sup>201</sup> Efraim Cardozo, *El Paraguay de la Conquista*, Asunción, El Lector, 1996, p. 200.

### 3. As diferentes políticas ibéricas na construção colonial

Os monarcas ibéricos tinham em suas mãos uma árdua tarefa que consistia na consolidação das suas posses no continente americano, mais precisamente, o que hoje conhecemos por América do Sul. Evidente que políticas reais foram se desenvolvendo, nos séculos XVI e XVII, para que pudesse ser alcançado o objetivo proposto. Contudo, ao invés de fazer uma descrição detalhada destas políticas das coroas de Portugal e de Espanha na disputa da região platina, opto por ressaltar as diferenças do processo de colonização que estes dois países peninsulares criaram para melhor dominar essa região. Nos primeiros anos de Quinhentos, a coroa portuguesa tinha um importante obstáculo a superar nas terras do Brasil. Como é sabido, a presença francesa no litoral brasileiro era cada vez mais notória, causando um importante desconforto aos interesses do rei português. Por isso, as feitorias portuguesas estavam em constante ameaça, visto que em Cabo Frio (na entrada do Rio de Janeiro) foi instalada uma feitoria, em 1555, por Villegaignon, como sede daquilo que foi pomposamente designada pelos franceses por França Antártica. Entretanto, no ano de 1567, os franceses foram expulsos pelos portugueses do Rio de Janeiro<sup>202</sup>, comandados pelo governador Mem de Sá e pelo seu sobrinho Estácio de Sá.

O regime das sesmarias, conhecida dos portugueses desde o rei D. Fernando, no século XIV, e retomado no arquipélago da Madeira, a partir de 1420<sup>203</sup>, foi reproduzido no Brasil, para montar o aparelho produtivo e tornar mais seguro o dito espaço austral do Atlântico. Historiadores, como, por exemplo, Azevedo e Silva, Ferrand de Almeida, Cardoso e tantos outros são unânimes em afirmar que as intenções da coroa portuguesa era ocupar o litoral,

---

<sup>202</sup> Bartolomé Bennassar e Richard Marin Tradução de Serafim Ferreria, *História do Brasil*, Lisboa, Editorial Teorema, 2000, p. 84.

<sup>203</sup> Veja-se José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, pp. 120-122.

tendo como limite, ao sul, o Rio da Prata. Isto, sem sombra de dúvidas, pode ser comprovado pela documentação da época, que se encontra no “Archivo de Indias”, em Sevilha. Como exemplo, há uma carta dirigida ao monarca espanhol que diz assim: *“Desto a su magestad por q pueden d en los portugesis ser toda la costa suya la boca del rrio de la plata y diesto se aze sera grand perdesa de su magestad por q en la costa ay muchos puertos y muy buenos q calla do y para el trato del rrio dela plata asy muy breve camiño y muy buenas naos espescial pára le pueblo que agora pueblan que estando poblado la costa es crusier sean ser yer al rrio con las naos por caso de ser. El rrio fortunoso su majestad debe contada brevedad poner rremedio en esto por que los portuguezes no tomen la tierra que es muy buena y de minas muy rica [...]d esto no se ponga que[...] mis ojos vistos como digo los portuguezes hazer muy ricas fundaciones y demas destos muchas cajas(?) de azucar”*<sup>204</sup>.

Contudo, deve-se ter em conta alguns aspectos deste excerto de carta. O primeiro deles é o fato de ser anónima, uma vez que a assinatura não está legível; o segundo aspeto é que o arquivista deu como data provável o ano de 1530 para este documento, baseado no seu tipo de letra; ou ainda que, nesta data, já se tem a notícia do Império do Rei Branco na Península Ibérica, trazida pelas expedições de Caboto e Solis. Todavia, o ano referido pode ser passível de contestação, visto que a queixa que o autor faz ao rei pressupõe uma ocupação mais efetiva por parte dos espanhóis na região platina, coisa que verifica-se somente a partir da primeira

---

<sup>204</sup> Carta anónima arquivada no *Patronato Real* 28, R45 do Archivo de Índias em Sevilha. Saliento que, para melhor compreensão do documento, foram realizadas algumas correções ortográficas para que fique mais próxima da atual, nomeadamente, a separação de palavras que estavam juntas ou a união das que estavam separadas, por exemplo, foi trocado “*rrio dela plata*” por “*rrio de la plata*” ou ainda “*buenas naos es pescial*” por “*buenas naos espescial*”, entre tantos outros casos. Este tipo de correções estarão presentes nos demais documentos que serão citados no presente estudo, no mais, permanecerá a grafia original.

fundação de Buenos Aires, em 1536, ou ainda, o tão famoso resgate de Atahualpa, no ano de 1534<sup>205</sup>.

Paralelamente a estes fatos, o monarca espanhol estava cada vez mais presente na América do Sul, procurando investir em navegações mais austrais do continente, incluindo o Rio da Prata, na busca por um caminho transoceânico (Atlântico – Pacífico), conforme já foi explicitado anteriormente. A crescente ocupação espanhola na região platina organizava-se com a criação das províncias, de cuja reunião irá ser formado um vice-reinado. As audiências exerciam o poder jurídico, tanto nas províncias quanto nos vice-reinados, porém, não se limitavam a isto na América hispânica, pois também influenciavam a administração e a política. Diferente, porém, com alguma semelhança, os portugueses criaram o governo geral, em 1549, para melhor administrar as capitanias<sup>206</sup>. Isto em linhas gerais, pois a verdadeira corrida entre os ibéricos, pelas posses sulinas, está sendo tratado desde o início deste estudo.

Seja como for, tanto Espanha, quanto Portugal, ao chegarem no Novo Mundo, encontraram-se com o nativo destas terras. Na história da colonização do Brasil, assim como de outros países da América do Sul, ouve-se falar muito na utilização da mão-de-obra indígena enquanto escravos, além dos trabalhadores na mesma condição provindos de África. Contudo, o que deve ser levado em consideração a este fato é que, nos inícios da presença portuguesa no Brasil, ao utilizar o escambo para a obtenção do pau-brasil, o colonizador luso não levava o índio à escravidão. Com o estabelecimento das feitorias no litoral brasileiro, os feitores tinham maneiras de acumular uma boa quantidade de mercadoria sem que o

---

<sup>205</sup> Enrique de Gandía, “Creación de la Gobernación del Río de la Plata y Conquista de las Provincias del Río de la Plata y del Paraguay (1534-1573)”, in Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, pp. 625-697.

<sup>206</sup> Faço aqui apenas esta referência, visto que será analisado pormenorizadamente quando forem tratados, mais adiante, as construções administrativas e as questões de poder no Rio da Prata colonial.

índio fosse seu cativo. Evidente que o recém-chegado da Europa tinha o maior interesse em manter o autótone ao seu serviço, porém, foram criadas leis para que não houvesse abusos, ou ainda, que justificassem a escravidão do mesmo. Não querendo entrar neste pormenor da questão, visto que, emitir algum juízo de valor sobre os acontecimentos do passado não seria de bom tom para um trabalho como este, porém, sabe-se que excessos foram cometidos com os fins de escravizar o índios. Para legitimar o ato de tornar o índio cativo, o europeu deveria alegar legítima defesa, ou ainda, se o indígena já se encontrasse na condição de escravo por motivos que as culturas tribais explicavam, na iminência de ser devorado, ou então, no caso de uma guerra justa poderia ser também escravizado. Como ressalta José Manuel Azevedo e Silva<sup>207</sup>, era muito fácil provocar uma reação guerreira do autótone das terras brasileiras. Com isto, chegamos facilmente à conclusão de que o índio era livre por natureza.

O que vem a reforçar esta ideia, em se tratando dos idos tempos dos séculos XVI e XVII, além de legitimar a escravidão africana, são os ensinamentos dados através da Bíblia. O professor de Coimbra, Azevedo e Silva<sup>208</sup>, ao analisar o *Gênesis*, explica, com muita clareza, que Noé sentenciou a raça negra à escravidão. Para que possamos compreender isto melhor, basta que (baseados no referido autor) relembremos a passagem Bíblica em que Noé, após o trabalho na sua vinha, embriagou-se e adormeceu nu na sua tenda. O seu filho Cam, ao ver a nudez do pai, correu para avisar os outros dois irmãos, Sem e Jafete. Estes últimos, por sua vez, entrando na tenda às arrecuas, cobriram a Noé sem ver as suas vergonhas. Ao despertar, Noé condenou Cam e sua descendência a serem escravos de Sem e de Jafete e de suas descendências. De Sem descendem os semitas, de Jafete os arianos (indo-europeus) e, finalmente, de Cam os camitas habitantes da África. Por isto, o indígena das Américas

---

<sup>207</sup> José Manuel Azevedo Silva, *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 66.

<sup>208</sup> *Ibidem*, pp. 65 e 66.

estava, à partida, de fora da raça bíblicamente amaldiçoada, pois, na época em questão, tratava-se de uma raça nova que não estava prevista nas escrituras. Evidentemente, conforme já foi explicitado anteriormente, o índio passou por ser também escravizado, tendo como justificação as exceções às leis régias portuguesas, já enumeradas.

Entretanto, não podemos cair na inocência de negar por completo a escravidão indígena em situações que contradizem o exposto anteriormente. Ao informarmo-nos das intenções dos bandeirantes, nos inícios do século XVII, vimos que a caça ao índio, para fazer dele mão-de-obra escrava, era uma constante, tanto que as reduções jesuítas eram alvo preferido destes aventureiros<sup>209</sup>. O que é mais revelador sobre esta questão é o trecho de uma carta anónima, dirigida ao rei de Espanha, no dia 9 de abril de 1554, que está arquivada no “Archivo de Indias”. Em seu conteúdo vemos assim escrito: *“tres cosas dirce para q sua alteza sea la que se haze aqui mismo un portuges que se dize fulano farina de san bicente pueblo de portugal a la [...] que llebase yndias de la tiera ciertos [...] y an le vendiero ellos otras y las llebo a san bicente y las vendio a los otros portuges y pago sen dicima a los oficiales del Rey per esclavas fueron hasta tenta si notras muchas q por al camino se le murieron. Vimos despores otros portuges q se dize [...] le dio el governador licencia q le vendiesen en el pueblo [...] y de otras naciones. [...] San Vicente como todas Yndias [...] esclavos los vendio y pago los derechos asu Rey”*<sup>210</sup>. Este documento faz com que nos leve à reflexão sobre a prática portuguesa na utilização de escravos indígenas e, a concluir, que tal uso de mão-de-obra é mais antiga e oficializada do que as ações bandeirantes.

Da mesma maneira, os vizinhos de Portugal tinham a sua política da utilização de mão-de-obra, o que vai gerar, muitas vezes, conflitos bélicos entre os indígenas e os europeus, contudo, não será

---

<sup>209</sup> Boris Fausto, *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2004, p. 52.

<sup>210</sup> Archivo de Indias, *Patronato Real* 29, R8.

esta a única causa das contendas entre estes dois mundos distintos num mesmo território. Como é do conhecimento comum, os espanhóis, nos inícios de suas investidas na colonização americana, criaram maneiras de utilizar-se do indígena como mão-de-obra. Contudo, ao chegarem na zona andina, deram-se conta do regime da *Mita*, praticado, principalmente, no império Inca. Na acepção da palavra de origem quichua, *Mita* pode ser compreendida por semana de trabalho, ou turno de trabalho. Isto significa que, no império em questão, era obrigatório prestar serviços ao governante em obras por ele determinadas que podiam variar desde serviços militares até construções de palácios, templos e caminhos. Com este tipo de organização do trabalho, fica evidente que o colonizador espanhol irá utilizar-se dessa prática para suprir as suas necessidades e interesses numa região ainda muito inóspita para este recém-chegado do Velho Mundo.

Na organização político-social do império Inca, havia o *ayllu* que, nada mais era do que uma utilização económica de um espaço com o objetivo de controlo de porções de terra e de trabalho. Os índios que viviam no *ayllu* possuíam um grau de parentesco em comum, estes, por sua vez, estavam subordinados ao *curaca*, que era como se designava a nobreza rural. Entretanto, existia também, um grupo denominado de *yana* que eram vassallos diretos do Inca e trabalhavam nas terras deste. Os espanhóis aperceberam-se, quando de seu contacto com o referido império, que havia índios que não estavam ligados a nenhum *ayllu* e, por conseguinte, sem obrigações algumas para com os *curacas*, portanto, dispersos. Evidentemente que o colonizador, provindo da Europa, irá utilizar o *yana* para os seus serviços como escravo, fazendo com que os religiosos protestassem junto ao rei, já que a escravidão indígena era proibida. O monarca, em resposta, ordenou a libertação destes nativos, porém, Francisco Toledo, vice-rei do Peru, nos anos de 1569 até 1581, não os libertou e sim criou o regime de *yanacona*, ou seja, concedeu estes índios dispersos aos colonos que tinham a obrigação de os



alimentarem, os vestirem, os alojarem, pagar o seu tributo, conceder-lhes uma parcela de terra e zelarem pela sua instrução religiosa. Em contrapartida, os índios tinham de trabalhar para os seus senhores e lhes era vedado o direito de abandonar as terras. Este regime permaneceu até o fim do período colonial. Como vemos, mesmo com tantas leis que vieram sendo aplicadas para a libertação dos indígenas, não surtiram efeito algum para os *yanacona*<sup>211</sup>.

Contemporaneamente a este regime, foi instituída a prática do *repartimiento*, que consistia, como o próprio nome sugere, em repartir os indígenas de uma determinada região pelos colonizadores espanhóis. Contudo, o *repartimiento* tinha regras que deviam ser cumpridas. Os índios, enquanto súbditos do monarca espanhol, deviam pagar tributo, assim como todos os demais, porém, a maneira que o autótone tinha para quitar a sua obrigação era trabalhando para o espanhol na produção de víveres, além do trabalho nas minas. Em contrapartida, os espanhóis deviam, por sua vez, cuidar do bem-estar dos indígenas que estavam sob sua responsabilidade, além de garantir que eram devidamente instruídos na fé católica.

Com o decorrer dos anos e as atividades coloniais a desenvolverem-se, o *repartimiento* sofrerá algumas mudanças, principalmente, no que diz respeito à sua designação, passando, assim, a chamar-se *encomienda*. Nela, o indígena (*encomendado*) trabalha para o espanhol seu *encomendero* nos mesmos moldes do *repartimiento* atrás referido. Dentre as alterações nestes complexos tipos de trabalho, o *repartimiento* irá cambiar a sua essência organizativa. O *repartimiento* passará a ser de uso exclusivo do governante nas terras americanas, o qual irá repartir com os *encomenderos* um número de trabalhadores (cerca de 4%) para atender aos interesses do governo, sejam estes de cunho militar,

---

<sup>211</sup> Bartolomé Bennassar Traducción de Carmen Artal, *La América Española y la América Portuguesa: Siglos XVI-XVII*, Madrid, Ediciones Akal S. A, 2001, pp. 123 e 124.

sejam como força de trabalho, a exemplo da *mita*, que foi extinta em detrimento deste novo conceito de partilha<sup>212</sup>. Esta era a sorte do autótone que, nos inícios, podia ser *mitado* e *repartido* ao mesmo tempo e, com o desenrolar dos tempos, viu-se sujeito à possibilidade de ser *encomendado* e *repartido* também em simultâneo.

---

<sup>212</sup> Germán Vázquez y Nelson Martínez Díaz, *Historia de América Latina*, Madrid, Ediprojetos Europeos, 1990, pp. 114-116.

## **Capítulo IV**

### **O PROCESSO COLONIZADOR IBÉRICO NO PRATA**

#### **1. A chegada do colonizador europeu e as suas proveniências**

Os motivos que moveram o deslocamento de povoadores europeus para o Novo Mundo são incontáveis e muitas vezes discutidos por aqueles que se têm dedicado ao estudo deste assunto. Pela nossa parte, ao tratarmos de um tema bastante controverso, é preciso que tomemos como base os seguintes pressupostos: em primeiro lugar, temos uma Europa em plena expansão e, ao mesmo tempo, em disputas políticas, sobretudo, na Península Ibérica; depois, fruto desta disputa, a presença da Igreja que, por sua vez, também está bastante marcada pelos constantes confrontos com os próprios colonizadores. Neste movimentado contexto, precisamos reter as diferentes medidas tomadas para a exploração e ocupação da região platina.

Como é óbvio, nenhum monarca ousará, ao empreender a expansão, deixar seus súbditos à própria sorte. Cartas régias, regimentos, autorizações, concessões e outros instrumentos

normativos eram emanados pelo soberano na execução do projeto expansionista. Isto significa que havia determinações régias que foram sendo concebidas e postas em prática durante este processo, pois de *“início, o fluxo foi espontâneo, mas logo passou a ser controlado. A coroa de Castela, com a finalidade de manter a pureza ideológica das terras recém-conquistadas, proibiu a entrada de certas categorias de pessoas nas Índias. Assim, foi barrada a migração aos mouros, aos judeus, aos ciganos e a todo aquele que já tivesse sido condenado pela Inquisição. A lei restringiu a entrada no Novo Mundo de estrangeiros e, inicialmente, até de nativos dos reinos de Aragão. O princípio era que a emigração para a América fosse limitada àqueles que pertenciam à coroa de Castela.”*<sup>213</sup>. Entretanto, não eram raros os casos de pessoas que embarcaram com o destino à América sem qualquer documentação e alguns marinheiros experimentados desertaram, quando da sua chegada ao Mundo Novo.

Neste empreendimento, sobretudo nos inícios do século XVI, os documentos que autorizavam o embarque eram destinados a pessoas do sexo masculino. Porém, a partir da segunda metade do referido século, o fluxo de mulheres, devidamente autorizadas a viajar, sofreu um aumento significativo, chegando a ser superior a um quarto do total<sup>214</sup>. Ainda em relação ao trânsito das mulheres, cabe ressaltar que, os *encomenderos* e os altos funcionários eram estimulados a casarem-se na Europa antes, para que, à sua chegada ao continente americano, já estivessem com a família constituída. Muito usual de ocorrer também era que o homem ia antes e, depois de um tempo decorrido, seguia a esposa e os restantes membros do seu agregado familiar, para assim salvaguardar a instituição família aos usos e costumes da Europa, além de preservar um estrato social diferenciado na administração do empreendimento colonial. Este

---

<sup>213</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, “A População da América Espanhola Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 35.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 36.

objetivo político-administrativo nem sempre foi alcançado com muito sucesso, pois o trânsito de homens jovens e solteiros e a significativa falta de mulheres europeias no Novo Mundo fez com que se consolidassem relações permanentes com as nativas. Em consequência disto, surgiu um relevante número de mestiços que, muitas vezes, não eram tratados como tal, sendo incorporados na sociedade e desfrutando de direitos europeus<sup>215</sup>, sobretudo no início do processo, numa região como a do Rio da Prata que era bastante despovoada.

Deste trânsito de pessoas provenientes de Espanha, nos inícios do século XVI, o principal porto utilizado para este fim era o de Cádiz. À conta disto, a Andaluzia acabou por ser a responsável por mais de um terço do total de emigrantes e a Estremadura por quase um sexto. A região central, sobretudo, Toledo, Valladolid e Salamanca, enviou o outro terço. Dentre as regiões periféricas, o país Basco acabou por se destacar pelo relevante número enviado, além da grande coesão de grupo que demonstravam em suas lides no Novo Continente<sup>216</sup>. Como a população de Espanha, de certa forma, era reduzida, costumava-se permitir que estrangeiros embarcassem para a América, mesmo com as proibições referidas anteriormente, fazendo com que, no início do processo de ocupação e colonização, a presença europeia a partir de Espanha fosse bastante heterogênea<sup>217</sup>.

Estas características refletem a maneira de agir da coroa espanhola, uma vez que a política portuguesa era bastante diferenciada, mas com alguns elementos em comum. O primeiro deles é que, como não podia deixar de ser, a maior parte das licenças de embarque eram destinadas aos homens. Deste fato, temos por consequência a miscigenação que não era de forma alguma um incômodo para a coroa, justo pelo contrário, era bastante estimulado,

---

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 37

<sup>216</sup> *Idem*.

<sup>217</sup> Convirá realçar que muitas pessoas que cruzaram o mar, rumo ao Novo Mundo, como, por exemplo, artesões e pequenos comerciantes eram oriundos das vilas e cidades, enquanto os provenientes das zonas rurais eram em número bastante reduzido. *Ibidem*, p. 37.

pois, assim, conseguia ir povoando as terras coloniais. Consta-se que, no caso da ocupação portuguesa no Brasil, as primeiras mulheres que desembarcaram com suas famílias para auxiliar na colonização de São Vicente ocorreram somente no ano de 1537<sup>218</sup>. A grande maioria dos povoadores era o que pode ser denominado de portugueses nativos, contudo, muitos cristãos-novos também obtiveram autorização para se integrarem no empreendimento de além-mar.

No período de 1580 a 1640, a emigração, sobretudo para o Brasil, era um pouco menos dificultada, pois a exigência principal não era a nacionalidade, mas sim, que fossem declaradamente católicos. Com isto, europeus de diversas nacionalidades acabaram por se estabelecer nas áreas mais ao sul. Outro detalhe que merece alusão é que o número de cristãos-novos, não portugueses, também aumentou. Com a restauração da independência portuguesa, o povoamento voltou a ser restrito a portugueses, contudo, holandeses e ingleses permaneceram no litoral de Pernambuco, mesmo depois da expulsão, em 1654.

No início do século XVI, os portugueses tinham como principal objetivo ocupar a região litorânea, sobretudo, Pernambuco, Bahia e o Recôncavo e São Vicente<sup>219</sup>, mas sem deixar de lado, o cuidado a ter com os limites entre a posse dos reinos ibéricos na América do Sul. Por isto, sempre vai se ouvir falar em portugueses, também na região sul e no interior. Por outro lado, enquanto os espanhóis investiam na criação de núcleos urbanos, os lusos apostavam na ocupação de terras para fins agrícolas, tanto que a consequência direta foi a concentração de população em áreas rurais<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> Maria Luiza Marcílio “A População do Brasil Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 321.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. 319.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 322.

A coroa portuguesa decidiu enviar famílias inteiras para a ocupação do território, sobretudo para salvaguardar a sua presença nas regiões que estivessem com os denominados vazios de população europeia e de importância estratégica. Assim, como é sabido, as Ilhas dos Açores e da Madeira foram responsáveis pelo envio de contingentes bastante significativos. A autora Maria Luiza Marcílio afirma que, em decorrência disto, nas regiões em que foram assentadas estas famílias, surge um padrão de colonização de uso da terra e de atividades produtivas e até mesmo de organização social diferenciada daqueles espaços onde isto não ocorreu. Importante, segundo o que a referida autora ressalta, é que esta empresa familiar de produção essencialmente agrícola para atender à demanda interna foi muito favorecida com a chegada da mão-de-obra escrava africana, pois, assim, conseguiu reforçar a produção para o mercado exterior<sup>221</sup>.

Com todas estas medidas para o envio de pessoal para a conquista e povoamento da América, existem inúmeros dados estatísticos que revelam a quantidade de pessoas movimentadas nesta empreitada. Magnus Mörner nos revela que o “*número de espanhóis que emigraram para as Índias subiu, em todo o século XVI, a cerca de 243 mil; outros 195 mil saíram durante a primeira metade do século XVII. O número médio de pessoas que deixaram a Espanha com destino à América anualmente foi, portanto, de 2600 durante o século XVI e de 3900 durante a primeira metade do século XVII*”<sup>222</sup>. A preocupação maior dos governantes era manter estas pessoas o mais possível concentradas. Num continente ainda hostil para os europeus e com uma extensão de terra enorme e pouco conhecida, fazia com que os imigrantes fossem presa fácil, tanto do ambiente natural, quanto da população autóctone. Estando agrupados, a possibilidade de preservação da identidade e dos costumes trazidos do Velho Mundo passava a ser bem maior<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 321

<sup>222</sup> Nicolás Sanchez-Albomoz, *Op. cit.*, p. 36.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 47.

Nesses aglomerados de população europeia, os governantes tinham, como preocupação constante, fazer com que permanecessem nos locais que lhes tinham sido destinados, principalmente procriando, pois, assim, poderiam garantir duas coisas ao mesmo tempo: em primeiro lugar, a subsistência, em segundo a tomada de posse dos territórios.

A colonização portuguesa, assim como a espanhola, eram diferentes, contudo, tinham elementos em comum. Um deles, merecedor de destaque, tinha a ver com o incentivo das autoridades coloniais para que as populações procriassem, dada a grande necessidade de gente. Isto acabava criando uma realidade que era bastante distinta em outras sociedades. Era bastante comum ocorrer, nos estratos sociais mais altos, o número de filhos ser superior aos de níveis menos elevados. Nas áreas circunvizinhas a Buenos Aires, por exemplo, os latifundiários acabavam por ter duas vezes mais filhos que os seus empregados. Outra situação que se vê com muita frequência é o nascimento de ilegítimos, tornando o matrimônio muitas vezes secundário no seu contributo para o aumento populacional. Para exemplificar o que está sendo aqui trazido à tona, os documentos da *“paróquia de San Sebastián, na cidade de Lima, revelam que, no fim do século XVI, 40 por cento dos batismos de crianças eram de filhos ilegítimos; no século XVII, a porcentagem variou entre 25 e 40 por cento”*<sup>224</sup>.

A presença espanhola, entre os anos de 1570 e 1620, praticamente triplicou. Mas convém sublinhar que este aumento não se deve apenas à imigração, mas também ao crescimento natural, tornando-se um índice bastante elevado se for comparado ao da Europa da mesma época. Cabe aqui a ressalva de que o aumento de indivíduos de linhagem europeia na América foi bastante heterogênia. Enquanto em certas regiões aumentava vertiginosamente, noutras sofria perdas ou estagnava. Isto aconteceu

---

<sup>224</sup> Idem.



de maneira muito significativa no decorrer da conquista e da colonização da área platina, devido às constantes mudanças ocorridas nesta história em ebulição.

## 2. A fundação de povoados, cidades e fortificações

A região platina, enquanto área de disputa entre os reinos ibéricos, sofreu ações diferenciadas durante a ocupação. Isto foi devido aos diferentes tipos de ocupação territorial que foram sendo implementados no decorrer dos séculos XVI e XVII. Portanto, torna-se necessário que prestemos atenção às estratégias realizadas pelos europeus, quando de sua chegada ao Novo Mundo. Conforme demonstrado no capítulo anterior, tanto a ocupação do território, quanto a utilização da mão-de-obra, seja ela indígena, seja africana, eram fatores de várias diferenças entre os reinos da Península Ibérica.

Ao nos depararmos com a construção colonial espanhola, observamos que, mesmo que *“os espanhóis tenham transformado algumas cidades índias para seu uso próprio, como Tenochtitlán, Cholula e Cuzco, as influências mais profundas sobre o esquema de colonização europeia foram a distribuição espacial e a estrutura de aldeia das populações indígenas”*<sup>225</sup>. Isto significa dizer que, nos inícios da colonização, a continuidade da ocupação europeia em relação à nativa era constante<sup>226</sup>. Evidentemente que nem sempre esta maneira de ocupação do território foi profícua, basta trazermos à tona que a cidade de Buenos Aires, após a sua primeira fundação, em 1536, foi abandonada, anos mais tarde (1541), devido às dificuldades que os europeus passaram e, segundo consta nos relatos de Ulrich Schmidell, a referida região era habitada pelos índios Querandies. Este pormenor tem sua explicação. Acontece que os referidos

---

<sup>225</sup> Richard M. Morse, “O Desenvolvimento Urbano da América Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 57.

<sup>226</sup> *Ibidem*.

nativos eram nômades e caçadores-coletores, ou seja, a região de Buenos Aires era, também, um local onde eles tiravam a sua subsistência. Ainda no caso de Espanha, conforme referido no capítulo anterior, foram criadas províncias no Novo Mundo e, com o passar dos tempos, acabaram por se transformar em vice-reinados. Tanto um quanto outro modelo político tinham cidades sedes que respeitavam uma hierarquia na organização administrativa. Tanto que, a cidade de Buenos Aires, pela sua localização marcadamente estratégica, virá a ser refundada alguns anos depois.

No processo de ocupação da região platina, os espanhóis, ao estabelecerem-se num determinado local, fundavam uma cidade o mais rápido possível. Evidentemente que, ao realizarem tal tarefa, o passo seguinte era arrumar meio para que houvesse o sustento da população que se supunha ali vir a instalar-se. Contudo, não pode ser deixado à margem das análises que, além da rapidez em construir uma cidade, os espanhóis estabeleceram fortes, principalmente nas ilhas existentes no Rio Paraná, assim como no Rio Uruguai. Como o próprio nome já indica, os fortes visavam manter a segurança da presença espanhola na região, porém, nem sempre foi possível mantê-los, devido a diferentes fatores, seja de intempéries naturais, seja devido ao ataque feroz dos nativos da região. Pelos motivos já apontados anteriormente, a fundação da cidade de Assunción tornou-se muito importante para o desenvolvimento da região.

## **2.1. As fundações no decorrer da exploração e ocupação do território**

### **2.1.1. Nos princípios do século XVI**

Durante o processo de ocupação e exploração, feito pelos colonizadores oriundos de Espanha, o primeiro estabelecimento criado nas ribeiras do Rio da Prata foi o *Forte Sancti Spiritus*. Como

não podia deixar de ser, Sebastião Caboto deu-lhe este nome, devido à celebração religiosa, já que lá chegou no dia 11 de maio de 1527<sup>227</sup>. No dia 23 de dezembro do referido ano, Caboto deixou uma guarnição de 30 homens sob o comando do capitão Gregório Caro e partiu, com cerca de 130 homens, embarcados em uma galeota e em um bergantim, pelo Rio Paraná acima, com a finalidade de continuar a exploração. A construção era bastante simples, consistia em uma casa de taipa coberta com palha, tirando partido dos recursos de que o local dispunha. O sítio foi escolhido, porque Caboto obteve a notícia, através dos naturais da região, que havia um europeu que por ali vivia. Tratava-se de um grumete de nome Francisco del Puerto que chegou às terras platinas com a navegação de Solis e que sobreviveu ao naufrágio e ao ataque dos indígenas.

Conforme referido anteriormente, a prática espanhola na ocupação das novas terras estava muito mais voltada para a construção de cidades do que para um sistema que privilegiasse as propriedades rurais. Na expedição de D. Pedro de Mendoza, uma das primeiras providências tomadas, por este Adelantado, foi a fundação de uma cidade que pudesse servir de bom porto para as viagens que iam se suceder à chegada dele, naquela parte austral da América. Por isto, no dia 2 de fevereiro de 1536, surgiu nos mapas da região a cidade de nome Puerto de Nuestra Señora Santa María del Buen Aire, sendo de significativa importância para o desenvolvimento do processo de colonização.

Dentre os pormenores do surgimento desta cidade, consta que não houve nenhum ato solene em sua fundação, especulase que tenha sido devido à urgência das circunstâncias, sobretudo porque o local era ocupado pelo aguerrido grupo indígena Querandie, havendo, assim, hostilidades<sup>228</sup>. Ulrich Schmidell, ao dar-nos conta de como estava sendo erguida a cidade, enfoca que a

---

<sup>227</sup> Julián M. Rubio, *Exploración y Conquista del Río de la Plata Siglos XVI e XVII*, Barcelona-Buenos Aires, Salvat Ediciones, 1942, p. 64.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 111.

construção mais bem feita era a casa do governador, pois as paredes eram de pau-a-pique e a cobertura era com telhas de barro. As demais casas eram de madeira com telhados de palha, o que acabou por ser muito prejudicial, principalmente, quando dos ataques indígenas com flechas incendiárias, pois ardiam com muita facilidade<sup>229</sup>. Também com o intuito de deixar a cidade mais protegida, foi construído um muro de taipa, fosso e paliçada, apenas com um acesso ao interior, obedecendo ao padrão da época.

Buscando seguir uma cronologia dos fatos, vemos que, mesmo com a fundação de Buenos Aires, as expedições para o interior das terras platinas não pararam, devido aos motivos que já foram explicados em capítulos anteriores do presente trabalho. Por navegação Rio Paraná acima, a expedição chefiada por Juan de Ayolas chegou até ao forte de *Sancti Spíritus* (fundado por Caboto) e depois seguiu viagem até uma laguna, chamada por Schmidell de “*laguna de los Quiloazas*”, cujo nome atual é Coronda, localizada próximo da bifurcação dos rios Paraná e Uruguai. Nesta localidade, foi erguido, no dia 15 de junho de 1536, mais um forte, muito provavelmente aos moldes do *Sancti Spiritus*, denominado de *Corpus Christi*, uma vez mais, devido à proximidade da celebração religiosa. Importante de ser dado o devido destaque é que, nesta localidade, os índios se mostraram muito amistosos e, por conseguinte, os europeus tiveram saciadas todas as suas necessidades, principalmente a mais cruel de todas elas que era a grande falta de alimentos. Ayolas mandou que fossem construídas casas e defesas e deixou a localidade sob o comando do tesoureiro Gonzalo de Alvarado, com uma guarnição de aproximadamente 100 homens. Em seguida, partiu para Buenos Aires com os navios repletos de víveres, uma vez que, na altura, a referida cidade passava por grandes dificuldades, no que diz respeito ao abastecimento.

---

<sup>229</sup> Ulrico Schmidel *Relatos de la Conquista del Río de la Plata y Paraguay*, traducción de Klaus Wagner, Madrid, Alianza-Editorial, 1982, p. 35.

Na continuidade de suas expedições, os espanhóis, por sua vez, chegaram a uma região dominada pelos índios Chanas-Timbús que se mostraram, *a priori*, amistosos. Neste local, foi batizado um curso de água de Coronda e, por conseguinte, fundou-se, a mando de Juan de Ayolas, uma fortificação de nome *Corpus Christi*. Segundo a explicação de Julián M. Rubio, esta foi uma atitude acertada, pois o solo fértil, a abundância de peixes e a conduta amigável dos nativos proporcionaram um perfeito atendimento das necessidades de abastecimento dos europeus, coisa que fazia bastante tempo que não era atendida de forma tão satisfatória<sup>230</sup>. Antes do regresso a Buenos Aires, com os navios carregados de víveres, o próprio D. Pedro de Mendoza fundou outra localidade nas margens do rio Paraná, distante cerca de quatro léguas do forte de *Corpus Christi*. O nome dado a esta nova cidade foi de “*Nuestra Señora de Buena Esperanza*”, retratando, com isto, o investimento num melhor porvir. Entretanto, a localidade não perdurou por muito tempo, pois foi abandonada. Chegando a Buenos Aires, desta feita já abastecida de mantimentos, o empreendimento da conquista tomou novo fôlego que conferiu importante ânimo para as tropas já bastante desgastadas.

No início do processo de colonização, a cidade de Asunción, conforme referido anteriormente, tornou-se uma das mais importantes da área platina. As circunstâncias em que foi fundada nos mostra as diferenças encontradas e o dinamismo de um processo de ocupação do território. Em plena expedição, Domingo Martínez de Irala e Juan de Salazar dividiram-se. Este último seguiu pelo rio Paraguai com o intuito de construir um bom porto no referido curso de água. O local por ele escolhido foi junto à desembocadura do Rio Pilcomayo, afluente do Paraguai, por suas excelentes condições. Salazar havia se comprometido com os caciques a fundar uma cidade junto aos índios Caracará, Cupirani, Abambaré, Timbuai, Mayreru e Moquiracé. A primeira ação foi erguer uma casa de madeira, pois

---

<sup>230</sup> Julián M. Rubio, *Op .cit.*, pp. 116 e 117.

assim tornava possível a busca por mantimentos e garantia a posse do território. Assim, em 15 de agosto de 1537, fundou-se a cidade de “*Nuestra Señora de Santa Maria de la Asunción*” que, sem fugir à regra, o nome foi tomado, devido a ser o dia da santa mencionada<sup>231</sup>.

No princípio, a cidade era muito incipiente, ou seja, era apenas uma pequena construção em forma quadrada, com duas torres num local um pouco mais elevado. Na localidade, era possível ter visão completa de um aldeamento dos índios Guaraní. Convirá evidenciar que a construção de um porto, ou de uma cidade, no Rio Paraguai é bastante discutida entre os historiadores que se dedicam ao estudo do tema. Seja como for, o fato importante é que a cidade de Asunción tornou-se muito significativa para os interesses dos espanhóis, uma vez que a busca pela prata continuava a ser o foco principal. Logo após a fundação, a segunda providência tomada foi a demarcação de cem léguas ao redor como sendo a sua jurisdição<sup>232</sup>.

Durante o processo de conquista e colonização dos territórios platinos, muito se ouviu falar nas constantes disputas entre os portugueses e os espanhóis. Um exemplo disto é a fundação de um porto denominado de “*San Francisco*” que ficava no continente, muito próximo da ilha de Santa Catarina. Segundo o que nos revela Julián M. Rubio, as circunstâncias da criação do referido porto é bastante curiosa. No ano de 1552, estavam na Capitania de São Vicente Dona Mencía e suas filhas. Hernando de Trejo acabou contraindo matrimônio com uma delas e, por conseguinte, com mais umas sessenta pessoas, permaneceram no dito porto com a intenção de ali se estabelecerem.

Contudo, em fevereiro de 1553, chegou a São Vicente Tomé de Souza que, por sua vez, ao ter a notícia da existência do porto de São Francisco, enviou uma caravela para recolher e levar com segurança os espanhóis para Asunción. Durante um período de

---

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. 136.

aproximadamente um ano, São Francisco ficou abandonada, sendo novamente povoada, em 1554, pela mesma Dona Mencía e sua família, porém, no ano seguinte, Irala (enquanto governador das Províncias do Rio da Prata) ordenou que a referida povoação fosse definitivamente abandonada e todos os que nela viviam fossem transportados para a cidade de Asunción<sup>233</sup>. Como não podia deixar de ser, com o abandono de São Francisco, os portugueses tiveram uma excelente oportunidade de expandir os seus domínios da parte austral da Capitania de São Vicente.

Na continuação das expedições e na constante busca pelos metais preciosos, tem-se a notícia, cada vez mais viva, da existência do legendário Rei Branco. A descoberta de significativas amostras de ouro e prata, próximo ao Rio Paraná, no cerro de Acaari, no início de 1553<sup>234</sup>, terá como consequência direta a fundação da cidade de Ontiveros, numa região que virá a ser denominada de Guairá, no século XVII. Por estes motivos, a localidade mostrou-se bastante favorável para que a um empreendimento deste tipo fosse possível. Uma importante particularidade de Ontiveros envolve as questões das desavenças políticas entre os espanhóis que estão bem documentadas, tanto nos relatos de Ulrich Schmidell, quanto nos do governador Cabeza de Vaca.

Com a intenção de apaziguar os ânimos, o capitão García Rodríguez de Vergara solicitou a Irala permissão para retirar aqueles que ainda eram partidários de Cabeza de Vaca de Asunción, a fim de fundarem uma nova cidade e porto. Com isto, Vergara e aproximadamente sessenta homens partiram de Asunción e seguiram pela margem direita do Rio Paraná até uma légua de Salto Grande, onde escolheram o local para erguer Ontiveros, no ano de 1554. Convém destacar que, devido às circunstâncias em que foi criada, a referida cidade sempre foi um ponto de constante oposição às

---

<sup>233</sup> *Ibidem*, pp. 250 e 251.

<sup>234</sup> Neste mesmo ano, foi fundada a cidade de Santiago del Estero, nas margens do Rio Dulce. Ver Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza y Janés S.A. Editores Argentina, 1968.

decisões vindas de Asunción<sup>235</sup>, nos mostrando que o choque de interesses pode estar presente em todas as fações do processo de descoberta, conquista e colonização, tanto de um mesmo Reino, quanto em Reinos diferentes.

A cidade de Ontiveros foi a responsável pelo início da colonização e do povoamento da região do Guairá. Como vimos, os súbditos de Carlos V estavam cada vez mais empenhados na tomada de posse das terras platinas, uma vez que os sinais de metais nobres eram cada vez mais evidentes. Uma das personagens mais intrigantes desta realidade aqui tratada foi, sem dúvida alguma, Domingos Martínez de Irala, seja pela sua forma impar de tomar decisões, seja pela fundação da cidade referida anteriormente.

Com a morte de Irala, a conquista não podia, de forma alguma, parar. Por isso, Gonzalo de Mendoza assumiu o cargo de governador-geral. Este, por sua vez, organizou duas expedições importantes, uma na região do Guairá, outra na região do Chaco. O governador determinou que fosse fundada uma cidade vizinha a Ontiveros e, com isto, os vizinhos repartissem os índios que lá viviam entre os colonizadores (regime de *repartimiento*). O capitão Rui Díaz Melgarejo foi quem levou a cabo as determinações do governador e, em princípios de 1557, foi fundada a cidade com o nome Ciudad Real, no Rio Paraná, próximo à embocadura do Rio Piquiri.

Como vimos, até meados do século XVI, os espanhóis acabaram por ocupar a região de forma mais efetiva, ou seja, com várias fundações. Como não podia deixar de ser, sobretudo na época em questão, os portugueses também iam ocupando a região. O que devemos levar muito em conta é que as fundações portuguesas não eram apenas uma resposta ao que os espanhóis construíram, mas sim fruto de seu próprio método de conquista e colonização. Seja como for, tanto uns quanto outros, acabaram por gerar conflitos, sobretudo

---

<sup>235</sup> Julián M. Rúbio, *Op. cit.*, p. 263.



no que diz respeito à criação das fronteiras, onde os tratados diplomáticos deviam ser respeitados ou ajustados.

Conforme referido no capítulo terceiro deste trabalho, os portugueses, por sua vez, ao ocuparem o litoral atlântico da América Austral, tinham como limite sulino o Rio da Prata. Isto implicou o terem sido tomadas medidas para que fosse alcançado o objetivo proposto. Martim Afonso de Souza, como é sabido, fez incursões no sul da América Austral e temos a notícia de que seu irmão, Pero Lopes de Souza, esteve na região platina, no ano de 1531. Depois, já no regresso da viagem, dedicaram-se à fundação das vilas de São Vicente e de Piratininga, pois estavam respeitando a linha limítrofe do que acreditavam estar estabelecido *in loco* pelo Tratado de Tordesilhas.

Vejamos o que, a este respeito, nos diz Pêro Lopes de Sousa no seu *Diário*: - “*A todos nos pareceo tam bem esta terra, que o capitão irmão determinou de a povoar e deu a todolos homens terras pera fazerem fazendas e fez ãa vila na ilha de Sam Vicente e outra nove léguas dentro polo sartaão, à borda dum rio que se chama Piratininga, e repartio a gente nestas duas vilas e fez nelas officiaes e pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolação com verem povoar vilas e ter leis e sacrefícios e celebrar matrimónios e viverem em comunicação das artes e ser cada um senhor do seu*”<sup>236</sup>.

### 2.1.2. Nos fins do século XVI

Durante a construção de vilas, cidades, fortes e portos na região platina, um nome não deve ser deixado à margem das referências que é Nufrio de Chaves, devido às suas expedições pelo Chaco. A ele são atribuídas duas fundações, as cidades de Nueva

---

<sup>236</sup> *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, prefácio do Comandante A. Teixeira da Mota, leitura do Doutor Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, p. 101.

Asunción e Santa Cruz de la Sierra. A primeira tem a ver com a convicção de que o estabelecimento de uma cidade no território dominado pelos índios Xarayes facilitava o seu *repartimiento* pelos colonos, além de que tornava mais fácil a comunicação com o vice-reinado do Peru.

Com isto, em 1 de agosto de 1559<sup>237</sup>, criou-se a referida cidade junto ao Rio Guapay (Rio Grande), no atual território da Bolívia, porém, não perdurou por muito tempo a sua existência. Cabe aqui fazer a ressalva de que nem todo o empreendimento teve o sucesso esperado, seja por dificuldades naturais, seja pelo não conhecimento da região, seja ainda pela falta de suprimentos, como foi o caso da primeira fundação de Buenos Aires. Outro exemplo que podemos citar é o ataque dos índios às fundações, causando o seu abandono. Porém, dentre os tantos exemplos de não prosperidade que podemos apontar, o caso da cidade de Nueva Asunción é bastante interessante. Em seu caso particular, não perdurou, devido a uma disputa entre os limites das governações do Peru e do Rio da Prata.

Uma expedição, partindo de Nueva Asunción, com o objetivo de explorar a região e tomar conhecimento da quantidade de nativos que ali viviam para que se pudesse fazer o *repartimiento*, acabou por deparar com outro agrupamento de espanhóis vindos do Peru. Comandados pelo capitão Andrés Manso, estes últimos tinham por missão povoar o território do Rio Parapiti (a noroeste do atual Paraguai). Nufrio de Chaves defendia que aquelas terras eram pertencentes aos conquistadores do Rio da Prata, o capitão Andrés Manso, por sua vez, dizia que eram da jurisdição do Marquês de Cañete, vice-rei do Peru. Tal discussão teve de ter a intervenção da Audiência de Charcas que tomou a seguinte decisão: segundo o que constava, o limite entre as duas governações era o paralelo 20, cabendo a Nufrio de Chaves, portanto, a parcela mais ao norte e a

---

<sup>237</sup> Julián M. Rúbio, *Op. cit.*, p. 296.

Andrés Manso a outra. Convém ter em conta que esta decisão foi tomada no ano de 1563.

Enquanto a questão tramitava nos meios legais, a conquista e povoamento não pararam. Muito próximo da cidade de Nueva Asunción, por ter abundância de mantimentos e estar cercada pelos índios Gorgotoquis e Chanés, em 26 de fevereiro de 1561, Nufrio de Chaves fundou a cidade de Santa Cruz de la Sierra. Esta, por sua vez, estava fora da jurisdição de Asunción, demonstrando, talvez, a intenção de criar outra província separada tanto do governo do vice-reinado do Peru, quanto da do Rio da Prata. Por fim, tal intenção não perdurou por muito tempo, pois, em 1575<sup>238</sup>, a cidade começou a ser abandonada e seus habitantes fundaram outras cidades. Somente em 1592 a cidade foi repovoada, porém um pouco deslocada do seu sítio original.

Nos capítulos anteriores, ficou explicitada a grande extensão territorial da Província do Rio da Prata, chamada também de Província Gigante. Várias localidades foram fundadas no processo de colonização, tanto por parte dos espanhóis, quanto dos portugueses, pois buscavam o domínio dos territórios. A região de Tucuman tomou como cidade principal San Miguel de Tucuman, fundada por Diego Villarroel, em 31 de maio de 1565, e foi *“trasladada en el año de 1685 por el gobernador Don Fernando de Mendoza Mate de Luna, por haberla arruinado en el año de 1680 una inundación que se llevó la iglesia y una calle de casas; está 12 leguas del sitio en que se fundó primero, en un campo ameno, aunque escaso de agua, pues apenas la había si no en algunos pozos, y en una acequia que sacaron del río, que corre a distancia de una legua, los primeros fundadores, la cual ha renovado posteriormente el gobernador, Don Jerónimo Matorras; es de*

---

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 297.

*temperamento templado y muy abundante en frutos, cabeza de obispado erigido en el año de 1570*<sup>239</sup>.

No início, antes da criação desta cidade, a dita região estava jurisdicionada ao Chile, desde 1555. Entretanto, pela Cédula Real, de 29 de agosto de 1563, Tucuman passou a obedecer às diretrizes de Lima, dando um novo impulso na colonização daquela área. Este fato é de relevância, principalmente para o entendimento do presente estudo, sobretudo quando for tratada a chegada dos jesuítas, pois Tucuman tornar-se-á então importantíssima para a organização das províncias inicianas, uma vez que, muitas delas estarão sob a direção do bispado erguido em 1570, conforme referido anteriormente. Ainda neste mesmo ano, mais especificamente no dia 14 de maio (a região do Guairá também estava a crescer), o capitão Ruy Diaz Melgarejo fundou mais uma cidade a 60 léguas da Ciudad Real, denominada de *Villa Rica del Espiritu Santu*.

Como podemos constatar, as expedições espanholas e portuguesas para o interior tinham pontos e objetivos muito comuns, estavam, afinal, a seguir as intenções das respectivas coroas europeias. Atribui-se a Juan de Garay, entre outros feitos, a fundação de cidades como Córdoba, em 6 de julho, e Santa Fé, em 15 de novembro de 1573, esta última localizada nas margens do Rio Salgado, quase na desembocadura com o Rio Paraná. A cidade de Córdoba foi implantada no pampa argentino, entre as cidades de San Miguel de Tucuman e Santiago del Estero. Em 30 de maio de 1574, numa região habitada pelos índios Charruas, foi fundado o porto e a cidade de San Salvador. Este é outro exemplo de tentativa e erro na conquista do espaço, pois, em 20 de julho de 1577, foi ordenado pelo tenente governador Juan Alonso de Quirós o abandono em definitivo do local, uma vez que seus povoadores, pouco a pouco, estavam indo refugiar-se na região de Tucuman<sup>240</sup>.

---

<sup>239</sup> *Biblioteca de Autores Españoles desde La Formación del Lenguaje hasta Nuestros Dias, Vol. IV*, Madrid, Ediciones Atlas, 1967, p. 120.

<sup>240</sup> Julián M. Rúbio, *Op. cit.*, p. 362.

Retomando e desenvolvendo o que foi dito anteriormente, como a conquista e colonização da região estava avançando por parte dos espanhóis, a comunicação entre as cidades, as províncias e os vice-reinados se tornava bastante necessária. Também com este objetivo foi idealizada a criação de uma cidade que ficasse no caminho habitual entre a Província do Rio da Prata e o vice-reinado do Perú, uma vez que, como ocorreu com Santa Cruz de la Sierra, estas duas governações estavam criando as suas fronteiras. A expedição destinada a este fim estava a cargo de Alonso de Vera y Aragón. Este, por sua vez, elegeu como seus companheiros de jornada outros tantos colonizadores, principalmente, aqueles mais experimentados que estavam passando grandes dificuldades na primeira fundação de Buenos Aires. Com isto, na região do Chaco, nas margens do Rio Bermejo, em 14 de abril de 1585, foi fundada a cidade denominada de Concepción<sup>241</sup>. Inicialmente, dava a idéia de prosperidade, entretanto, devido aos constantes ataques dos indígenas e o pouco conhecimento da região para a obtenção de recursos, fez com que, aos poucos, fosse despovoada até a sua totalidade, em 1632, onde tiveram de fazer uma reestruturação, objetivando o repovoamento da localidade.

Na Audiência de Charcas, à qual as Províncias do Rio da Prata estavam jurisdicionadas, temos a Cédula Real de 1587 que diz que o governo delas estava a cargo de Juan Torres de Vera y Aragón. Naquele mesmo ano, acompanhado de Hernandarias de Saavedra e mais um efetivo de soldados, saíram de Asunción para apaziguar os índios Guaycurus. Quando do regresso, Torres de Vera percebeu a necessidade de fundar uma cidade nas margens do Rio Paraná, em local por ele estabelecido. Com isto, ordenou a seu sobrinho, Alonso de Vera, fosse por terra enquanto uma pequena frota o acompanhava pelo rio. Por fim, em 3 de abril de 1588, com toda a cerimônia que a ocasião exigia, foi fundada San Juan de Vera de las Siete Corrientes (conhecida hoje apenas por Corrientes), onde foi erguido o Cabildo e

---

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 404.

nomeados os seus funcionários e delimitada a sua área de jurisdição<sup>242</sup>.

### 2.1.3. No século XVII

As fundações erguidas no século XVII, na região platina, possuem uma particularidade que não devemos deixar à margem das discussões. Grande parte delas foi construída no interior do território, mas com acesso fácil a cursos de água. Como toda a regra tem exceções, foi fundada, em 1680, pelos portugueses, a Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata<sup>243</sup>. Em contraponto a isto, durante todas as décadas do referido século, foram sendo criadas as reduções feitas pelos padres da Companhia de Jesus. Desenvolveremos este assunto no próximo ponto. De momento, concentraremos a nossa atenção na fundação portuguesa da Colônia do Sacramento.

No ano de 1678, a coroa portuguesa decidiu investir na construção de uma colônia junto ao Rio da Prata. Dom Manuel Lopo, então governador do Rio de Janeiro, recebeu as instruções para o empreendimento. A iniciativa lusa visava a ocupação do sul do Brasil até o rio citado, com a construção de duas fortalezas, uma na ilha de São Gabriel e outra em terra firme. *“Renunciando ao estabelecimento militar no arquipélago de S. Gabriel, D. Manuel Lopo preferiu concentrar as suas forças na pequena península quase em frente e erguer aí uma povoação fortificada”*<sup>244</sup> e, deste modo, em 1 de janeiro de 1680, deu-se o início ao empreendimento. Como a expedição tinha, também, caráter militar, a maioria dos expedicionários eram compostos destes profissionais, cerca de 300

---

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 409. Importante de ser destacado é que o autor faz referência a uma discussão entre os historiadores sobre o primeiro fundador de Corrientes, devido às circunstâncias em que foi feita.

<sup>243</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 2004, pp. 75-79.

<sup>244</sup> Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 1973, p. 52.

entre oficiais e praças. No que diz respeito aos civis, contavam-se, por ordem decrescente, 76 indígenas, 51 escravos de origem africana, além de 4 padres, 3 mulheres brancas, 1 médico e 1 almoxarife.

No início, as construções eram bastante simples, compunham-se de coberturas e tendas de campanha com armações em madeira e as paredes revestidas de caules de bambu e cobertas por folhagens. As condições favoráveis para a produção de tijolo e telhas de barro foram rapidamente aproveitadas, além do que, desde o início da ocupação, viu-se a abundância de pedras e árvores. Em consequência direta disto, rapidamente as habitações começaram a ser feitas de taipa e pedra, além das cabanas de pau a pique. Para a fortificação da colônia, orientada pelo capitão-engenheiro António Correia Pinto, foi erguido um pano de muralha de “terra batida”, formando um quadrado com os baluartes nos ângulos<sup>245</sup>. Alguns meses depois, a povoação já contava com 38 habitações construídas, conforme referido anteriormente, dentre as quais, a casa do governador, um armazém, duas igrejas, a casa dos padres, sobretudo jesuítas, além de quartéis e depósitos militares.

Apesar do aparente sucesso no erguimento da colônia, o pano de muralha estava muito vulnerável, pelo que o governador de Buenos Aires, com o ataque que ordenou e mandou preparar, tomou-a facilmente de assalto, na noite de 6 para 7 de agosto de 1680. Evidentemente que os portugueses não permitiram que esta situação permanecesse assim. Por isso, em 7 de maio de 1681, foi lavrado e assinado o Tratado Provisional, pelo qual a colônia retornava à posse lusa. Este tratado baseava-se, sobretudo, na história da colonização e o argumento principal consistia em respeitar a linha do Tratado de Tordesilhas. Segundo ali afirmado, “*en el año de 1500 tubo principio el grande e Importante descubrimiento de la America, por Pedro Alvarez Cabral, en el segundo felizissimo de Senhor Rey Don*

---

<sup>245</sup> *Ibidem*, pp. 52 e 53.

*Manuel que comenzando en el puerto de Santa Cruz, tomo possession por la Corona de Portugal, y luego por aquel acto adquirio Dominio en todas aquellas provincias que tenian natural separazion con los dos primeros rios del mundo Marañon y de la plata*”<sup>246</sup>, pelo que as coroas do presente (1681) deviam honrar o que foi estabelecido no ano de 1494, em Tordesilhas, além das leis de comércio vigentes na época.

Decorridos alguns anos, concretamente em 1701, foi assinado outro tratado, cujo artigo número 14 diz o seguinte: *“para se conservar a firme amizade e alliança que se procura conseguir com este tratado, e se tirarem todos os motivos que podem ser contrarios a este effeito; Sua Magestade Catholica cede e renuncia a qualquer direito que possa ter nas terras, sobre que se fez o Tratado provisional entre ambas as Coroas, em os sete dias do mez de Mayo do anno de mil seiscentos oitenta e hum, e em que se acha situada a Colonia do Sacramento: o qual tratado ficará sem effeito, e o dominio da dita Colonia e uzo da campanha na Coroa de Portugal, como ao prezente o tem*”<sup>247</sup>. Porém, mesmo com toda esta política, a colónia voltou a ser atacada e tomada pelos espanhóis, em 1704.

Em 1715, com o Tratado de Utrecht, foi devolvida aos portugueses, mas, em 1750, no âmbito do Tratado de Madrid, foi

---

<sup>246</sup> “Noticia, e Iustificacam do Titulo, e Boa Fee com que se obrou a Nova Colonia do Sacramento nas Terras da Capitania de S. Vicente no Sitio Chamado de S. Gabriel nas Margens do Rio da Prata. E Tratado Provisional sobre o Novo Incidente Cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo Duque de Fovenoso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza: Aprovado, y ratificado, Confirmado por Ambos os Principes. Em Lisboa. Com as licenças necessárias. Na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real Anno 1681”, In Walter Rela, *Exploraciones Portuguesas en el Río de la Plata 1512-1531*, Porto Alegre, PUCRS, 2002, p. 158.

<sup>247</sup> “Tratado de Mutua Alliança entre El-Rei o Senhor Dom Pedro II e D. Philippe V Rei de hespanha, pelo qual o Primeiro se Obriga a Garantir o Testamento D’El-Rei D. Carlos II no Tocante à Sucessão do Segundo dos Ditos Monarchas à Monarchia de Hespanha, assignado em Lisboa á 18 de Junho de 1701, e Ratificado por Parte de Portugal N’aquêle mesmo Dia, e pela De Hespanha no 1º de Julho do dito Anno, In José Ferreira Borges de Castro, *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Plúbicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias de 1640 até o Presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 120.



trocada pelos Sete Povos das Missões (localizados no atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul). Em consequência disso, a Guerra Guaranítica acabou por impossibilitar que a troca fosse consumada com sucesso, pelo que a Colônia do Sacramento continuou sob a jurisdição portuguesa. Depois de quase um século de posse portuguesa (com algumas intermitências, como vimos), a Colônia do Sacramento passará definitivamente para a soberania espanhola, em 1777, pelo Tratado de Santo Ildefonso<sup>248</sup>.

### **3. As reduções jesuíticas**

Durante o processo de colonização da América, distintos interesses foram despertados sobre a região do Prata pelos Reinos Ibéricos, nomeadamente entre os poderes político-administrativos e os religiosos. A explicação sobre os poderes será melhor desenvolvida no capítulo sexto do presente trabalho. Entretanto, procuraremos compreender como se deu a construção das reduções jesuíticas, durante os séculos XVI e XVII.

#### **3.1. A Ordem inaciana, sua hierarquia e as fundações no Prata**

A Companhia de Jesus, fundada por Ignacio de Loyola, em 1536, e aprovada pela bula *Regimini militantis Ecclesiae*, de Paulo III, em 1540<sup>249</sup>, fazia parte do que é chamado de Igreja Regular, ou seja, das Ordens Religiosas que possuíam uma certa autonomia em suas ações, além da obediência direta ao Papado. Em contrapartida, a Igreja Secular era aquela que constituía as paróquias, dioceses e arquidioceses. O que não pode ser deixado à margem das análises é que, mesmo existindo estas “duas Igrejas”, uma não

---

<sup>248</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *Op. cit.*, pp. 75-79.

<sup>249</sup> “Jesuítas”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, vol. III, p. 365-375.

funcionava sem a outra, fazendo com que as suas instituições não deixassem de estar atentas em todas as frentes em que atuavam. Concretamente, de acordo com Rafael Eladio Velázquez, “*la erección de la Diócesis paraguaya, con nombre del Río de la Plata, fue dispuesta por Paulo III, en la Bula Super Specula Militantis Ecclesiae, del 1º de julio de 1547*”<sup>250</sup>.

Entretanto, o investimento na formação dos sacerdotes sempre foi muito significativo, fosse qual fosse o espaço físico em que a Igreja estivesse atuando. Evidentemente que, com a ereção de um bispado, esta atividade missionária tendia a intensificar-se, porém, para o caso da região em questão, as coisas não foram tão simples. Entre os anos de 1547 e 1600, regista-se a ausência de 26 bispos na área platina, deixando um grande vazio nos cargos eclesiásticos a serem ocupados<sup>251</sup> e fazendo com que a Igreja Regular tivesse uma oportunidade muito favorável para assumir e reforçar as suas funções.

Para o caso específico da Ordem Jesuítica, todos os seus membros labutavam e viviam em Colégios e Noviciados sob a supervisão atenta dos Reitores, ou nas Casas Professas que eram dirigidas pelos *Praepositis* ou nas Residências, que eram os estabelecimentos menores, cuidadosamente regidos pelos Superiores da Ordem. A junção destes estabelecimentos em um determinado distrito constituía uma Província que, como não podia deixar de ser, eram conduzidas pelos Provinciais. Estes últimos, entre outras obrigações, deviam elaborar um informativo de desempenho das províncias que regiam, para que o seu secretário apresentasse ao Geral da Ordem. Todos os jesuítas que exerciam alguma função de direção, com a exceção do Geral, tinham à sua disposição um determinado número de consultores, a quem buscavam conselhos sobre os mais variados assuntos. Estes, assim como os secretários,

---

<sup>250</sup> Rafael Eladio Velázquez, *El Cabildo de la Catedral de Asuncion, Documenta Paraguaya Volumen I*, Asunción, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1985, p. 12.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 17.

cuidavam para que o Geral estivesse sempre a par das atividades realizadas pelos Provinciais, mas não possuíam poder de decisão, salvo em ocasiões de extrema necessidade e com a devida autorização do Geral é que intervinham, mas na qualidade de *Admonitor*<sup>252</sup>.

A cada período de 3 anos, o Provincial reunia-se com os Reitores, *Praepositis* e com os Superiores para a eleição de Procuradores para atuar junto ao Geral na Santa Sé, formando, assim, o *Congregatio Procuratorum* que tinha por função decidir se determinado assunto era importante para a convocação de uma Congregação Geral. Convém destacar que a dita congregação reunia logo que ocorresse a morte do Geral da Ordem, ou então, quando o papa assim o entendesse. No dizer de Magnus Mörner, “*una de las características de la Compañía de Jesus es su ingenioso sistema de división del poder y de mutuo control, cuya eficacia obedece principalmente al cambio frecuente de los dirigentes locales sin excepción.*”<sup>253</sup>, já que todos os cargos eram exercidos durante um certo tempo, variando conforme a função. Esta organização criada e desenvolvida na Europa foi também transferida para o Novo Mundo, pois, quando se instalava uma Missão junto aos índios, esta acabava por se tornar uma Redução. O passo seguinte consistia na criação de uma Vice-Província que, por regra, evoluía para uma Província Jesuítica.

Conforme já ficou claro em capítulos anteriores, tanto a coroa de Castela quanto a de Portugal, tinham interesses na região supramencionada e, por isto, havia constantes disputas coloniais. Entretanto, o que não podemos ignorar é que, mesmo nas regiões de dominação portuguesa, os jesuítas exerciam a sua atividade de catequização e colonização. No ano de 1549, por exemplo, foi plantada a semente daquilo que veio a ser a Província Jesuítica do

---

<sup>252</sup> Magnus Mörner, *Actividades Políticas y Economicas de los Jesuitas en el Río de la Plata la era de los Habsburgos*, Buenos Aires, Paidós, 1968, p. 18.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 19.

Brasil, cuja construção estava a cargo do Padre Manuel da Nóbrega e, logo após, do Padre José de Anchieta. Importante que seja feito o destaque é que ambos ascenderam ao cargo de provinciais.

Historiadores como Serafim Leite e Magnus Mörner concordam ao afirmar que a presença dos clérigos inicianos na Província do Rio da Prata se deu a partir do ano de 1586<sup>254</sup>. Em busca da explicação plausível para este fato, teremos de nos remeter aos acontecimentos religiosos ocorridos no Velho Continente. Como é do conhecimento geral, durante o século XVI ocorreu na Igreja Católica uma séria crise que acabou por dividir os cristãos em duas facções: Os Católicos e os Protestantes. Nesta ocasião, com o objetivo de conter o avanço Protestante, tivemos o movimento da Contra-Reforma, cuja ação mais expressiva foi o Concílio de Trento. Este desenvolveu-se entre os dias 13 de dezembro de 1545 e 4 de dezembro de 1563, tendo sido inaugurado pelo papa Paulo III e continuado pelos seus 4 sucessores, os papas Júlio III, Marcelo II, Paulo IV e Pio IV<sup>255</sup>. Nestes 18 anos em que a Igreja esteve a organizar-se, muito se refletiu no Novo Mundo, sobretudo, no terreno da missão.

A exemplo da Europa, no vice-reinado do Peru ocorreram, respectivamente, nos anos de 1551 e 1552, de 1567 e 1568 e, por fim, entre 1582 e 1583 os três Concílios de Lima, uma vez que “*manifestava-se a urgência de uma unificação dos princípios da evangelização, a fim de evitar o risco de alimentar as práticas idólatras dos indígenas americanos*”<sup>256</sup>. O decorrer deste processo culminou com a instauração da chamada Igreja Hispano-Americana, com hierarquização e quadros institucionais bem definidos, assim como a sistematização das atividades missionárias.

---

<sup>254</sup> Ver Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo VI, 1945.

<sup>255</sup> Ver Alceu Kuhnen, *As Origens da Igreja no Brasil 1500-1552*, Bauru, EDUSC, 2005.

<sup>256</sup> Adone Agnolin, *Jesuítas e Selvagens: A Negociação da Fé no Encontro Catequético-Ritual Americano-Tupi (séculos XVI – XVII)*, São Paulo, Fapesp Humanitas Editorial, 2007, p. 367.

Dentre os 3 concílios realizados na capital do vice-reinado do Peru, o último foi o mais decisivo para a atuação das ordens religiosas. No dia 15 de agosto de 1582, deu-se o início do III Concílio de Lima que teve muita consideração em toda a América do Sul, refletindo-se até ao Extremo Oriente, devido à presença, nessas paragens, da Companhia de Jesus. Dentre os trabalhos conciliares, foi destacada a necessidade da publicação de um compêndio da catequese que pudesse unificar os ensinamentos para as crianças, os jovens e os adultos e, o mais importante disto, é que esse catecismo devia ser traduzido para os dois principais idiomas do vice-reinado do Peru, o Quíchua e o Aymara<sup>257</sup>.

Conforme dito anteriormente, esta ação da Igreja revela sua preocupação com as questões indígenas, sobretudo, o combate à idolatria no que resultava na construção de uma nova sociedade cristã na América. Junto a isto, o poder laico e o religioso, criaram um *“sistema de controle que mirava evitar o desenvolvimento de correntes hostis à Coroa; introduziu a Companhia de Jesus na obra de evangelização enquanto uma ordem considerada fiel à sua política (além do que produto do espírito peculiar da reforma espanhola, antes do próprio Concílio tridentino, confiou às ordens religiosas reformadas várias funções que normalmente eram atribuídas ao clero secular, incentivando o abandono das organizações monacais e encarregando-as da pregação da doutrina entre os indígenas; enfim, modificou as taxas a fim de enfraquecer a base econômica e a hierarquia eclesiástica”*<sup>258</sup>. Com este importante apoio do poder real, a Companhia de Jesus trabalhou com afinco na colonização das terras recém-descobertas, de que resultaram significativos sucessos. No decorrer deste processo, começou a se evidenciar que os regulares em questão assumiram também deveres políticos, provocando, com isto, constantes divergências de caráter nacional dentro da Companhia<sup>259</sup>. Isto explica, em certa medida, a

---

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 375.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 374.

<sup>259</sup> Magnus Mörner, *Op. cit.*, p. 19.

razão por que jesuítas portugueses não trabalhavam em missões da Coroa de Castela e vice-versa, além do que, em regiões muito pouco povoadas, a presença destes regulares com suas reduções acabavam por serem os únicos a ocupar territórios.

Para o caso específico da região platina, foram erguidas as Províncias do Paraguai, Guairá e do Tape, cumprindo com os moldes estabelecidos pela ordem e já referidos anteriormente. Estas províncias eram criadas, primeiramente, em reuniões da ordem, ainda no Velho Mundo e, tempos mais tarde, é que eram postas em prática no terreno. O caso concreto que pode nos servir de exemplo é a Província Jesuítica do Paraguai, fundada em 1603, pelo Padre Cláudio Aquaviva, em Roma, com o objetivo de ser uma província separada do Peru e do Brasil, ligando, com isto, às regiões do Rio da Prata, Tucumán e Chile<sup>260</sup>. A primeira redução, com o nome de Santo Ignácio, foi erguida somente anos mais tarde, em 1611<sup>261</sup>.

Retenha-se que, em consequência da fundação da província inaciana paraguaia da missão destes padres era bem mais alargada no que diz respeito ao território, assim como na criação de sub-províncias. Para que possa ficar mais claro, basta termos atenção ao fato que, anteriormente ao surgimento da Redução de Santo Ignacio, em 1609, os Padres José Cataldino e Simão Masseta entraram pela região do Guairá, fundando, um ano depois, a Redução de Nossa Senhora de Loreto que acabou dando origem as outras reduções, evoluindo para a Sub-Província do Guairá, subordinada à do Paraguai.

Entre as personagens marcantes desta história jesuítica na região platina podemos destacar os nomes dos padres Antonio Ruiz de Montoya e Roque González de Santa Cruz. O primeiro teve

---

<sup>260</sup> Erneldo Schallenberger, *A Integração do Prata no Sistema Colonial: Colonialismo Interno e Missões Jesuíticas do Guairá*, Toledo, Editora Toledo, 1997, p. 147.

<sup>261</sup> Ver Antônio Ruiz de Montoya, *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Tradução de Arnaldo Bruxel e Arthur Rabuske, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997.

importante atuação para a consolidação das Províncias e Reduções como um todo. Quanto ao segundo, responsabilizou-se pelas Reduções do Tape. Partindo de Asunción, fundou, em 1615, a Redução de Encarnación de Itapua, após atravessar o Rio Paraná. Durante muitos anos, o Padre Roque González teve de enfrentar a oposição muito ferrenha dos pagés da região, mas, assim mesmo, não abandonou a sua missão, fundando Reduções também junto ao Rio Uruguai, nos anos de 1626 até 1628. Após a missa do dia 15 de novembro de 1628, o pagé Nheçu organizou uma rebelião contra o referido padre, pois ele pregava a extinção da antropofagia. Com isto, o Padre Roque e o Padre Afonso Rodrigues foram atacados e mortos. A revolta dos indígenas só foi controlada, quando o jesuíta Antonio Bernal e as forças do índio Neenguiru das Reduções de Candelária e Concepción venceram os revoltosos, próximo ao Rio Ijuí, em 29 de novembro daquele ano<sup>262</sup>.

Durante todo o século XVII e início do XVIII, muitas reduções jesuíticas foram sendo fundadas. Portanto, na atual Argentina foram erguidas 15 reduções, nomeadamente, Nuestra Señora de Loreto (1610), Concepción de la Sierra (1619), Corpus (1622), Santa Maria la Mayor (1626), Yapejú (1627), San Javier (1629), La Cruz (1630), San Carlos (1631), San Ignacio Mini (1632), Nuestra Señora de Santa Ana (1633), Candelaria (1637-1669), Apóstoles (1638), San José (1638-1660) e Mártires (1639). No atual Paraguai foram fundadas 8 Reduções: San Ignacio Guazu (1611), Encarnación de Itapua (1615), San Cosme y Damián (1632), Santa Maria de Fe (1647), Santiago (1651-1669), Jesus de Tavarangue (1685), Santa Rosa de Lima (1698) e La Santíssima Trindad de Paraná (1706). Por fim, as 7 restantes encontram-se no atual Brasil e são a de São Francisco de Borja (1682), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Nicolau (1687), São Lourenço

---

<sup>262</sup> Ver Antonio Ruiz de Montoya, *Op. cit.*, além de Moacyr Flores, *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Nova Dimensão, 1996.

Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706-1707), perfazendo, assim, um total de 30 reduções.

Estas reduções aqui nomeadas, divididas entre os 3 atuais países que compõem a região do Rio da Prata, estavam sob o mando dos inacianos da Província Jesuítica do Paraguai, subordinada ao rei de Espanha e, mais tarde, respondiam, também, perante o bispo de Tucumán. Cabe também rememorar que, antes dos Jesuítas iniciarem as missões evangelizadoras, até mesmo antes de existir a referida ordem, os Franciscanos e os Dominicanos deram início a este empreendimento, porém, não obtiveram o mesmo êxito.

#### **4. A subsistência e a criação de riquezas no Prata colonial**

A colonização europeia do continente americano sempre foi marcada pela forte ação comercial. Por isto, como é do conhecimento comum, a exploração e o cultivo de produtos rentáveis às coroas empreendedoras impulsionou todo este processo. Mas a necessidade natural fez com que os primeiros esforços buscassem a subsistência daqueles que chegaram do Velho ao Novo Mundo. Em virtude dos contactos destes distintos mundos, alterações na dieta, tanto dos europeus quanto dos ameríndios, vieram a acontecer, pois uns acostumados com a alimentação ambientalizada no Mediterrâneo, ou seja, baseada no trigo, no azeite de oliva, na carne e no vinho<sup>263</sup>, enquanto os outros estavam acostumados à carne de caça bastante diversificada, ao pescado, à mandioca e, o principal de todos eles, o milho (inclusivamente para o preparo de bebida), acabaram por se interinfluenciar, tendendo a aproximar-se, até aos dias de hoje, a dieta alimentar dos povos presentes na região platina.

---

<sup>263</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, “A População da América Espanhola Colonial”, in Leslie Bethel (Org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, vol. 2, p. 30.



#### 4.1. A produção agrícola

Durante os inícios da colonização europeia da região platina, conforme referido anteriormente, houve muita dificuldade para poder sustentar aqueles que vieram do Velho Mundo. A ação humana na construção deste espaço passou, sobretudo, pelo aprendizado sobre a vegetação local. Por isto, os indígenas eram quem detinham o conhecimento e a domesticação das plantas para garantir a permanência do ser humano nesta vasta região. Os nativos utilizavam-se de plantas que eram totalmente silvestres, ou seja, não eram domesticadas de nenhuma forma e eram simplesmente coletadas para as construções, como, por exemplo, as araucárias e os pinos, ou, ainda, a *ilex paraguaensis* (erva-mate) que passou a ser produzida para fins comerciais.

Os índios possuíam, também, as plantas que eram semi-domesticadas e que se caracterizavam por terem melhoramentos na sua produção, coexistindo com as formas não domesticadas, como, por exemplo, a goiaba. Nestes casos, as variações regionais vão se fazer muito presentes. Para garantir a sua subsistência, possuíam, também, as plantas domesticadas e os híbridos, se distanciando, em muito, das plantas que existiam no meio natural, mas não eram cultivadas. Os exemplos mais comuns das plantas domesticadas são a batata e o tabaco. Por fim, as plantas cultivadas passaram a ser aquelas que sofreram mutações, já não existiam no meio natural e que passaram a ter cuidados especiais no seu cultivo, como, por exemplo, o milho e a mandioca<sup>264</sup>. Com a chegada do europeu na região do Rio da Prata, esta situação começou a mudar, devido à diferença existente entre as respectivas dietas.

A produção de alimentos na região supramencionada ocorria com limitações internas em relação a outras de domínio espanhol. No início do processo de colonização, não se podia enviar

---

<sup>264</sup> Guillermo Furlong, *Historia Social y Cultural del Río de la Plata 1536-1810*, Buenos Aires, Tipografía Editora Argentina, 1969, p. 167.

para a metrópole apenas grãos e frutos; da mesma forma, havia o impedimento de fazer transações comerciais com os outros países da América do Sul. Os produtores tinham a liberdade para realizar trocas comerciais entre as cidades de uma mesma província, por isto, a região platina tendeu a melhorar o seu abastecimento. Dentre as culturas trazidas da Europa, as que se destacam são o trigo e a uva<sup>265</sup>.

O trigo, à primeira vista, provocou reações adversas entre os autóctones, pois era uma mudança bastante significativa nos seus hábitos. Uma vez que as melhores terras eram destinadas à produção do referido cereal, também não era utilizado enquanto alimento e era, apenas, um trabalho realizado pelos indígenas, com o fim de pagamento de tributos. A inexperiência no cultivo do trigo por parte dos índios acabou por fazer com que os europeus tivessem de se dedicar, eles próprios, à sua cultura<sup>266</sup>. Na região platina, sobretudo no Uruguai, desde cedo se constataram condições favoráveis à cultura do trigo. Tal potencial era tão elevado que, em 1689, os portugueses já tinham a intenção de substituir as remessas vindas no Reino e dos Açores pela produção local. Com isto, o abastecimento da região platina e do Brasil ficava garantido.

A produção da uva e do azeite também teve destaque na zona uruguaia durante o período da implantação da Colônia do Sacramento. Como é sabido, a Colônia esteve sob constante ameaça, seja por parte dos espanhóis, seja pelos índios, impedindo, desta forma, uma produção tão promissora quanto a do trigo<sup>267</sup>. Evidentemente que, em toda a região platina, o milho e a mandioca continuaram a ser produzidos, tal como em todo o continente americano, pois eram as principais plantas adaptadas, cultivadas e consumidas pelos autóctones, influenciando diretamente os hábitos dos colonizadores.

---

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 178.

<sup>266</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, *Op. cit.*, p. 31.

<sup>267</sup> Luis Ferrand de Almeida, *Op. cit.*, pp. 87, 88 e 89.

Cruzando o Atlântico nas embarcações europeias, em ambos os sentidos, a aclimação destas e de muitas outras espécies alimentares entre o Velho e o Novo Mundo foi uma amistosa e recíproca troca de presentes. Não há dúvida que ambos os continentes ficaram mais ricos.

#### 4.2. A produção pecuária

No processo de conquista e colonização da região platina, sempre se ouviu falar que, onde houvesse europeus, os cavalos estavam presentes. Era muito comum, para a época, cada oficial possuir ao menos um animal para atender às suas necessidades, assim como ter também um meio de transporte hipomóvel. Em todo o continente americano, a introdução do gado equino, assim como o vacum, provocou uma mudança significativa na população autóctone, pois passaram a alimentar-se melhor e ganharam uma maior mobilidade nas suas áreas de domínio, tornando-os, com isto, temidos pelos europeus<sup>268</sup>. Os bovinos foram introduzidos por dois locais distintos no mapa sul-americano, um no litoral brasileiro e outro na foz do Rio da Prata. Martim Afonso de Sousa introduziu os bovinos em várias áreas do planalto paulista, mas não passava muito mais ao sul deste ponto. No ano de 1555, cabeças de gado foram introduzidas na capitania de São Vicente e na de Asunción, dando origem à sua criação na região de Corrientes e entre os rios Paraná e Uruguai. Temos a notícia de que, em 1576, os colonizadores portugueses tiveram dificuldades no empreendimento, *“mas depois que a terra foi deles conhecida, e vieram a entender o proveito da criação que nesta parte podiam alcançar, começaram-lhe a levar da ilha do Cabo Verde cavalos e éguas, de que agora há já grande criação em todas as capitanias desta província. E assim há também grande cópia de gado que da ilha foi levado a estas*

---

<sup>268</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, *Op. cit.*, pp. 30 e 31.

*partes, principalmente do vacum há muita abundância; o qual, pelos pastos serem muitos, vai sempre em grande crescimento*”<sup>269</sup>.

Fernão Cardim, em 1583, informa que, em Porto Seguro, a criação de gado enfrentava dificuldades, pois existia um arbusto venenoso para os animais que acabava matando-os. Entretanto, para os de Piratininga, as condições eram excelentes, com bons pastos, fazendo com que se reproduzissem rapidamente<sup>270</sup>. Já nos anos de 1607 e 1608, o governador do Rio da Prata, Hernandarias de Saavedra, fez uma expedição e percorreu o norte do estuário, permanecendo por alguns meses na atual Montevideo. Em consequência, nos anos de 1611 e 1617, colocou gado vacum nas ilhas da foz do Rio Negro e na costa de São Gabriel, respectivamente. Pelo ano de 1634, os bons pastos uruguaios e a ausência de grandes predadores fez com que os campos uruguaios se tornassem muito propícios para a criação bovina. Com a presença das Reduções Jesuíticas na região, este gado começou a ficar bem mais domesticado para atender às necessidades das fundações inicianas. Entretanto, devido às constantes contendas com os bandeirantes, acabaram por atravessar o Rio Uruguai e, ali se fixando, deixaram parte dos bovinos abandonados à sua própria sorte, dando origem ao denominado *gado chimarrão*, mais bravio, de difícil trato e muito disperso. Como consequência direta desta introdução do gado (seja pelos portugueses através da costa do Atlântico, seja pelos espanhóis através do Rio da Prata ou do Peru) ocorreu o surgimento da Vacaria do Mar, local que cobria a área entre o Rio Uruguai e o Atlântico<sup>271</sup>, como bem mostra a figura a seguir.

---

<sup>269</sup> Pero de Magalhães Gandavo, *História da Província de Santa Cruz (1576)*, Organização de Ricardo M. Valle, Introdução e notas de Clara C. Souza Santos e Ricardo M. Valle, São Paulo, Editora Hedra Ltda, 2008, p. 95.

<sup>270</sup> Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583 e 1601)*, Organização de Ana Maria de Azevedo, São Paulo, Editora Hedra Ltda, 2009, p. 169. Este relato, assim como o anterior, indicam que o gado foi introduzido entre os anos de 1530 e 1550.

<sup>271</sup> Luis Ferrand de Almeida, *Op. cit.*, pp. 100, 97 e 98.

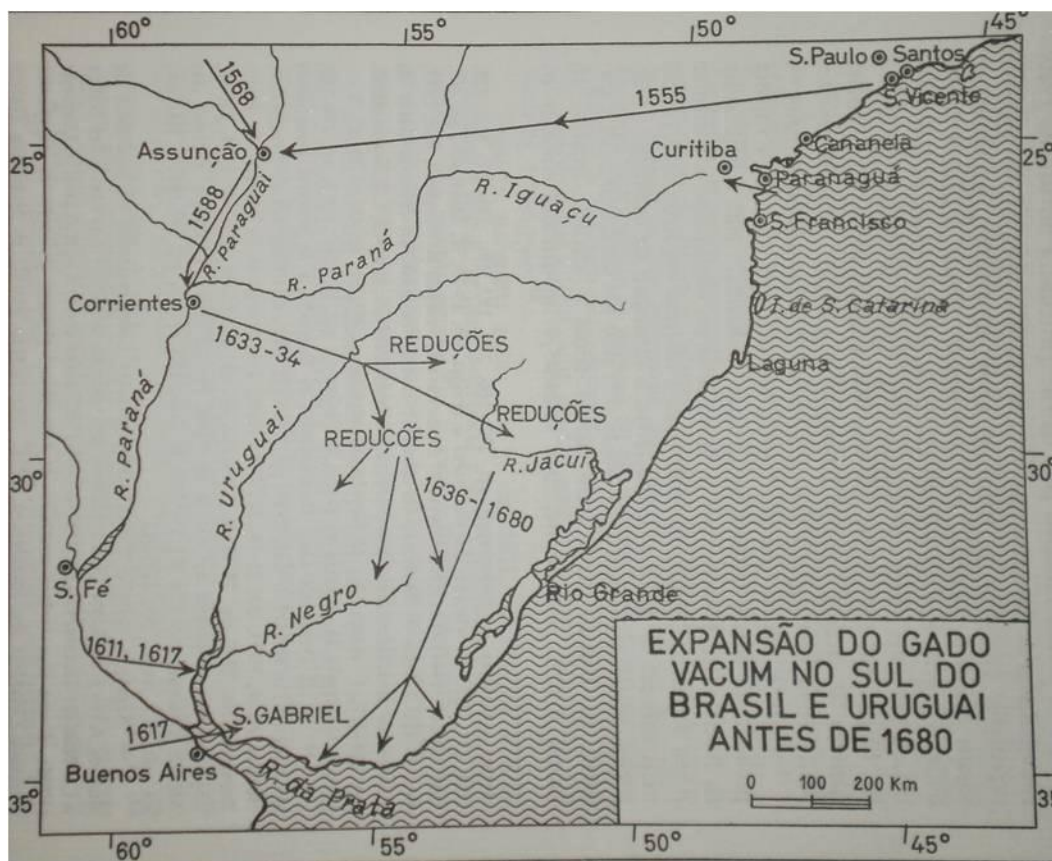


Figura 19: Expansão do Gado Vacum no Sul do Brasil e Uruguai antes de 1680

Fonte: Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra, Tese de Doutorado, 1973, p. 99.

Como vimos no presente capítulo, o domínio da área platina em toda sua plenitude, construindo povoados, colônias, cidades e fortalezas fez com que fossem produzidas riquezas para a subsistência da região e com destino aos dois reinos ibéricos. Com isto, será gerada uma economia local que influenciará a das metrópoles, proporcionando, assim, a criação de políticas que pudessem controlar esta efervescência econômica.

## **Capítulo V**

### **A ECONOMIA**

#### **1. O interesse econômico da expansão ibérica**

Para que se possa perceber como era a economia na região do Prata é necessário levarmos em consideração que ela não estava isolada no contexto da colonização. Por isto, desde já se faz prudente trazer à tona elementos da economia da Península Ibérica da época, no que diz respeito às trocas comerciais existentes. Após o ano de 1500, zarpavam de Lisboa grandes armadas, carregadas com armas, gentes de guerra e objetos que os ameríndios apreciavam e retornavam com pesadas cargas de pau-brasil. Com o passar dos anos, as tripulações aumentaram significativamente, porém, os chefes já não eram lideranças destacadas nos trabalhos de marinharia, mas sim, importantes figuras cortesãs. Com isto, D. João III acreditava numa pacífica transação comercial com os senhores das terras de além-mar, mas isto se revelou fora de realização. Os portugueses, ao chegarem à Índia, por exemplo, tiveram de combater os negociantes mouros, uma vez que estes já possuíam relações

comerciais bastante sólidas com os hindus, ocasionando uma mentalidade de eliminação de rivalidades<sup>272</sup>.

Foi neste contexto que a América do Sul acabou por se inserir, primeiramente, para os lusos como uma forma de lucrativa escala no caminho das Índias, devido ao pau-brasil. Com o passar dos anos, a importância econômica foi impulsionada pela produção açucareira, além do algodão, do tabaco. Com isto, a ocupação do território passou a ser mais bem planejada, assim como a sua proteção.

Concomitantemente, a coroa de Castela alargava as suas fronteiras, buscando, sobretudo, os metais preciosos. O conhecido caso do sequestro de Montezuma por Hermán Cortez ocasionou um relevante aumento do interesse castelhano na América do Sul. Por isto, durante o reinado de Carlos V, o ritmo de ocupação da terra sul-americana sofreu um crescimento vertiginoso com a criação de cidades<sup>273</sup>, conforme explicitado no capítulo anterior. Apesar deste crescimento evidente, o objetivo principal dos castelhanos não era a aquisição da terra, mas sim, estabelecer uma sociedade urbana nos moldes da Europa. Contudo, de alguma forma, estas cidades deviam ser abastecidas e, para tanto, contavam com a população agrícola autóctone que vivia na periferia e que era submetida ao domínio colonial<sup>274</sup>. Deste modo, a região platina foi entrando na empresa colonizadora, tanto de portugueses quanto de castelhanos e a economia do local se atrelou, cada vez mais, com a europeia.

---

<sup>272</sup> José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América Ltda, 2007, pp. 152 e 153.

<sup>273</sup> Pierre Vilar, *História de Espanha*, Lisboa, Livros Horizontes Lda, 1992, p. 71.

<sup>274</sup> Magnus Mörner, “A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial”, in BETHEL, Leslie (Org), *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, Editora da USP, 1999, p. 188.

### 1.1. A circulação de produtos no Prata

Com o processo colonizador, os produtos platinos passaram a ter uma circulação bastante intrigante, sobretudo devido à introdução de pessoas e de bens vindos do exterior. A subsistência dos nativos da Província Platina, como foi demonstrado anteriormente, era garantida por produtos provenientes do cultivo, além, evidentemente, da recoleção, da caça e da pesca. A agricultura pré-colombiana na América do Sul limitava-se às áreas cuja altitude variava entre 2800 até 3600 metros acima do nível do mar. Nestas mesmas localidades, a partir da presença europeia, às culturas nativas, como, por exemplo, a do milho mais foi acrescida a do trigo. As áreas mais altas, sobretudo, eram destinadas à criação de gado. Retenha-se que, neste domínio, com o passar dos tempos os lamas foram sendo substituídos pelos ovinos e outros animais domésticos europeus.<sup>275</sup>

Nas atuais regiões do Paraguai e nordeste da Argentina até à cidade de Buenos Aires, havia uma população indígena que conhecia a horticultura e, com isto, podia abastecer os conquistadores do Velho Mundo com os seus produtos, ocasionando a circulação maior de víveres, nomeadamente, o milho, a mandioca e a batata-doce. Enquanto nesta zona das províncias platinas a circulação de mercadorias buscava a subsistência, as cidades do noroeste tinham a sua economia fortemente atrelada ao mercado de Potosí. As cidades de Córdoba, Tucumán e Santiago del Estero, no início do século XVI, eram as principais fornecedoras de algodão. Em seguida, acabaram por abastecer a região mineradora peruana com a força motriz mais utilizada naqueles tempos, a mula<sup>276</sup>.

A economia peruana não necessitava que os produtos platinos fossem introduzidos em suas terras, com a ressalva dos animais europeus mencionados. Em contrapartida, o Rio da Prata

---

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>276</sup> *Ibidem*. p. 202.



necessitava do comércio com o Peru, o que acabou por fazer com que o porto de Buenos Aires se tornasse mais atraente. Os mercadores bonoerenses criaram uma série de privilégios para que os limeños usufruissem das mercadorias que circulavam por aquele porto, ou seja, o contrabando se intensificou entre Buenos Aires e Lima, ocasionando um desconforto bastante significativo entre os comerciantes peruanos<sup>277</sup> que se viam prejudicados.

No século XVII, o Paraguai começou a fazer parte da economia peruana como fornecedor da erva-mate. Esta última tinha duas proveniências: a primeira delas, os asuncenhos, assim como de outras localidades, se utilizavam dos índios para o trabalho de recoleção no interior da floresta; a segunda provinha do cultivo realizado nas reduções jesuíticas<sup>278</sup> e era comercializado. Além da produção agrícola, a pecuária sempre foi uma fonte importante para a movimentação econômica da região. Ainda no mesmo século, sobretudo a partir do segundo quartel, no sudoeste de Buenos Aires, além das regiões de Entre Rios, atual Uruguai e no norte do Rio da Prata formou-se a manada de gado *cimarrón*, como já referido no capítulo anterior. O abate deste gado era feito sob licença do conselho das cidades de Buenos Aires e Santa Fé com um número pré-estabelecido de cabeças a serem processadas. Importante que seja levado em consideração é que os produtos que possuíam algum valor comercial eram, nomeadamente, o couro, o sebo e a língua, podendo, assim, entrar nos importantes nichos econômicos, como, por exemplo, o peruano e o europeu.

A produção agro-pecuária devia criar meios para o escoamento das suas safras. As comunicações pela via terrestre eram bastante precárias e a utilização da mula como força motriz do transporte de pessoas e bens era a solução na época, principalmente,

---

<sup>277</sup> Rubén Vargas Ugarte, *Historia General del Peru*, volume V - *Postrimerías del Poder Español (1776-1815)*, Lima, Editor Carlos Milla Batres, 1966, p. 19.

<sup>278</sup> Magnus Mörner, *Op. cit.*, p. 202.

no que dizia respeito a um comércio cujas grandes distâncias deviam ser percorridas<sup>279</sup>. Outro meio para fazer com que as mercadorias circulassem era a utilização de caravanas de carros de bois que tinham vantagem sobre os comboios de mulas, pois possuíam condições de defenderem-se contra a ação dos indígenas, mas este tipo de transporte era feito de forma muito mais lenta. Esclarece Magnus Mörner que o “*próprio trecho inicial, de Buenos Aires a Córdoba, coberto facilmente por um cavaleiro em cinco dias, levava cerca de um mês*”<sup>280</sup>, demonstrando, assim, a dificuldade do trânsito das mercadorias.

Em contrapartida aos esforços econômicos na procura de zonas mercadológicas favoráveis, existia o setor doméstico da economia, tão necessário para a manutenção e fixação das populações locais. No âmago das cidades existiam as “*ventas*” cujos produtores abasteciam os mercados locais. Por outro lado, produtos de maior porte, como, por exemplo, o gado muar e bovino eram comercializados localmente, através de feiras regulares. Existia, também, uma forma de comércio que forçava os índios, os mestiços ou os pobres a comprarem as mercadorias que lhes eram impostas. Esta prática era denominada de “*reparto*” e somente no ano de 1780 foi oficialmente proibida<sup>281</sup>.

A circulação por meio terrestre, evidentemente, não era a única, pois a abundância de rios navegáveis fazia com que este meio fosse bastante apreciado e utilizado. Todavia, para que a navegação tivesse êxito no escoamento da produção da região platina, deviam ser criadas políticas portuárias e econômicas. Conforme referido anteriormente, o comércio platino estava bastante atrelado ao peruano, porém, não era a única fonte de renda. A posição geográfica das províncias platinas fazia com que elas tivessem favoráveis opções de mercado na América do Sul e também com a

---

<sup>279</sup> *Ibidem.* p. 210.

<sup>280</sup> *Ibidem.* p. 216.

<sup>281</sup> *Ibidem.* p. 211.

metrópole. Mas, no ano de 1598, o governante do Peru impôs uma medida que causou muito transtorno para a economia platina. A denominada *Cláusula de Buenos Aires* dizia que as mercadorias platinas estavam impedidas de serem comercializadas pelo mar, uma vez que os navios não tinham a autorização da *Casa de Contratación*. O que estava autorizado era apenas duas pequenas embarcações negociarem, por ano, os produtos platinos, via portos brasileiros. Se os asuncenhos quisessem expandir o seu mercado consumidor, negociando com toda a América do Sul ou com a Espanha, deveriam fazê-lo através de Potosí. Porém, para que as mercadorias lá chegassem, a única maneira era o caminho por terra<sup>282</sup>.

Como é de conhecimento geral, a Colônia do Sacramento foi fundada em 1680, na margem oriental do Rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires. Este dado torna-se de relevância, pois era a localidade mais austral das posses portuguesas na região em que este estudo se dedica. Com isto, portugueses foram deslocados para a Nova Colônia para garantir, não somente a sobrevivência dela, mas também para gerar divisas para a coroa lusa. Nos fins do século XVI, houve uma vasta imigração portuguesa para o Rio da Prata, sobretudo, cristãos-novos de profissões liberais que vieram a desenvolver a economia do local. Com a fundação da Colônia, também surgiu uma nova oportunidade para estes, porque estavam, muitas vezes, ilegalmente vivendo nas cidades de Buenos Aires, Asunción ou Tucumán.

A posição estratégica da Colônia fazia com que as atividades comerciais fossem bastante intensas, pois chegavam mercadorias, tanto do Brasil, quanto do Prata. Do Brasil recebia os escravos negros, já que era permitido o tráfico pela coroa portuguesa, o açúcar, o ferro, objetos manufaturados (provavelmente vindos da Europa) e o material de construção. Do Prata, a Colônia

---

<sup>282</sup> Efraim Cardozo, *El Paraguay Colonial*, Asunción, Editorial El Lector, 1996, p. 95.

tinha acesso às farinhas, produtos de origem pecuária, tecidos de algodão de Tucumán e, sobretudo, a Prata peruana<sup>283</sup>. Com isto, vemos que a circulação de mercadorias, em fins do século XVII, foi ampliada com a ereção da Colônia do Sacramento e, com isto, impostos acabavam sendo gerados e a burla dos mesmos na mesma proporção.

## 2. As relações entre a economia platina e a europeia

É de conhecimento comum que todo o processo de colonização do Novo Mundo teve implicações econômicas diretas com o Velho Mundo. Seja pela criação de riqueza, através de produtos rurais, seja pela extração de metal precioso, esta ligação esteve presente em todo o processo. Na América colonizada pelos catelhanos, por ser um território bastante extenso, acabou por serem criados centros econômicos capazes de atender, não somente as necessidades locais, mas também as da metrópole, conforme já ficou bastante claro no item anterior. Ao nos determos no caso da América espanhola, veremos que o México era, pode-se assim dizer, a metrópole das ilhas do Caribe, da Venezuela e as extremidades hemisféricas norte e austral da Nova Espanha. Em menor escala, as cidades de Lima e, durante um longo tempo da época colonial, Potosí tornaram-se significativos pontos de atração econômica metropolitana<sup>284</sup>.

Devido a isto, as mercadorias eram levadas para cidades sedes do vice-reinado. As riquezas oriundas das províncias platinas, por exemplo, eram transportadas em grande escala para Potosí ou Lima. Estas eram, em grande medida, produtos para abastecer as

---

<sup>283</sup> Luis Ferrand de Almeida, “Origens da Colônia do Sacramento: O Regimento de D. Manuel Lobo (1678)”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol XXIX, Coimbra, Imprensa de Coimbra Ltda, 1981, p. 124.

<sup>284</sup> Murdo J. Macleod, “Aspectos da Economia Interna da América Espanhola Colonial: Mão-de-obra; Tributação; Distribuição e Troca,” in BETHEL, Leslie (Org) *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, Editora da USP, 1999, p. 258.

referidas cidades. Entretanto, tais mercadorias podiam ser enviadas para a Madrid, sobretudo, aos portos das cidades de Sevilla e de Cadiz. A circulação direta das mercadorias para a capital do Reino estava impedida por determinações legais, porém, podia ocorrer de forma ilícita, o que não era raro, como irá ser abordado de forma detalhada mais adiante, ainda neste capítulo. Na América do Sul de domínio espanhol, o produto de maior interesse para a exportação era a prata. Esta, por sua vez, acabava por chegar até à Europa por caminhos legais ou não. Não era somente o país dos Reis Católicos que beneficiava do referido metal. Uma boa parte do que era extraído das minas de Potosí chegava até Buenos Aires, mas acabava nas mãos de comerciantes portugueses da Colônia do Sacramento ou do Rio de Janeiro. Em seguida, chegava a Lisboa, donde era enviada pelos portugueses para a Índia e para a China, como meio de pagamento das especiarias e de outros produtos orientais, participando assim no comércio e na presença lusa no Extremo Oriente<sup>285</sup>. Este foi apenas um exemplo de como as riquezas platinas chegavam a todo o Mundo, por meios legais ou ilegais. Com isto, as relações das economias europeia e platina passaram por um caminho de interesses bem delineados, pois as rotas internas acabaram por cumprir a função de um primeiro passo de envio para a metrópole.

Durante o início da colonização platina, a Igreja atuou de forma significativa na região. As ordens religiosas, sobretudo, construíram estruturas capazes de garantir a sua subsistência e corresponder a algumas exigências da Coroa. A metrópole ordenava que todos os índios pagassem tributo, pois eram súditos e tinham, também, este dever. Por isto, mesmo dentro das reduções, tal determinação devia ser cumprida. Para o caso dos autótones, se preferissem poderiam exercer atividades pessoais durante o período de 30 dias para assim efetuarem o pagamento do tributo. O trabalho pessoal do indígena estava proibido pelos regimentos

---

<sup>285</sup> *Ibidem*, p. 262.

governamentais. Esta era uma possibilidade de exceção à regra<sup>286</sup>, pois a maneira de isto acontecer era somente se o nativo estivesse na condição de escravo o qual deveria ser posto em liberdade mediante o pagamento de seu resgate que era estipulado pelo seu senhor. Esta era uma das práticas normais nas reduções para honrar com o dever da tributação. Conforme já referido, a subsistência destas localidades sempre foi um importante ponto para a sua manutenção. Um excedente da produção acabava por ser vendido nas localidades próximas, assim como entre as reduções, fazendo com que mais esta fonte de renda fosse gerada e enviada para a Coroa.

A pecuária também foi uma importante característica da economia missioneira, o que acabava por gerar divisas para a Coroa, sobretudo com o excedente, conforme já explicado. As reduções criavam suas estâncias para a criação ganadeira e, por vezes, não muito distantes das cidades. Essas terras eram adquiridas através da compra. Como testemunha Jaime Cortesão, na obra indicada na nota infrapaginal, nas cercanias da cidade de Asunción, *“compraron los dichos padres de la Compañia de Jesus que fue el sitio del Capitan Juan Alonso de quiroz y el sitio que fue de garçi Cenegaly el que fue de ju.º fernandez de çarate y el sitio que fue de alvaro de galiano, y sitio que de fue de Ju.º Velasquez de todos los quales sitios por aberlos comprado los dichos padres les hago este título de merced para que los ayan y gozen por el derecho y antiguidade que sus dueños tubieron a los dichos solares y sitios y asi mesmo hago merced a la compañia de Jesus y a los padres que en esta ciudad rresideiren de una suerte de tierra para estancia que esta en el rrio arriva desde el rrio del paray para arriva seis léguas y la tierra adentro otras sei léguas que corran desde dicho rrio arriva y tierra adentro de la qual tierra hago merced a la dicha compañia y rreliгиозos dela para sus labores y crianças de ganados por los poderes reales que para ello tengo que por su notoriedad no ban*

---

<sup>286</sup> Magnus Mörner, *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuitas en el Río de la Plata: La Era de los Habsurgos*, Buenos Aires, Paidós, 1968, p. 37.

*aqui ynsertos y mando a todas las Justicias mayores y hordinarias desta ciudad y governación ante quien esta çedula se presentar eles metan en la poseçion de las dichas tierras y los amparen en la poseçion delas so pena de mill pesos de buen oro para la câmara de su magestad en los quales doy por condenados lo contrario haziendo. Fecha en la asumpción em três dias del mês de julio de mill e quinyentos noventa y nueve años en testimonio de lo qual di la presente firmada de mi nombre y mano y rrefrendada de Ju.º de rrodas scrivano publico y de Governación desta dicha ciudad ff.º ut supra. Don Hernando Arias de Saabedra”<sup>287</sup>. Isto significa que, com o passar dos tempos, as terras destinadas a criação de gado foram ocupando espaço considerável em toda a região platina. Esta situação evoluiu de tal forma que, a partir de meados do século XVIII, as áreas de Montevideo foram incluídas numa vasta extensão destinada ao gado das missões<sup>288</sup>. Com isto, ficavam cada vez mais próximas das cidades, o que, por consequência direta, facilitava o comércio e ocasionava o enriquecimento das reduções e o envio de impostos para a coroa.*

### **3. A criação de moeda**

Como é sabido, durante o período histórico denominado de Época Moderna, uma importante transição do modo de produção foi bastante marcada. No modo de produção feudal, o uso da moeda foi bastante restrito, porém, com o passar dos tempos, essa situação acabou por se modificar. O uso crescente da moeda fez com que os governos buscassem garantir a monetarização da sociedade e, por

---

<sup>287</sup>Título de merced de Tierras, dado por Don Hernando Arias de Saabedra Gobernador de las Provincias del Paraguay y Río de la Plata, al Colegio de la Ciudad de Asumpción em 3 de Julio de 1599, in Jaime Cortesão, *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640): Manuscritos da Coleção de Angelis*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1951, p. 136.

<sup>288</sup> Magnus Mörner, “A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial”, in BETHEL, Leslie (Org.), *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, Editora da USP, 1999, p. 253.

consequente, o abandono quase total de antigas formas de transações que não envolvessem o uso do dinheiro. Para o caso da colonização do continente americano, a monetarização da sociedade ocorreu seguindo os moldes trazidos do Velho Mundo, pois os povos nativos não faziam uso da moeda. De uma forma geral, nas colônias espanholas a moeda padronizada era o *peso fuerte* ou o *peso de a ocho*, ou seja, uma moeda de prata era dividida em oito, formando, assim, um *real*. Nos locais mais isolados, o comumente realizado era a divisão em duas partes, o que acabava por formar dois *tostones*, além do recorte em oito partes, conforme já referido. Importante de destacar é que estes cortes eram realizados de forma bastante imprecisa, o que ocasionava a pouca confiabilidade de valores, devido à variação de tamanho e peso dos pedaços de moeda de prata<sup>289</sup>.

No processo colonizador platino, temos uma situação que, como atrás se viu, não foi rara no Novo Mundo durante o período da colonização europeia. No decorrer do presente capítulo, teremos a oportunidade de analisar as formas que a Coroa tinha para garantir os seus recursos, através da tributação que era cobrada em dinheiro.

Desde o início da colonização, até meados do século XVIII, a economia monetarizada coexistia com outra baseada no escambo ou troca<sup>290</sup>. No entanto, a escassez de moeda em circulação nas províncias do Rio da Prata fazia com que a honradez dos impostos, assim como outras transações comerciais fossem prejudicadas em proporções de grande escala. Para vencer esta dificuldade, no dia 3 de outubro de 1541, na cidade de Asunción, sob o governo de Domingos Martínez de Irala, foi declarado que, “*visto que no hay oro ni plata ni otras cosas en la tierra para poder contratar en manera de moneda, e que por esta causa se dejan de vender e contratar la hacienda de S. M. que en esta tierra se cobra,*

---

<sup>289</sup> Murdo J. Macleod, *Op.cit.*, p. 267.

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 215.



*así cochinos, maíz, frijoles, mandioca y aves y otras cosas que se cobran de los diezmos y quintos a Su Majestad pertenecientes, y no se halla por ello precio ninguno de oro y plata, porque en la dicha tierra de presente no hay, e por esto e porque las dichas cosas se ven vendidas al fiado y las deudas no se cobran por no haber moneda con que e puede pagar, y ansimismo el bastimento que hay de Su Majestad se come de gargojo e se pierde y se espera que cada día valdrá menos, en lo cual la hacienda de Su Majestad padece riesgo de se perder mucha parte de ella, y ansimismo la gente que al presente hay en esta cibdad andan confusos por no haber modo para poder contratar ni tener número de moneda e contratan a esta razón muy ciegamente, e porque no haya engaño e cada uno sepa como contrata e los precios porque compran e venden, habiéndolo bien mirado, dijeron que moderaban y moderaron (...)*<sup>291</sup>. Com base no que é dito neste documento, foi criada uma moeda local capaz de satisfazer e garantir que os valores das transações comerciais fossem cumpridos.

Para que este aspecto fique melhor esclarecido, elaboramos o quadro que se segue<sup>292</sup> o qual contém certos objetos e o seu valor correspondente em dinheiro de Espanha da época.

---

<sup>291</sup> Documento Quinto: Creación de Moneda, in Juan Francisco Aguirre, *Discurso Histórico que Comprende el Descubrimiento, Conquista y Establecimiento de los Españoles en las Provincias de la Nueva Vizcaya, Generalmente Conocidas por el Nombre de Río de la Plata*, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A, 1967, p. 202.

<sup>292</sup> A fonte do referido quadro consta no artigo de Humberto F. Buzio, “Régimen monetario en el periodo colonial”, in Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, p. 1907.

### Correspondência entre certos produtos e o seu valor em dinheiro

Um anzol de malha	1 maravedí
Um gancho de resgate	5 maravedies
Um cinzel de resgate	16 maravedies
Uma faca de resgate	25 maravedies
Uma cunha mal marcada	50 maravedies
Uma cunha bem marcada	100 maravedies

Fonte: BUZIO, Humberto F. “Régimen monetario en el periodo colonial”, in Roberto Levillier *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, p. 1907.

Dentre estes objetos que exerciam a função de dinheiro, a cunha foi a que perdurou durante mais tempo. Como não podia deixar de ser, a cunha acabou, por vezes, valorizando-se, enquanto noutros momentos desvalorizava-se, sobretudo com o surgimento de uma nova referência monetária que era a vara de lenço de algodão. Para que se possa melhor compreender esta desvalorização, basta atentarmos no seguinte: conforme demonstrado no quadro anterior, uma cunha bem marcada equivalia a 100 maravedies, como foi determinado pelo governador Irala, em 1541. No ano de 1545, porém, uma cunha mal marcada equivalia a 75 maravedies, o que demonstra uma significativa valorização. No ano de 1556, surge a vara de lenço de algodão como unidade de maior valor, ou seja, cada uma equivalia a 10 cunhas mal marcadas, o que dava a importância de 500 maravedies. Em 1566, portanto, apenas dez anos mais tarde, uma cunha mal marcada valia somente 7,5 maravedies. Isto nos leva a concluir que, no tempo em questão, uma cunha valia de apenas 15% daquilo que já valera, fazendo com que a vara de lenço de algodão equivalesse a 75 maravedies, já que era 10 vezes mais

valiosa. Tal medida, no ano de 1575, valia 2 reales (65 maravedies) e, em 1585, uma cunha mal marcada equilibrava 7 maravedies<sup>293</sup>.

Em 1595, surgiu uma nova medida a servir de referência monetária, o denominado *peso*. Este, por sua vez, tinha o valor de 8 reales, pois era o que equivalia a um peso de prata selada. Vejamos os valores monetários de seis produtos nas províncias platinas no quadro que segue.

<b>Valor monetário de alguns produtos</b>	
Uma vara de lenço de algodão	1 peso
Uma libra de ferro	0,5 peso
Uma libra de aço	2 pesos
Uma libra de sedo	0,75 peso
Uma libra de garabata	0,5 peso
Uma libra de algodão	12 pesos

Fonte: BUZIO, Humberto F., “Régimen monetario en el periodo colonial”, in Roberto Levillier *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, pp. 1911 e 1912.

No ano de 1599, ocorreu uma nova avaliação monetária, colocando, assim, uma vara de lenço de algodão e uma libra de sebo com o valor de 0,5 *peso*, enquanto uma libra de garabata<sup>294</sup> valia 2 reales. Em 1611, no entanto, uma nova medida monetária foi criada e colocada em circulação com a denominação de *peso da terra*. A sua equivalência era de 6 reales, ou seja, 2 a menos do que o *peso* utilizado até então. Importante de ser dado o devido destaque é que o

<sup>293</sup> *Ibidem*, p. 1911.

<sup>294</sup> Garabata é uma fibra vegetal utilizada pelos índios para a confecção de utensílios, como, por exemplo, esteiras, redes e vestimentas. *Idem*.

*peso da terra* não estava atrelado ao *peso de prata selada*, mas sim, ao tabaco ou a erva-mate, por isto é que recebeu a referida nomenclatura.

Acrescenta-se a isto que os populares da época chamavam o *peso da terra* de *peso oco* por ter menor valor econômico e não estar ligado ao metal argento<sup>295</sup>. Ainda neste mesmo ano, o valor de uma vara de lenço de algodão era de 1 peso da terra, uma galinha valia 2 reales e uma arroba<sup>296</sup> de algodão 4 pesos da terra, enquanto uma fanega de milho equivalia a 1 *peso da terra* e uma fanega<sup>297</sup> de feijões a 3 *pesos da terra*. Por fim, no ano de 1618, outra tabela de valores foi lançada pelos governantes do Rio da Prata. Desta forma, uma vara de lenço de algodão, uma fanega de milho, uma fanega de algodão, uma galinha e uma arroba de algodão permaneceram com o mesmo valor do estabelecido em 1611. No entanto, uma arroba de erva-mate valia 2 pesos da terra e uma arroba de tabaco 4 pesos da terra<sup>298</sup>. Todos estes artifícios buscavam suprir a lacuna da moeda cunhada no Novo Mundo, mas, no decorrer do processo de colonização, a cunhagem teve seu início. Para a região platina, a moeda cunhada vinha do Peru, o que ocasionava, por vezes, outros tipos de articulações monetárias, pois a moeda cunhada acabava por ter menos valor do que o peso do metal com que era feita.

#### 4. O tráfico negreiro

No Brasil, o tráfico de escravos oriundos de África era uma prática que foi incentivada pela coroa portuguesa, em 1570<sup>299</sup>,

---

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 1912.

<sup>296</sup> Trata-se da arroba espanhola, cujo peso era de 11,5 kg, pois a arroba portuguesa pesava 14,5 kg. Ver Leslie Bethell (Org), *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, Editora da USP, 1999, p. 13.

<sup>297</sup> Fanega era uma medida utilizada para os produtos e equivalia a, aproximadamente, 5,5 litros, porém, existia uma variação muito grande de acordo com o local. No México, por exemplo, estava entre 55 e 90,8 litros. *Idem*.

<sup>298</sup> Humberto F. Buzio, *Op. cit.*, p. 1912.

<sup>299</sup> Boris Fausto, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 2009, p. 50.

devido à lei régia proibindo a escravidão do índio, ressalvadas certas exceções, conforme já explicado no presente trabalho, mais precisamente, no terceiro capítulo. Todavia, na região platina, esta atividade econômica ocorreu de forma bastante distinta mesmo no período da União Ibérica. Temos a notícia que a entrada dos primeiros escravos africanos no Prata ocorreu durante a primeira fundação da cidade de Buenos Aires. O historiador paraguaio Alfredo Boccia Romañach nos informa que, entre a tripulação do primeiro Adelantado Don Pedro de Mendoza, havia africanos nesta condição e assim chegaram à região em questão. Para o caso específico da cidade de Asunción, os escravos negros surgiram quando do abandono da cidade de Buenos Aires e a migração em massa para a capital paraguaia<sup>300</sup>.

Nos inícios da colonização do Prata, o tráfico negreiro estava proibido, somente em 1785 esta situação mudou. Nesta data, foi criada a Companhia de Filipinas que, por sua vez, tinha autorização real para traficar escravos no Rio da Prata. Os diretores da dita Companhia estabeleceram relações comerciais com traficantes ingleses (Baker and Dawson) que tinham por compromisso contratual entregar a quantia de 5.000 a 6.000 escravos por ano, no valor de 155 *pesos* por cativo. Em consequência, sobretudo em Buenos Aires, teve de haver a nomeação, por parte do rei, de pessoal para tratar dos encargos, além de preparar os depósitos e a segurança para o desembarque dos escravos<sup>301</sup>.

Nos séculos XVI e XVII, como acabámos de referir, havia a proibição do tráfico negreiro, porém, não podemos inocentemente acreditar que, durante dois séculos, tal condição foi respeitada rigorosamente. Mesmo com a proibição, havia licenças especiais fornecidas pela coroa espanhola para que a comercialização escravagista pudesse existir. Estas licenças eram dadas aos

---

<sup>300</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Esclavitud en el Paraguay: Vida Cotidiana del Esclavo en las Indias Meridionales*, Asunción, Servi Libro, 2004, p. 137 e p. 209.

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 298.

conquistadores e funcionários como uma forma de recompensá-los pelos serviços prestados durante os inícios do processo colonizador<sup>302</sup>. Entretanto, somente era permitida a importação (compra), a venda acabava por ser feita à margem da lei. Por isto, a primeira venda de escravos ocorrida na região platina, de que se tem notícia, foi em janeiro de 1539, na cidade de Buenos Aires. Dois cativos africanos foram trazidos de forma ilícita. Descoberta tal prática pelas autoridades da cidade supramencionada, decidiram levá-los a leilão<sup>303</sup> com o intuito de recolher o imposto que foi negado como se existisse a licença, assim como, servir de punição ao proprietário que acabou por ficar sem aquela mão-de-obra.

Estas licenças que eram dadas pelo monarca, tinham um controle administrativo bastante rigoroso. Com base na citação que se segue, podemos observar a arribada de uma fragata na cidade de Asunción, no ano de 1605: *“Don Fernando de Vargas Contador del Reynos y Juez oficial desu rreal hazienda en las Provincyas del rrio de la plata que alpresento en la ciudad de la Asunción puerto de Santana de buenos ayres Certiffico como en seis dias del mes de febrero deste ano de miell seisentos y cinco Surgio y dio fondo en este rrio de la Plata la Fragata de nombre Maria dela Salvación de q cuparesciom siente el al qual vina de la Villa de loanda Reyno de Angola conteniendo del esclavos Negros de larmazon y bon despacho y Regultro de los yotoris de junto [roto] mando asentar el contrato y la administración de las licencias deste esclavos [roto] al indias [roto] questas obligados [roto] puertos los quales de los esclavos fueron despaisados en esta Real comen [roto] via yen la de la fragata Vmo El Capitán Baltasar [roto] Serpa y trujo tres esclavos tre juaz nacion de la mas qua mia y los vendio el Capitán Ihomas de gares [roto] de governador y los derechos destes tres esclavos que son a eng[roto] seis Reals poze adañõ de los tres esclavos queda asi*

---

<sup>302</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, “A População da América Espanhola Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 39.

<sup>303</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Op. cit.*, p. 128.

*ffagata zeal caja ya fiançada de fepo de una escriptura de Obligaciones Ybrompotica de los destos esclavos a cada quando que fue sem padados los desto [roto] porto de lo qual destuso declarado die po Capitán Comandante mas de gary [grifo meu] Puedes a la y Librementes desta ciudad y puerto los estos tres esclavos yaces dello como de cossa su y asing mas de le ponga ympedimento alguno y de supe comando di el pal gente y parague haza a lo Conforme deste mim[roto] quiesta en la Ciudad de la Asunción puerto de buenos ayres a Veintitrés dias de lomes de mazo de mill seiscientos y cinco años”<sup>304</sup>. Com isto, fica claro o controle que a administração tinha, sobretudo, no que diz respeito à cobrança dos impostos.*

Outro aspecto deste controle é que, com a existência da licença, o mercador já trazia a mercadoria para um determinado comprador, era praticamente uma encomenda que estava sendo entregue. Este comércio negreiro, nos moldes demonstrados pelo documento do Archivo de Asunción, era feito desde os fins do século XVI. Porém, mesmo com todo este aparato de controle, não foi possível conter a entrada de escravos africanos sob a forma de contrabando. A explicação mais frequente para que se pudessem comercializar escravos, na região platina, de forma ilegal, era a arribada forçada ou de emergência. Os navios atracavam no porto, dizendo que tinham sido forçados, seja pelas condições dos ventos e das correntes, seja pela da necessidade da aguada. Assim, os escravos trazidos nos porões não podiam ser desperdiçados no comércio, pois corriam o risco de perder a vida<sup>305</sup>, o que acabava transformando o ato de traficar escravos numa atividade normal. Outra maneira lícita de se obter escravos era os leilões que ocorriam quando os africanos, fugidos do Brasil, eram capturados nos domínios platinos. Com isto, o governo local lucrava com a venda e garantia o recolhimento da tributação. Somente nos inícios do século

---

<sup>304</sup> *Sobre la llegada de una fragata cargada de esclavos*, Archivo Nacional, Asunción, cota: 1605-13-8.

<sup>305</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Op. cit.*, p. 142.

XIX é que esta prática mudou, pois, nestes casos, os fugitivos começaram a ser devolvidos aos seus senhores<sup>306</sup>.

O escravo era um artigo muito caro, principalmente para uma economia que estava sendo implantada no processo de colonização. Conforme foi descrito no capítulo anterior, a produção de riqueza estava atrelada à agricultura, fazendo com que o escravo fosse utilizado como mão-de-obra. Desta feita, os produtores da erva mate experimentaram colocar os escravos neste tipo de trabalho, porém, resultou em fracasso total, pois, como esta produção, muitas vezes, baseava-se na coleta da erva diretamente da mata, os negros, por sua vez, viam uma grande oportunidade de fuga, outros, no entanto, adoeciam, acabando por falecer<sup>307</sup>. Todavia, por se tratar de um bem de custo elevado, não eram todos os produtores que tinham condições de os possuir, além do que, diferentemente do que ocorria no domínio português, os escravos na região platina eram essencialmente trabalhadores domésticos, enquanto no Brasil eram, em grande maioria, utilizados nos trabalhos rurais. Isto significa que apenas os grandes produtores e os comerciantes de vulto é que eram os principais senhores de escravos. Importante de ser destacado é que os colégios, os conventos e as igrejas também eram grandes utilizadores do trabalho escravo, seja do clero regular, seja do secular<sup>308</sup>.

A entrada de escravos africanos, de forma lícita, em todo o continente americano que estava sob o domínio castelhano chegou a aproximadamente 170 mil, entre os anos de 1571 e 1640<sup>309</sup>. Ao nos determos um pouco mais sobre estes dados, podemos observar que, durante o período compreendido entre os anos de 1618 a 1623, foram introduzidos nas províncias platinas 5.553 escravos. Este número refere-se apenas àqueles navios que declaravam que tinham de atracar, de forma forçada ou de emergência, nos portos da região.

---

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 218.

<sup>307</sup> *Ibidem*, p. 219.

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>309</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, *Op. cit.*, p.40.



No porto de Buenos Aires, até o ano de 1680, deu entrada o número impressionante de 22.892 escravos, todos eles em total cumprimento das determinações legais vigentes.

Convém esclarecer que neste número se incluem aqueles que foram transportados por negreiros portugueses, nomeadamente, Pedro Gomes Reinell e Gonzalo Paes Coutinho<sup>310</sup>. Para atender a esta demanda, foram instalados, desde a ilha de S. Gabriel até o delta do rio Tigre (na atual província de Buenos Aires), um aparato administrativo para controlar o fluxo da comercialização de escravos. Torna-se relevante trazer à tona que as embarcações portuguesas eram as que detinham tal mercadoria<sup>311</sup>. O principal espaço africano a fornecer a mão-de-obra em questão era Angola, tanto que, no primeiro quarto do século XVII, praticamente não existiam escravos de outras partes desembarcados nos portos platinos. Estes escravos podiam chegar ao Prata por duas maneiras: pela primeira delas e mais comum, os navios negreiros vinham carregados desde o Brasil; pela outra forma, bem mais rara, chegavam aos portos platinos diretamente transportados de Angola<sup>312</sup>.

Durante o processo de colonização, a mão-de-obra sempre foi motivo de bastante discussão, seja nos meios acadêmicos atuais, seja no decorrer dos acontecimentos do passado. Isto significa dizer que os castelhanos, nos seus domínios platinos, incessantemente reivindicavam acesso a mão-de-obra, pois esta era cara e existia em constante escassez. Para eles, na época em questão, os sistemas de *encomienda*, *mita* e *repartimiento*, já explicados anteriormente no presente trabalho, eram a forma de se utilizarem do autótone para satisfazer os seus interesses. Por isto, a coroa castelhana, depois de sofrer muita pressão por parte daqueles que cruzaram o oceano e adentraram pelo Rio da Prata para garantir as

---

<sup>310</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Op. cit.*, p. 149.

<sup>311</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>312</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, *Op. cit.*, Idem.

suas posses no Novo Mundo, resolveu aumentar as remessas de licenças para a aquisição de escravos africanos. Por conseguinte, no ano de 1696, foi firmado o primeiro contrato com uma empresa estrangeira de tráfico negreiro, a Companhia Real da Guiné que era portuguesa. Assim, passava legalmente grande quantidade de escravos pelos portos platinos e, em 1701, a mesma companhia obteve licença dos reis de Portugal e de Espanha para que, num prazo de 6 anos e 8 meses, introduzisse no continente americano 10.000 escravos.

Como se vê, os portugueses, assim como muitas famílias de porteños, foram os que mais lucraram com o tráfico negreiro na região. Entretanto, a Inglaterra e a França buscavam, no século XVII, quebrar este exclusivismo de mercado ultramarino<sup>313</sup>, o que acabou por aumentar, de forma significativa, o número de escravos que foram desembarcados na região.

Até o presente momento foi demonstrado de que maneira foi feita a entrada de escravos africanos na forma da lei. De seguida, ainda neste capítulo, serão abordadas as formas ilícitas deste tráfico, fazendo com que os dados aqui apresentados sejam acrescidos de forma bastante significativa.

## **5. A tributação, o contrabando e a fiscalização: contrabandeia-se proibindo, proíbe-se contrabandeando**

### **5.1. A tributação existente**

A América do Sul, durante o período colonial, teve suas generalidades no que diz respeito à tributação. Para que possamos compreender as particularidades regionais propostas pelo presente estudo, devemos dedicar alguns instantes às linhas gerais referidas.

---

<sup>313</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Op. cit.*, p. 145.

Desde os inícios da colonização até aproximadamente o final do século XIX, um imposto que incidia sobre todos os populares não levava em conta a propriedade ou a renda. Este era cobrado pelo simples fato de o tributado ser súdito da Coroa. Este imposto por pessoa também devia ser pago pelos índios, afinal, eram igualmente considerados vassallos do monarca espanhol<sup>314</sup>. Tal tributo teve o seu início de regularização no México, no ano de 1530, mas, durante o governo do vice-rei do Peru, Francisco de Toledo (1569-1581), este imposto ficou regular e padronizado e, com isto, passou a ser um importante artifício da administração espanhola, pois era facilmente adaptado para todas as regiões dos domínios espanhóis na América. Interessante de ser anotado é que, no início, o poder central delegou aos *encomenderos* o poder de cobrar o tributo em questão e utilizar o valor pago em benefício próprio. Entretanto, quando este controle passou para as mãos da administração real, passou a ser uma importante fonte de renda estatal da potência colonizadora. Isto aconteceu devido ao declínio da produção indígena (seja devido à mortandade ou à fuga), sendo cobrado de forma mais eficazmente controlada<sup>315</sup>, pois os *encomenderos*, muitas vezes, permitiam que os nativos lhes prestassem trabalhos particulares como forma de pagamento, o que não era ilegal conforme já dito anteriormente.

A partir deste momento, o intuito da administração era fazer com que a economia nativa fosse ficando, cada vez mais, atrelada à europeia. Com isto, a primeira medida a ser tomada foi a criação de um tributo sobre a produção básica de determinada aldeia. Isto significa que os produtos indígenas de maior valor e os mais consumidos detinham esta carga tributária, fazendo com que as particularidades regionais fossem respeitadas. Esta prática incentivou a introdução de espécies agrícolas exógenas como, por exemplo, o trigo e a criação de gado bovino, suíno e ovino, já que, com a referida obrigação tributária sobre as aldeias, os índios acabavam por

---

<sup>314</sup> Murdo J. Macleod, *Op. cit.*, p. 238.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 239.

produzir, além das autótones, as espécies agrícolas europeias como forma de pagamento<sup>316</sup>. Como não podia deixar de ser, a maior parte da tributação devia ser paga em dinheiro, ocasionando transtorno para o indígena, pois se via obrigado a vender a sua produção ou a sua mão-de-obra em troca de moeda para que pudesse honrar o compromisso do imposto.

Este tributo sobre a produção de uma aldeia ocasionava um trabalho bastante significativo para os membros da administração. Muitas vezes, os armazéns acabavam por ficar cheios de produtos pagos como tributação, enquanto a circulação de moeda acabava por ser posta de lado. Como solução para o problema, eram realizados leilões, onde o tesouro real, além dos *encomenderos*, tinha a oportunidade de ver a sua mercadoria se transformar em dinheiro. O pagamento com moeda corrente era bastante dificultoso, sobretudo, na região do Rio de Prata, onde uma moeda alternativa teve de ser criada, pois não havia montante suficiente de metal cunhado que pudesse atender às necessidades locais e, como atrás se disse, isto não foi um caso isolado do Prata.

Outras duas práticas que incidiam sobre as aldeias indígenas eram a *derrama* e o *reparto*. A primeira delas consistia em uma forma de taxação que se baseava na utilização da mão-de-obra. Preferencialmente, as mulheres tinham de trabalhar na manufatura de matéria-prima, sobretudo a têxtil. Com isto, os custos desta produção acabaram por ficar subsidiados, facilitando, assim, a negociação. Quem cobrava a *derrama*, de modo geral, eram o *Alcalde Mayor* e o *Corregidor* e estes, por sua vez, muito raramente possuíam capital suficiente para que este investimento tivesse uma reprodução de grande escala, porém, tinham poder sobre a sociedade, podendo, desta maneira, exigir este trabalho a seu favor. O *reparto* era a obrigação que o indígena tinha em comprar mercadorias,

---

<sup>316</sup> Idem.

necessitando delas ou não, com a intenção de gerar divisas através do comércio<sup>317</sup>.

As formas de taxas tributárias eram bastante variadas, pois, além daquelas que incidiam sobre a produção e a mão-de-obra, aplicavam-se também sobre o comércio. Como é natural, em todo o período de conquista e colonização as taxas aduaneiras sempre existiram, principalmente, nesta época em que produtos e riquezas de todo o gênero estavam circulando por terras novo-mundistas. Um exemplo de tributação comercial que atravessou o mar para ser aplicado no continente americano foi o denominado de *alcabala*. Nos inícios da colonização, esta taxa era cobrada apenas sobre os produtos provenientes do Velho Continente. Isto significa que os nativos e sua produção estavam isentos, exceto, quando eles comercializavam produtos originários da Europa. Havia, também, a isenção da *alcabala* sobre bens considerados básicos, como, por exemplo, o pão, as armas, os adereços religiosos, os cavalos e as doações e heranças de toda espécie. No século XVI, o valor da *alcabala* era de 2% do preço da mercadoria, contudo, um século mais tarde, passou a ser 4%. Não podemos deixar de estar atentos ao fato de que o valor referido ocorria em tempos de paz, caso contrário, o percentual podia variar bastante com a justificação de ser um tempo de emergência<sup>318</sup>. A cobrança da *alcabala* era da responsabilidade das autoridades municipais que a deviam repassar para o tesouro real. Em cidades pequenas, era bastante difícil, pois os produtos eram essencialmente indígenas, portanto, circulava muito pouca mercadoria de origem europeia, mas não estava afastada a possibilidade de fraude. O tesouro real tinha mais controle desta taxa nas cidades maiores, pois, como não podia deixar de ser, a produção e a circulação de bens a serem taxados era em maior escala.

---

<sup>317</sup> *Ibidem*, pp. 242 e 243.

<sup>318</sup> *Ibidem*, pp. 247 e 248.

Os cofres reais procuraram constantemente reforçar o erário público. Para tanto, houve a criação do imposto sobre os funcionários públicos, fossem eles laicos ou religiosos, denominado de *mesada*<sup>319</sup>. Cabe ressaltar que a maior parte da renda destas pessoas estava diretamente relacionada com o que era produzido na terra onde estavam vivendo, pois a remuneração real era bastante baixa. Os funcionários possuíam, evidentemente, um vencimento que era pago pelo rei e, para complementar a sua renda, se utilizava do comércio ou de qualquer outro tipo de fonte rentável, pelo que o volume a ser pago sofria variações em grande escala. Era, também, uma grande oportunidade de burlar o fisco, pois as informações acerca dos valores informados para serem taxados eram quase sempre inferiores aos valores reais. Como alternativa de melhor controle por parte da coroa, em meados do século XVII houve, então, uma complementação na *mesada*, o que foi chamado de *media anata*. O funcionário, assim que contratado ou trocado de função, devia pagar metade de seu salário durante o primeiro ano de contrato. Isto incidia também sobre os clérigos, com autorização do Sumo Pontífice, porém, demorou muitos anos para ser aplicado.

A figura do *visitador*<sup>320</sup> era bastante presente, sobretudo no que diz respeito aos assuntos religiosos. Havia clérigos errantes que, quando passavam por determinada localidade, colocavam em dia os sacramentos do batismo, do crisma, da eucaristia, além de celebrarem casamentos e missas fúnebres. Como estava previsto, cada um deles tinha de pagar um certo valor. No entanto, outros serviços como a catequese das crianças, visita aos doentes e orações e sermões extras e o comparecimento a festas religiosas, sagrações de imagens e capelas não estavam sujeitos ao referido tributo. Com o decorrer dos tempos, estas visitas começaram a ser pagas, com o argumento do desgaste da deslocação e dos serviços extras. Assim, os clérigos podiam cobrir uma área bastante significativa e arrecadar,

---

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>320</sup> *Ibidem*, p. 244.

com a *visitación de salutación*, valores para cumprir com a obrigação da *mesada* ou da *media anata*.

O imposto mais comentado durante o período colonial no continente americano foi o quinto real. No caso da Espanha, ele era cobrado, sobretudo, sobre a produção de pedras preciosas, as pérolas, o ouro, a prata (a mais abundante na América do Sul) e a importação de escravos africanos. Por vezes, com a intenção de estimular esta produção, o valor do quinto podia ser reduzido a um décimo<sup>321</sup> ou ainda mais do que isto. Em 1680, com o intento de ter maior controle sobre este tributo, foi emitida uma Cédula Real que dizia que só poderia ser feita a cobrança se o produto tivesse o selo ou marca real. Já no caso português, temos a notícia de que o quinto incidia sobre os designados produtos reais extraídos de seus domínios ultramarinos. No Brasil, o pagamento do quinto real teve o início com a extração do pau-brasil, com o comércio do escravo africano, passando pelo açúcar, pelo ouro e pelos diamantes.

Na construção colonial das Províncias do Prata, não foi diferente. Para que fique mais claro, basta nos determos, no que diz a *Acta do Cabildo de Asunción*, datada de 4 de abril de 1595. Ali nos é relevado que “*todos los mercaderes que a esta Çibdad vinieren que hagan registro general de todo lo que trajeren por ante el escribano deste Cabildo y por que es justo que se le page su justo y debido trabajo por la presente dijeron que mandavan y mandaron se le dé y page por cada rejistro que hiçiere en cada persona particular de todos los bienes y mercaderias que en esta Çibdad se metieren, le den de su trabajo quatro pesos corrientes de a ocho reales cada un peso y lo mismo se page de los registros que se hiçieren para sacar las mercaderías que se llevaren y se sacaren desta Cibdad en los navios o balsas o canoas que desta Çibdad salieren y de cómo asi lo proveyeron y mandaron*”<sup>322</sup>. Aqui cabe o destaque que esta não era a

---

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>322</sup> “4 de abril de 1595, ANA-SNE, v. 381, f.57”, in *Actas Capitulares y Documentos del Cabildo de Asunción del Paraguay: Siglo XVI*,

única fonte de remuneração do escrivão do Cabildo de Asunción, pois já havia uma outra que era paga em conformidade com as leis da metrópole, assim como todos os outros altos funcionários reais. O que se pretende trazer à tona é que, devido às dificuldades passadas nos inícios do período colonial, todos tinham de arranjar maneiras de sobreviver e garantir a sua remuneração, pois esperar pelo dinheiro enviado por Madrid podia levá-los à morte por inanição.

Como estamos a tratar da regulamentação de vencimentos dos funcionários reais, havia, também, algumas consideradas importantes e precisavam de normatização das autoridades para, com isto, evitar a exploração descontrolada, sobretudo, dos preços. Para o caso específico dos produtores de açúcar do Paraguai, “*mandavan y mandaron que todos los dichos açucareros que al presente ay en esta Çibdad lleven por su trabajo y solicitud çinco partes o libras una de açucar*”<sup>323</sup>.

Uma função de relevante importância, sobretudo na região portuária, era a do *toneleiro*, ou seja, aquele que controlava o embarque e desembarque dos tonéis dos navios. A estes, segundo consta no *Livro de Atas do Cabildo de Asunción*, de 12 de junho de 1595, devia ser pago 6 arrobas do peso das mercadorias que estivessem nos tonéis, no caso de eles estarem vazios, os bolsos dos *toneleiros* também assim ficavam<sup>324</sup>. No que diz respeito aos *toneleiros*, autoridades portuárias visavam, evidentemente, o controle das mercadorias que chegavam e que partiam. Com isto, os preços destes produtos eram estabelecidos durante as transações nos portos, pois, além do valor de mercado, havia o acréscimo devido aos impostos que neles eram inseridos. Os *toneleiros*, por sua vez, eram remunerados de acordo com a quantidade de tonéis que eram

---

*investigación e recopilación Roberto Quevedo, Margarita Durán y Alberto Duarte*, Asunción, Municipalidad de Asunción, 2001, pp. 145 e 146.

<sup>323</sup> “Libro de Actas del Cabildo. Del 14 de mayo de 1595 al 7 de diciembre de 1596, ANA-SH, v. 12, d. 1, f. 1, 5 de junio de 1595”, in, *Ibidem*, p. 151.

<sup>324</sup> “Libro de Actas del Cabildo. Del 14 de mayo de 1595 al 7 de diciembre de 1596, ANA-SH, v. 12, d. 1, f. 1, 12 de junio de 1595”, in, *Ibidem*, p. 152.



por eles contabilizados. Por exemplo, num navio havia 45 tonéis de azeite. Destes, apenas 30 estavam cheios os outros 15 estavam vazios. O correto era que o imposto fosse cobrado sobre os cheios, ou seja, 30 tonéis. Entretanto, o *toneleiro* cobrava a taxa sobre os 45, o que acabava por encarecer o produto e ter de enfrentar os veementes protestos e, por vezes, as denúncias dos mercadores.

No início da ocupação das áreas do Prata, as dificuldades eram inúmeras, tanto que, alguns espaços foram abandonos, como, por exemplo, aconteceu com a cidade de Buenos Aires. Para remediar tal situação, no ano de 1553, o rei decidiu que os *“oficiales del Emperador diez m señor que Residen en las provincias del rio dela plata Saved que nos por la voluntad que tenemos al bien nobleci [roto] dessa provincia havemos hecho mrd a los vesinos y moradores della que por tiempo de diez años primeros siguientes que comesen y se contasen desde el ora dela catta dela provision que dellos mandamos dar no pagen derechos de almoxarifasgo delas mercadurias y otras que llevare desa provincia al su para mantenimiento y provision de sus casas. ffecha en la Villa de madrid a seis de henero de mill quinientos y cinquenta y tres anos El Principe Refrendada dela desuma senalada del marques Gregorio lopez sandobal hernan perez Rivadenera Unrbescia denzoan”*<sup>325</sup>. Com isto, passou a haver o incentivo de transações comerciais, pois a isenção de uma fatia da carga tributária tornava mais atraente a permanência das famílias no Rio da Prata. Entretanto, como bem destaca o documento, tal benefício visava, em exclusivo, a manutenção da sobrevivência dos moradores e de suas casas. Claro que, na prática, tal determinação real podia vir a ser ludibriada, facilitando a entrada de mercadorias sem o pagamento da devida tributação.

No presente trabalho, tem ficado evidente, por várias vezes, a existência de duros obstáculos que tiveram de ser

---

<sup>325</sup> Archivo General de Indias, Buenos Aires, 1, L 2/11.

transpostos pelos colonizadores das províncias platinas. O mais terrível deles foi, sem dúvida, a fome. Uma importante fonte de renda surgiu na região com a introdução do gado, pois proporcionava o abastecimento de carne e de leite, de elevadíssimo valor nutricional. Então, tornava-se lógico que medidas governamentais fossem tomadas, utilizando o gado para resolver o problema da fome, além de que proporcionava a criação de mais uma fonte de renda ao produtor. Por outro lado, o gado grosso contribuía com a sua força de trabalho.

Vejamos o exemplo de um criador, o qual, a pedido do governante, *“abastecida de carne por la extrema neçessidad que los pobres padeçen por lo qual unânimes y conformes y en una voluntad acordaron que Antonio de la Veg por tener posible para poder acudir con abundança al dicho socorro que mandavan y mandaron se notifique al dicho Antonio de la Vega que parezca en este Cabildo a haçer la fiança que es costunbre. Dando por cada un peso de a ocho reales, quarenta y cinco libras de carne, como se costunbre y que como trayga cada sabado quatro reses grandes se entienda aver cumplido con su obligación y que no le fuerçen a mas aunque falte alguna cosa y que el dicho Antonio de la Vega quede libre de la obligación”*<sup>326</sup>, podendo, desta forma, comercializar o seu produto sem mais encargos ou outras taxas. Contudo, mesmo com estas medidas de controle, a burla e o contrabando não deixavam de estar presentes.

## **5.2. A burla do fisco e o contrabando**

Dentre os produtos que entraram ilegalmente nas províncias do Rio da Prata, nenhum foi tão volumoso como o escravo. Visto como uma mercadoria de relevância para a

---

<sup>326</sup> “Libro de Actas del Cabildo. Del 14 de mayo de 1595 al 7 de diciembre de 1596, ANA-SH, v. 12, d. 1, f. 1, 16 de junio de 1595”, in, *Ibidem*, p. 153.

manutenção e desenvolvimento das colônias, eles eram trazidos das mais diversas formas. Anteriormente nos detivemos nas maneiras lícitas de se obter um escravo, porém, nem sempre estas eram a forma mais utilizada, sobretudo, devido ao seu alto custo e baixa taxa de reprodução dos mesmos. As autoridades do porto de Buenos Aires agiam da seguinte forma, em relação aos navios negreiros. Os transportadores, ao atracarem, declaravam que em sua carga havia um determinado número de peças de escravos. A atitude tomada pelos aduaneiros, por se tratar de uma mercadoria que tinha proibição, era de fazer a sua apreensão para mais tarde a colocar em leilão e o seu valor reverter para o fisco.

À primeira vista, parece que tudo corria na forma da lei, porém, nem sempre assim acontecia. As autoridades portuárias não estavam apreendendo os escravos, mas sim, compravam-nos diretamente aos transportadores. Estes últimos, por sua vez, já com o dinheiro na mão, divulgavam os nomes dos donos dos escravos devidamente licenciados, como visto anteriormente. No decorrer dos leilões, os donos acabavam por comprar os seus próprios escravos com o preço reduzido, pois os aduaneiros burlavam a documentação oficial e repassavam uma percentagem mínima para os cofres reais<sup>327</sup>. Isto acabava ocasionando uma diminuição tributária bastante significativa, pois como revela Mario Bocci Romañach, *“era natural la preocupación real por la abusiva evasión fiscal, fruto de la picardía de funcionarios desleales, pues cada negro importado legalmente debía pagar un impuesto a la Corona. Después del oro y la plata este negocio era tal vez el que le seguía en importancia”*<sup>328</sup>.

A respeito do tráfico de escravos, os portugueses eram o alvo principal das denúncias de corrupção, pois, como detinham os meios que possibilitavam o exercício desta prática, qualquer motivo de descontentamento por parte dos aduaneiros de Buenos Aires

---

<sup>327</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Op. cit.*, p. 143.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 142.

podia acabar em protestos. Isto pode ser exemplificado com a sindicância instaurada, em 1616, para apurar as responsabilidades sobre a entrada ilegal de escravos no Paraguai, o que redundava em prejuízos econômicos para aquela província. Por fim, a intenção era responsabilizar o governador português por permitir que duas fragatas entrassem no Rio da Prata com os escravos e passassem pelo porto de Buenos Aires sem pagar aos cofres reais espanhóis o imposto devido, pois tal prática era proibida em terras platinas<sup>329</sup>.

Esta prática de realizar medidas administrativas contra os portugueses estava estabelecida por determinação real, mesmo em tempos da União Ibérica, pois estipulava que *“Mi Virrey de Mi Reyno de Portugal yo mando que en los navios que van al brasil y otras partes por alleçerca dezeis pasar a la Provincia del rio de laplata Hmº de fuente la boada queva per esermismo de la comision hecomerido a LLdo. Matias del Gado Flores sin le pedir ynformay algunaz para suservicio delazaris llevar Venido yunto ficia qua leayuda amiendo estas presdo ante Don Fernando Matis delgado rempuniendo Gen de la armada del mar océano Las ynformaciones desus limpieças de cómo meso lavados ne de las prohinidos apasar aquellas partes y de las Sinas de mipersonas que conforme a las hordenanças de lacasa de la contratación de Sevilla andedar ihajenir Tierra ante la justiças dellas y conapronaz de las mismas justiças y visto la yaponad la [roto] don Fernando alvia de Castro fecha en Madrid a quatro de sietembro de mil y seiscientos e diez y nueve anos. Yo el Rey”*<sup>330</sup>.

Não somente devido à fiscalização mais cuidadosa sobre os lusos fez com que, nos inícios do século XVII, fosse declarado perdido um total de 8.932 de escravos<sup>331</sup>. Convém reter que esta declaração revela o contingente de negros dos quais a coroa deixou

---

<sup>329</sup> *Averiguación sobre entrada clandestina de negros en Buenos Aires*, Archivo Nacional, Asunción, cota: 1616-15-3.

<sup>330</sup> *Autos sobre arribada de un navio portugués*, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, cota: 45-5-3.

<sup>331</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Op.cit.*, p. 144.

de obter o devido tributo, porém não significa que este número, somado a tantos outros, não entraram de forma ilegal no Prata. A introdução do escravo africano deixava o monarca insatisfeito, quando era feito na clandestinidade, tanto que, em 1603, dirigiu-se aos aduaneiros de Buenos Aires, manifestando seu desapontamento com esta situação. Entretanto, acabava por ter o seu lado proveitoso, pois uma das grandes dificuldades da construção colonial do espaço platino era, sem sombra de dúvida, a escassez de mão-de-obra. Mesmo que ilegal e fraudulenta, a cidade de Buenos Aires e arredores acabaram por facilitar este problema, ajudando assim no desenvolvimento da região. Esta forma ainda se manteve durante muito tempo, devido, também, a que a mortalidade dos escravos alcançava índices bastante elevados, não somente durante o transporte, mas também devido às condições em que eram obrigados a viver<sup>332</sup>.

A reprodução também era muito difícil, pois a prioridade por escravos do sexo masculino em detrimento do feminino era uma constante. A obrigação por lei previa que, em um carregamento de escravos, um terço devia ser de mulheres, mas nem sempre esta fração era respeitada. Outro fator a ter em conta é que, durante a viagem transatlântica, mais escravas do que escravos acabavam por falecer, fazendo com que, no ato do desembarque, a predominância masculina fosse bastante superior. Isto significa dizer que a rotatividade de escravos era muito grande, razão pela qual as constantes queixas de falta de mão-de-obra nunca terminava de chegar aos ouvidos do monarca.

Os portugueses, assim como outros estrangeiros, não comercializavam apenas escravos de forma clandestina. Outros produtos também passavam para o interior das províncias platinas sem pagamento de tributo, o que ocasionava transtornos na economia local e, principalmente, no tesouro da metrópole. No início

---

<sup>332</sup> Nicolás Sánchez Albornoz, *Op.cit.*, p. 41.

do século XVII, por exemplo, o rei pediu providências ao governador platino, uma vez que não estavam sendo recolhidos os impostos, nem sendo punidos os transgressores. Por isto, o rei escreveu o seguinte: *“Hernando arias de Saavedra mi governador delas provincias del Rio de la plata o ala persona [roto] cargo fuere el governador dela hesido ynformado do que Portugueses y franceses en los pu[roto] provinçias de Guipuy coa navios con fierro Panos [roto]breras y otros mercadorias y las meten y llevan por los puertos de esa provincia al peru y otras partes y buelven con los retornos sin tocaren Sevilla y Por q si esto posa assi es de tan gran ynconviniente y dano como se dexa considerar os he querido o duestu[roto] dello para que esteys con mucha vigilancia y cuydado para no dar lugar a esto y que se mire mucho lo que entra y sale porsespuerto executando en los que llevaren estas mercaduras y sacaren oro plata o otra hazienda y mercaduras las penas quel estan impuestas sin remission alguna y de como heziere y de lo que nuestro [roto] me avisareis de Madrid a siete de marços de mill seisçientos y seis años. Yo el Rey referendado de Juan de Ciriza señalada delos consejos”*<sup>333</sup>.

O comércio clandestino do Rio da Prata acabou por ser proveitoso para o desenvolvimento da região. Conforme explicado anteriormente, as principais cidades platinas (Asunción e Buenos Aires) tinham a sua economia fortemente ligada a Lima, pois, como era sede do vice-reinado, detinha o poder de compra e venda com a metrópole. A prata de Potosí era a principal riqueza a ser embarcada para Madrid. Porém, para que isto fosse possível, os mercadores deviam pagar as seguintes taxas: 3% de taxas aduaneiras, 20% do quinto real, acrescido de outros encargos, por fim, 4% de *alcabala*<sup>334</sup>. Logo, 27% do valor do metal argento era destinado à Coroa, através da arrecadação de impostos, traduzindo-se em perdas para aqueles transportadores e mercadores. Com isto, passar pelo

---

<sup>333</sup> Archivo General de Indias, *Buenos Aires*, 2, L, 5/34.

<sup>334</sup> Rubén Vargas Ugarte, *Op. cit.*, p. 20.

porto bonoerense com menos encargos, ou até mesmo sem eles, tornava-se muito mais satisfatório aos interesses comerciais do que despachar a mercadoria por Lima.

Outra vantagem é que o caminho via Buenos Aires era mais curto e menos oneroso do que ir até o Panamá. Evidentemente que o desfalque ao tesouro real não acontecia somente com a ação dos mercadores. Os funcionários do porto platino também colaboravam de forma atuante para que isto pudesse acontecer, uma vez que os subornos acabavam por ser frequentes e avultados. Para que este esquema corrupto tivesse êxito, era necessário desbastar as barras, tirando assim o selo real ou qualquer marca que o pudesse identificar<sup>335</sup>. Ao chegar à Europa, podia ser vendido pelo peso do metal e os contrabandistas tinham um ganho bastante significativo. Importante de não deixarmos à margem da análise é que, além do mercado europeu, outro era bastante atraente para esta atividade de contravenção, o Brasil. A prata contrabandeada atravessava o Rio da Prata e era desembarcada e armazenada na Colônia do Sacramento e, assim, passava a circular em território brasileiro, podendo, desta forma, ser enviada para Portugal.

Durante o processo colonizador platino, é sabido historicamente da grande dificuldade em manter os cofres e os estômagos abastecidos. Basta lembrar o episódio do abandono cidade de Buenos Aires. Em outra ocasião, a falta de alimentos era tão grande que três espanhóis tomaram por atitude roubar um cavalo e, em seguida, o comeram. As autoridades, ao saberem do fato, interrogaram os acusados que confessaram o feito e tiveram como punição a pena capital. Os três acusados foram enforcados nos arrabaldes da recém-fundada cidade e os corpos deixados na forca para que servisse de exemplo. Quando caiu a noite daquele trágico dia, outros três espanhóis foram até aos corpos dos condenados e cortaram-lhes alguns músculos e as pernas para que, desta forma,

---

<sup>335</sup> Murdo J. Macleod, *Op. cit.*, p. 249.

pudessem matar a fome e “*así, hubo también un español que por el hambre grandísima comió a su hermano muerto en la ciudad de Buenos Aires*”<sup>336</sup>. Desta forma, os habitantes das Províncias do Rio da Prata, oriundos do Velho Mundo, não tiveram muita escolha a não ser praticar atos ilícitos para manterem-se vivos, inclusivamente, o canibalismo, conforme aqui revelado por Schmidell.

Os cabildantes, os governadores e os clérigos também não tinham poderes para impedir os desvios aos cofres reais, pois o fato de omitirem a informação também os colocava como culpados, além do que participavam de forma bastante ativa do contrabando, também chamado de *malas entradas*. Conforme referido anteriormente, isto acabou por desenvolver o comércio regional, pois, a partir do ano de 1680, data da fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, circulavam pelas Províncias Platinas mercadorias oriundas da Europa, sobretudo as manufaturas da Inglaterra<sup>337</sup>.

---

<sup>336</sup> Ulrico Schmidel, traducción de Klaus Wagner, *Relatos de la conquista del Río de la Plata y Paraguay 1534-1554*, Madrid, Alianza Editorial, 1986, p. 34.

<sup>337</sup> Mario Boccia Romañach, *Op.cit.*, p. 134.



## **Capítulo VI**

### **O PODER E OS PODERES**

#### **1. O poder no Velho Mundo**

Ao iniciar um capítulo sobre os poderes coloniais que foram se desenvolvendo no decorrer dos séculos XVI e XVII, cabe salientar a existência do poder religioso e do político-administrativo que, por vezes, sobrepõem-se. Em todo o grupo social, existem relações entre os seus membros e entre os que a ele (grupo) não pertencem. Por isso é que pode haver a identificação entre os pares e os que são diferentes, ocasionando, não raras vezes, o rechaço, a dominação, a aculturação, as relações que podem ser passivas ou ativas no que diz respeito ao que é conhecido como poder. Contudo, o poder está diretamente relacionado com a dominação. O ser humano exerce vários poderes, nomeadamente sobre a terra, sobre a água, sobre o ar ou sobre os animais, mas aquele que é exercido sobre os seres humanos é o que se torna mais intrigante. Esse poder, em particular, possui várias facetas, nas quais algumas podem ser quantificadas e outras nem tanto, pois estão ligadas a conceitos que às vezes não se conseguem quantificar nem qualificar de forma clara.

As relações de poder, em uma organização social, podem variar muito de sociedade para sociedade. Com é sabido, isso

depende, em muito, da cultura em que se está inserido, porém, há alguns vetores que podem ser comuns a qualquer grupo humano. Pode-se afirmar que (com mais ou menos agrado ou desagrado), em toda a sociedade, existem aqueles que detêm um poder sobre outros que aceitam (com mais ou menos agrado ou desagrado) essa condição. No dizer de Rocha Machado, “*o social representa para o indivíduo participar uma condição de reconhecimento, de afirmação pessoal e de expressão do poder*”<sup>338</sup>. Essa afirmação pessoal vai fazer com que o indivíduo deixe-se reconhecer pelos seus pares. Com isso, a sua aceitação como membro de um determinado grupo faz dele um membro ativo dessa sociedade. Evidentemente que essa sociedade vai-lhe impor regras que deverão ser cumpridas, implicando, como é comum, que ele próprio se auto-reprima nos seus comportamentos, mesmo que isso possa ser auto-destrutivo<sup>339</sup>.

Ao refletirmos sobre estas questões, impõe-se outra em relação ao poder do líder, ou seja, daquele que detém o exercício do mando sobre um ou vários grupos de indivíduos, mais ou menos numerosos, os quais lhe devem obediência e submissão. Uma característica básica que se observa em todo o tipo de sociedade é que um líder só poderá ser líder se tiver alguém para liderar. O líder é observado pelos indivíduos que lidera em relação ao seu caráter, às suas capacidades, ao seu carisma. Então, cria-se toda uma cadeia hierárquica que permite a submissão dos outros membros da sociedade. Portanto, como escreve Rocha Machado, “*a expressão do poder social é, assim, um resultado que tem a sua origem nas fontes do poder intrínseco ou extrínseco e se materializa na influência exercida sobre os outros, controlando os seus comportamentos. A sua grandeza decorre da grandeza dos efeitos pretendidos e obtidos. Por outro lado, é no reconhecimento do poder pelos submetidos que se engrandece o poder do seu agente se individualiza e se identifica, aumentando o seu próprio poder. O poder de quem quer que seja*

---

<sup>338</sup> Artur da Rocha Machado, *Poder: da Estrutura Individual à Construção Mediática*, Azeitão, Autonomia 27 Lda., 2003, p. 17.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 23.

*liga-se à capacidade que se possui de influenciar ou de determinar as condutas sociais dos outros*”<sup>340</sup>. O que caracteriza uma organização social, seja ela mais primitiva, seja mais complexa, é a sua matriz de valores e de princípios. Com isto, pode-se, sem incorrer em graves erros, aplicar idêntica metodologia aos estudos realizados sobre as sociedades dos séculos XVI e XVII, seja na Europa, seja no continente americano, já que, onde houver um grupo de seres humanos haverá um processo de hierarquização.

A sociedade europeia, já consolidada desde tempos remotos, visava, no tempo da expansão ultramarina, construir outra ou outras sociedades, transpondo, para cada novo espaço, os seus poderes militares, civis e religiosos. O ilustre pensador britânico, Thomas Hobbes, discorre sobre esta questão, do seguinte modo: *“neste sentido, defino uma Igreja como uma companhia de pessoas que professam a religião cristã, unidas na pessoa de um soberano, a cuja ordem se devem reunir, e sem cuja autorização não se deve reunir.”*<sup>341</sup> *“Portanto, uma Igreja que seja capaz de mandar, julgar, absorver, condenar ou praticar qualquer outro acto é a mesma coisa que um Estado Civil formado por homens Cristãos e chama-se-lhe um Estado Civil por seus súbditos serem homens, e uma Igreja por os seus súbditos serem Cristãos.”*<sup>342</sup> Recorremos a estas ideias pelo seguinte motivo: o autor escreveu este trecho durante o século XVI, isso pode significar que tais ideias estavam então em franca circulação em toda a Europa. A Península Ibérica, ao expandir-se e criar uma sociedade além-mar, tinha de estabelecer padrões para a sua organização. Como é do conhecimento comum, a Igreja detinha poderes de largo alcance na organização social europeia, o que irá refletir-se na sociedade a ser criada no Novo Mundo.

---

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>341</sup> Thomas Hobbes, *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999, p. 360.

<sup>342</sup> *Idem*.

O Velho Mundo dos séculos XVI e XVII obedecia aos desígnios da Igreja Católica de forma significativamente fervorosa. Com isto, devemos ter a precaução necessária para não incorrer no erro de confundir o Cristianismo com a Cristandade, já que, *“Chrétienté est à bien distinguer de christianisme. Le christianisme constitue l’expression même de La religion chrétienne; la chrétienne designe l’ensemble des peuples ET des enstitutions qui ont, géographiquement et historiquement, professe, étendu et défendu cette religion dans un esprit unitaire. Le terme d’Église – qui désignait à l’origine l’ensemble des chrétiens – se trouvant, lui, peu à peu reserve aux structures ecclésiastiques”*<sup>343</sup>. Esta Cristandade é que irá criar na Região Platina uma síntese de etnias com diferentes poderes e dominações. Estas diferenças de poder estavam diretamente relacionadas com o tipo de construção social que irá ser levada a cabo. Portanto, um mesmo território podia ter diversas instâncias de poder que se relacionavam entre si, formando um sistema operacional que será de grande utilidade para que o poder fosse reconhecido e respeitado.

Paralelamente, porém, a este sistema haverá outros que poderão ser parasitários ou não. É essa análise sistêmica dos poderes presentes no Rio da Prata que o presente capítulo pretende desvendar e tornar claro, pois *“o homem, à semelhança de qualquer outro animal procura preservar-se, preservando o espaço defensivo, que contribui para sua identidade”*<sup>344</sup>. O estudo dos diversos poderes de que atrás falámos ajudam-nos a compreender a organização colonial na Província Platina, nos séculos XVI e XVII.

---

<sup>343</sup> Jacques Le Goff, “La Chrétienté, une Idée Neuve?”, in *L’Histoire*, n° 220, April, Paris, 1998, p. 8.

<sup>344</sup> Thomas Hobbes, *Op. cit.*, p. 57.

## **2. O poder político-administrativo**

### **2.1. O aparato do reino espanhol**

Na história platina colonial existem diferenças entre os vários grupos sociais que a constituíam. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que a região supracitada estava a ser habitada por mundos completamente diferentes. Utilizando a periodização da História Tradicional (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea), constatamos não ser impossível a um ser humano que vivia no tempo pré-histórico conviver com um indivíduo da Era Moderna. Com efeito, na região platina, assim como em todo o continente americano, isso aconteceu. Os historiadores definem que as sociedades indígenas platinas viviam no Neolítico, em contrapartida, o europeu estava na Modernidade. Por isso, a contemporaneidade de indivíduos que até ao seu encontro viviam em épocas civilizacionais diferentes se fez presente. Todas essas sociedades passaram a viver no mesmo território, o que irá tornar-se numa experiência única em todo mundo.

O Reino de Castela organizou as suas dominações na América da seguinte maneira: as Províncias, as Capitánias-Mor e os Vice-Reinados. Dentro de todos esses segmentos, existia, nas zonas urbanas, o Cabildo ou “*ayuntamiento*”. A função deste era cuidar das finanças, da urbanização, da manutenção e da ordem pública, além de tomar decisões a respeito de pequenas causas crimes ou civis. Os cabildos tinham em sua composição cerca de 6 a 12 elementos, dependendo, evidentemente, da dimensão territorial da sua jurisdição. Nos cabildos, havia uma sessão especial que era denominada de “*Cabildo-Abierto*”. Como o nome sugere, eram sessões abertas a todos os eleitores e eram convocadas, geralmente, em casos excepcionais, como, por exemplo, calamidades naturais,

epidemias, ataques de piratas, entre outras situações<sup>345</sup>. Não obstante, existiam outras instâncias do poder que podiam ascender na linha hierárquica. É o caso do cargo de “*Adelantado*” que, durante a conquista do Rio da Prata, foi muito presente. Era um cargo militar que, após efetuada a conquista, o seu detentor ascendia a governador da Província. Seguindo a teia de poderes, os “*corregidores*” eram aqueles que examinavam os conflitos entre os europeus e os indígenas e outra curiosa função era a de incentivar a aprendizagem do artesanato europeu aos nativos americanos.

Na organização político-administrativa da colonização espanhola no continente americano, durante os séculos XVI e XVII, foram criados dois vice-reinados. O primeiro era o denominado vice-reinado da Nova Espanha, cuja criação data do ano de 1535. A sua extensão territorial era bastante vasta, pois nele estavam contidos os atuais países da América Central (com exceção do Panamá), a região costeira da Venezuela e as Antilhas. O segundo foi criado em 1543, chamado vice-reinado do Peru, cuja área correspondia a praticamente todos os territórios da América do Sul. No século XVIII, foram criados outros dois, o vice-reinado da Nova Granada, no ano de 1717, tendo como capital Bogotá, e o vice-reinado do Rio da Prata, criado em 1776, com a sua capital na cidade de Buenos Aires, com o intuito de melhor defender o Rio da Prata e de desenvolver toda a vasta região platina<sup>346</sup>.

Além destes poderes, existia, também, o poder jurídico, outorgado pelo monarca espanhol ao “*Consejo Supremo de las Índias*”, criado na metrópole em 1511, o qual começou efetivamente a funcionar em 1524. Apesar de estar longe do continente americano, tornou-se importante o seu desempenho. Nos domínios espanhóis da América existiam as “*Audiências Reales*” que tratavam

---

<sup>345</sup> Ver KALMIKV e LARINE, *História da América Latina*, Moscú: Edições Progreso, 1991.

<sup>346</sup> Ver Enrique Tandeter, *Nueva Historia Argentina – La Sociedad Colonial*, Buenos Aires, Editorial Sudamerica, 2000 e Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Janés S. A Editores, Argentina, 1968.

essencialmente de trâmites jurídicos e, em seus tribunais, por determinações legais, as sentenças podiam ser recorridas perante o “*Consejo Supremo de las Índias*”. Eram compostas por cerca de 12 membros, conhecidos como “*oidores*”. Em caso de ausência (devido a morte) do vice-rei ou do capitão-mor, os membros das “*Audiencias Reales*” assumiam o controlo do poder provisoriamente até que fosse enviado da metrópole um novo vice-rei ou capitão-mor.

No Novo Mundo, para a execução de qualquer ação colonizadora, era necessária a emissão de cartas régias, denominadas “*Capitulaciones*”. Estas nada mais eram do que licenças concedidas pela Coroa Espanhola aos pretensos viajantes, os quais tinham, em boa verdade, como principais objetivos, os seguintes: fazer comércio ou resgate; comércio e pacificação; descobrimento; descobrimento e conquista; descobrimento, conquista e povoação e, por fim, o povoamento. Contudo, no texto das “*Capitulaciones*” existiam “*Las Ordenanzas*” que eram instruções dadas aos “*capitulados*”, indicando a forma como se devia proceder na execução de determinada “*Capitulación*”. Para que uma “*Capitulación*” fosse concedida, era necessário percorrer o seguinte caminho: devia o futuro “*capitulado*” entrar em contato com uma autoridade competente que a encaminhava ao rei. Este, por sua vez, reunia-se com um conselho para analisar a proposta feita, à qual, no caso de ser aceite e aprovada, se convertia numa “*Capitulación*”. Após percorrer estes trâmites burocráticos, quem outorgava era o presidente deste conselho que o fazia em nome do rei. A decisão de emitir uma “*Capitulación*” era exclusiva do rei até 1542, ao passo que, a partir de 1573, devia passar por uma proposta do “*Consejo Supremo de Índias*”<sup>347</sup>.

Não raras vezes, ocorriam algumas discrepâncias no método utilizado pelo “*capitulado*” para alcançar os objetivos

---

<sup>347</sup> Ver Marta Milagro del Vasmingo, *Las Capitulaciones de Indias en el siglo XVI*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.

traçados no mencionado documento. A este respeito, basta observarmos os relatos do Padre Bartolomé de Las Casas que fez graves denúncias justamente acerca deste não cumprimento daquilo que foi contratado pelos súbditos com o rei, principalmente em relação ao nativo do Novo Continente. Las Casas denunciou, quando da sua viagem ao Rio da Prata, que os espanhóis exigiram aos nativos que lhes trouxessem prata. Ao obedecerem ao que lhes foi ordenado, os índios acabaram por demorarem-se mais tempo do que o normal, ocasionando, com isto, a ira dos castelhanos. O castigo para o fato foi que os nativos foram feitos prisioneiros e levados aos seus inimigos que muito provavelmente os mataram. Os índios diziam que era preferível morrer pelas mãos espanholas a serem levados aos inimigos. Assim foi feito<sup>348</sup>. Com isto, vemos que o tratamento do colonizador para com o indígena nem sempre era aquilo que estava capitulado, e este é apenas um exemplo dentre tantas outras situações similares que ocorreram. O poder jurídico se fez necessário desde o início da ocupação do Novo Mundo, e a sua ação era exercida através das Audiências. Nesta instituição estavam colocados, como funcionários, 1 regente e 4 ouvidores. O regente era quem encabeçava a Audiência, mas este cargo não era vitalício, pois cumpria um mandato pré-estabelecido que era passado sucessivamente entre os 5 integrantes, já que eram todos juristas profissionais. O principal objetivo desta instituição era processar e julgar os pleitos individuais e coletivos. Era, também, um importante ponto de equilíbrio do poder, pois os integrantes das Audiências podiam ir contra os mandos dos governadores e até mesmo dos vices-reis, sobretudo, no que tange à relação entre os castelhanos e os nativos, para manter o tratamento de súbditos do rei, procurando, assim, evitar que mais denúncias de maus tratos se propagassem, conforme referido anteriormente, através dos relatos de Las Casas<sup>349</sup>.

---

<sup>348</sup> Frei Bartomé de Las Casas (tradução de Heraldo Barbuy e Eduardo Bueno), *O Paraíso Destruido*, Porto Alegre, LPM, 1984, p. 96.

<sup>349</sup> Ver Bartolomé Bennassar (Traducción de Carmen Artal), *La América Española y la América Portuguesa Siglos XVI-XVIII*, Madrid, Ed. Akal



No caso da região platina, a instituição judicial que a ela estava jurisdicionada era a Audiência de Charcas, mais especificamente “*Audiencia de La Plata de los Charcas*”, fundada pelo rei Filipe, em 22 de maio de 1561, com 1 regente e 4 ouvidores, como era costume. A justificativa para este número de funcionários decorre da extensão territorial da região, a distância do Reino e a quantidade de pleitos expedidos, pois tinha a obrigação de dar o mesmo bom tratamento aos naturais da terra. A sede era a cidade de La Plata e mais 100 léguas ao redor e o regente, assim como todos os ouvidores, deviam fazer uma peregrinação por toda a jurisdição com a finalidade de conhecer os moradores e os pleitos existentes para, assim, poderem fornecer as informações a Madrid<sup>350</sup>.

Com o avançar dos anos, foi fundada, em 1661, outra Audiência, a chamada “*Audiencia de Buenos Aires*”, cuja sede era na cidade do mesmo nome, porém, permaneceu em funcionamento somente por 11 anos. Esta Audiência foi novamente instaurada em 1776, no mesmo ano da fundação do vice-reinado do Rio da Prata que, por si só, justificou tal fato.

## 2.2. O aparato do reino português

Ao analisarmos a organização político-administrativa que, levada pelas correntes e pelos ventos, transpuseram o Oceano Atlântico e foi sendo introduzida nas margens do Rio da Prata, temos de reter que, paralelamente a Espanha, havia, também, o de Portugal, já que o limite austral de seus domínios no Novo Mundo era o referido curso d’água. No presente estudo, não raras vezes, foi mencionado que a ocupação do território do Brasil pelos portugueses

---

S.A., 2001 e KALMIKV e LARINE, *História da América Latina*, Moscov: Edições Progresso, 1991.

<sup>350</sup> “Fundación de la Audiencia de Charcas”, Transcripción de Pedro Torres Lanzas del Documento del Archivo General de Indias. Pto. Estante 2. Cajón 2. *Legajo 4/9*, ramo 19, publicado en el *Boletín del Centro de Estudios Americanistas de Sevilla*, año VIII, nº 40-41, 1921, pp. 65-68.

teve início pelo litoral e foi, pouco a pouco, avançando para o interior. Outra importante informação que, inclusivamente, é do conhecimento comum é que, a partir de 1534, foram feitas as primeiras cartas de doação de capitâneas hereditárias nos territórios brasileiros. Importante de ser destacado é que esta prática já vinha sendo utilizada durante o processo de expansão portuguesa. Os reis portugueses, para garantirem o controle sobre as novas áreas que estavam fazendo parte dos seus domínios, emitiam cartas régias nomeando capitães hereditários.

No aspecto da hierarquia dos poderes, o início da colonização do Brasil foi diferente do da Madeira, uma vez que D. Duarte, em 1433, criou a instituição Donataria e o agente donatário como poder intermédio entre o rei e os capitães, na pessoa do infante D. Henrique, transmissível aos seus sucessores. E, como os donatários nunca residiram na Madeira, sentiram “*a necessidade de delegar muitos dos seus amplos poderes aos capitães dos donatários, aos municípios e a certos agentes do seu aparelho jurídico-administrativo e eclesiástico, nomeadamente ouvidores, contadores, almoxarifes e vigários*”<sup>351</sup>. Ora, em 1495, D. Manuel incorporou a Donataria e o donatário na própria coroa, tornando a Madeira realenga. Portanto, no momento da criação das capitâneas hereditárias no Brasil, já não existia a figura do donatário. Por isso, no Brasil não houve capitães dos donatários, houve simplesmente capitães.

Deste modo, as capitâneas no Brasil possuíam uma administração local em separado, ou seja, o capitão exercia o poder na sua jurisdição e tratava diretamente com o rei, sem nenhum intermediário. Entretanto, em 1548, instituiu-se o Governo-Geral, tendo sido nomeado, no ano seguinte, Tomé de Sousa como primeiro governador-geral. Com isto, “*o espaço de poder que criava era*

---

<sup>351</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Volume II, 1995, p. 789.

*como que sobreposto e, portanto, aberto a diversos conflitos com as jurisdições já assentes na América. Seu papel, não obstante, era o de constituir um novo centro de poder, associado a uma nova política de colonização*”<sup>352</sup>. Esta medida parece, em preliminar análise, um esforço do rei para melhor controlar os seus domínios no continente americano. Em sequência, o poder real estendeu-se casa vez mais, pois, além de haver colonos a ocupar as terras e a nelas produzir, criou-se, também, uma jurisdição territorial distinta. Os regimentos concedidos aos governadores são exemplos claros das medidas tomadas pelo monarca para exercer o seu poder nos territórios do Brasil e a tentativa de centralizá-lo no âmbito da empresa colonial<sup>353</sup>.

Um fator bastante importante para que no Brasil fosse implantado o Governo-Geral foi a instituição de um poder intermédio entre o rei e os capitães e vice-versa. Perante o olhar do europeu, os nativos não possuíam uma organização político-administrativa e até mesmo cultural, pois, como é sabido, foram considerados sem lei, sem fé e sem rei, pelo que, devido a isto, uma forma menos dispendiosa de exercício do poder foi instalada, baseada na fixação de um aparato administrativo e militar<sup>354</sup>. Concomitantemente, na Índia, existia entre os nativos uma complexa organização, sendo assim necessário criar, desde o início, o cargo vice-rei ou de governador.

Como bem se sabe, durante os anos de 1580 até 1640, houve o período denominado de União Ibérica. Isto significa que algumas políticas respeitantes aos territórios de além-mar serão adotadas para que o poder régio lá chegasse. Nessa época, uma primeira medida foi tomada que envolvia o poder do governador-geral e que foi o surgimento da função de sargento-mor em terras brasileiras e a criação de um Tribunal Superior na Bahia. O posto de

---

<sup>352</sup> Pedro Puntoni, “O Governo-Geral e o Estado do Brasil: Poderes Intermédios e Administração”, in Stuart Schwartz e Erik Lars Myrup (Org) *O Brasil no Império Marítimo Português*, Bauru, Edusc, 2009, p. 48.

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. 54.

sargento-mor durante a época colonial teve correlação com o de major<sup>355</sup> de então e, com isto, o Reino detinha o controle das ordenanças nas comarcas. Já no Brasil, o seu poder era mais dilatado, uma vez que era o responsável por organizar as forças militares locais, sobretudo, dando orientações aos moradores que eram o principal braço armado. A criação do Tribunal na Bahia foi um passo importante com a finalidade de criar uma contrapartida ao poder do governador-geral, pois o ouvidor-geral podia opor-se às decisões daquele, gerando assim o equilíbrio necessário para o convívio da sociedade colonial. Outro aspeto que motivou a criação do referido Tribunal foi o significativo crescimento dos litígios no Brasil, com isto, as decisões podiam ser tomadas localmente de forma mais célere, respeitando a legitimidade dada pelo poder régio<sup>356</sup>.

A restauração da independência portuguesa trouxe inovação no trato dos assuntos do império em expansão. Em 14 de julho de 1642, foi instituído o *Conselho Ultramarino*, em substituição do *Conselho das Índias*, com o objetivo já referido anteriormente. Em primeiro lugar, o dito *Conselho* teve de criar um aparato jurídico para atender especificamente a demanda das colônias, pois os juristas do Reino atendiam a inúmeros pleitos. O Conselho Ultramarino tinha o poder de propor ao rei a nomeação dos governadores-gerais do Brasil. As Capitâneas, como se sabe, podiam retornar ao poder direto do monarca, seja por falecimento sem descendência do capitão, seja porque nunca assumiu o que lhe era de direito, entre tantos outros motivos para que isto pudesse acontecer, como, por exemplo, o de traição à pátria. Para o caso de ocorrer o que acabámos de referir, cabia ao Conselho Ultramarino fazer a escolha entre os candidatos que se apresentavam, fazia subir a sua

---

<sup>355</sup> Hernâni Donato, *Dicionário das Batalhas Brasileiras: Dos Conflitos com Indígenas aos Choques da Reforma Agrária (1996)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Editora IBRASA, 2001, p. 65.

<sup>356</sup> Pedro Puntoni, *Op.cit.*, pp. 54 e 55.

proposta escrita a despacho do monarca que, por regra, outorgava a nomeação e dava a sua chancela<sup>357</sup>.

A criação do Conselho Ultramarino revela-nos também um aspeto de imensa relevância destacado por Luís de Albuquerque, pois os interesses da coroa portuguesa estavam voltando-se para o Brasil em detrimento da Índia<sup>358</sup>. O Conselho era composto por um presidente que era, preferencialmente, um conde ou um marquês, por dois conselheiros da aristocracia militar e, por fim, por um conselheiro letrado, ou seja, alguém que era possuidor de título acadêmico, sendo o mais comum, o de Direito. Havia também o secretário que tratava dos registros das decisões, além de outros afazeres, porém, este não tinha poder de voto e suas opiniões podiam ser acatadas ou consideradas se algum dos conselheiros assim o entendesse. Outro aspecto que é merecedor de destaque é o crescimento da participação dos letrados nas questões que envolviam o Ultramar, tanto que, em meados do século XVIII, os conselheiros letrados já ultrapassavam em número aqueles provindos da aristocracia militar<sup>359</sup>.

Todo este aparato administrativo, criado pela coroa de Portugal, devia servir toda a região do Novo Mundo sob a qual tinha o poder. Mas, como é do conhecimento comum, havia lugares em que a presença humana foi bastante escassa, apesar de fazer parte de uma Capitania. Esta situação foi bastante comum, sobretudo, na parte austral dos domínios lusos. Como já foi referido no presente trabalho, os portugueses tinham como limite sul a foz do Rio da Prata na margem oriental. Isto teve inúmeras consequências nos processos de colonização dos reinos ibéricos, pois acabou por criar litígios, envolvendo interesses de toda a ordem. Outro caso que não

---

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>358</sup> Luís de Albuquerque (Diretor) e Francisco Contento Domingues (Coordenador), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Ed. Caminho, 1994, p. 520.

<sup>359</sup> Erik Lars Myrup, “Governar a Distância: O Brasil na Composição do Conselho Ultramarino, 1643-1833, in Stuart Schwartz e Erik Lars Myrup (Org), *O Brasil no Império Marítimo Português*, Bauru, Edusc, 2009, p. 268.

deve ser deixado à margem das discussões é que a presença portuguesa sempre foi bastante intensa mesmo no tempo da União Ibérica. Uma das grandes responsáveis pela significativa quantidade de portugueses na América Espanhola foi a Inquisição, pois muitos cristãos-novos viram como meio de fuga os domínios referidos, tanto que, em 1635, os governantes locais davam por sinónimo portugueses e judeus<sup>360</sup>.

Esta presença foi também um importante fator para o desenvolvimento da Colónia do Santíssimo Sacramento, cujo aparato administrativo estava regido da seguinte maneira: a colónia devia ser erguida nas terras da Capitania de São Vicente, demonstrando, assim, a quem passava a estar subordinada administrativamente e cabe aqui fazer a ressalva de que o limite mais ao sul dela era a margem oriental do Rio da Prat<sup>361</sup>. O sítio onde foi instalada a referida colónia era estrategicamente importantíssimo, pois, assim, a coroa portuguesa podia controlar melhor a região sobre a qual considerava ter direito, em conformidade com os seus estudos cartográficos<sup>362</sup>, além de ter acesso aos produtos platinos, sobretudo, os derivados do couro e, evidentemente, a prata que por lá passava.

Como ficou claro, até o presente momento falámos a respeito do poder político-administrativo, ou seja, do poder laico. Como é sabido, por um período de tempo que pode ser classificado de longo, o poder religioso se fez muito presente, seja pela Igreja Secular, seja pela Regular.

---

<sup>360</sup> Fernando Serrano Mangas, “La Presencia Portuguesa en la América Española en la Época de los Habsburgos (Siglos XVI-XVII)”, in Maria da Graça M. Ventura (Coord), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, p. 75.

<sup>361</sup> “Noticia, e Iustificacam do Titulo, e Boa Fee com que se Obrou a Nova Colonia do Sacramento nas Terras da Capitania de S. Vicente no Sitio Chamado de S. Gabriel nas Margens do Rio da Prata, in Walter Rela, *Exploraciones en el Río de la Plata 1512-1531*, Porto Alegre, Edipucrs, 2002, p. 158.

<sup>362</sup> Estes estudos já foram discutidos no capítulo segundo do presente trabalho.

### 3. O poder religioso

Dentre os poderes que nas províncias platinas foram constituídos, a Igreja Católica teve um papel fundamental. Neste momento, cabe destacar que a organização da Igreja fazia-se da seguinte forma: a Igreja Regular era composta pelas ordens religiosas, cada uma das quais subordinada ao respetivo “Superior”, o qual devia subordinar-se ao sumo pontífice; a Igreja Secular que seguia uma estruturação em paróquias, dioceses e arquidioceses, numa hierarquização muito bem definida, sob a égide do papa. Destaca-se, inclusivamente, que esta organização não diz respeito somente à administração da Igreja, uma vez que alguns sacramentos como, por exemplo, o do crisma só podia ser ministrado pelo bispo.

#### 3.1. O regime de Padroado Régio

Com base no referido anteriormente, estas facções da Igreja Católica acabaram por criar circunstâncias conflituantes, pois nem sempre os interesses convergiam para a mesma direção, além de que não podemos esquecer que as potências ibéricas constantemente divergiam quanto às suas atuações em terras platinas. Dentre as coisas em comum que existiam entre as Coroas ibéricas e a Igreja consta o regime de Padroado. Ao analisarmos o termo Padroado vemos que a sua origem latina é *Patronatus* que nada mais é do que protetor ou tutor. A origem desta prática nos leva à História da Roma Antiga, uma vez que o *Patronatus* iniciava-se na vida doméstica, pois cabia ao *paterfamilias* a proteção e a tutela de sua família, bem como de seus bens, nos quais se incluíam os escravos<sup>363</sup>. Para o caso da Igreja, este regime de Padroado era dado a alguém que havia prestado um importante serviço, ou ainda, que fez uma importante doação para a construção de um templo, assim como o terreno necessário para que fosse possível alcançar o referido objetivo.

---

<sup>363</sup> Alceu Kuhnen, *As Origens da Igreja no Brasil: 1500 a 1552*, Bauru, Edusc, 2005, pp. 29 e 30.

Com o passar do tempo, o Padroado começou a ser um direito concedido ao rei. Assim, ele podia fundar igrejas e a nomeação dos bispos estava sujeita a forte influência sua. Com a presença islâmica na Península Ibérica, o papa dava este direito aos reis de Espanha, também com a intenção de salvaguardar os cristãos e, com isto, o Padroado Régio tornou-se uma das instituições jurídicas de relevância elevada, pois as autoridades eclesiásticas estavam obrigadas a ser leais ao monarca. Pouco antes da reconquista de Granada, os reis Fernando e Isabel solicitaram e receberam do papa Inocêncio VIII, através da bula *Ortodoxae fidei*, datada de 13 de dezembro de 1486, o direito de Padroado Perpétuo. Alguns anos depois, principalmente com a descoberta das Antilhas e a assinatura do Tratado de Tordesilhas, os Reis Católicos suplicaram o direito de Padroado Universal, ou seja, que a sua tutoria, além de perpétua, também fosse extensiva a todas as terras de seus domínios em quaisquer partes do globo. Por conseguinte, o papa Alexandre VI, através de duas bulas, nomeadamente, *Inter caetera* e *Piis fidelium*, de 4 de maio de 1493 e 26 de junho de 1493, respetivamente, conferiu aos referidos monarcas a obrigação da construção de igrejas e do envio de missionários. O mesmo papa, em 16 de maio de 1501, na bula *Eximia devotionis sinceritas*, acabou por doar perpetuamente aos reis anteriormente mencionados os direitos sobre o dízimo das igrejas das Terras Novas. O papa Júlio II, em 28 de julho de 1508, pela bula *Universalis ecclesiae regimini*, colocou todos os direitos do Padroado de Espanha para as igrejas das Índias Ocidentais. Esta bula sofreu algumas alterações, em 1511, pela bula *Romanus pontifex*, e também pela bula *Sacro apostolatus ministerio*, em 1518. Destaca-se, também, que, na Cédula Real de 4 de julho de 1579, o rei Filipe II promulgou o Padroado das Índias Ocidentais como lei civil do império de Espanha, mas somente no século XVII é que foram sistematizadas as leis canônicas e civis do Padroado Régio Espanhol<sup>364</sup>.

---

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 42 e 43.



Em Portugal, o processo da concessão do Padroado Régio Universal tomou rumos distintos ao caso espanhol anteriormente explicado. Durante a consolidação do reino português e a reconquista sobre os mouros, houve, de fato, igrejas que foram recuperadas e outras construídas, porém, o monarca não reivindicou, perante o Sumo Pontífice, o direito de fundador. A atitude adotada foi dar autonomia a elas, respeitando o direito canônico que estipulava que as eleições dos prelados fossem feitas no Cabido da Catedral e o papa era quem provia os cargos.

No século XVI, sobretudo durante o reinado de D. Manuel, o Padroado Régio de Portugal não tinha direito sobre as igrejas episcopais do Reino, mas sim, nas capelanias e comendas menores e em algumas Dioceses criadas em África. Durante todo o seu reinado, D. Manuel suplicou os mesmos direitos que foram dados aos reis de Espanha. Entretanto, como não existia em Portugal o mesmo costume que no reino vizinho, aceitou a transformação dos privilégios da Ordem de Cristo nas questões das possessões ultramarinas em Padroado Régio Universal<sup>365</sup>. Por sua vez, a Ordem de Cristo tinha um importante papel no processo de expansão portuguesa. A sua origem remonta a Ordens Militares medievais, isto significa que os seus membros obedeciam e seguiam votos como a castidade, a pobreza, a fidelidade à Santa Sé, lealdade à Coroa de Portugal, além de terem uma vida religiosa bastante regrada e o dever militar de pegar em armas e irem à guerra. Entretanto, em fins do século XV, o voto de castidade foi dispensado por determinação do papa Alexandre VI<sup>366</sup>. A referida Ordem tinha garantias reais e papais da posse de patrimônio eclesiástico, assim como o secular. Com o passar dos tempos, as responsabilidades foram se ampliando para além do eclesiástico, atingindo, desta maneira, novos encargos sociais nos territórios do Reino. De resto, quando Portugal lançou-se nas descobertas marítimas, coube a ela (Ordem de Cristo) os deveres

---

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 43 e 44.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 48.

religiosos. Por isso, entende-se que o Padroado Régio Universal de Portugal tem a sua origem na Ordem de Cristo.

### 3.2. Os Bispados

Os Bispados, para serem criados, tinham de obedecer a determinados requisitos. O principal deles é que é merecedor de destaque para a compreensão do processo colonizador da região platina é que somente podiam ser erguidos numa cidade. Este aspeto é importante, pois, como visto anteriormente, o modelo de colonização adotado por Castela privilegiava a construção de cidades. Ao invés, os portugueses iniciavam o processo de colonização construindo aldeias que, com o passar do tempo, podiam ser elevadas a vilas e ascender a cidades. Por isto, o número de Bispados, como veremos a seguir, será superior na parte espanhola do Prata, em relação aos territórios portugueses, nos séculos XVI e XVII.

O poder religioso que se instalou na região do Prata obedeceu, evidentemente, à organização da Igreja. Nos domínios de Espanha, a Igreja Secular iniciou o seu processo de ocupação territorial na primeira metade do século XVI. O primeiro Bispado platino a ser erguido foi o da Província do Paraguai, no ano de 1547<sup>367</sup>, que alcançava o atual estado brasileiro do Paraná e o primeiro bispo foi D. Juan de los Barrios y Toledo. Natural da região da Extremadura espanhola, foi um dos primeiros religiosos a ir para o Peru. Contudo, após ser nomeado bispo do Paraguai, permaneceu pouco tempo na função, uma vez que, mesmo antes de assumir a referida Diocese, foi transferido para Santa Marta no reino de Granada, deixando, assim, vaga a cátedra platina, no ano de 1550. Para suprir a lacuna deixada por D. Juan de los Barrios y Toledo, foi

---

<sup>367</sup> Antonio de Alcedo, “Diccionario Geografico de las Indias Occidentales o America”, in *Biblioteca de Autores Españoles desde la Formación del Lenguaje hasta Nuestros Días*, Madrid, Ediciones Atlas, vol. III, 1967, p. 121.

nomeado, em 1552, D. Tomás de la Torre que tomou posse somente em 1555. Este exerceu o seu cargo episcopal somente durante 4 anos, sendo substituído por D. Fernán Gonzalez de la Cuesta, no ano de 1559.

A região platina ocupava uma vasta extensão territorial, por isto, apenas um Bispado não era suficiente para atender as necessidades de um espaço que estava em plena expansão. Por conseguinte, no ano de 1570, foi erguido o Bispado de Tucumán e o primeiro bispo nomeado foi D. Jerónimo de Villa Carrillo. Este religioso pertencia à Ordem de São Francisco e era comissário geral das Províncias do Peru. A primeira atitude por ele realizada enquanto bispo foi a sua renúncia ao cargo. Em consequência, D. Jerónimo de Albornoz, religioso da mesma Ordem de seu antecessor e, também, comissário geral das Províncias do Peru foi quem assumiu a função, permanecendo no cargo até 1576<sup>368</sup>.

As atividades religiosas não estavam dissociadas do laico, como veremos mais adiante, ainda neste capítulo. Em 1617, houve uma divisão administrativa, surgindo assim as províncias do Rio da Prata e do Paraguai. Evidentemente, os Bispados tiveram de sofrer modificações, pois, com as províncias assim separadas, houve uma ampliação, também, do número de capitais, Buenos Aires e Asunción, respetivamente. Com esta cisão das províncias, o Bispado com sede em Asunción não se alterou, porém, em Buenos Aires foi erguida uma nova Diocese, cujo primeiro bispo a ocupar a cátedra foi D. Pedro Carranza que era da Ordem de Nossa Senhora de Carmen, no ano de 1627<sup>369</sup>, exercendo o cargo até o seu falecimento, em 1632. Com o decorrer dos anos, estes três Bispados (Rio da Prata, Paraguai e Tucumán) foram desenvolvendo as suas funções e os seus bispos foram se sucedendo conforme as normas vigentes até que, nos inícios do século XIX, o processo de independência obrigou a uma nova organização.

---

<sup>368</sup> *Ibidem*, vol. IV, p. 147.

<sup>369</sup> *Ibidem*, vol. I, p. 183.

Ao voltarmos o nosso olhar para a época inicial deste processo, não podemos negligenciar um aspeto relevante. Como é bastante lógico, os clérigos eram provenientes dos reinos europeus que estavam empreendendo a sua expansão. Entretanto, a Igreja necessitava de aumentar o seu contingente de agentes para realizar com êxito as suas determinações, pelo que aproveitaram o fato de não haver qualquer documento que impedisse os nativos americanos de serem ordenados e, assim, ombrearem nas atividades da congregação. Todavia, os indígenas foram impedidos de serem ordenados, sobretudo, após o Segundo Concílio Eclesiástico Provincial de Lima que se realizou entre os anos de 1567 e 1568<sup>370</sup>. No decorrer dos anos de 1582 e 1583, ocorreu o Terceiro Concílio Eclesiástico Provincial de Lima que, dentre outros assuntos, tornou menos rígida a proibição de ordenar os nativos, uma vez que as regras para a ordenação daqueles que para isto eram candidatos estavam regimentadas no Concílio de Trento (1545). Contudo, como explica Charles Boxer, “*a primitiva interdição de não ordenar ameríndios de raça pura manteve-se em força durante quase todo o período colonial, uma vez que eram classificados como ‘Gente Miserable’*”<sup>371</sup>. Ainda neste período, o crescimento da população mestiça foi bastante significativo e, além disto, alguns deles ambicionavam seguir a vocação sacerdotal. Porém, foram impedidos, inclusivamente, pelo decreto real de 1568, cuja razão principal era o fato de que a maioria destes mestiços era oriunda de filhos ilegítimos. Evidentemente que os filhos legítimos, fruto da miscigenação formal, protestaram contra esta decisão real e promoveram inúmeros processos judiciais até que, no ano de 1588, a coroa castelhana resolveu permitir a sua ordenação, mas com a ressalva de que apenas os legítimos, mediante uma investigação minuciosa, é que poderiam gozar deste direito.

---

<sup>370</sup> Charle R. Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 29.

<sup>371</sup> Idem.

No decorrer do tempo, este assunto veio à tona várias vezes, pois, conforme já referido anteriormente, para suprir a carência de pessoas e atender aos anseios religiosos de uma sociedade em crescimento, algumas vezes, as regras, de tão rígidas que eram, acabavam por não serem cumpridas. No ano de 1657<sup>372</sup>, por exemplo, sabe-se que o bispo de Tucumán, D. Melchior de Maldonado e Saavedra, um destacado trabalhador na conversão dos indígenas, foi severamente repreendido pelo rei D. Filipe IV de Espanha, por admitir e ordenar pessoas que correspondiam às restrições recomendadas. Com isto, fica claro que, não raras vezes, as ordenações eram dadas conforme a vontade do bispo de determinada Diocese, podendo variar a aplicabilidade das ditas restrições.

Evidentemente que, em consequência, podiam surgir situações conflituosas com o poder central. Estas barreiras impostas aos nativos americanos têm a sua origem longínqua na discriminação religiosa e racial com os mouros, sobretudo numa península em que a sua presença foi muito forte. Portanto, alargar as proibições que recaíam sobre os muçulmanos aos índios e aos africanos foi uma estratégia de que, tanto a Coroa, quanto a Igreja utilizaram, para se preservar perante tantos mundos e gentes diferentes, co-habitando o mesmo espaço físico. Em contrapartida, acabou por gerar uma situação ruínosa para todo aquele que tinha alguma mistura racial, ou ainda, o fato de não ser europeu, uma vez que acabava por sofrer algum tipo de discriminação que Charles R. Boxer<sup>373</sup> denominou de pigmentocracia.

Até o presente momento, vimos a Igreja Secular, sob a égide de Espanha, a criar suas áreas de influência na região platina e a sua política de inclusão ou exclusão, dos colonos e dos colonizados. O autor atrás referenciado revela que o tipo de política racial para a ordenação de sacerdotes era bastante semelhante. Isto

---

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>373</sup> *Ibidem*, pp. 52 e 53.

nos leva a refletir sobre o aspeto que a seguir se apresenta. Por se tratar de uma instituição que estava acima da nacionalidade, o mesmo virá a ser aplicado nos domínios de Portugal, uma vez que os concílios, as bulas, os breves e outras disposições papais eram para toda a Cristandade. O diferencial da presença da Igreja do lado português está diretamente relacionado com o tipo de estratégia criada, sobretudo por D. João III, para a ocupação do território sul-americano. Dentre elas, torna-se relevante para o presente estudo, a importância que o monarca estava a dar à região platina, pois reconhecer, dominar e fortificar pontos estratégicos de toda a costa brasileira, desde o rio Amazonas até o Rio da Prata, eram prioridades para o monarca português<sup>374</sup>.

Cabe salientar, mais uma vez, que o modelo colonizador português no Brasil foi o mesmo que o utilizado nas ilhas atlânticas, com a diferença de que era terra com vasta extensão territorial já habitada por uma população autótone. Tanto que, o Brasil, como um todo, teve a sua autoridade eclesiástica definida em 1514, mais precisamente no dia 12 de junho, através da bula *Pro excellenti proeminentia*, que ergueu a Diocese do Funchal<sup>375</sup>, cuja jurisdição se estendia a todos os domínios portugueses de além-mar. Somente em 25 de fevereiro de 1551 é que o território brasileiro teve a ereção do seu Bispado em São Salvador da Bahia, sufragâneo da Sé de Lisboa. O primeiro bispo foi D. Pedro Fernandes Sardinha que veio a renunciar ao cargo em 2 de junho de 1556. Entretanto, veio a falecer em 16 de julho do mesmo ano, após naufragar no litoral alagoano e ser devorado pelos índios Caetés<sup>376</sup>.

---

<sup>374</sup> Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 208.

<sup>375</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, 2 vols., Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, vol. I, pp. 914-1916; Orlando da Rocha Pinto, *Cronologia da Construção do Brasil (1500-1889)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 33.

<sup>376</sup> Monsenhor Maurílio Cesar de Lima, *Breve História da Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, Restauro, 2001, p. 30.

Com a intenção de alargar os domínios clericais, foi criada a prelazia ao Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1576, sendo o padre Bartolomeu Simões Pereira o primeiro prelado. A sua área de abrangência era da Capitania de Porto Seguro até o Rio da Prata, dando origem a inúmeras paróquias dispersas por este vasto território. Somente em 16 de novembro de 1676 foi erguida a Diocese do Rio de Janeiro e nomeado para o cargo D. Manuel Pereira. Entretanto, este Bispado ficou acéfalo até o ano de 1580, uma vez que o referido clérigo foi indicado pelo rei D. Pedro II para ser seu Secretário de Estado e, com isto, D. José de Barros Alarcão o substituiu nas funções eclesiásticas do Novo Mundo<sup>377</sup>. Como estamos a perceber, o Rio da Prata também era bastante disputado pela Igreja, evidentemente, obedecendo às determinações daqueles que detinham o seu Padroado. A Igreja Regular veio a participar deste processo de forma empenhada na região platina, sobretudo, através da Ordem da Companhia de Jesus, o que causou significativa disputa entre os domínios de todos os envolvidos neste efervescente de acontecimentos.

### **3.3. A presença da Igreja Regular**

A Igreja Regular, desde os inícios da colonização da América do Sul, esteve presente. Basta observarmos que, dentre os tripulantes dos navios, sempre havia um clérigo, fosse ele da ordem dos franciscanos, dos dominicanos ou dos jesuítas. A missão nesta parte do globo teve estreita relação com a conversão do gentio<sup>378</sup>. Com isto, os religiosos viram uma importante oportunidade de exercer a sua função de salvar as almas, em contrapartida, as Coroas Ibéricas pretendiam reforçar a sua posição

---

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>378</sup> O termo tem origem medieval e significava a adoração de ídolos e o desconhecimento da existência de Deus, na época em questão. Esta denominação foi dada ao indígena principalmente por Manuel de Nóbrega e José de Anchieta. Ver Moacyr Flores, *Dicionário de História do Brasil*, Porto Alegre, Edipucrs, 1996, p. 238.

perante a Igreja. Para o caso português nos seus domínios da América Austral, os primeiros regulares a atuar foram os franciscanos. Na armada de Pedro Álvares Cabral, dentre outros, estava presente frei Henrique Álvares de Coimbra que celebrou as duas primeiras missas no Brasil. A primeira delas realizou-se no Ilhéu da Coroa Vermelha e a segunda, já em terra firme, diante de uma majestosa cruz feita em madeira extraída da mata nativa, no ponto mais alto da terra recém descoberta<sup>379</sup>.

Os franciscanos, principalmente nos inícios da colonização do Brasil, acabaram por expandir as suas ações missionárias e, por conseguinte, os territórios onde chegavam os evangelhos foram-se dilatando. Com este trabalho de desbravar as terras em busca das almas, muitos destes padres foram martirizados e seu processo evangelizador interrompido, porém, cabe salientar que em nenhum momento deixaram de se fazer presentes. A sua importância foi mais destacada nas zonas mais ao norte em relação à região platina, uma vez que fundaram, em 1584, a Custódia do Brasil em Pernambuco, o que gerou o erguimento de conventos na Bahia, na Paraíba, no Espírito Santo, além de participarem mais ativamente em missões na região amazônica<sup>380</sup>. Não devemos deixar à margem do presente estudo que outras ordens religiosas foram muito atuantes na construção colonial brasileira. São elas, os capuchinhos, os mercedários, os carmelitas descalços, os agostinianos e as freiras clarissas<sup>381</sup>. Entretanto, os regulares da Companhia de Jesus obtiveram maior destaque em seus feitos, sobretudo, na região do Prata e na Amazônia.

A Companhia de Jesus, criada em 1534, por Ignácio de Loyola, foi aprovada e autorizada pela bula Papal *Regimini*

---

<sup>379</sup> Monsenhor Maurilio Cesar de Lima, *Op. cit.*, p. 25.

<sup>380</sup> *Ibidem*, p. 31 e ver José Manuel Azevedo e Silva *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004, p. 106.

<sup>381</sup> Monsenhor Maurilio Cesar de Lima, *Op. cit.*, p. 56.



*Militantis Ecclesiae*, em 27 de setembro de 1540<sup>382</sup>. Este dado é significativo, uma vez que, mesmo antes de ser devidamente regulamentada pelo papa, ela já estava em avançada movimentação para atuar nos domínios portugueses da América. Em 1538, por exemplo, o reitor da Universidade de Paris fez chegar ao monarca de Portugal uma carta de recomendação do Padre Simão Rodrigues para a realização das Missões Portuguesas. Com isto, em 1541, o referido padre, apesar de ter todas as autorizações, não embarcou para o Brasil, pois recebeu a incumbência de D. João III de fundar o Colégio de Coimbra para preparar os futuros missionários a enviar para as missões no Ultramar. Por consequência, após terem sido preparados pela referida escola, no dia 1 de fevereiro de 1549, o padre Manuel de Nóbrega com mais cinco outros padres saíram de Lisboa para as Missões Portuguesas do Ocidente, ou seja, para o Brasil<sup>383</sup>.

Durante os vinte anos em que o padre Manuel da Nóbrega esteve no Brasil, onde veio a falecer, os seus profícuos trabalhos, enquanto Superior, Reitor e Provincial na evangelização, também auxiliaram na exploração e na colonização do interior. Com a criação da sua Província do Brasil, os jesuítas passaram a ter uma vasta extensão territorial de missionação e, assim como o Bispado do Rio de Janeiro, o limite austral da sua jurisdição era o Rio da Prata, não só pela costa, mas também pelo interior, sem excluir o rio Paraguai<sup>384</sup>. Como estamos a perceber, tanto os jesuítas de Portugal, quanto os de Espanha tinham uma linha limítrofe, entre suas jurisdições, muito tênue, o que provocou discussões e disputas que envolveram estes dois reinos.

Nas regiões do interior da América do Sul que estavam sob os domínios ultramarinos espanhóis, os regulares da Ordem de

---

<sup>382</sup> Manuel da Nóbrega com introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite *Cartas do Brasil e outros Escritos*, Coimbra, por ordem da Universidade de Coimbra, 1955, p. 12.

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 21.

São Francisco também iniciaram o processo de evangelização. Quando o rei Filipe II confirmou Don Juan Ortiz de Zárate como governador da Província do Rio da Prata, no ano de 1573, trouxe com ele cerca de vinte padres da referida Ordem, entre eles, os freis Juan de Villalba, Alonso de Buenaventura e Luis de Bolaños. Com isto, deu-se início a um trabalho sistemático junto dos índios das cercanias de Asunción e, por conseguinte, deram origem a povoados, como, por exemplo, Itatí, Yguarón e Itá<sup>385</sup>.

Conforme referido no capítulo quarto do presente estudo, os regulares da Companhia de Jesus estiveram presentes na região platina desde o ano de 1586 e fundaram, em 1603, a Província Jesuítica do Paraguai. Com isto, foram estabelecendo domínio territorial bastante vasto, uma vez que a população europeia ainda era muito escassa. Tendo em vista uma expansão para o interior, tornava-se necessário estabelecer um limite entre as Províncias do Paraguai e do Brasil. Para tanto, o rio Piquiri foi escolhido para cumprir esta função<sup>386</sup>, uma vez que, mesmo os regulares, deviam obedecer às diretrizes do país que estavam a servir. Em princípio, os jesuítas que trabalhavam nas missões sul-americanas compartilhavam suas experiências, além de solicitarem ajuda mútua, afinal eram todos irmãos. Por isto, o trânsito de padres de diferentes nacionalidades nas Reduções era bastante comum<sup>387</sup>, inclusive, ocupando posições de destaque. Porém, com o passar do tempo, isto não se manteve, principalmente nos períodos em que Espanha e Portugal estavam em conflito, fazendo com que somente os súditos de cada Coroa pudessem trabalhar nas missões de suas colónias<sup>388</sup>.

---

<sup>385</sup> Efraim Cardosos, *El Paraguay de la Conquista*, Asunción, El Lector, 1996, p. 122.

<sup>386</sup> Serafín Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo VI, 1945, p. 463.

<sup>387</sup> Maxime Haubert (Tradução Virgínia Motta), *A Vida Quotidiana no Paraguai no Tempo dos Jesuítas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1962, p. 146.

<sup>388</sup> Antônio Ruiz de Montoya (Tradução Arnaldo Bruxel e Arthur Rabuske) *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997, nota explicativa do editor espanhol de 1892, p. 28.

Significa dizer que os jesuítas portugueses exerciam a sua ação nas missões brasileiras e os espanhóis nas missões paraguaias. Os marcos divisórios entre as duas missões eram os rios Piquiri e o Rio da Prata, o que significa que as missões do Brasil tinham como território a faixa litorânea do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, cuja redução mais austral era a denominada de Caibi, nas cercanias da atual cidade de Porto Alegre. As missões paraguaias atuavam na faixa de terra que compreendia o Paraguai, o nordeste argentino e o oeste do Rio Grande do Sul<sup>389</sup>.

Retomando o que se disse no capítulo quatro do presente estudo, as missões jesuíticas foram responsáveis pela criação de espaços ocupados pelas metrópoles ibéricas na América do sul, fazendo com que, em alguns casos, fossem apenas elas que marcavam a posição dos impérios aos quais estavam subordinadas neste cenário. Isto significa dizer que, por ocuparem território, criarem a produção necessária que as mantivessem e trabalhem efetivamente na expansão da fé, fazia com que fossem vistos, por parte das autoridades reais, como um importante aliado na empresa expansionista. Todavia, tal situação foi se modificando com o passar dos tempos até à expulsão da Ordem Inaciana da Península Ibérica: dos domínios do ultramar português, em 1759, e, dos espanhóis, em 1767, até que a Companhia do Jesus acabou por ser extinta, em 1773<sup>390</sup>. Como se vê, o poder religioso tem as suas divisões e as suas limitações e, por vezes, não foi de convivência harmônica, bem pelo contrário, aconteceram inúmeros conflitos, nomeadamente na região platina, devido ao processo mal orquestrado do exercício do poder.

---

<sup>389</sup> Serafím Leite, *Op. cit.*, p. 530.

<sup>390</sup> Moacyr Flores, *Dicionário de História do Brasil*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996, pp. 145 e 146.

#### 4. A divisão da Província do Rio da Prata

O poder que estava sendo construído na bacia do Rio da Prata algumas vezes fragmentava-se e, noutras, acabava por unir-se, causando, com isto, interseções e uniões de mando sobre uma determinada área ou grupo de pessoas. Conforme referenciado anteriormente, a organização dos domínios passou por fragmentações para melhor exercer os mandos sobre a terra e a gentes. Por isto, no ano de 1617, como já foi dito noutra ocasião, houve a divisão da Província do Rio da Prata em duas partes. Uma delas permaneceu com o mesmo nome e a sede estabelecida na cidade de Buenos Aires, enquanto a outra teve a sua capital em Asunción. As primeiras tentativas de dividir a Província Gigante datam de 1579, quando foi sugerida a divisão em três partes. Contudo, em 1607<sup>391</sup>, devido às entradas paulistas, o governador D. Hernando Arias de Saavedra preferiu que fosse repartida em duas, com bispado e sede de governo nas regiões do Guairá, Vila Rica, Ciudad Real e Santiago de Xerez. O marquês de Montes Claros, vice-rei do Peru na época, acrescentou que a cidade de Asunción devia fazer parte do Guairá.

Entre os anos de 1611 e 1613, houve uma intensa discussão sobre a questão, uma vez que estava sendo estudada a partilha em duas ou três províncias. Por fim, no dia 16 de novembro de 1617, a provisão real determinou que a Província do Rio da Prata, cuja sede era Buenos Aires, englobasse as regiões de Trinidad, Santa Fé, Corrientes, Concepción. A outra província, encabeçada por Asunción, passou a ter por jurisdição os territórios do Guairá, Vila Rica, Santiago de Xerez. Repare-se que o nome Paraguai estava fora desta governação, uma vez que, então, chamava-se Guairá<sup>392</sup>, contudo, mesmo com a determinação real, a designação toponímica de Guairá não se impôs, pois, mesmo em documentos oficiais, o nome Paraguai foi mantido e usado em paralelo.

---

<sup>391</sup> Antonio de Alcedo, *Op. cit.*, p. 117.

<sup>392</sup> Efrain Cardozo, *Op. cit.*, pp. 191 e 192.

Esta divisão ocorrida na região platina gerou um desconforto bem patente naqueles que viviam no Paraguai. Esta nova província localizava-se no coração da América do Sul e, como consequência, sem acesso direto ao Atlântico. O primeiro governador nomeado pela Coroa foi D. Manuel de Frias que era procurador geral da Província do Rio da Prata em Portugal. Antes de se tornar governador, solicitou ao monarca, em 6 de novembro de 1618, que os navios saídos de Buenos Aires fossem isentos de pagar tributos, caso a necessidade obrigasse a eles atracarem no Brasil<sup>393</sup>. Contudo, ao se tornar o principal governante e tomar posse no ano de 1620, foi muito mal visto pelos mercadores paraguaios, uma vez que, sem saída para o mar, as exportações tornavam-se muito onerosas. Outra facção da sociedade que não via Frias com bons olhos era a dos membros da Igreja, tanto que, por diversos motivos, entre eles o de não mandar trazer a sua esposa que vivia em Buenos Aires para Asunción, acabou por ser excomungado<sup>394</sup>. Com isto, uma nova organização político-administrativa começou a ser implantada, inclusivamente, com o fortalecimento do Bispado de Asunción e os domínios que estavam a ser geridos pelos regulares da Companhia de Jesus.

## **5. A sobreposição e disputa do poder**

Durante todo o presente estudo foi referido que as Coroas Ibéricas, após se aperceberem da importância da região platina, iniciaram uma verdadeira guerra diplomática nas diversas tentativas da posse do território. Cabe trazer à tona novamente que a indefinição de um marco preciso para a delimitação do Tratado de Tordesilhas na área austral do continente americano foi o principal fator gerador de discórdia entre os monarcas. Por isto, tanto de um lado, quanto do outro, era utilizada a cartografia no sentido de

---

<sup>393</sup> AHU\_ACL\_CU\_071, Cx. 1, D. 1, do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa.

<sup>394</sup> Efrain Cardozo, *Op. cit.*, p. 197.

favorecer os interesses políticos de cada Coroa, conforme já demonstrado no segundo capítulo desta tese. Vejamos a seguinte representação gráfica das principais instâncias do poder exercido sobre a região, no início do processo:

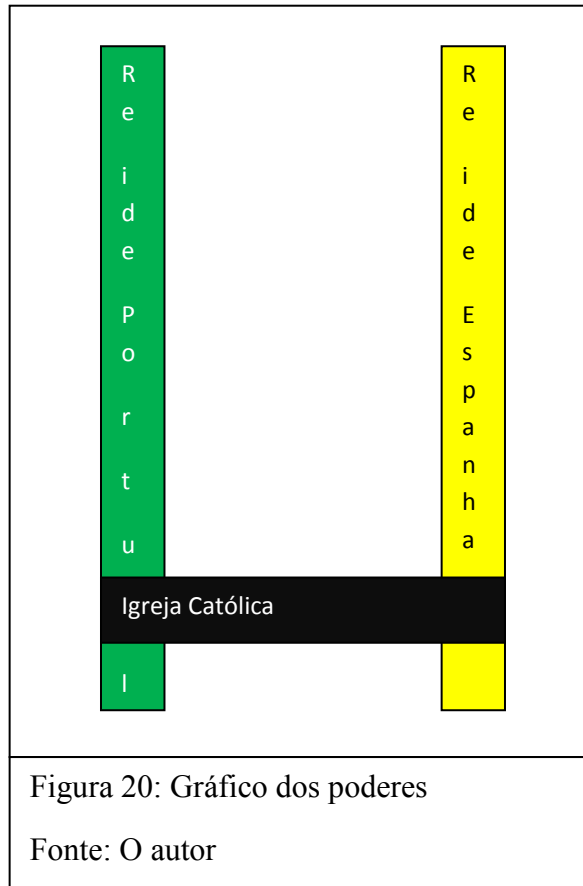


Figura 20: Gráfico dos poderes

Fonte: O autor

Isto significa dizer que as disputas idealizadas nas cabeças reinantes visavam, em princípio, a busca de riquezas para os seus respectivos impérios. A Igreja, por sua vez, reparou na excelente oportunidade de colocar em prática a experiência de cuidar das almas dos gentios, mas não estava desvinculada das metrópoles ibéricas. Além disto, tal disputa era tão acirrada que, por vezes, ultrapassava as esferas mais altas do poder.

Um trecho duma carta dirigida ao rei Carlos V, cujo autor é desconhecido, proveniente do Rio da Prata, diz que: *“Desto asu magestad por q pueden denlos portugesis ser toda la costa suya la boca del rrio dela plata y diesto seaze sera grand perdesa desu*

*magestad por q en la costa ay muchos puertos y muy buenos q callado y para el trato del rrio dela plata asy muy breve camiño y muy buenas naos especial para el pueblo que agora pueblan que estando poblado la costa es crusier sean se yer al rrio conlas naos por caso de ser. El rrio fortunoso su magestad debe con toda brevedad poner rremedio enesto por que los portugueses no tomen la tierra quees muy buena y de minas muy rica [roto] desto nose ponga que [ilegível] mis ojos vistos como digo los portugueses hazer muy ricas fundaciones y demas desto hazem muchas [roto] de azucar”<sup>395</sup>. Com isto, fica claro que as estratégias estavam sendo realizadas com ideais bem definidos para chegar aos objetivos propostos e, por conseguinte, os setores da sociedade que não ocupavam lugar de destaque também estavam revestidos de toda esta ideologia.*

Os portugueses, ao empreenderem a colonização de sua faixa de terra na América do Sul, colocaram como marco divisório do Tratado de Tordesilhas a embocadura do rio Amazonas ao norte e, ao sul, o Rio da Prata, como vemos na figura 21, que é o mapa das Capitânicas Hereditárias. Os espanhóis, por sua vez, ao delimitarem os seus domínios, colocaram cartograficamente toda a bacia platina sob seu poder, como podemos observar no mapa da figura 22.

O Bispado do Rio de Janeiro tinha por jurisdição toda a costa atlântica, desde aquela cidade até ao Rio da Prata, por conseguinte, a Província Jesuítica do Brasil atuava na mesma faixa de terra. A Província Jesuítica do Paraguai também tinha por jurisdição boa parte da imensa província destacada na figura 3, mais precisamente, localizava-se entre os rios Paraná e Uruguai, enquanto a Província Jesuítica do Guairá jurisdicionava as regiões dos rios Paraná e Iguacu. Por fim, em 1680, os portugueses fundaram a sua colônia mais austral. No dizer de Serafim Leite, “*a fundação da Colônia do Sacramento no Rio da Prata obedece ao mesmo pensamento com que Portugal mandou fortificar a margem esquerda*

---

<sup>395</sup> Arquivo de Índias em Sevilha (A.H.I.), *Patronato Real*, 28, R45.

*do Amazonas e promover a Missão do Cabo do Norte para assegurar as fronteiras do Brasil nos dois grandes Rios Amazonas e da Prata*”<sup>396</sup>.

---

<sup>396</sup> Serafim Leite, *Op. cit.*, p. 533.





Figura 21: Mapa das Capitãncias Hereditãrias de Luis Teixeira de 1574

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Abril Cultural, São Paulo, 1973, p. 23



Figura 22: America Meridionale de Guglielmo Sansone, de 1677.

Fonte: *Mapas Históricos Brasileiros*, Abril Cultural, São Paulo, 1973, p. 54

Estas reflexões sobre o assunto fazem saltar aos olhos que existia uma sobreposição de poderes na região, fossem eles laicos ou religiosos. Em seguida, apercebemo-nos que, além desta sobreposição, existiam outras, pois as pessoas que estavam naquela região também disputavam o seu lugar na teia do poder, sobretudo, no que diz respeito ao nativo. Convém sublinhar que o poder de que temos vindo a falar está diretamente relacionado com o domínio do espaço e das gentes. Por isto é que reforçamos a ideia da sobreposição e, como foi referido anteriormente, ocorreram, também, interseções, pois a Igreja Regular, juntamente com as determinações laicas, acabaram por ter verdadeiras possessões nos

territórios platinos. E, como é sabido, os colonos que vizinhavam com estes espaços buscavam tirar o seu proveito, não em nome da Coroa, muito menos, em nome da Igreja, mas sim, pela sua sobrevivência e, por isto, uniam-se para alcançar este objetivo, seja para pelo seu domínio através da força, seja pelas vias diplomáticas.

## **Capítulo VII**

### **A SOCIEDADE**

A confluência de vários aspectos de três continentes em um único espaço é uma característica de todo o processo colonial existente no continente americano. Por isto, a região foco deste estudo não foge a esta regra. Os interesses daqueles que cruzaram o mar para alcançarem a região do Rio da Prata eram, com toda a certeza, diferentes dos que já lá estavam. Os monarcas da Península Ibérica buscaram, de uma forma persistente, riquezas para seus cofres, enquanto os nativos do Prata tinham a sua maneira de vida, baseada na horticultura simples, pesca, caça e coleta, o que os especialistas classificam de homens do Neolítico (sobretudo para os indígenas platinos horticultores). Por isto, homens que viviam a Modernidade passaram a conviver com os do Neolítico, o que, à primeira vista, parece impossível, se levarmos em consideração a ideia de que a História se desenvolve de uma forma diacrônica.

Além disto, outros homens foram inseridos neste contexto, os africanos, os quais não tiveram escolha, pois foram levados para a região do Prata na condição de escravos, conforme já referido anteriormente no presente estudo. Os africanos também tinham a sua forma de vida bastante distinta. Enquanto alguns grupos viviam na condição tribal, outros tinham reinos devidamente

constituídos. Como se vê, a heterogeneidade de grupos humanos no Prata foi uma constante, a começar pelos exemplos de europeus de outros países ao serviço dos monarcas ibéricos.

## **1. A confluência de povos de três continentes**

### **1.1. Os europeus, incluindo estrangeiros recrutados pelos reinos ibéricos**

A presença ibérica não foi exclusividade no trabalho da conquista e colonização platina, uma vez que gentes de outros pontos do Velho Mundo também estiveram presentes. Um exemplo disso é a conhecida personagem da conquista platina, Ulrich Schmidell. Este nórdico, natural da cidade de Straubing, participou ativamente na expedição de D. Pedro de Mendoza. O armamento da época estava em constante evolução. O arcabuz, por exemplo, veio a fazer muita diferença nos combates por se tratar de uma arma longa, com poder de fogo superior e com precisão de tiro. Entretanto, os espanhóis tinham poucos *experts*, tendo, então, de atrair às suas colônias americanas os conhecedores deste tipo de arma. Os países do norte da Europa, principalmente a atual Alemanha, tinha técnicos experimentados<sup>397</sup>, por isto, a missão de Schmidell, na expedição referida, era bem clara, técnico arcabuzeiro. Os seus serviços prestados, em nome de Carlos V, acabaram por fazer com que sua fama se espalhasse por todos os conquistadores das áreas do Rio da Prata. Isto, por consequência, gerou preocupações entre os espanhóis, pois um estrangeiro também começou a ter as mesmas regalias da conquista que eles. Fernandez Navarrete, no ano de 1534, pediu na corte espanhola que nenhum estrangeiro pudesse ter negócios, nem capitulações, tão pouco ocupar fortalezas e igrejas,

---

<sup>397</sup> Germán Arcineigas, *Los Alemanes en la Conquista de América*, Buenos Aires, Editorial Losada S. A., 1941, pp. 87 e 88.

uma vez que podiam ser espiões. Ora, no reinado de Dona Izabel, isto podia fazer sentido, porém, com o imperador Carlos V, deixou de fazer, pois basta termos em conta as origens deste monarca e, sobretudo, os títulos de nobreza de que era detentor<sup>398</sup>.

Durante o reinado de Carlos V, não apenas soldados estrangeiros participaram das navegações de exploração e de conquista. Outra facção da sociedade foi bastante importante para as realizações de além-mar. Trata-se de banqueiros, ou homens de negócios, que acabavam por financiar os empreendimentos na América. Como exemplo, podemos citar os nomes dos Fugger e dos Welser. Ambos os banqueiros participaram de forma intensa em investimentos no Novo Mundo, sobretudo, no tempo do monarca supracitado. Welser, sobretudo, está diretamente relacionado com a conquista e colonização platina, pois, graças ao seu apoio financeiro na construção de navios é que foi possível realizar a expedição de Dom Pedro de Mendoza. O que fica evidente é que o interesse apresentado por Welser na região do Prata é a notícia da existência do lendário Rei Branco, cuja riqueza superava a dos reis europeus<sup>399</sup>. Evidentemente que Welser, em nenhum momento embarcou num navio por ele financiado e atravessou o Atlântico em direção ao Novo Mundo. Por isto, a sua participação na construção de uma sociedade no Sul da América não se deu de forma direta. Mas, não devemos pôr de lado o fato de que, mesmo não estando presente, a sua influência acabou por lá chegar, pois a busca pela prata refletia os interesses europeus numa nova sociedade que estava em formação.

O reino português também se utilizou de mão-de-obra estrangeira na sua empresa de expansão pelo mundo. A diferença em relação aos espanhóis é apenas serem mais raros os casos em que isto aconteceu. O mais comum de acontecer era homens experimentados nos trabalhos náuticos prestarem serviços a outros

---

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>399</sup> *Ibidem*, pp. 159 e 160.

países, sobretudo a Espanha. Todavia, Portugal levava em seus navios, em direção ao Novo Mundo, mercadores ou outros profissionais que aí viam uma boa oportunidade de negócio. Um exemplo disto é o caso de Américo Vespúcio que apenas acompanhou a viagem portuguesa de 1501 ao continente americano, sob a responsabilidade de Gonçalo Coelho. Vespúcio, porém, ficou com toda a glória, pois, ao fazer o relato, omitiu detalhes da expedição, sobretudo, quem a chefiava e principalmente sobre qual a Coroa a que estava subordinada<sup>400</sup>. Com isto, fica evidente que a presença dos europeus seguia uma ordem, ou seja, podiam ser oriundos de diversos países, porém, estavam trabalhando em nome de um rei, seja ele de Espanha, seja de Portugal.

## 1.2. Os africanos

O continente africano, por sua vez, também participou no povoamento da região. Tomando o pensamento de Sánchez-Albornoz, “*deve-se ter em mente que, em relação à migração de espanhóis para a América, o total é bruto, enquanto que, no caso dos africanos, é líquido: os escravos vieram para ficar*”<sup>401</sup>. A forma como eles chegaram ao Prata já foi explicada anteriormente, por isto, cabe aqui apenas ressaltar que as licenças para o tráfico de escravos eram dadas pelo rei. No decorrer do século XVI, houve um aumento no preço destas licenças, ocasionando, com isto, que apenas algumas grandes empresas puderam sustentar este comércio. Estas empresas estavam nas mãos de comerciantes estrangeiros, sobretudo franceses,

---

<sup>400</sup> Carlos Malheiro Dias, “A Expedição de 1501”, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, vol. II, 1923, p. 215. Ver também Roberto Levillier, *Américo Vespúcio*, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1966.

<sup>401</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, “A População da América Espanhola Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 40.



alemães e genoveses, além dos portugueses que tomavam a dianteira nesta corrida comercial<sup>402</sup>.

As informações reunidas sobre o tráfico negreiro para o Prata nos conduzem ao grande contrabando que existia, uma vez que a proximidade com a América Portuguesa concorria para que tal acontecesse. Devido a isto, o país africano que mais forneceu esta mão-de-obra foi Angola, principalmente no decorrer do século XVII<sup>403</sup>. Como decorrência disto, a população escrava começou a aumentar, tanto que, no século XVI, por exemplo, há registro de que um total de 75.000 escravos tinha chegado à América do Sul. No entanto, no século seguinte, principalmente entre 1600 e 1650, o número passou para 125.000 indivíduos, ou seja, num período de quase um século e meio havia em todo o continente sul-americano 200.000 escravos provindos de África<sup>404</sup>. Apesar deste crescimento da população africana, os índices de reprodução eram bastante baixos. Como estavam na condição de cativos, as uniões entre eles eram dificultadas por várias ordens de razões. Mesmo havendo determinação real no sentido de que os navios negreiros deviam transportar, ao menos, um terço de mulheres, tal não se verificava na prática.

Apesar do baixo contingente feminino, a mestiçagem foi incontornável. As escravas, por via de regra, trabalhavam mais próximas das famílias brancas do que os escravos, por isto, muitos bastardos acabavam por nascer. Evidentemente que as senhoras da elite não estavam totalmente livres da sedução do africano, porém, para a sociedade da época, era muito mais vergonhoso e devia ser mantido em sigilo. Seja qual for o caso, desta miscigenação temos como resultado o surgimento de uma figura impar na sociedade que é o mulato. Por isto, assim como outras facções desta sociedade

---

<sup>402</sup> Enriqueta Vila Vilar, *Aspectos Sociales en América Colonial: de Extranjeros, Contrabando y Esclavos*, Bogotá, Imprenta Patriótica del Instituto Caro y Cuervo, 2001, p. 105.

<sup>403</sup> Nicolás Sánchez-Albornoz, *Op. cit.*, p. 40.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 41.



colonial austral americana, estes indivíduos formaram um grupo distinto que analisaremos mais adiante.

### 1.3. Os indígenas

Na região platina, existiam nativos que eram horticultores e viviam de forma mais sedentária, entretanto, outros totalmente nômadas com muito pouca domesticação de plantas viviam da caça, da coleta e da pesca. Dentre estas diferentes etnias indígenas, a que mais se fez presente no contato com os europeus foi a dos Guarani. Apesar de haver leis provindas de Espanha, apoiada pela Igreja, no sentido de que os índios e os brancos deviam residir em locais distintos, as mesmas leis admitiam exceções para aqueles que trabalhavam nos centros urbanos<sup>405</sup>. Os indígenas da região de Buenos Aires, Tucumán e Asunción podiam ser alugados para prestar serviços por dias ou até por anos<sup>406</sup>. Este era um subterfúgio existente no qual era permitida a junção dos diferentes grupos (brancos e índios). Como vimos, mesmo com a existência das leis, estas acabaram por ser inúteis, caso o objetivo final fosse evitar a miscigenação, pois o caboclo, o mameluco ou curiboca que era a mistura entre brancos e indígenas surgiu, sobretudo, na região que outrora era dominada pelos Guarani.

A etnia supramencionada tinha, em sua organização social, uma política de casamentos que fazia da figura do cunhado um ente bastante importante. O pai de uma família Guarani, ao casar a sua filha com um homem branco, obtinha muitas vantagens, uma vez que o irmão da esposa tinha o mesmo estatuto social que o seu cunhado, principalmente no que diz respeito a alianças, sobretudo

---

<sup>405</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>406</sup> *Leyes de Índias – Peru*, Libro 6, Título 17, Ley II, edição digital retirado do sítio oficial do Congresso da República do Perú, [www.congreso.gob.pe](http://www.congreso.gob.pe) pesquisado em 12 de junho de 2008.

em caso de guerra<sup>407</sup>. Evidentemente que os filhos do casal também estavam na mesma relação de prestígio que o pai, o que acabava por se refletir em toda a extensão da família. Durante o início da colonização portuguesa do Brasil era muito comum incentivar a união de portugueses com as filhas dos chefes indígenas. Na Capitania de São Vicente, cujo limite sul era o Rio da Prata, isto foi uma constante, conforme mostram pesquisas realizadas desde o século XIX<sup>408</sup>.

Outros grupos indígenas, no entanto, não tinham esta forma de agir. De uma forma geral, os povos nômadas eram atraídos muito mais pelos recursos vindos da Europa do que pelos próprios europeus. Como consequência, a guerra era a maneira de alcançar tais utensílios, muitos das quais úteis na defesa do seu território. Evidentemente, quando o uso excessivo da força era empregado, a perda de vidas das populações nativas era muito grande, fazendo com que, em certos casos, chegassem ao extermínio.

## **2. A emergência de uma sociedade nova pela miscigenação**

Ao iniciarmos este ponto, não devemos esquecer o seguinte aspeto: a aculturação e a sua consequência direta, a resistência. Nesse sentido, Guillaume Boccara assim nos explica: *“El proceso de aculturación se habría dado en espacios conquistados a través de la evangelización, de la normalización jurídico-política y de la exploración económica. En cuanto a la resistencia, la encontraríamos en las zonas fronterizas, fundamentalmente bajo la forma de una confrontación bélica con los*

---

<sup>407</sup> André Luis Ramos Soares, *Guarani: Organização Social e Arqueologia*, Porto Alegre, Edipucrs, 1997, p. 102.

<sup>408</sup> Alida C. Metcalf, “A Busca pelo Intermediário Feminino no Século 16 no Brasil”, in Stuart Schwartz e Erk Lars Myrup (Org) *“O Brasil no Império Marítimo Português”* Bauru, Edusc, 2009, p. 329.

*invasores*”<sup>409</sup>. Uma das ferramentas utilizadas para alcançar este objetivo era a educação dos jovens nativos, pois, assim, ao serem educados nos moldes europeus, iam facilmente deixar de lado o modo de vida indígena.

Como bem argumentou o autor atrás referido, a evangelização foi uma poderosa arma neste processo e os jesuítas, por sua vez, eram os principais difusores desta educação, sobretudo na região do Prata. No ano de 1776, havia a “Cartilha Real para os Jovens da Província do Paraguai” que, muito provavelmente, em anos anteriores, deve ter sido aplicada como método educativo. Trata-se de um texto com perguntas e respostas, onde são colocadas as seguintes ideias na aprendizagem dos jovens indígenas: “*P. Quem sois vós? R. Sou um fiel Vassalo do Rei da Espanha. P. Quem é o Rei da Espanha? R. É um Senhor tão absoluto que não existe outro que lhe seja superior na Terra. P. Como se chama? R. O Senhor Dom Carlos IV. P. De onde vem seu Poder Real? R. Do próprio Deus. P. Sua pessoa é sagrada? R. Sim, Padre. P. Por que é sagrada? R. Por causa do seu cargo. P. Por que o Rei representa Deus? R. Porque é escolhido por sua Providência para a execução de seus planos. P. Quais são as características da autoridade Real? R. Primeira: ser sagrada, segunda: ser Paternal, terceira: ser Absoluta, quarta: ser Racional. P. O Rei trabalha como Ministro de Deus e seu Representante? R. Sim, porque por meio Dele governa seu Império. P. Que pecado se comete atacando a pessoa do Rei? R. Sacrilégio. P. Por que é Sacrilégio? R. Porque os Reis são ungidos com o óleo sagrado e porque recebem seu Poder Soberano do mesmo Deus. P. É conveniente respeitar o Rei? R. Sim, como coisa sagrada. P. O que merece que não age assim? R. É digno de morte. P. Quais são os outros a quem estamos subordinados? R. A todos*

---

<sup>409</sup> Guillaume Boccara, “Colonización, Resistencia y Etnogénesis en las Fronteras Americanas”, in Guillaume Boccara (coord.), **Colonización, Resistencia y Mestizaje en la America (siglos XVI-XX)**, Quito, Ediciones Abya-Yala, 2002, p. 49.

*aqueles quem Ele delega sua autoridade, como os seus enviados para a aprovação das boas ações e castigos das más. P. Quando os funcionários não cumprem suas obrigações é preciso respeitá-los? R. Sim, Padre: devemos respeitar não só aos bons moderados, mas também aos incômodos, preguiçosos e injustos. P. Qual é a primeira obrigação de um cristão? R. Depois de amar, temer e servir a Deus e obedecer suas Santas Leis, ter respeito, amor, fidelidade e obediência [ao Rei]. Porque isto é um preceito de Deus e ordem que Ele estabeleceu para o governo do mundo, e quem assim não age, desobedece o próprio Deus, como ensina o apóstolo São Paulo”<sup>410</sup>.*

Contudo, o que temos de levar sempre em consideração é que, ao nos referirmos à construção colonial do Prata e ao defini-la apenas como processo de aculturação e resistência é deixar de lado toda a complexidade das relações, pois, como vimos, não havia apenas dois grandes conjuntos, ou seja, europeus e indígenas. Dentro deles, existia uma infinidade de particularidades e de outros tantos sub-conjuntos que tornava muito dinâmica esta nova sociedade em ebulição. As relações entre os brancos e os índios no Prata nem sempre foram apenas de domínio de uns e de subjugação de outros. A ampliação das comunicações, além das alianças existentes entre eles, leva-nos à ideia do surgimento de uma sociedade com elementos provenientes destes dois grandes conjuntos e tudo que isto viesse a acarretar<sup>411</sup>.

A construção da sociedade colonial se deu, sobretudo, através da miscigenação entre os brancos e os índios e, posteriormente, com os negros. Entretanto, em conformidade com o autor Arno Alvarez Kern, “*não nos basta afirmar simplesmente que*

---

<sup>410</sup> Dom Lázaro de Ribera, Asunción del Paraguay, 17 de maio de 1776. Archivo General de la Nación, nº 286/4285. *Anuário del Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas*, Assunção, 1961-1962, nº 6-7, pp. 56-59. In Pinho, Benedicta Marques e outras, *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º grau-1ª série*, São Paulo, CENP, 1981, pp. 59-60. *Apud* Jaime Pinsky (et. ali) *História da América Através de Textos*, São Paulo, Contexto, 2007, pp. 53 e 54.

<sup>411</sup> Guillaume Boccara, *Op.cit.*, p. 52.

*houve miscigenação, quando as duas sociedades entraram em contato. Esta nova sociedade apresenta uma série de elementos sócio-culturais específicos*<sup>412</sup>. O mesmo se verifica nas províncias platinas, uma vez que o modelo de colonização era o mesmo para todo o continente.

Evidentemente que foram feitas adequações no decorrer do processo. Ao analisarmos os nascimentos ocorridos na região, vemos que, na maioria das vezes, foram as mulheres índias ou negras que deram à luz filhos de homens brancos. Na organização social do grupo Guarani, sobretudo, foi a mulher quem passou, tanto para as meninas, quanto para os meninos, as principais matrizes culturais do seu grupo. Apenas mais tarde os rapazes ficavam aos cuidados do pai, uma vez que a divisão sexual do trabalho era uma marca muito determinante destes índios, conforme já explicado no capítulo primeiro do presente estudo. Com isto, mesmo os filhos fruto da união entre os brancos com as índias, já recebiam influências significativas de uma cultura nativa e, ao mesmo tempo, da europeia, surgindo, então, uma fusão destas culturas, o que fazia com que a mestiçagem ultrapassasse o campo biológico e alcançasse o aspeto sócio-cultural. O agente da miscigenação, como podemos observar, acabou por ser a mulher não branca, uma vez que *“as mulheres indígenas iam se tornando parceiras sexuais, concunbinas e esposas dos homens europeus, sua influência física e biológica se tornava uma força cada vez mais importante na colônia*<sup>413</sup>.

Com isto, do contato entre brancos, índios e negros houve aculturação e resistência, miscigenação e manutenção de etnias quase intactas. Para exemplificar, observamos o seguinte: um dos elementos culturais mais marcantes de qualquer grupo é a língua; os colonizadores europeus impuseram os seus idiomas

---

<sup>412</sup> Arno Alvarez Kern, “Descoberta e Colonização da América: Impactos e Contatos entre as Sociedades Indígenas e Europeias”, in *Anais do I Encontro Internacional de Cultura Ameríndia*, Santo Ângelo, Universidade Regional Integrada Campus de Santo Ângelo, Comissão 500 Anos da Descoberta da América, 1992, p. 10.

<sup>413</sup> Alida C. Metcalf, *Op. cit.*, p. 328.

pátrios a todos que estavam sob seu domínio, caracterizando a aculturação, pois muitos grupos indígenas acabaram por abandonar a sua língua nativa. Em contrapartida, outras tantas comunidades nativas preservaram o seu idioma. Evidentemente que estes grupos foram em menor número e, também por isto, é possível caracterizar a resistência. Se prestarmos atenção ao Paraguai atual, observamos que se trata de um país oficialmente bilingue, falam o Espanhol e o Guaraní. Ainda utilizando o mesmo elemento cultural, encontramos a miscigenação de forma bem marcada. Na sociedade colonial platina, seja ela falante da língua portuguesa ou castelhana, a mistura de elementos das línguas indígenas e africanas continuou muito presente, fazendo, com isto, surgir idiomas característicos dos locais onde eram e são falados. Por fim, há etnias sobreviventes deste processo que procuraram se isolar, deixando, muitas vezes, a sociedade (atual) na ignorância de sua existência. Este complexo movimento de situações é o que melhor caracteriza a colonização do Prata e fez surgir uma figura típica, fruto da ação de brancos, índios e negros, marginalizado pela sociedade, o qual foi denominado historicamente de *gaúcho*.

### **3. A estratificação social**

Os estratos da sociedade colonial platina está diretamente ligada com a cor da pele dos indivíduos que a formaram. Mesmo com a miscigenação bastante acentuada, isto era uma realidade que, somente com o passar do tempo, foi se modificando.

#### **3.1. Os nativos**

Os índios platinos, de acordo com o que era vigente na legislação de Espanha e demonstrado na “Cartilha Real para os Jovens da Província do Paraguai”, eram súditos/vassalos deste monarca. Entretanto, não gozavam dos mesmos direitos que os

espanhóis, pois havia restrições ao índio sobre determinadas profissões que estes podiam exercer. Dentre estes impedimentos, podemos destacar que os fabricantes de armas não podiam empregar mão-de-obra indígena em suas oficinas, nem tão-pouco, passar a eles o conhecimento fabril de sua arte. As mulheres indígenas não podiam sentar no mesmo banco da igreja que as distintas senhoras brancas, sobretudo se elas fossem as esposas de elementos ligados ao poder público, pois isto era considerado um desrespeito<sup>414</sup>. Evidentemente que os nativos platinos também estavam sujeitos aos mesmos sistemas de trabalho conhecidos em todos os domínios espanhóis no Novo Continente que era a *Mita*, a *Encomienda* e o *Repartimiento*. Neste complexo contexto de colonização, onde se registaram avanços e recuos nos direitos individuais, podemos destacar que: a) O índio podia ter um defensor público para garantir os seus direitos perante o rei, porém este devia ser espanhol, automaticamente era rechaçada a ideia de que um mestiço, um negro, ou ainda um índio pudesse exercer tal função<sup>415</sup>. Como agravante a isto, em Cédula Real de 2 de novembro de 1661<sup>416</sup> proíbia a presença de índios nas Audiências, ou seja, somente o seu defensor tinha acesso as leis. b) A Cédula Real de 12 de março de 1697 concedeu aos Caciques, assim como aos seus familiares, o título de fidalgo, podendo, então, serem chamados de Dom<sup>417</sup>. Observamos, com isto, quão paradoxal era a situação do indígena perante o Império de Espanha, pois mesmo sendo ele um Dom, os seus direitos deviam ser garantidos por um espanhol, deixando-nos, com isto, uma reflexão bastante complexa digna de discussão posterior.

Para aqueles que estavam reduzidos nas missões, como é sabido, não podiam ser inseridos nos trabalhos supracitados, nem

---

<sup>414</sup> Claudio Lomnitz, “O Nacionalismo como um Sistema Prático: A teoria de Benedict Anderson da Perspectiva da América Hispânica”, in *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, nº 59, março de 2001, p. 50.

<sup>415</sup> Idem.

<sup>416</sup> Archivo General de la Nación, Buenos Aires, cota 14-8-1.

<sup>417</sup> Guillermo Furlong, *Historia Social y Cultural del Río de la Plata 1536-1810*, Buenos Aires, Tipografía Editora Argentina, 1969, p. 43.

tão-pouco, escravizados. Todavia, a sua mão-de-obra foi muito utilizada pelos inacianos que, com o passar do tempo, os alugavam para prestar serviços nas localidades vizinhas. Aos chefes indígenas das reduções foram dadas funções importantes no Cabildo, pois assim permaneciam com o domínio sobre os seus subordinados, mesmo com a presença do europeu. Em contrapartida, um distinto membro das comunidades indígenas que foi expurgado na ação missionária foi o Pajé. Por se tratar de um líder religioso, foi, evidentemente, substituído pelo padre, pois a redução funcionava conforme os desígnios da Igreja.

Os espanhóis declararam, no ano de 1542, a liberdade incondicional dos ameríndios. Em Portugal, por sua vez, liberdade idêntica foi promulgada por D. Sebastião, pela carta régia de 20 de março de 1570<sup>418</sup>, embora Mercio Pereira Gomes diga que tal lei só foi emitida em 1609, o que virá a dar origem a uma histórica política indigenista<sup>419</sup>. Contudo, para os lusos, conforme explicado anteriormente neste estudo, os índios eram considerados naturalmente livres, excetuando quatro situações em que podiam ser escravizados: os que fossem tomados em guerra justa; os que impedissem a pregação evangélica; os que estivessem prestes a serem canibalmente comidos; os que já eram escravos de outros índios<sup>420</sup>. Só em 1755, com o Diretório de Pombal, o ameríndio foi declarado totalmente livre, sendo proibida toda e qualquer forma da sua escravização<sup>421</sup>.

Até ao século XVIII, o ameríndio que esteve sob o domínio português só obteve ascensão social pela miscigenação,

---

<sup>418</sup> José Manuel Azevedo e Silva, *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2004, p. 66.

<sup>419</sup> Mercio Pereira Gomes, *Os Índios e o Brasil: Ensaio sobre um Holocausto e sobre uma nova Possibilidade de Convivência*, Petrópolis, Vozes, 1991, pp. 67 e 68.

<sup>420</sup> José Manuel Azevedo e Silva, “O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 3, Coimbra, Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2003, p. 161.

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 163.



sobretudo, no Prata, onde o gaúcho teve e continua a ter por hábito chamar a sua mulher de “chinoca”, podendo ser uma herança indígena feminina, uma vez que, assim como os chineses, a população autótone também tem os olhos repuxados. Os casamentos, ou apenas uniões sexuais entre índios e mulheres brancas eram muito raros. O mais comum de ocorrer era homens portugueses casarem com mulheres portuguesas, ou ainda, os lusos casarem-se com nativas ou mamelucas. Assim, elas obtinham a ascensão social, diferentemente do que acontecia com o índio ou mameluco, pois era um marginalizado e, se uma mulher branca a ele se unisse, ficava na mesma condição<sup>422</sup>.

### 3.2. Os negros

Estes chegaram a todo o continente americano na condição de cativos e assim permaneceram no período em que este estudo está delimitado. Entretanto, diferentemente do Brasil, em que esta população teve um aumento bastante significativo no período colonial, na região platina isto não se verificou. Na Argentina especula-se que os negros foram extintos em quase toda a sua totalidade. Alfredo Boccia Romañach explica este fenômeno em 5 itens enumerados da seguinte forma: “1. *El bajo índice de natalidad entre las parejas afro, por la escasez de mujeres en los primeros años de la Trata. La mayor parte de los esclavos introducidos al Río de la Plata eran varones, piezas más aptas para el trabajo pesado, y consecuentemente la unión de los mismos con mujeres indígenas se hizo inevitable.* 2. *La alta tasa de mortalidad infantil y materna a las que habría que adicionar los abortos provocados o causados por el trabajo extenuante de la mujer encinta.* 3. *El suicidio de los negros, frecuentemente atacados por crisis de melancolía o depresión.* 4. *Las muertes de los hombres negros por inanición y falta de cuidados*

---

<sup>422</sup> Alida C. Metcalf, *Op. cit.*, p. 333.

*médicos. 5. Las fugas, las rebeliones, las epidemias, las guerras*”<sup>423</sup>. Contudo, cabe a ressalva que, mesmo com estes empecilhos para a manutenção e conseqüente crescimento dos negros no Prata, eles foram os responsáveis, por motivos evidentes, pelo aumento dos mulatos. Outro aspecto que não deve ser ignorado é que influências culturais africanas ficaram evidentes na sociedade platina, uma vez que os que conseguiam fugir e se abrigavam tinham condições de resgatar suas raízes culturais e, mesmo na marginalidade, tinham acesso à sociedade colonial.

Como estavam atrelados aos colonos, a aculturação dos escravos foi praticamente inevitável. Uma das instituições que tinha em seu poder uma quantidade significativa de escravos era a Igreja. Os regulares dominicanos, mercedários, franciscanos e jesuítas eram possuidores da maior parte de escravos introduzidos nas províncias platinas. Os escravos, mesmo tendo por senhor os religiosos, dificilmente tinham hipótese de mudar de condição, pois as missas e rezas que eram feitas em relação aos cativos eram-no em busca do perdão do seu antigo amo por colocá-lo como cativo. Diferentemente daqueles que trabalhavam na produção agrícola, os escravos das igrejas possuíam boas condições de vida, uma vez que os trabalhos por eles realizados eram, sobretudo, na manutenção dos templos, ou ainda, como cantores e auxiliares diretos dos sacerdotes nas casas paroquiais<sup>424</sup>.

### 3.3. Os brancos

---

<sup>423</sup> Alfredo Boccia Romañach, *Esclavitud en el Paraguay: Vida Cotidiana del Esclavo en las Indias Meridionales*, Asunción, Servilibro, 2004, p. 158.

<sup>424</sup> *Ibidem*, pp. 201 e 202.

Estes eram os que vinham do Velho para o Novo Mundo, sobretudo da Península Ibérica. Entretanto, como estavam na condição de colonizadores, ocupavam o topo da pirâmide social. Eram os que ocupavam as principais posições de mando e que estavam imbuídos da construção colonial. Na realidade rioplatense da época colonial, não devemos deixar de lado os seguintes aspetos: o primeiro dizia respeito à religião, pois tinham os cristãos e os cristãos novos, além dos judeus; o segundo estava relacionado com o processo de colonização, pois daí surgiam pessoas brancas nascidas no Prata; os colonos brancos também estavam organizados e estruturados socialmente de forma hierarquizada.

Quando falamos no aspeto de perseguição religiosa, devemos levar em conta o contexto da época. Portugal e Espanha vinham de uma guerra incessante pela reconquista cristã, uma vez que os mouros lá se infiltraram e permaneceram durante sete séculos. Por isto, ser cristão era um fator importantíssimo para estas sociedades da Europa. Então, a ideia da religião associada ao nacionalismo “*ocorreu na época da reconquista espanhola, com a codificação legal da assim chamada ‘pureza de sangue’ (limpieza de sangre). Certificados de pureza de sangue, que garantiam que seu portador era um cristão antigo, eram requisitos para obter cargos, entrar para Igreja ou em certas guildas. Ainda que os portadores desses certificados não fossem identificados como ‘espanhóis’, mas como ‘cristãos antigos’, eram considerados uma comunidade de sangue e crença com acesso privilegiado ao Estado*”<sup>425</sup>. Em detrimento dos cristãos antigos, existiam os cristãos novos que eram os judeus que se convertiam ao cristianismo, abandonando, pelo menos em termos públicos, as práticas religiosas judaicas, ou ainda, muçulmanos na mesma condição.

Os judeus foram perseguidos durante o reinado dos Reis Católicos em Espanha e de Dom Manuel em Portugal. Em 1492, a

---

<sup>425</sup> Claudio Lomnitz, *Op. cit.*, p. 49.

Espanha decidiu expulsar os judeus de seu Reino, em contrapartida, somente em 1496, mais precisamente em 5 de dezembro, os portugueses tomaram a mesma providência<sup>426</sup>. Por isto, fica claro qual a alternativa que os judeus tiveram, ou seja, podiam permanecer na Península Ibérica, porém tinham de se converter, ou então, abandonar a península e tentar a sorte em outra parte do mundo. Muitos deles, evidentemente, optaram pela conversão, tornando-se assim cristão-novos, mas não gozavam dos mesmos direitos daqueles que eram denominados de cristãos antigos, conforme já referido anteriormente. Com o passar dos tempos, a legitimidade dos cristão-novos foi crescendo, contudo, o preconceito cresceu na mesma proporção, tanto que atravessou o Oceano Atlântico e chegou na América do Sul.

A ideia de pureza de sangue estava diretamente relacionada ao cristianismo. Isto significa que, mesmo sendo um cristão-novo, isto não justificava a sua pureza, portanto, logicamente, eram considerados impuros. Devido a esta condição, eram impedidos, sobretudo nos domínios portugueses, de ocupar cargos na administração pública e receber títulos de nobreza. Mesmo que nas colônias de além-mar os cristão-novos fossem se estabelecendo, mesmo assim eram vistos e tratados como gente de segunda classe. Contudo, apesar desta discriminação, os cristão-novos destacaram-se na construção colonial do Brasil, uma vez que ocuparam posições de destaque na sociedade, como, por exemplo, mercadores e artesãos de grande prática e abastança. Mas, apesar de importantes, estas atividades não eram vistas com bons olhos pelos outros, pois as denominavam de ofícios degradantes<sup>427</sup>. Somente em fins do século XVIII, mais precisamente, em 1773, é que o monarca luso emitiu um documento desfazendo tais restrições e colocando-os em pé de

---

<sup>426</sup> Joel Serrão (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s/d, p. 233.

<sup>427</sup> Boris Fausto, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp, 2009, p. 72.

igualdade com os demais cristãos, porém o preconceito não foi extinto tão facilmente<sup>428</sup>.

Ao trazer o outro aspeto enumerado anteriormente, ou seja, o nascimento de pessoas brancas na região platina, chegamos à conclusão evidente que foi, também, inevitável e, de certa forma, aplaudida pelas cabeças reinantes da época. A imigração para o Novo Mundo, de uma forma geral, fez com que esta população tivesse, entre os séculos XVI e XVII, um crescimento bastante significativo. Entretanto, os nascimentos ocorridos no continente americano foi o grande responsável por este aumento. Os denominados de *criollos* (filhos de espanhóis nascidos no Novo Mundo) tinham uma condição social bastante distinta. Para que possamos compreender melhor este caso, temos que anotar os seguintes fatores: a) a noção de ser espanhol e b) os *criollos* na região do Prata.

a) A noção de ser espanhol, sobretudo a partir do século XVI, obedecia aos seguintes requisitos: 1- Ser católico; 2- Falante da língua castelhana (que ficou conhecida como língua espanhola) e 3- Ser súdito do monarca. Dentre estes 3 fatores, os dois primeiros acabaram por ser, muitas vezes, mais importantes, sobretudo, no que diz respeito à pureza de sangue que mencionamos anteriormente. Com isto, *“a língua espanhola não era considerada nas colônias meramente uma forma vernácula conveniente e profana, mas uma língua mais próxima de Deus”*<sup>429</sup>. Devido a isto, ao observarmos a pirâmide social descrita pelo autor Bartolomé Bennassar, vemos que no topo estavam os espanhóis peninsulares, logo abaixo, os *criollos*. Em seguida, vinham os mestiços (brancos com índios), pois abaixo deles estavam os mulatos e negros livres. Os escravos ocupavam o penúltimo lugar da pirâmide e, na base, encontravam-se os índios. Estava assim estruturada a sociedade, segundo o autor supracitado, pois os que ocupavam as partes mais altas da pirâmide cumpriam os

---

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>429</sup> Claudio Lomnitz, *Op.cit.*, p. 51.

requisitos dantes apontados e será por esta razão que o índio ficava na base<sup>430</sup>.

b) Os *criollos* na região do Prata tinham uma situação bastante simples, pois, como visto anteriormente, ocupavam a segunda melhor posição da estratificação social. O termo que os definia era pejorativo, mas eles reivindicavam a mesma pureza de sangue que os espanhóis peninsulares. Uma característica comum a todos os *criollos* era o seu acentuado patriotismo em relação à Espanha que, com o decorrer do tempo, foi se transformando em um nacionalismo ligado à terra e gerou os diferentes processos de independências<sup>431</sup>.

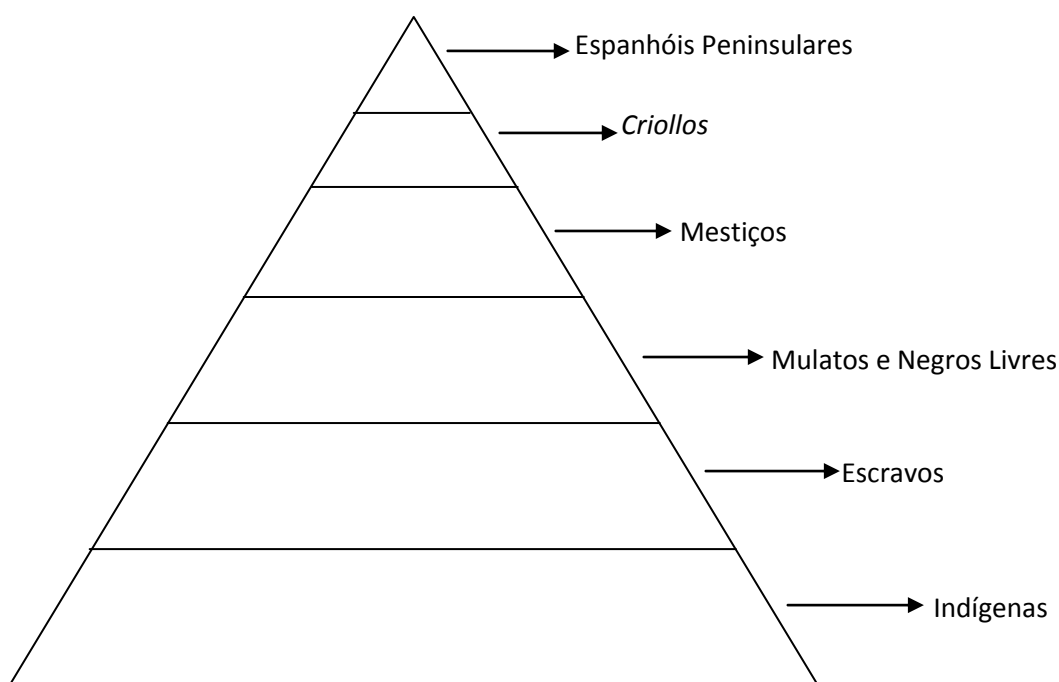


Figura 23: Pirâmide Social da América Espanhola inspirada em Batolomé Bennassar.

Fonte: Bartolomé Bennassar *La América Española y la América Portuguesa, siglos XVI-XVIII*, Madrid, Ediciones Akal S. A., 2001, p. 209.

<sup>430</sup> Bartolomé Bennassar, *La América Española y la América Portuguesa, siglos XVI-XVIII*, Madrid, Ediciones Akal S.A., 2001, p. 209.

<sup>431</sup> Claudio Lomnitz, *Op. cit.*, p. 50.

No início do presente capítulo fizemos referência aos estrangeiros que eram recrutados no período da conquista. Durante a colonização propriamente dita, eles também vieram para se estabelecer no Novo Mundo. Entretanto, apesar de serem brancos, a sua situação na sociedade colonial não era tão tranquila quanto a dos espanhóis. A Coroa de Espanha, ao criar leis com uma série de restrições em relação aos estrangeiros, definiu claramente a sua noção de nação. Em um primeiro momento, podemos compreender que as restrições estavam relacionadas, sobretudo, ao histórico de lutas contra os mouros e judeus. As conhecidas Leis das Índias, de 1558, no livro 9, título 27<sup>432</sup>, regula o que eram estas restrições aqui mencionadas. Por exemplo, na lei II estipula que os oficiais dos reis deviam averiguar todas as mercadorias por eles trazidas nas frotas ou armadas, impedindo, assim, que houvesse algum tipo de contrabando. A lei III permite que seja feito comércio com os estrangeiros, porém, eles deviam ter uma licença para este fim. Se a não tinham, eram impedidos de sair do porto para o interior, conforme a lei V.

Nem todas as leis eram referentes apenas às relações comerciais, pois a lei XVIII estabelece o que poderíamos chamar de censura sobre as notícias que circulassem entre os estrangeiros, tanto no Reino, quanto nas colônias. A justificção para que isto acontecesse tinha a ver com o fato de existirem muitos inimigos da Coroa e os que não tinham suas raízes naquela pátria tinham maior facilidade em traí-la. Esta preocupação era visível nas províncias, pois o rei Filipe II solicita em carta a García Hurtado de Mendoza, vice-rei do Peru, o seguinte: *“Mi governador que [roto] delas provinçias del rio de la plata yo he sido ynformado que em los navios que en ban por el dicho rio mucha gente de diferentes naciones y los gobernadores passados y restivientes los an dejado passar al Peru y a otras partes por sus [roto] lo qual cesaria se mis*

---

<sup>432</sup> *Leyes de Índias – Peru*, Libro 9, Título XXVII, edição digital retirado do sítio oficial do Congresso da República do Perú, [www.congreso.gob.pe](http://www.congreso.gob.pe) pesquisado em 12 de junho de 2008.

*fraudes reales en[roto] en los navios y Se estiesen La Vissita segun y como por sus instituciones se le ordena alo qual no an dado lugar los dichos gobernadores y porque es este uno casso digno de mucho castigo y Remedio como seprovera y aunque no se quede ni deve creer que nos ni los que as sucedieren Incurrirey en yerro de mejanse todavia os hen quedo advertir por esto que ninguna manera vos ni dichos tinientes no permitais ni permitan passara al Peru ni otra parte extranjeros esto so pena de mi indignacion y que mandara haser exemplar demostracion de mas de lo qual tampouco consitirei passar naturales sin particular Licenzia mia. fecha en el Pardo a treinta de noviembre de mill y quinientos y novienta y cinco anos Yo el rey Por mandado del rey nro. Juan derbarra y señalada de consejos ”<sup>433</sup>. Por se tratar de uma província subordinada ao vice-reinado do Peru, o rei exigia que providências fossem tomadas e que fosse respeitada a lei em vigência. Importante que seja destacado é que, na lei XVII, coloca que os filhos de não espanhóis nascidos em Espanha eram declarados originários e naturais dela, o que proporcionava o acesso destes a todos os direitos e deveres de um súdito espanhol. Com isto, fazia com que houvesse uma naturalização destes indivíduos, proporcionando, assim, maior segurança ao monarca.*

Reforçando o que temos vindo a dizer, muitas eram as restrições e as permissões para os estrangeiros, sendo eles residentes na Península Ibérica ou nos domínios americanos. No entanto, cabe trazer à tona que os portugueses, de uma forma geral, foram considerados um inimigo a combater nas terras novomundistas, sobretudo, na região platina. Os motivos para que isto acontecesse são evidentes, pois Espanha e Portugal estavam em acirrada disputa pelo controlo do espaço platino. Durante os anos de 1580 até 1640, no período denominado de União Ibérica (e isto se verifica como uma constante), não houve propriamente uma união entre os impérios ultramarinos. Os portugueses estavam na constante vigia

---

<sup>433</sup> Archivo General de Indias, Buenos Aires, 2, L, 5/19-20.



dos espanhóis, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de escravos. No século XVII, o avanço português para o interior foi mais acentuado que nos tempos quinhentistas, fazendo com que a disputa luso-espanhola fosse crescendo a cada instante. Por tal motivo, muitos portugueses foram expulsos da região, sob a acusação de usurpação indevida em zonas espanholas platinas<sup>434</sup>.

### 3.4. Os mestiços

Na construção de uma sociedade colonial, era inevitável a mestiçagem entre diferentes etnias, sobretudo, convivendo no mesmo território. Em um primeiro momento, surgiu uma facção social que era completamente distinta do que se conhecia, tanto na Europa, quanto em África e principalmente no Novo Mundo. Conforme referenciado anteriormente, a estratificação social estava bem definida, pois seguia o que era de costume europeu e de sua posição de dominação no processo de expansão e conquista de territórios longínquos. Com o surgimento do mestiço, iniciou-se o que Homi K. Bhabha define por uma despurificação das identidades sociais, pois os conceitos de raça, de classe ou de gênero começou a se dissolver na identificação dos membros da sociedade<sup>435</sup>. Na América espanhola, isto está bem assinalado, uma vez que a mestiçagem está diretamente marcada pelo relacionamento entre o branco e a índia. Desta mistura, surgiu um tipo de ser humano de coloração parda e que, ao mesmo tempo, não é um espanhol e nem um índio.

O supramencionado autor coloca a existência de um discurso colonizador que, por sua vez, baseia-se no conflito da dualidade dominação/defesa na busca de uma origem pura que está

---

<sup>434</sup> Ver Alejandro Audibert, *Los Límites de la Provincia del Paraguay*, Buenos Aires, La Económica de Iustoni Hnos y Cia, 1886.

<sup>435</sup> Homi K. Bhabha, *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001, p. 20.

em constante ameaça de uma divisão<sup>436</sup>. Partindo deste pressuposto, observamos que, na construção da sociedade colonial platina, isto não se verifica. O mestiço platino terá a sua posição na estratificação social, devido a outros fatores que não apenas a cor da pele, apesar deste ser um importantíssimo “divisor de águas”. O conflito da dualidade descrita pelo autor não se fará presente, uma vez que, na sociedade platina colonial, as estruturas de poder vão se modificando e se dissolvendo em uma completa contradição com a ideia evidenciada no discurso descrito por Komi K. Bhabha.

Se tomarmos como base a pirâmide social descrita por Bartolomé Bennassar para toda a América espanhola, vemos que, no topo, estão os espanhóis peninsulares, em seguida, os *criollos*, para somente no terceiro estrato estarem os mestiços<sup>437</sup>. Chega-se, assim, à conclusão que, ao fazer esta generalização, o autor acabou por se enquadrar no modelo de discurso que Komi K. Bhabha critica. Entretanto, ao analisarmos a sociedade platina colonial, o mestiço teve duas posições sociais bastante distintas: uma foi de destaque, a outra de depreciação. O que definia tais situações tão diversas tinha relação com a sua origem e, por conseguinte, com a forma de levar a vida.

O autor uruguaio Alejandro Magariños Cervantes argumenta que, do contato dos europeus com as nativas do Prata, os “*mestizos fruto de estas uniones fueron declarados y considerados como españoles*”<sup>438</sup>. Esta afirmação, porém, designa apenas um recorte temporal do processo da construção colonial platina. No início da conquista e da ocupação da região em questão, temos que, no período entre os anos de 1536 a aproximadamente 1580, os navios vinham, sobretudo, carregados com homens com funções essencialmente militares, o que significa que a presença feminina era

---

<sup>436</sup> *Ibidem*, pp. 116-119.

<sup>437</sup> Bartolomé Bennassar, *Op. cit.*, p. 209.

<sup>438</sup> Alejandro Magariños Cervantes, *Estudios Históricas, Políticos y Sociales sobre el Río de la Plata*, Montevideo, Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1963, p. 128.

bastante diminuta. Torna-se evidente que as relações destes homens com as nativas platinas (sobretudo devido à organização social e de parentesco destes povos e que viam no velho-mundista uma forma de acesso a uma vida nova) tinha como consequência direta o nascimento dos primeiros mestiços. A cidade de Asunción foi o principal local onde este fenômeno se verificou, tanto que, no ano de 1575, o Padre Martín González contabilizou a existência de mais de 10 mil mestiços, enquanto os espanhóis peninsulares não ultrapassavam os 280 indivíduos<sup>439</sup>. Por isto, a afirmação do autor uruguaio ganha cada vez mais força argumentativa, inclusive sobre autores do Paraguai. Efraim Cardozo, por exemplo, em seus estudos, destaca que o governador Domingos Martínez de Irala teve seis filhas com uma nativa platina do grupo Guaraní. A todas elas, o mencionado governador deu o título de Dona e ainda fez com que elas se casassem com importantes capitães espanhóis, denotando, com isto, que a mestiçagem no Paraguai não se deu de forma clandestina<sup>440</sup>.

A América espanhola teve a particularidade de ser bastante heterogênea em todos os aspectos e, por isto, o caso da mestiçagem não fugiu deste padrão, ou seja, desenvolveu-se de formas distintas em locais diferentes. Em dilatados espaços como o México, a Venezuela, o Peru e o Equador o mestiço estava sempre em posição social subalterna em relação aos *criollos* e aos peninsulares. Como explicado anteriormente, no Paraguai, o assim chamado de *mancebo de la tierra* ou ainda *doncel de la tierra* ocupava o mesmo escalão social que os espanhóis de nascimento e seus filhos gerados nas terras do Novo Mundo. Contudo, temos de tomar o cuidado de não cometermos uma generalização errônea sobre este assunto, sobretudo, no que toca à construção colonial do Prata. Nas áreas do sul da Argentina, Uruguai e, mais tarde, no sul do Brasil, o mestiço tinha uma colocação na sociedade bastante

---

<sup>439</sup> Ver Efraim Cardozo, *El Paraguay Colonial*, Asunción, El Lector, 1996, p. 73.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 75.

confortável no início da colonização, da mesma forma que no Paraguai. Com o passar do tempo, esta situação foi se modificando, pois as cidades foram crescendo e os cargos de funcionários públicos, foram ocupados pelos peninsulares e pelos *criollos*, assim como o comércio de maior porte. Como ainda não havia uma atividade industrial estabelecida e os trabalhos domésticos eram realizados pelas escravas ou pelas mulatas, os filhos nascidos do relacionamento entre brancos e índias tiveram de se submeter à exploração dos grandes comerciantes ou dos latifundiários<sup>441</sup>.

O fruto desta exploração acabou por gerar uma população bastante empobrecida na periferia das cidades. As suas atividades principais nas zonas urbanas eram nos matadouros públicos, na condução de coches, ou nas atividades mais pesadas da área portuária. O comércio de alcance muito pequeno também era feito pelos mestiços em questão e cabe salientar que, atividades ilícitas, tais como, o contrabando, os furtos e os roubos surgiam em destaque no modo de vida destas pessoas. Como alternativa para a manutenção de sua vida, muitos destes mestiços optaram por saírem das áreas urbanas e se instalaram nas rurais, sobretudo nas regiões de fronteira, onde se veio a constituir uma espécie de habitat natural para eles, proporcionando, como consequência, o nascimento da figura característica e particular do Prata, o **gaúcho**<sup>442</sup>. Entretanto, tomando o cuidado para não perpetuar erros, cabe, neste momento, salientar que o vocábulo gaúcho surgiu, pela primeira vez, em 1750, para definir os pilhadores da região pampiana. A partir do século XIX, o termo já fazia parte da generalidade dos moradores errantes da região que não estavam registrados nas freguesias. Com o passar do tempo, a literatura se encarregou de difundir a história em prosa e em verso desta impar personagem, gerando, com isto, o mito do gaúcho, um tipo destemido e pelejador, dotado de valores como a honestidade e a hospitalidade. A principal característica era sua

---

<sup>441</sup> Félix Gómez Hermán, *História Social Americana y Argentina*, Buenos Aires, Kapelusz, 1945, pp. 258 e 259.

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 259.

habilidade na forma de lidar com o gado e tinha como inseparável amigo o cavalo<sup>443</sup>.

No capítulo 4 do presente trabalho, vimos que o gado foi sendo introduzido no Prata desde o início da colonização. Muitos destes foram deixados soltos para que a natureza se encarregasse de sua existência, assim como de sua reprodução. Conhecido pela alcunha de gado *cimarrón*, foi uma importante fonte de subsistência para este mestiço marginalizado, denominado, nos inícios do século XVII, de *mozo suelto* ou *hombre solto* ou ainda de *mozo perdido*<sup>444</sup>. Com isto, estas pessoas, desprovidas de uma condição social vantajosa, extraíam o couro e o sebo deste gado errante e os trocavam nos mercados locais por outros produtos, como, por exemplo, a erva-mate, o tabaco, a aguardente, além de utensílios domésticos, principalmente, a faca e a adaga<sup>445</sup>.

Nas cidades, conforme referido anteriormente, estes mestiços praticavam atividades ilícitas para garantirem a sua subsistência. Os que se deslocaram para as áreas rurais também o faziam, tanto que, em 1617, os denominados *mozos perdidos* assaltavam as estâncias em Santa Fé e roubavam, principalmente, o gado. No dizer de Moacyr Flores, “*o cabildo de Buenos Aires, em 1642, registrou cuatreros e vagabundos que, à maneira dos moços de Santa Fé, roubavam o gado das estâncias. As cartas dos jesuítas registram que em 1686 surgiram os vagos ou vagabundos pilhando as estâncias missioneiras*”<sup>446</sup>. O que caracterizava estas pessoas, futuramente chamadas de gaúchos, era a sua vestimenta, pois envergavam um poncho, as botas de garrão de potro e o chiripá. As suas residências eram choupanas bastante simples, pois viviam de forma errante e descomprometida em relação ao acúmulo de bens.

---

<sup>443</sup> Moacyr Flores, *Dicionário de História do Brasil*, Edipucrs, Porto Alegre, 1996, p. 237.

<sup>444</sup> Tabaré Petronio (et al), *Apuntes de História del Uruguay*, Tomo 1, *El Impacto de la Conquista en el Paraná Guazú*, Montevideo, REG S.A., 2000, p. 80.

<sup>445</sup> Idem.

<sup>446</sup> Moacyr Flores, *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Nova Dimensão, 1996, pp. 69 e 70.

As suas mulheres eram, comumente, índias ou mestiças como eles e tratavam das lides domésticas, além do cuidado dos filhos e do cultivo de uma pequena horta<sup>447</sup>.

Estes mestiços, diferentemente do que acontecia no Paraguai, viviam à margem da sociedade colonial e, com o passar do tempo, a sua situação foi se agravando cada vez mais, pois os latifúndios foram crescendo em número e em extensão. Como não reconheciam governo algum, tampouco as leis, trabalhavam para quem lhes convinha, ou seja, umas vezes serviam no exército espanhol, outras nas armas portuguesas e, como os vencimentos se atrasavam e sofriam frequentes maus tratos, tendiam a desertar. Mesmo no serviço das armas, o principal interesse destes mestiços errantes era a pilhagem que faziam quando travavam alguma batalha<sup>448</sup>. No atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul, estes mestiços também se fizeram presentes e, da mesma forma, foram marginalizados. Contudo, tal discriminação não era devido à sua cor de pele, pois, no Brasil, à semelhança do Paraguai, a miscigenação não era uma coisa passível de repulsa por parte dos portugueses. O que fazia com que fossem colocados à margem da sociedade foi a prática de atividades ilícitas que prejudicavam os latifundiários e os cofres públicos, uma vez que o assalto, o roubo e o contrabando eram características que perduraram por muito tempo ligadas ao gaúcho.

---

<sup>447</sup> Ricardo Piccirilli, Francisco L. Romay e Leoncio Gianello, *Diccionario Histórico Argentino*, Buenos Aires, EHA, vol. IV, 1953, p. 542.

<sup>448</sup> Tabaré Petronio (et al), *Op. cit.*, p. 82.



Figura 24: Indumentária dos *mozos perdidos*.

Fonte: Tabaré Petronio (Et ali) *Apuntes de História del Uruguai*, Tomo 1, *El Impacto de la Conquista en el Paraná Guazú*, Montevideo, REG S.A., 2000, p. 81.

Neste último subtítulo, analisámos o mestiço de branco com índia e a sua posição na pirâmide social. Entretanto, havia também aqueles que foram fruto de uniões de brancos com negros (mulato), e os negros com índios (cafuzo, para o caso português e *zambo*, para o caso espanhol). Conforme referido no capítulo V, o tráfico negreiro para a região platina foi inferior numericamente em relação ao Brasil, devido às restrições legais existentes. Porém, muitos escravos africanos foram introduzidos de forma ilegal. Seja como for, a mestiçagem existiu e, por isto, um novo estrato social também acabou por ser formado. No Prata, os mulatos ocupavam a mesma posição na sociedade que os negros livres, ou seja,

dedicavam-se a trabalhar nas zonas urbanas, principalmente junto a proprietários de escravos em atividades domésticas. No caso das áreas rurais, o mesmo se verifica, uma vez que o trabalho na terra era realizado pelos escravos. Os cafuzos ou *zambos* tinham duas alternativas, ou se juntavam com os mulatos, ou iam partilhar a mesma vida que os *mozos perdidos*<sup>449</sup>.

---

<sup>449</sup> Félix Gómez Hermán, *Op. cit.*, p. 259.



## CONCLUSÃO

Um estudo sobre uma realidade concreta do passado, seja ela qual for, deixa sempre muitas dúvidas no espírito do historiador, uma vez que sempre ocorreram e continuarão a ocorrer diferentes versões sobre o que aconteceu. Da mesma forma, as fontes utilizadas fornecem respostas às indagações feitas pelos investigadores, denotando, com isto, a dinâmica da ciência histórica.

Como vimos, a área territorial do presente trabalho é bastante vasta e, nos dias atuais, compõe os três estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o nordeste argentino, o Paraguai e o Uruguai. Nunca tinha sido feito um estudo histórico no âmbito espacial da bacia platina que revela, afinal, uma profunda unidade. Para melhor nos situarmos no espaço, basta rememorar os mapas de Sanches-Quell e de Hiallot, ambos insertos no primeiro capítulo. Temos a consciência que o conhecimento e a representação do espaço físico se torna muito importante, diríamos mesmo indispensável, num trabalho histórico desta natureza. Na verdade, por se tratar de um trabalho que se dedica aos dois primeiros séculos da construção colonial, as descrições geográficas aqui realizadas objetivaram trazer ao leitor uma visão do território, através dos olhos das pessoas que viveram o referido processo.

Como se tornou evidente nos séculos XVI e XVII, há significativas diferenças na observação, captação e representação da geografia física deste vasto espaço em relação à atualidade, embora se verifiquem algumas permanências.

As diferenças que saltam aos olhos do observador são, em primeiro lugar e principalmente, em relação à fauna. A quantidade de espécies e de indivíduos por espécie era marcadamente superior ao que existe hoje. Alguns geógrafos afirmam que isto ocorreu pela ação humana, mas não só, pois o nosso planeta está em constantes mudanças. A introdução de animais trazidos da Europa, portanto, exóticos na região, fizeram com que a fauna se modificasse. Em um primeiro momento, sobretudo no caso do gado vacum, os animais eram deixados à solta para que a natureza tratasse de sua reprodução.

A flora, o relevo e a hidrografia também sofreram alterações durante a colonização platina. Neste aspecto, a ação humana foi o fator determinante e condicionante para que isto acontecesse. No que se refere à flora, plantas domesticadas do Velho Continente foram transplantadas para o espaço platino. Como consequência direta, acabaram por introduzir alterações na paisagem e no próprio relevo. Um exemplo concreto a este respeito foi o desvio de águas, de alguns cursos de água, para garantir o abastecimento da produção agropecuária nas zonas rurais e, também, o fornecimento das áreas urbanas.

Como ficou demonstrado no presente estudo, a população autóctone teve a sua história anterior ao contato com o europeu (índios do pré-contato), alterada com a implantação do processo colonial (índios do contato). Com isto, autores como, por exemplo, Antonio Jaime Lezama Astigarraga, em *La Historia que nos Parió: Ensayo sobre el Origen de la Idiosincrasia Rioplatense*, destacam que, na historiografia sobre este assunto, o indígena é sempre descrito como um derrotado ou um coadjuvante no processo de colonização europeia. Ora, se assumirmos esta posição, estamos a

cometer um erro de interpretação bastante grave. Se os índios fossem somente interpretados como o povo assimilado pelo colonizador, estaríamos negando toda a resistência por eles imposta, não somente armada, mas também social e cultural, uma vez que existem, ainda hoje, indígenas que continuam a manter e a cultivar as suas tradições. Evidentemente que não estamos a negar que houve ações contra a população autótone que foram deveras agressivas e que ocasionaram a extinção de comunidades inteiras, porém, não devemos tomar isto como regra geral.

No presente estudo, destacamos a história indígena e chamamos a atenção para que estes foram, também, agentes criadores de uma sociedade nova, através do intenso e complexo processo da miscigenação. O autor anteriormente citado assevera que, no decorrer do processo colonial platino, os europeus natos eram muito escassos. Tal afirmação não deixa de ser verdadeira para os tempos iniciais, mas, com o desenrolar do processo colonial, a presença do elemento branco foi aumentando.

O Novo Mundo, com o processo da expansão ultramarina protagonizada pelos portugueses e seguida de perto pelos espanhóis, começou a fazer parte do imaginário europeu. O Tratado de 1494, firmado em Tordesilhas, dividiu o mundo conhecido e a conhecer entre as duas potências ibéricas e é justamente neste aspeto que a região do Prata se insere. A partir dos anos de 1501 e 1502, começaram as notícias sobre a existência de um estuário bastante amplo na parte austral da América do Sul. Nisto, surgiu a dúvida, entre os monarcas ibéricos, sobre a quem pertencia, pois o referido Tratado estava em pleno vigor, ocasionando, com isto, uma verdadeira corrida pela tomada de posse destes territórios. A ciência da época conseguia medir, com uma confiável precisão, as latitudes, porém, o mesmo não ocorria em relação as longitudes. A cartografia da época foi a responsável por difundir a disputa entre as Coroas Ibéricas. Como vimos, um e outro monarca procurava colocar o estuário platino no seu hemisfério do Tratado de Tordesilhas,

transformando-o, com isto, em um verdadeiro buraco negro, no sentido de não haver certezas quanto à sua delimitação na parte austral. Como ficou claro no capítulo segundo, nomeadamente com a inserção de mapas demonstrativos, alguns cartógrafos e a cartografia por eles realizada deixaram de lado o rigor científico e passaram a defender os interesses e de estar ao serviço das políticas ultramarinas de cada um dos monarcas ibéricos, através da distorção intencional dos seus mapas, neste contexto geo-histórico.

A consequência direta desta construção imaginária traduziu-se numa verdadeira corrida, por parte dos países ibéricos, relativamente à posse da região platina. Surgiu a discussão sobre a primazia do descobrimento do Prata e dos seus afluentes e levantava-se a inevitável questão: tal região era portuguesa ou espanhola?

A historiografia sobre o tema destaca que as viagens que foram capazes de reconhecer a região remontam, conforme dito anteriormente, a 1501-1502, com a viagem de Vespúcio. Entretanto, historiadores, como, por exemplo, Luis Ferrand de Almeida, discordam de tal afirmação, pois a argumentação apresentada, sobretudo, por Roberto Levillier, baseia-se no relato do referido navegador, porém, os nomes dos rios, assim como as coordenadas geográficas não correspondem ao Rio da Prata. Nos anos 1511-1512, temos outra expedição que dá-nos a notícia sobre a região. Esta viagem foi realizada por João de Lisboa e Estevão de Froes, sob a bandeira portuguesa. Entretanto, a data é bastante discutida, pois existem fontes que a referem como ocorrida em 1513-1514. Seja como for, Rolando Laguarda Trias define esta expedição como sendo de pré-descobrimento, uma vez que o ato de descobrir envolve a relação de registos científicos, etnográficos, geográficos e cartográficos, como bem define Luis Ferrand de Almeida.

Ao falarmos sobre o descobrimento do Rio da Prata, não podemos deixar de levar em consideração uma personagem significativa nesta história. Trata-se de Juan Diaz de Solis. Este

nome é bastante significativo, uma vez que, durante algum tempo, o seu nome foi colocado no estuário do referido rio, como uma forma de homenagear este que foi nomeado pelo rei de Espanha seu piloto-mor e que teve morte trágica no estuário em questão. Segundo relatos que chegaram até nós, outros nomes foram importantes neste processo, tais como, Aleixo Garcia, Cristóvão Jaques, Sebastião Caboto e Diogo Garcia, pois todos eles estiveram em expedições de exploração e conhecimento da região platina. Contudo, se tomarmos como pressuposto o conceito de descobrimento de Luis Ferrand de Almeida, o que temos são pré-descobrimientos, pelo que cai por terra a discussão, entre as Coroas Ibéricas, sobre a primazia da descoberta do Rio da Prata.

Covém ser destacado que, a partir de 1513, com a descoberta do Pacífico por Vasco Nuñez de Balboa, na contracosta da América Central, as expedições na parte austral da América do Sul passaram também a estar inseridas na busca por uma ligação entre os dois oceanos, além do tão ansiado encontro do legendário rei Branco, senhor de um reino muito rico em prata. Em 1520, como é sabido, Fernão de Magalhães cruzou o estreito que foi batizado com o seu nome e, a partir desse momento, o interesse dos monarcas ibéricos começou a se modificar em relação ao Prata.

Na primeira metade da década 1530, ainda existia a busca quase que incessante pelo reino rico em prata. Em 1532, devido ao episódio do rapto de Atahualpa, pensou-se ter sido encontrado o referido reino legendário, o que mais estimulou a ocupação dos territórios sul-americanos. Entretanto, dois anos antes, teve início a expedição capitaneada por Martim Afonso de Sousa, acompanhado por seu irmão Pero Lopes de Sousa, com uma tripa missão: escorraçar os franceses do mar e do litoral brasileiro; explorar a costa e os rios do Amazonas ao Prata; fixar núcleos de povoamento na sua Capitania de São Vicente, posição mais ao sul da Coroa portuguesa, nessa época.

Em 1534, Pizarro dominou a cidade de Cuzco, um ano depois, iniciaram-se os preparativos para a ocupação espanhola do Prata, encabeçada por D. Pedro de Mendoza. A partir de então, se foi reforçando a presença espanhola, explorando e povoando a região, tendo sempre como objetivo central a busca do reino legendário rico em prata. Concomitantemente, as explorações de Pizarro também buscavam atingir a mesma meta, tanto que, em 1542, ergueu-se o vice-reinado do Peru e, no ano 1545, encontraram-se finalmente as minas de Potosí. Como se percebe, os espanhóis estavam estendendo os seus domínios na América sulina. Porém, os que se fixaram na região platina tiveram de encontrar alternativas para a sua subsistência e para a criação de riqueza exportável para o Reino, já que a prata estava concentrada no vice-reinado do Peru.

Com a presença europeia a se fixar em terras platinas, iniciaram-se, também, os litígios pela posse destes territórios, entre os indígenas, entre os europeus e entre os europeus e os indígenas. Como vimos, Carlos Pastore, em *La lucha por Tierra en Paraguay*, deixou-nos muito claro que as questões que envolveram a posse da terra na área platina foram bastante significativas no início do processo de construção colonial, fazendo com que ficasse cada vez mais reforçado o nosso argumento de que as incertezas do Tratado de Tordesilhas nas zonas austrais do Novo Mundo fizeram com que ocorressem porfiadas disputas por via das armas. Por isso, afirmar que houve invasões de terras pelos europeus torna-se muito discutível, pois, para tal ocorrer, as linhas fronteiriças tinham de estar muito bem definidas, coisa que nos inícios da colonização não se verificava. Convém salientar que tais disputas não ocorreram somente com a chegada do europeu na área e no tempo em questão. Entre as tribos autótonas já existia a guerra de conquista de território e os Guaraní estavam impondo-se como cultura hegemônica no processo denominado de guaranização.

Os europeus, sobretudo na região em questão, nem sempre tiveram uma relação harmoniosa, uma vez que diferentes interesses

acabavam por colidir, resultando, por vezes, em prisões ou até mesmo em mortes. Para exemplificar este aspeto, temos a situação em que os governadores Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Domingos Martínez de Irala disputaram o poder da região platina. O primeiro foi nomeado pelo rei para assumir o governo da província, enquanto o segundo foi eleito localmente para exercer o cargo de maior poder na região. Evidentemente que esta situação causou verdadeira efervescência entre os que apoiavam um ou outro. Com isto, historiadores, como, por exemplo, Efraim Cardozo, defendem que esta discussão por parte de Irala tem inspiração *comunera*, uma vez que uma revolta com este nome ocorreu em Espanha, visando uma maior autonomia para os municípios, principalmente no que diz respeito às suas políticas de administração.

Outros momentos da história platina foram marcados pelas disputas de interesses de pessoas oriundas do Velho Mundo, como, por exemplo, a ocasião em que Manuel de Frias dividiu a Província do Rio da Prata em duas partes para garantir o comércio ilegal em seu próprio proveito. O inspirador desta ação terá sido o vice-rei do Peru. Em seguida, sobretudo no século XVII, a instalação das reduções jesuíticas e o Brasil se autocolonizando, através dos bandeirantes, fez com que o choque de interesses se ampliasse, pois agora eram diferentes europeus laicos e religiosos disputando a região. Neste contexto, o termo invasão pode ser considerado correto, pois os bandeirantes invadiam as reduções com o intuito de “caçar” mão-de-obra escrava indígena. Noutro caso em que o referido termo pode ser aplicado é em relação à chegada do europeu em territórios indígenas. Os nativos, ao ocuparem um território, tiveram que defendê-lo, inclusivamente com o uso da força, contra o colonizador que buscava estabelecer-se. Um exemplo bem claro do que se está a dizer são os episódios insólitos que acompanharam a efêmera primeira fundação da cidade de Buenos Aires, em 1536.

Ao nos referirmos à fundação de cidades, temos de ter em conta que os espanhóis, ao chegarem no Prata, buscavam fundar

justamente este tipo de ocupação e organização administrativa. Estas povoações faziam parte de uma província que, em seguida, virá a estar subordinada a um vice-reinado. Cabe salientar que só em meados do século XVI é que surgiram as províncias ligadas diretamente a Espanha, através dos vice-reinados que reuniam mais que uma província. Por seu lado, os portugueses, ao colonizarem o Brasil, tomaram o modelo utilizado nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores. Portanto, a criação no Brasil das Capitánias Hereditárias, sob a autoridade de um capitão, não foi um ato de ineditismo do rei português ao iniciar o processo de ocupação sul-americana, assim como o regime das sesmarias. Em cada uma das capitánias, fundaram-se povoados, freguesias e vilas, algumas das quais, através do seu crescimento populacional, vieram a ser cidades. Diretamente ligada a tudo isto, a Igreja formava as paróquias, os bispados e os arcebispados. Entretanto, no Prata, tivemos particularidades bem diversas, uma vez que, no interior do território e durante largo tempo, somente o clero assegurou a presença europeia.

A Igreja regular esteve presente na construção colonial da América do Sul com diversas ordens. Contudo, sem menosprezar nenhuma das que participaram neste processo histórico, a Companhia de Jesus foi a que obteve mais sucesso na sua ação missionária. Na historiografia, muitas vezes vemos afirmações que apontam os jesuítas, praticamente, como colonizadores à parte. Ao nos debruçarmos com atenção sobre o assunto, vemos, através da estrutura na qual as missões jesuíticas estavam inseridas, que a sua autonomia era bastante restrita e não estava de fora do processo de construção colonial das metrópoles ibéricas. As duas províncias jesuíticas da região platina, nomeadamente a do Paraguai e a do Guairá, tinham o mesmo território que as províncias laicas. Isto significa dizer que as províncias jesuíticas tinham as reduções como suas subordinadas e as províncias, por sua vez, deviam reportar-se ao bispo de Tucuman e do Peru, respectivamente. Cabe salientar, ainda,



que mesmo entre os jesuítas não havia uma autonomia plena, pois eles obedeciam às decisões vindas de suas pátrias, ou seja, os padres espanhóis serviam nas missões espanholas e o mesmo ocorria nas missões portuguesas. Evidentemente que, no início do processo, nem sempre isto se verificou e registaram-se ajudas mútuas entres as províncias jesuíticas do Brasil, do Paraguai e do Guairá, uma vez que temos de levar em consideração que a Igreja também tinha os seus próprios interesses neste processo.

Com o estabelecimento das pessoas oriundas do Velho Mundo, iniciou-se a produção de subsistência, assim como da riqueza a ser enviada para a metrópole, gerando lucros comerciais e receitas tributárias. As missões jesuíticas, por exemplo, tinham um plano de subsistência bastante desenvolvido e o excedente era vendido aos vilarejos próximos, sobretudo, a erva-mate. Com isto, podemos referi-las como autossustentáveis, o que, possivelmente, poderia justificar a autonomia tão mencionada na historiografia. O mesmo se verifica nas ocupações laicas, ou seja, a produção agrícola e a pecuária eram para a subsistência local, principalmente, quando se descobriu que a região não oferecia potencial produtivo na extração de metais ou pedras preciosas. Em decorrência disto, a metrópole focou o seu interesse nas áreas mineradoras, ocasionando um certo abandono da região platina. A alternativa encontrada para que este abandono não fosse desastroso para os colonizadores que viviam no Prata foi o seu atrelamento à economia peruana e ao contrabando.

A produção pecuária de gado vacum e muar começou a se destacar e, como consequência, passou a ser o “motor” da economia local. Os carregamentos de mercadorias desta produção iam para o Peru e, com isto, o Prata se transformou numa região que passou a garantir o fornecimento de grande parte dos mantimentos para as áreas mineradoras. Com o passar do tempo, outros produtos começaram, também, a ser enviados e, muitas vezes, faziam o périplo Prata, Peru e Sevilha. Esta circulação crescente de

mercadorias em toda a América do Sul fez com que a Coroa acabasse por tirar significativo proveito deste rico comércio, através da tributação. Entretanto, como vimos no capítulo quinto desta dissertação, nem sempre chegavam aos cofres reais os valores correspondentes à produção, pois, localmente, contrabandeava-se proibindo, proibia-se contrabandeando. Esta prática, no entanto, não estava restrita apenas à produção platina, mas também ao tráfico de escravos africanos e produtos provenientes do Brasil, assim como os produtos platinos que iam para a América Portuguesa via Colônia do Sacramento e de lá para Lisboa.

Em plenos séculos XVI e XVII, a economia colonial, assim como na metrópole, tinha de ser monetarizada. A emissão de moeda era feita, inicialmente, somente na Europa, fazendo com que fosse criado um regime monetário distinto nas colônias espanholas. Na região platina, em 3 de outubro de 1541, o governador Domingos Martínez de Irala criou a moeda local. Esta não passava de uma correspondência entre produtos e o dinheiro espanhol. Por exemplo, um anzol de malha equivalia a um maravedí. Em 1595, estas equivalências mudaram e surgiu a expressão *peso* para designar 8 reales, por exemplo, uma libra de algodão equivalia a 12 pesos, então, efetivamente tinha o valor que 96 reales. O *peso* de 8 reales designava, por sua vez, a importância da prata selada. Como se percebe, eis aí o embrião do nome dado, atualmente, às moedas nacionais no Uruguai (peso Uruguaio) e na Argentina (peso Argentino).

No decorrer do processo, foi sendo instalado o poder/poderes e, em grande medida, eram transposições do modelo que já existia na metrópole. No caso dos espanhóis, houve um crescimento do poder local através do *Cabildo*, pois tinham liberdade para escolher o seu representante o que, por vezes, proporcionou divergências significativas, principalmente entre estes e a Coroa. Ao monarca, como vimos anteriormente, cabia, muitas vezes, ser informado das decisões platinas para não perder o controle

da província. Como não podia deixar de ser, o poder era sempre muito disputado, de tal modo que, para atender a interesses pessoais, ocorreu, em 17 de novembro de 1617, a divisão da Província Platina em duas, fazendo surgir, então, a Província do Paraguai e a do Rio da Prata. Ao analisarmos os poderes, salta aos olhos que houve uma sobreposição dos mesmos, sejam eles laicos ou não, devido a tantos fatores anteriormente referidos. Contudo, não eram estes os únicos, pois pensamos que a ocupação do território e o controle das gentes eram poderes que faziam parte desta cadeia. Muitas vezes, as pessoas não exerciam o poder de forma a conseguirem o proveito em nome do rei ou da religião, mas sim, atuavam por causa própria, usando as vias possíveis, ou seja, a diplomática ou a guerra.

Estes poderes eram exercidos sobre uma sociedade. Que sociedade era esta? De acordo com a pirâmide social, exposto por Bartolomé Bennassar em *La América Española y la América Portuguesa, siglos XVI-XVII*, no topo estavam os espanhóis peninsulares e na base os indígenas. Contudo, a confluência de gentes de três continentes torna evidente que a miscigenação foi inevitável e que os mestiços buscaram o seu estatuto social. No caso do Prata, a miscigenação gerou um figura típica que, a partir do século XIX, foi denominada de *gaúcho*. Este, por sua vez, era fruto de brancos com índias, tinham vida difícil e passavam para uma espécie de marginalidade. Como não se sentiam espanhóis, nem nativos, nem tampouco portugueses, ao servir nos respectivos exércitos interessavam-se muito mais pela pilhagem e logo desertavam. A literatura recente, sobretudo o romance em prosa e em verso, descreve o *gaúcho* como um indivíduo experiente nos trabalhos do campo, na doma do cavalo e na produção pecuária. A literatura que descreve o *gaúcho* desta maneira é, sobretudo, em língua portuguesa, pois, no estado do Rio Grande do Sul, cultivava-se a imagem desta personagem típica. Entretanto, a literatura em língua espanhola platina produz as suas prosas e os seus versos, porém, de uma forma mais conivente com a realidade histórica, ou seja, o

*gaúcho* é tido como um ser errante, sem pátria e vivendo à margem da lei.

Face ao exposto, podemos demonstrar que as questões que foram norteando o presente trabalho deixaram expressas e explicadas muitas certezas, naturalmente transitórias, e muitas outras que permanecerão à espera de serem interpeladas e, quem sabe, encontrar a resposta adequada. O historiador é, no fundo, uma espécie de detetive do passado: umas vezes apanha o criminoso, outras nunca chega a detetá-lo, outras ainda vem depois a verificar-se que prendeu um inocente ou um criminoso errado. Conforme dito anteriormente, assim como os navegadores que se lançaram ao Atlântico para chegar a terras platinas com muito esforço e inabalável esperança, assim o historiador não se deixará vencer no ingente transcurso da sua viagem científica, procurando chegar a bom porto.

## BIBLIOGRAFIA

### I – FONTES

#### 1 – Manuscritas

Archivo General de Indias (A.G.I.), Sevilha:

*Patronato Real*, 28 - R45.

*Patronato Real*, 29, R8.

*Patronato Real*, 28, R45.

*Buenos Aires*, 1, L, 2-11.

*Buenos Aires*, 2, L, 5/34.

*Buenos Aires*, 2, L, 5/19-20.

Archivo General de la Nación (A.G.N.), Buenos Aires:

*Autos de arribada de un navío portugués*, cota 45-5-3.

Cota 14-8-1.

Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), Lisboa:

*Paraguai*, cx. 263.

*A.C.L – CU – 071*, cx. 1, D1.

Archivo Nacional de Asunción (A.N.A.), Asunción:

*Sobre la llegada de una fragata cargada de esclavos*, cota 1605 - 3 - 8.

*Averiguación sobre entrada clandestina de negros en Buenos Aires*, cota 1616 - 15 - 3.

## 2 - Impresas

*Actas Capitulares del Cabildo de la Ciudad de Asunción, siglo XVI*, Asunción Municipalidad de Asunción, 2001.

ALBUQUERQUE, Luís de (et al.), - *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

ALCEDO, Antonio de - “Diccionario Geografico de las Indias Occidentales o America”, in *Biblioteca de Autores Españoles desde la Formación del Lenguaje hasta Nuestros Días*, Madrid, Ediciones Atlas, vol. III, 1967.

ANTONIL, André João - *Cultura e Opulência do Brasil*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

*ATLAS*, de Fernão Vaz Dourado - Reprodução fidelíssima do exmplar da Torre do Tombo, datado de Goa, 1571. Publicado por iniciativa e sob a direcção do Visconde da Lagoa, a expensas da Livraria *Portugaliae Monumenta Cartographica (P.M.C)*, organização de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, 5 vols., Lisboa, 1960.

*Biblioteca de Autores Españoles desde La Formación del Lenguaje hasta Nuestros Dias*, vol. IV, Madrid, Ediciones Atlas, 1967.

CABEZA de VACA, Alvar Nuñes - *Naufrágios e Comentários*, Prefácio de Henry Miller e Introdução de Eduardo Buenos, Porto Alegre, L&PM, 1999.

CARDIM, Fernão *Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583 e 1601)*, Organização de Ana Maria de Azevedo, São Paulo, Editora Hedra Ltda, 2009.

CORTESÃO, Jaime *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640): Manuscritos da Coleção de Angelis*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1951.

*Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, estudo crítico pelo Comandante Eugenio de Castro, Rio de Janeiro, Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, 1940.

*Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*, Prefácio do Comandante A. Teixeira da Mota e Leitura do Doutor Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968.

“Fundación de la Audiencia de Charcas” Transcripción de Pedro Torres Lanzas del Documento del Archivo General de Indias. Pto. Estante 2. Cajón 2. Legajo 4/9 ramo 19 publicado en el *Boletín del Centro de Estudios Americanistas de Sevilla*, año VIII, nº 40/41, 1921, pp. 65-68.

GANDAVO, Pero de Magalhães - *História da Província de Santa Cruz (1576)*, Organização de Ricardo M. Valle, Introdução e notas de Clara C. Souza Santos e Ricardo M. Valle, São Paulo, Editora Hedra Ltda, 2008.

LAS CASAS, Frei Bartomé de (tradução de Heraldo Barbuy e Eduardo Bueno) - *O Paraíso Destruído*, Porto Alegre, LPM, 1984.

*Mapas Históricos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1973.

*Portugaliae Monumenta Cartographica (P.M.C)*, - organização de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, 5 vols., Lisboa, 1960.

SCHMIDEL, Ulrico (Tradución de Klaus Wagner) - *Relatos de la Conquista Del Río de la Plata y Paraguay 1534-1554*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

## II - ESTUDOS

ACEVEDO, Pablo Blanco - *El Gobierno en el Uruguay y los Orígenes de la Nacionalidad*, Montevideo, Ministerio de Educación y Cultura, 1975.

AGNOLIN, Adone - *Jesútas e Selvagens: A Negociação da Fé no Encontro Catequético-Ritual Americano-Tupi (séculos XVI – XVII)*, São Paulo, Fapesp Humanitas Editorial, 2007.

AGUIRRE, Juan Francisco - *Discurso Histórico que Comprende el Descubrimiento, Conquista y Establecimiento de los Españoles en las Provincias de la Nueva Vizcaya, Generalmente Conocidas por el Nombre de Río de la Plata*, Buenos Aires, Espasa-Calpe S. A., 1967.

ALBUQUERQUE, Luís de (Diretor) e DOMINGUES, Francisco Contente (Coordenador) - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Ed. Caminho, 1994.

ALMEIDA, Luís Ferrand de - “Vespúcio e o Descobrimento do Rio da Prata”, in *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo VI, Coimbra, 1955, pp.1-49.

\_\_\_\_\_  
*A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil, vol. I (1493-1700)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957.

\_\_\_\_\_  
*A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Imprensa de Coimbra Ltda, 1973.

\_\_\_\_\_  
“Origens da Colónia do Sacramento: O Regimento de D. Manuel Lobo (1678)”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, Coimbra, Imprensa de Coimbra Ltda, 1981, pp. 101-128.

ARCINEIGAS, Germán - *Los Alemanes en la Conquista de América*, Buenos Aires, Editorial Losada S. A., 1941.

ARMILLAS, Pedro - *Programa de Historia de América Periodo Indígena*, Editorial Libros de México S. A., 1962.



- ASSUNÇÃO, Fernando O. - *Presença e Herança Portuguesas na Região do Rio da Prata*, Conferência proferida pelo Dr. Fernando Assunção na sessão solene de abertura do 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo, na sede da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 23 de Março de 1987. Coleção 10 de Junho. Secretaria de Estado das Comunicações Portuguesas, Instituto de Apoio a Imigração e as Comunidades Portuguesas, 1987.
- ASTIGARRAGA, Antonio Jaime Lezama - *La Historia que nos Parió: Ensayo sobre el Origen de la idiosincrasia rioplatense*, Montevideo, Librería Linardi y Risso, 2008.
- AUDIBERT, Alejandro - *Los Limites de la Antigua Provincia del Paraguay*, Buenos Aires, Imprenta La Economica de Iustoni Hnos y Cia, 1892.
- AZARA, Félix de - *Viajes por la América Meridional*, Madrid, Espasacalpe S. A., 1941.
- BANDEIRA, Raymundo Carlos - *História da América*, São Paulo, Atual, 1986.
- BENITEZ, Luis G. - *Historia del Paraguay: Epoca Colonial*, Asunción, Imprenta Comuneros S. A., 1985.
- BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard (Tradução de Serafim Ferreria) - *História do Brasil*, Lisboa, Editorial Teorema, 2000.
- BENNASSAR, Bartolomé (Tradución de Carmen Artal) - *La América Española y la América Portuguesa: Siglos XVI-XVII*, Madrid, Ediciones Akal S.A, 2001.
- BETHENCOURT e CHAUDHURI (Dir) - *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Gráfica Estella, vol. 1, 1998.
- BHABHA, Homi K. - *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001.
- BOCCARA, Guillaume - “Colonización, Resistencia y Etnogénesis en las Fronteras Americanas”, in BOCCARA, Guillaume (coord), *Colonización, Resistencia y Mestizaje en la America (siglos XVI-XX)*, Quito, Ediciones Abya-Yala, 2002, pp. 46-72.
- BOXER, Charle R. - *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1981.

- BUZIO, Humberto F. - “Régimen monetario en el periodo colonial”, in Roberto Levillier *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, pp. 1893-1950.
- CAPDEQUÍ, José M. Ots - *El Régimen de la Tierra en la América Española Durante el Periodo Colonial*, Trujillo, Editora Montalvo, 1946.
- CARDIM, Fernão *Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583 e 1601)*, Organização de Ana Maria de Azevedo, São Paulo, Editora Hedra Ltda, 2009.
- CARDOZO, Efraim - “Historia de la gobernación del Paraguay desde su autonomía en 1618 hasta la revolución de 1810”, in Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S.A. Editores Argentina, 1968, pp. 1121-1190.
- \_\_\_\_\_  
*El Paraguay de la Conquista*, Asunción, Editorial El Lector, 1996.
- \_\_\_\_\_  
*El Paraguay Colonial*, Asunción, Editorial El Lector, 1996.
- CASTRO, José Ferreira Borges de - *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Plúbicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias de 1640 até o Presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.
- CERVANTES, Alejandro Magariños - *Estudios Historicos, Políticos y Sociales sobre el Río de la Plata*, Montevideo, Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1963.
- CÉSAR, Guilhermino - *História do Rio Grande do sul: Período Colonial*. Porto Alegre, Editora Globo, 1970.
- CHAVES, Julio César Chaves - *Descubrimiento y Conquista del Río de la Plata y el Paraguay*, Asunción, Ediciones Nizza, vol. 1, 1968.
- CONI, Emílio A. - *Agricultura, Comercio e Industrias Coloniales (Siglos XVI – XVIII)*, Buenos Aires, El Ateneo, 1941.
- CORDERO, Serafin - *Los Charrúas: Síntesis Etnográficas y Arqueológicas de Uruguay*, Montevideo, Editorial Mentor, 1960.

- CORTESÃO, Armando - *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XVI e XVII (Contribuição para um estudo completo)*, vol. 1, Lisboa, Edição da Seara Nova, 1935.
- CORTESÃO, Jaime - *Os descobrimentos Portugueses*, vol. 2, Lisboa, Editora Arcádia, s/d.
- \_\_\_\_\_  
*Tratado de Madrid: Antecedentes a Colônia do Sacramento (1669 – 1749)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954.
- COUTO, Jorge - *A construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- DIAS, Carlos Malheiro (Direcção e Coordenação Literária), Ernesto de Vasconcellos (Direcção Cartográfica), Roque Gameiro (Direcção Artística) - *História da Colonização Portuguesa no Brasil, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, vol. II, 1923.
- \_\_\_\_\_  
“A Expedição de 1501”, in Carlos Malheiro Dias (Direcção e Coordenação Literária), Ernesto de Vasconcellos (Direcção Cartográfica), Roque Gameiro (Direcção Artística) - *História da Colonização Portuguesa do Brasil, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1823, pp. 285-314.
- DIAS, J. S. da Silva - *Os Descobrimientos Portugueses e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Editorial Presença Ltda, 1982.
- DOBRIZHOFFER, Martin (Traducción de Edmundo Werniche) - *Historia de los Abipones, 3 volumen*, Resistencia, Universidad de Nordeste, 1967.
- DONATO, Hernâni *Dicionário das Batalhas Brasileiras: Dos Conflitos com Indígenas aos Choques da Reforma Agrária (1996)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Editora IBRASA, 2001.
- ELLIOTT, J. H. (Tradução de J. Marfany) - *Las España imperial 1469-1716*, Barcelona, Editorial Vicens Vives, 1965.
- FAUSTO, Boris - *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2004.
- FLORES, Moacyr *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Nova Dimensão, 1993.

\_\_\_\_\_  
*Dicionário de História do Brasil*, Porto Alegre, Edipucrs, 1996.

FRANCO, José Eduardo - “Fundação Pombalina do Mito da Companhia de Jesus”, in *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria da Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 22, 2001, pp. 209-253.

FRAU, Salvador Canals - *Las Civilaciones Prehispánicas de América*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1955.

FREYRE, Gilberto - *Casa Grande e Sensala*, Lisboa, Edição de Livros do Brasil, s.d.

FRIEDERICI, Georg (Tradução de Guttorm Hanssen) - *Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1967.

FURLONG, Guillermo - *Cartografía Colonial Rio Platense*, Buenos Aires, SAECA, 1937.

\_\_\_\_\_  
*Historia Social y Cultural del Río de la Plata 1536-1810*, Buenos Aires, Tipografía Editora Argentina, 1969.

GANDIA, Enrique de - “Creación de la Gobernación del Río de la Plata y Conquista de las Provincias del Río de la Plata y del Paraguay (1534-1573)”, in Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Zané S. A. Editores Argentina, 1968, pp. 625-697.

GIL, Luis Enrique Azarola - *Los Maciel en la Historia del Plata (1604-1814)*, Buenos Aires, Librería y Editora La Facultad, 1940.

GOMES, Mercio Pereira - *Os Índios e o Brasil: Ensaio sobre um Holocausto e sobre um nova Possibilidade de Convivência*, Petrópolis, Vozes, 1991.

GUÉRIN, Miguel Alberto “La organización inicial del espacio rioplatense”, in Enrique Tandeter *Nueva Historia Argentina – La Sociedad Colonial*, Buenos Aires, Editorial Sudamerica, 2000, pp. 245-297.

HAUBERT, Maxime (Tradução Virgínia Motta) - *A Vida Quotidiana no Paraguai no Tempo dos Jesuítas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1962.

- HERMÁN, Félix Gómez - *Historia Colonial Americana y Argentina*, Buenos Aires, Kapelusz, 1945.
- HERNÁNDEZ, Isabel - *Los Indios de Argentina*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.
- HILBERT, Klaus - *Aspectos de la Arqueología en el Uruguay*, Mainz, Satz Studio Schumann, 1991.
- \_\_\_\_ “A Descoberta a partir da “Nova Gazeta da Terra do Brasil”, in *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 6, nº 1.2, 2000, pp.39-56.
- HOBBS, Thomas - *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1999.
- KALMIKOV e LARINE - *História da América Latina*, Moscovo, Edições Progresso, 1991.
- KERN, Arno Alvarez - “Descoberta e Colonização da América: Impactos e Contatos entre as Sociedades Indígenas e Européias”, in *Anais do I Encontro Internacional de Cultura Ameríndia*, Santo Ângelo, Universidade Regional Integrada Campus de Santo Ângelo, Comissão 500 Anos da Descoberta da América, 1992, pp. 9-16.
- \_\_\_\_ *Antecedentes indígenas*, Porto Alegre, Editora da Universidade UFRGS, 1994.
- \_\_\_\_ *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997.
- \_\_\_\_ (Org) - *Arqueologia Histórica Missioneira*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.
- KÜHN, Franz - *Geografía de la Argentina*, Barcelona, Editorial Labor, 1930.
- KUHNEN, Alceu - *As Origens da Igreja no Brasil 1500-1552*, Bauru, EDUSC, 2005.
- LACASTE, Yves (Tradução de Telma da Costa) - *Diccionario de Geografía da Geopolítica às Paisagens*, Teorema, Lisboa, 2005.

- LARA, Eduardo F. Costa y - *Los Chana-Timbues en la Banda Oriental*, Montevideo, Aparatado de Anales del Museo de Historia Natural, 1956.
- LA SALVIA e BROCHADO - *Cerâmica Guarani*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- LE GOFF Jacques - “La Chrétienté, une Idée Neuve?”, in *L’Histoire*, n° 220, April, Paris, 1998, pp. 8-12.
- LEITE, Serafim - *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo VI, 1945.
- \_\_\_\_\_  
*Manuel da Nóbrega: Cartas do Brasil e mais Escritos do Padre Manuel da Nóbrega*, Coimbra, Tipografia do Atlântico, por ordem da Universidade, 1955.
- LEVILLIER, Roberto - *America la Bien Llamada*, 2 vols., Buenos Aires, Editora Kraft, 1948.
- \_\_\_\_\_  
*Americo Vespucio*, Madrid, Ediciones Cultural Hispanica, 1966.
- \_\_\_\_\_  
*Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza y Janés S.A. Editores Argentina, 1968.
- LEWIN, Boleslao - *Descripción del Virreinato del Perú, Crónica Inédita de Comienzos del Siglo XVII*, Rosario, Imprenta de la Universidad Nacional del Litoral Santa Fe, 1958.
- LIMA, Monsenhor Maurilio Cesar de - *Breve História da Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, Restauro, 2001.
- LIZARRAGA, Reginaldo - *Descripción breve de toda la Tierra del Perú, Tucumán, Rio de la Plata y Chile*, Coleção Biblioteca de Autores Espanhóis desde la Formación del Lenguaje hasta Nuestros Días, Madrid, Ediciones Atlas, 1968.
- LOMNITZ, Claudio - “O Nacionalismo como um Sistema Prático: A teoria de Benedict Anderson da Perspectiva da América Hispânica”, in *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n° 59, março de 2001, pp. 37-61.
- MACHADO, Artur da Rocha *Poder: da Estrutura Individual à Construção Mediática*, Azeitão, Autonomia 27 Ltda. 2003.
- MACLEOD, Murdo J. - “Aspectos da Economia Interna da América Espanhola Colonial: Mão-de-obra; Tributação; Distribuição e Troca,” In, BETHEL, Leslie (Org) *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, Editora da USP, 1999, pp. 219-268.

- MANGAS, Fernando Serrano - “La Presencia Portuguesa en la América Española en la Época de los Habsburgos (Siglos XVI-XVII)”, in VENTURA, Maria da Graça M. (Coord), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 73-79.
- MARCÍLIO, Maria Luiza - “A População do Brasil Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, pp. 311-338.
- MATEOS, F. - *Historia General de la Compañía de Jesús en la Provincia del Perú, Cronica Anonima de 1600 que trata del Establecimiento y Misiones de la Compañía de Jesús en los Países de Habla Española en la America Meridional*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Gonzalo Fernandez de Oviedo, 1944.
- MATTOSO, José (Dir) - *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, s/d.
- MERÁS, Luisa Martín - *Cartografía Marítima Hispana: La Imagen de América*, Barcelona, Lunwerg Editores S.A, s/d.
- METCALF, Alida C. - “A Busca pelo Intermediário Feminino no Século 16 no Brasil”, in, Stuart Schwartz e Erk Lars Myrup (Org) *“O Brasil no Império Marítimo Português”* Bauru, Edusc, 2009, pp. 299-336.
- MOLAS, Mariano Antonio - *Descripción Histórica de la Antigua Provincia del Paraguay*, Asunción, Ediciones Nizza, 1957.
- MOLINA, Raul A. - “Historia de la gobernación del Río de la Plata 1573-1776”, in Roberto Levillier, *Historia Argentina*, Buenos Aires, Plaza e Janés S. A. Editores Argentina, 1968, pp. 753-854.
- MONTEIRO, Mario - *Aleixo Garcia descobridor portuguez do Paraguay e da Bolivia em 1524-1525 gloria ignorada de Portugal*, Lisboa, Livraria Central de H.E.G de Carvalho, 1923.
- MONTOYA, Padre António Ruiz de (Tradução de Pe. Arnaldo Bruxel e Pe. Arthur Rabuske) - *Conquista Espiritual Feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1997.

MÖRNER, Magnus - *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuitas en el Río de la Plata*, Buenos Aires, Paidós, 1968.

\_\_\_\_ “A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial”, in BETHEL, Leslie (Org), *História da América Latina: América Latina Colonial*, São Paulo, Editora da USP, 1999, pp. 187-218.

MORSE, Richard M. - “O Desenvolvimento Urbano da América Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, pp. 57-98.

MUNILLA, Ladislao Gil - *Descubrimiento del Marañon*, Sevilla, Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1954.

MYRUP, Erik Lars Myrup, - “Governar a Distância: O Brasil na Composição do Conselho Ultramarino, 1643-1833, in Stuart Schwartz e Erik Lars Myrup (Org), *O Brasil no Império Marítimo Português*, Bauru, Edusc, 2009, pp. 263-298.

NEETZOW, Anselmo Alves - *Diferentes Interpretações sobre o Rio da Prata Quinhentista: Reflexões sobre uma Abordagem Histórico-Arqueológica*, Porto Alegre, PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2001.

NIMUENDAJU, Curt - *Mapa Etno-Histórico*, São Paulo, IBGE, 1981.

NOELLI, Francisco S. - “Por uma Revisão das Hipóteses sobre os Centros de Origem e Rotas de Expansão Pré-Históricas dos Tupi”, in *Estudos Ibero-Americanos*, Revista do Departamento de História e Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vol. XX, nº 1, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994, pp.107-135.

*O Testamento de Adão*, V Centenário do Tratado de Tordesilhas, Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Setembro/Novembro, 1994.

PASTORE, Carlos - *La Lucha por la Tierra en el Paraguay*, Montevideo, Editorial Antequera, 1972.

PEREIRA, F.M. Esteves - “O Descobrimento do Rio da Prata” in, Carlos Malheiro Dias (Direcção e Coordenação Literária), Ernesto de Vasconcellos (Direcção Cartográfica), Roque Gameiro (Direcção Artística), *História da Colonização*



- Portuguesa do Brasil, Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1823.
- PEREIRA, Moacyr Soares - *A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*, Rio de Janeiro, ASA Artes Gráficas Ltda, 1984.
- PETRONIO, Tabaré (et al.) - *Apuntes de História del Uruguay*, Tomo 1, *El Impacto de la Conquista en el Paraná Guazú*, Montevideo, REG S.A., 2000.
- PICCIRILLI, Ricardo, ROMAY, Francisco L. e GIONELLO, Leoncio - *Diccionario Histórico Argentino*, Buenos Aires, EHA, vol. IV, 1953.
- PINTO, Orlando da Rocha *Cronologia da Construção do Brasil (1500-1889)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- PINSKY, Jaime (et al.) - *História da América Através de Textos*, São Paulo, Contexto, 2007.
- PORTO, Aurélio - *História das Missões Orientais do Uruguai*, Porto Alegre, Edição da Livraria Selbach, 1954.
- PROUS, André - “O Povoamento da America visto do Brasil: uma perspectiva crítica”, in *Dossiê do Surgimento do Homem na América*, Revista da USP, nº 34, Jun/Jul/Ago, 1997, pp. 10-28.
- PUNTONI, Pedro - “O Governo-Geral e o Estado do Brasil: Poderes Intermediários e Administração”, in Stuart Schwartz e Erik Lars Myrup (Org), *O Brasil no Império Marítimo Português*, Bauru, Edusc, 2009, pp. 39-74.
- QUELL, H. Sanchez - *Estructura y Funcion del Paraguay Colonial*, Editorial Tupã, Buenos Aires, 1947.
- RELA, Walter - *Hernandarias Criollo Asunceno. Estudio preliminar, cronologia anotada y ordenamento de Cartas y Memoriales al rey Felipe III y al Consejo de Indias: 1660 - 1625*, Montevideo, Embajada de la República del Paraguay, 2001.
- \_\_\_\_\_  
*Exploraciones Portuguesas en el Río de la Plata 1512-1531*, Porto Alegre, PUCRS, 2002.
- RIVET, Paul - *As Origens do Homem Americano*, São Paulo, Editora Anhambi S. A., 1960.

ROMAÑACH, Alfredo Boccia - “Breve Historia de la Cartografía Paraguaya”, in *Separata de Historia Paraguaya Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, vol. XLII, Asunción, 2002, pp. 193-241.

\_\_\_\_\_  
*Esclavitud en el Paraguay: Vida Cotidiana del Esclavo en las Indias Meridionales*, Asunción, Servi Libro, 2004.

RUBIO, Julián M. Rubio - *Exploración y Conquista del Río de la Plata Siglos XVI e XVII*, Barcelona-Buenos Aires, Salvat Ediciones, 1942.

SALDANHA, António Vasconcelos de - *As Capitánias do Brasil: Antecedentes, Desenvolvimento e Extinção de um Fenómeno Atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás - “A População da América Espanhola Colonial”, in Leslie Bethell (org), tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, *América Latina Colonial*, São Paulo, EDUSP, 1999, pp. 23-56.

SANTOS, João Marinho dos - *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

SARAIVA, José Hermano - *História Concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América L.<sup>da</sup>, 2007.

SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal* (direção de), 6 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979.

SCHALLENBERGER, Erneldo - *A Integração do Prata no Sistema Colonial: Colonialismo Interno e Missões Jesuíticas do Guairá*, Toledo, Editora Toledo, 1997.

SCHMITZ, Pedro Ignacio - “Migrantes da Amazônia: A Tradição Tupiguarani”, in Arno Alvarez Kern, *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997, pp. 295-330.

SCHMITZ, NAUE e BECKER - “Os aterros dos campos do sul: A tradição Vieira”, in KERN, Arno Alvarez (org), *Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1997, pp. 221-250.

SERRANO, Antonio - *Los Aborígenes Argentinos*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1947.

SILVA, José Manuel Azevedo e - “O tratado de Tordesilhas: Entre o real e o imaginário”, Coimbra, Separata da *Revista Biblos*, vol. LXX, 1994. pp 1-27.

\_\_\_\_\_  
*A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

\_\_\_\_\_  
“A Cartografia Hispano-Portuguesa no Tempo de Felipe II” in *Actas do Colóquio Filipe II, la Ciência y la Técnica*, Madrid, FUNDESCO, 1999, pp. 317-341.

\_\_\_\_\_  
“O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 3, Coimbra, Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2003, pp. 157-172.

\_\_\_\_\_  
*O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

SOARES, André Luis Ramos - *Guarani: Organização Social e Arqueologia*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.

TAMAYO, Jorge L. - *Geografía da América*, México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

TANDETER, Enrique - *Nueva Historia Argentina – La Sociedad Colonial*, Buenos Aires, Editorial Sudamerica, 2000.

TRIAS, Rolando A. Laguarda - *El Predescubrimiento del Río de la Plata por la Expedición Portuguesa de 1511-1512*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

\_\_\_\_\_  
“Pilotos portugueses en el Río de la Plata durante el siglo XVI”, in *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 1988, pp. 42-77.

UGARTE, Rubén Vargas - *Historia General del Peru, V Postrimerías del Poder Español (1776-1815)*, vol. V, Lima, Editor Carlos Milla Batres, 1966.

VASMINGO, Marta Milagro del - *Las Capitulaciones de Índias en el Siglo XVI*, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1983.

VÁZQUEZ, Germán y DÍAZ, Nelson Martínez - *Historia de América Latina*, Madrid, Ediprojetos Europeos, 1990.

- VELÁZQUEZ, Rafael Eladio *El Cabildo de la Catedral de Asunción, Documenta Paraguaya*, vol. I, Asunción, Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, 1985.
- VELLARD, J. *Une Civilisation du miel: Les Indiens Guayakis du Paraguay*, Paris, Gallimard, 1939.
- VILAR, Enriqueta Vila *Aspectos Sociales en América Colonial: de Extranjeros, Contrabando y Esclavos*, Bogotá, Imprenta Patriótica del Instituto Caro y Cuervo, 2001.
- VILAR, Pierre *História de Espanha*, Lisboa, Livros Horizontes Ltda, 1992.
- VINDEL, Francisco *Mapas de America en los Libros Españoles de los Siglos XVI al XVIII*, Madrid, Gongora, 1965.